

André Jobim Martins

O traço todo da vida

Subjetividade e narrativa em *Minha formação*,
de Joaquim Nabuco

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em História

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

André Jobim Martins

O traço todo da vida
Subjetividade e narrativa em *Minha formação*,
de Joaquim Nabuco

Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em História

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História

Orientadora: Prof^a Dr^a Renata Torres Schittino

Niterói

Março de 2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M386 Martins, André Jobim.

O traço todo da vida: subjetividade e narrativa em Minha formação, de Joaquim Nabuco /André Jobim Martins. – 2016.

165 f.

Orientadora: Renata Torres Schittino.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 142-150.

1. Nabuco, Joaquim, 1849-1910. 2. Autobiografia. 3. Literatura brasileira. 4. Pensamento social brasileiro. I. Schittino, Renata Torres. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

André Jobim Martins

O traço todo da vida
Subjetividade e narrativa em *Minha formação*,
de Joaquim Nabuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História

Prof^a Dr^a Renata Torres Schittino

Orientadora
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Luiza Larangeira da Silva Mello

Programa de Pós-Graduação em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

29 de Março de 2016

A Luiz Fernando Pereira das Neves Franco, influência insensível

Agradecimentos

À professora Renata Schittino, pela atenção, paciência, dedicação e brilho com que me orientou na escrita desta dissertação. Se há algum mérito no presente trabalho, ele é todo tributário de seu empenho.

Aos professores Ricardo Salles e Luiza Larangeira, cujos escritos já se faziam influenciar neste trabalho desde antes de receberem meu convite, por prestigiarem a sua defesa. À professora Giselle Venancio, com quem tive o privilégio de dialogar já no início do mestrado, pelas aulas e pela participação no exame de qualificação.

Ao Vitor Fonseca e à Sílvia Estevão, pela gentileza de me orientarem antes do período de seleção. À professora Maria Letícia Corrêa, por ajudado em 2013 um então internacionalista sem qualquer formação em História na elaboração do projeto de pesquisa que viria a ser aprovado pela banca de seleção do PPGH. Ao professor Guilherme Pereira das Neves, por ter me aconselhado a optar por este programa de pós-graduação. Ao Tito Palmeiro, pela importante interlocução na reta final.

À Bárbara, pelo amor, pelo apoio e pelas alegrias que me permitiram atravessar os últimos dois anos.

Ao Lucas, aos dois Antonios, à Manaíra, ao Luis, ao João, ao Yuri, à Brena, ao Pedro, ao Vicente, ao Rafael, à Andrea, ao Vinicius, ao Victor, às duas Isadoras, ao Idjahure, ao Amir, ao Bráulio, por terem tornado este caminho mais leve. À Maria Cristina, por ouvir toda sorte de resmungos, relacionados ou não a este trabalho.

À Helena, tia e madrinha, por toda variedade de socorros que me prestou ao longo deste período. À Maria Pace, pelo interesse e pelo carinho. Ao João, pela amizade. À Maria e à Thereza, imprescindíveis.

Aos meus pais, Marcos e Elizabeth, por coisas que não sei se consigo precisar. Pelas outras, também.

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.

Riobaldo (Rosa)

Resumo:

Este trabalho empreende uma análise da autobiografia de Joaquim Nabuco, *Minha formação*, concentrando-se nas questões características do gênero autobiográfico. Partindo do pressuposto de que sujeito, identidade, tempo e narrativa são os elementos que sustentam a composição do texto autobiográfico, e observando a historicidade e as diferentes particularidades do gênero, observamos como o livro nele se insere. Primeiramente, reconstituímos o processo da escrita, tanto no plano temporal da definição dos períodos em que cada capítulo foi escrito, quanto no sentido intratextual da compreensão do projeto de automodelação em curso a cada momento. Em seguida, examinamos passagens-chave com maior atenção aos processos de construção de sentido ali presentes, tentando também identificá-los ao analisar o livro como um todo.

Palavras-Chave: Joaquim Nabuco, autobiografia, literatura brasileira, pensamento social brasileiro

Abstract:

This work endeavors to analyze Joaquim Nabuco's autobiography, *My formative years*, focusing on the main questions that arise from the autobiographical genre. Our interpretative method assumes that subject, identity, time and narrative ground the composition of the autobiographical text. We also stress the importance of the historical context of the genre, as well as its many singularities, as we look at our object's standing within it. At first, we reconstitute the process of writing, both in a chronological sense of defining the periods in which each chapter was written, and in an intratextual sense, noting what was, at each time, the author's understanding of his ongoing self-fashioning project. After that, we examine key excerpts in greater detail, looking for meaning-creating procedures, while also attempting to identify them in the book as a whole.

Keywords: Joaquim Nabuco, autobiography, Brazilian literature, Brazilian social thought

Sumário

I. Introdução	1
II. <i>Minha formação</i> e o problema da subjetividade autobiográfica	6
1. Subjetividade, tempo e narrativa	6
1.1. O sujeito e a linguagem: Benveniste	6
1.2 O problema de si no tempo: Heidegger	10
1.3 A revelação do sujeito no discurso da ação: Hannah Arendt.....	13
1.4 A narrativa como identidade: Paul Ricœur.....	16
1.5. Balanço teórico	22
2. Da escrita de si à autobiografia: história e forma	24
2.1. Origens históricas da autobiografia.....	25
2.2. Características e limites da autobiografia	29
2.3. Minha formação e a forma autobiográfica	37
III. A autobiografia no Brasil de 1850-1900: alguns antecedentes de <i>Minha formação</i>	40
IV. Das “Ideias imperfeitas” a <i>Minha formação</i>: os tempos da escrita e os planos de uma autobiografia	49
1. O processo da escrita.....	52
2. A progressão temática	64
V. Traços e rasuras: motivos e dualidades na narrativa	89
1. As margens subjetivas do Atlântico	93
2. Política e estética	109
3. A vida, a História e as sagradas escrituras	118
4. A abolição e suas leituras.....	129
VI. Considerações finais	138
VII. Bibliografia e fontes	142
Apêndice 1. relação dos capítulos segundo as etapas de publicação	151
Apêndice 2. Artigo da série de 1896 quase inteiramente excluído do livro	152
Apêndice 3. Trecho de artigo da série de 1896 excluído do livro	156

I. Introdução

*Minha formação*¹, autobiografia publicada por Joaquim Nabuco em 1900, reunindo diversos escritos remontando até 1893, firmou-se ao longo do último século como obra canônica da literatura e do pensamento social brasileiro. Essa consagração em dois planos se dá em virtude encontro, no texto, de Nabuco, beletrista, com Nabuco, político e intérprete do Brasil. A inclinação simultânea do autobiógrafo à militância política e à literatura é um dos motivos centrais da obra, em cujas páginas a política e as letras figuram em mútua oposição. Do encontro resulta uma sugestão de que a política é mero acidente, e as letras, a verdadeira vocação de um protagonista que, no limiar da sexta década de sua vida, se afirma afastado da luta partidária. Também ali encontramos interpretações a respeito da história do Brasil, concentradas sobretudo em torno das questões correlatas da abolição da escravatura e do fim da monarquia. Esses desenvolvimentos se subordinam, como é a norma nas autobiografias, a uma narrativa da vida do autor: procura-se, ao mostrar uma série de dimensões da “formação” de Nabuco, explicar como ele veio a ser quem foi.

Os comentários acadêmicos sobre a obra costumam ressaltar que sua análise deve atender para o momento na trajetória de Nabuco e na história brasileira em que o livro é publicado: *Minha formação* seria fruto do olhar particular de um autor que retornava ao serviço diplomático após dez anos de afastamento da vida pública, período durante o qual teria migrado de um liberalismo radical para uma posição conservadora, lamentosa do fim do império e do conseqüente abandono de suas tradições. Também muito se comentou a respeito do dilema entre Brasil e Europa contido no livro, expondo uma angústia característica da elite intelectual de um país periférico ao capitalismo global do século XIX. Finalmente, as páginas do livro onde há referências à escravidão mereceram grande atenção da academia, que produziu juízos variados a respeito do sentido ali contido.

Este trabalho, que toma por objeto essa obra consagrada, já analisada por alguns dos mais destacados estudiosos da literatura, da sociologia e da história no Brasil, também abordará essas mesmas questões, com a preocupação de não pretender ter descoberto nada do que já foi notado anteriormente a seu respeito. A novidade de nosso estudo está na atenção que dedicamos à questão autobiográfica. Se é bem verdade que o autor desta dissertação não é o primeiro a invocar uma discussão em torno do gênero do livro, é, também, que este trabalho

¹ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Editora 34, 2012. Daqui por diante citado nas notas de rodapé como *MF*, seguindo a paginação da edição de 2012 da Editora 34, salvo indicação em contrário.

pretende conduzir o problema de maneira mais detida, tanto no plano teórico, quanto naquele do exame das fontes.

Nossa análise é orientada pelo problema autobiográfico nas variadas instâncias dos limites e possibilidades do gênero: suas diferentes modalidades, a sua historicidade, o seu sentido, sua posição frente à ficção e à historiografia, as formas e sentidos da vida autobiográfica e suas relações com a vida vivida, a relação entre autor, narrador e protagonista. A análise de nosso objeto não poderá prescindir, antes de entrar na especificidade de seu gênero, de algumas considerações a respeito das relações entre sujeito e texto, amparadas por um corpo teórico substantivo. Nesse primeiro momento, tentaremos articular sujeito, identidade, tempo e narrativa, que são a nosso ver os elementos fulcrais do texto autobiográfico.

A intenção deste trabalho pode ser resumida como uma tentativa de resposta a duas perguntas: como *Minha formação* veio a se constituir como obra e qual seria o significado ali contido. Apesar da simplicidade com que podem ser formuladas, ambas são permeadas por uma série de problemas, que podemos expressar na forma de outras perguntas: como se dá, de maneira geral, o processo de escrita autobiográfica e qual seria, no contexto do gênero, a especificidade do caso de Joaquim Nabuco? Quando, exatamente, foi escrito o livro? A quem ele se destina? Haveria um projeto coerente a orientar a escrita do livro? Ele foi implementado com sucesso? O que pode significar uma autobiografia? Como, em geral, e no caso estudado, a vida autobiográfica se relaciona com a vida vivida? Como se dá a articulação entre memória e escrita autobiográfica? Qual a relação entre o livro e o(s) seu(s) contexto(s) na vida pessoal do autor e na história do Brasil? Que tipo de identidade e visão de mundo estão contidas no texto? Como o autor lida com as diferenças entre sua visão de si mesmo no presente da escrita e no passado? Qual a relação entre o livro e os outros escritos do mesmo autor?

Não temos a pretensão de esgotar todas essas interrogações, mesmo porque, tendo Joaquim Nabuco falecido há mais de um século e deixado, como sói ocorrer, um número limitado, ainda que razoável, de fontes auxiliares, não podemos senão esboçar algumas conclusões. Mesmo estas serão às vezes parciais: na tentativa de identificar as relações entre características presentes na superfície do texto e as variáveis subjetivas que acreditamos tê-las informado, fomos obrigados, na ausência ou insuficiência de fontes e outros indícios, a recorrer com alguma frequência a intuições e conjecturas. Procuramos, contudo, levantar documentos que as sustentassem, alguns dos quais estiveram até agora inexplorados. Felizmente, muitas outras vezes pudemos extrair conclusões de maior precisão. Por outro

lado, a prática historiográfica nos ensina ainda que muitas vezes é preciso ir além do documento para devidamente compreender o que ali se põe em jogo.

A linha condutora de nossa análise é uma que procura contextualizar *Minha formação*, em dois sentidos principais. Num primeiro, tentamos compreender como os limites e possibilidades da autobiografia como modalidade de escrita informam o texto. Isto implica considerar as diversas análises teóricas que se movem no sentido de procurar uma especificidade para o gênero, verificando as relações que ele estabelece entre a memória do passado, as contingências do presente, a identidade do escritor e o intento de fazer da vida uma obra literária que, quando não lhe dá uma chave conclusiva, busca alguma forma de sentido. Tendo como pano de fundo essa primeira problematização do universo autobiográfico e suas implicações sobre nosso enquadramento conceitual dos processos de subjetivação, o segundo sentido de nossa visada contextual está empenhado em identificar cada linha do texto com uma determinada instância enunciativa e, ao fazê-lo, apontar sua relevância e sua singularidade. Isto porque, sabemos, o livro não foi todo escrito de uma só vez. Sua redação se deu, muito pelo contrário, de maneira intermitente, ao longo de alguns anos – a depender do critério a ser escolhido para a contagem, em torno de quatro ou quase oito.

Em certo momento da elaboração desta pesquisa, o autor, num desejo de precisar o tempo da redação das diferentes partes de seu objeto que lhe parecia, então, tangencial a seus objetivos, percebeu tratar-se essa precisão do mais importante subsídio à sua compreensão. Destacaremos, portanto, como o tempo da escrita na autobiografia nos permite observar como a visão que o autor tem de si e do mundo pode se transformar do início ao fim do projeto, implicando consequências fundamentais sobre o objeto final, as quais, se ignorada essa dimensão, podem levar a interpretações incompletas do mesmo. É o caso daquilo que podemos chamar, na falta de melhor termo, de contradições internas ao texto. Algumas delas se devem, como já foi corretamente apontado por comentadores de *Minha formação*, a dilemas que perpassam a escrita na própria instância enunciativa. Parece-nos, como procuraremos demonstrar, que eles não estão lançados como pontos de partida para percursos que terminariam em sua superação, mas como elementos estruturantes da personalidade do narrador. Outras contradições, porém, só serão devidamente compreendidas ao atentarmos para o lapso temporal entre os diferentes estágios da escrita. Há também outras manifestações mais sutis do espaçamento temporal da redação do livro, que não são apreensíveis na superfície do texto, mas que nos auxiliam no entendimento da natureza do projeto que orienta o livro, algo fundamental na sua interpretação. Esta atenção ao tempo da escrita é, talvez, a

principal diferença entre este trabalho e outros comentários já realizados sobre a obra na academia.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. O primeiro realiza, em sua primeira parte, a já aludida fundamentação teórica, começando pelo núcleo duro da problemática da subjetividade textual e sua articulação com a identidade, o tempo e a narrativa. Ali defendemos a noção de uma identidade que se constitui a partir da própria narrativa, movimentando-se e transformando-se com o tempo. Na segunda parte do capítulo, exploramos a literatura acadêmica em torno da escrita de si e da autobiografia, historicizando o conceito e observando considerações de ordem teórica e prática a respeito do tema por diversos autores. Procuramos acompanhar a genealogia do gênero, que deriva do conjunto mais amplo dos escritos de si, e sua consolidação em fins do século XVIII, tendo em vista os fatores históricos envolvidos no processo. Na observação desse desenvolvimento, faz-se necessária uma atenção particular à trajetória correlata do conceito de indivíduo. Em seguida, elencamos algumas questões específicas ao gênero: sua definição, suas relações com a vida do autobiografado, com a memória, com a ficção e com a historiografia, diferentes modalidades de autobiografia. Ao final do capítulo, tentamos estabelecer algumas conexões preliminares entre a discussão empreendida e nosso objeto. O segundo capítulo, relativamente breve, examina a emergência da autobiografia na literatura brasileira, apontando algumas semelhanças e diferenças entre outras obras seminais do gênero e *Minha formação*. O terceiro capítulo aborda a problemática da composição do objeto sob dois aspectos. Na primeira parte, procuramos estabelecer as etapas cronológicas e ideológicas (no sentido das diferentes concepções que o autor tinha daquilo que fazia) da escrita de *Minha formação*, identificando (em alguns casos, supondo) a procedência dos diferentes capítulos. Ali, nosso objetivo principal é demonstrar como os tempos da escrita corresponderam a diferentes orientações na narrativa do eu. Na segunda, procuramos apontar, a partir de indícios verificados ao longo da progressão temática da obra, como se manifestam no texto os diferentes projetos que orientaram a sua composição, enfatizando suas particularidades e suas contribuições para o todo da obra. O capítulo final examina algumas passagens-chave do livro a fim de interpretar as questões subjacentes ao desenrolar narrativo, procurando também acompanhar os mecanismos de construção de sentido que perpassam o todo da obra. A abordagem fica concentrada naqueles que julgamos ser os motivos centrais da obra, a saber, a instabilidade entre pátria e mundo, a complexa relação entre política e estética, a religiosidade, o diálogo entre o narrador e a História, incluindo a sua interpretação da abolição e da proclamação da República. Ao final do capítulo, procuramos extrair do exame algumas conclusões que

interpretam a elaboração desses motivos em articulação com nossa visão contextual da obra, considerando, desde o início com um certo grau de ceticismo, a hipótese de um sentido geral a ser encontrado em *Minha formação*. O resultado da pesquisa, entendemos, não é uma interpretação definitiva deste rico objeto, mas uma proposta de leitura que abre algumas frestas a partir das quais se pode espreitá-lo.

II. *Minha formação e o problema da subjetividade autobiográfica*

Repito: ainda acreditava que esse estranho fosse um só, um só para todos, assim como pensava ser um só para mim. Mas logo esse meu drama atroz se complicou com a descoberta dos cem mil Moscardas que eu era não só para os outros, mas também para mim, todos com este mesmo nome de Moscarda, tão feio que chega a doer, e todos dentro deste meu pobre corpo que era também um só, um e nenhum, ai de mim, que eu punha diante do espelho e mirava fixo e imóvel nos olhos, abolindo nele todo sentimento e toda vontade.

Vitangelo Moscarda (L. Pirandello)

1. Subjetividade, tempo e narrativa

A primeira parte de nossa exposição teórico-metodológica percorre alguns textos da linguística e da filosofia que fundamentam nossa visada sobre o sujeito. Neste primeiro momento, estamos preocupados sobretudo com as condições do surgimento de um sujeito cuja identidade está atrelada à experiência da passagem do tempo, que constitui em nossa análise o ponto de partida da composição do texto autobiográfico. Partimos da linguagem para dar seguimento a uma discussão que implica diferentes visões que a tradição ocidental desenvolveu a respeito da subjetividade e da experiência humana. Nossa esperança é que, ao final do percurso, tenhamos estabelecido algumas balizas conceituais e justificado nossa opção por uma perspectiva que atrela uns aos outros sujeito, identidade, tempo e narrativa.

1.1. O sujeito e a linguagem: Benveniste

A análise do texto autobiográfico que ora empreendemos requer o emprego de um arcabouço conceitual que o situe numa determinada compreensão das condições de seu surgimento na linguagem. Nesse sentido, é necessário examinar a situação do sujeito encerrado no texto no âmbito das operações de enunciação em que está inserido. Optamos por fazê-lo com o intermédio do pensamento do linguista Émile Benveniste, que situa a subjetividade no centro da linguagem². O sujeito desempenha em sua análise o papel de âncora de toda referencialidade. Por outro lado, Benveniste entende que esse sujeito é fundamentado puramente dentro dos limites da linguagem: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na

² BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Editora UNICAMP, 1988, p. 284-293.

sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”³. A ideia é retomada por Roland Barthes, que diz de si mesmo, na terceira pessoa: “Ele se sente solidário de todo escrito cujo princípio é que *o sujeito não é senão um efeito de linguagem*”⁴. A precedência da linguagem sobre a psicologia na constituição do sujeito se justifica pela tese de que a apreensão fenomenológica de um “sentimento de si” só pode se dar como uma racionalização que se efetua *após* sua aparição no discurso:

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considera-lo, não é mais que um reflexo) mas como unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa”.⁵

Tal subjetividade está fundada no movimento reflexivo que torna necessária a distinção entre as pessoas gramaticais: “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste”⁶. Eu, portanto, depende da existência de um diálogo (de um tu):

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, embora sendo exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática. Polaridade, aliás, muito singular em si mesma, e que apresenta um tipo de oposição do qual não se encontra o equivalente em nenhum lugar fora da linguagem. Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior”.⁷

Essa subjetividade se põe com maior clareza na presença dos pronomes pessoais (eu, tu, ela etc) em razão de uma qualidade única que possuem, qual seja, a de escaparem à conceituação a que se sujeita o restante das classes gramaticais: “Ora, esses pronomes se distinguem de todas as designações que a língua articula, no seguinte: *não remetem nem a um*

³ BENVENISTE, op. cit., p. 286.

⁴ BARTHES, Roland. *Roland Barthes par Roland Barthes*. Paris: Seuil, 1975, p. 82.

⁵ BENVENISTE, op. cit., p. 286.

⁶ Loc. Cit.

⁷ Ibid., p. 286-287.

conceito nem a um indivíduo”⁸. Com isso, Benveniste quer sublinhar a indistinção e a fluidez com que o pronome pessoal troca de significado de acordo com a posição a partir da qual é enunciado. “Eu”, assim como “tu” e “ela”, não têm conceito próprio, pois, de um lado, podem designar qualquer indivíduo indiscriminadamente e, de outro, implicam a singularidade desses mesmos indivíduos (desde que devidamente posicionados numa dada oração). A tradução desses termos numa equação formal é impossível, dada essa dupla função, porque, ao comportar o todo e o particular, resultaria numa condição de permanente anarquia na linguagem. A solução descritiva de Benveniste para a situação do *eu* e seus congêneres não é portanto um conceito fechado, mas tão somente a exposição de seu efeito na instância do discurso: “*eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que (...) chamamos de instância de discurso, e que só tem referencia atual”⁹. *Eu* é quem diz *eu* no momento em que disse *eu*, e só podemos compreender sua particularidade se conhecermos a circunstância em que o dizer ocorre. O mesmo se dá com outros pronomes pessoais. Proferir *eu* é designar-se enquanto sujeito e *apropriar-se* do todo da linguagem.

A subjetividade é de tal forma crucial à linguagem que se impõe como lastro necessário de toda uma variedade de enunciações cujo significado seria de outra maneira inconcebível. A elas estão atreladas a atualidade e a subjetividade do discurso: o tempo verbal é concebido a partir de oposições entre passado, presente e futuro (ou, em algumas línguas, passado-presente e futuro, noutras, presente-futuro e passado) cujo nexos é *sui-referencial* (o presente é o agora de quem o diz quando o diz, e assim por diante)¹⁰. Ainda, o significado de determinado verbo se altera à medida que varia entre as pessoas: quem diz “presumo que ela se atrasou por causa do engarrafamento” explicita uma atitude presuntiva em relação à asserção “ela se atrasou por causa do engarrafamento” enquanto que “ela presume que...” descreve a atitude presuntiva de outrem; num par que demonstra mais enfaticamente a diferença, quem diz “prometo que chegarei a tempo” efetivamente promete, enquanto quem diz “ela promete que...” descreve uma promessa¹¹. Esses deslizamentos demonstram com clareza ainda maior que a linguagem se sustenta não apenas sobre a subjetividade, mas em igual medida sobre a intersubjetividade. O mesmo pode ser dito do próprio sujeito, que só

⁸ Ibid., p. 288.

⁹ Ibid., p. 286.

¹⁰ Ibid., p. 289.

¹¹ Ibid. p. 292.

consegue se colocar na instância do discurso (que é, afinal, a sua condição de possibilidade) mediante a oposição dialógica a outros¹².

A necessária atualidade do *eu* exposta por Benveniste torna-se um problema quando este é confrontado com a noção de identidade. Se compreendemos que *eu* se refere ao ato de afirmação da subjetividade na (e somente na atualidade da) instância do discurso, a simples iteração de *eu* no desenrolar intertextual (ou mesmo dentro de um mesmo texto) não sustenta por si só a manutenção de uma identidade pessoal, noção esta que não está de modo algum implícita na formulação de Benveniste. É o que Roland Barthes ilustra em sua discussão da pessoa gramatical, quando diz que

contrariamente à ilusão corrente das autobiografias e dos romances tradicionais, o sujeito da enunciação nunca pode ser o mesmo que agiu ontem: o *eu* do discurso já não pode ser o lugar onde se restitui inocentemente uma pessoa previamente guardada. (...) Finalmente, lembremos esta precisão da análise linguística: no processo de comunicação, o trajeto do *eu* não é homogêneo; quando eu libero o signo *eu*, refiro-me a mim mesmo na medida em que eu falo, e trata-se então de um fato sempre novo, mesmo que repetido, cujo “sentido” é sempre inédito; mas, ao chegar ao seu destino, esse *eu* é recebido por meu interlocutor como um signo estável, provindo de um código pleno, cujos conteúdos são recorrentes. Em outros termos, o *eu* de quem escreve não é o mesmo *eu* que é recebido por *tu*.¹³

As três ideias que expusemos acima trazem importantes consequências ao texto autobiográfico. A primeira – a fundamentação subjetiva e intersubjetiva da linguagem – nos traz uma compreensão situacional de todo texto: não há enunciação “neutra” ou desprovida de sujeito, por mais que certos procedimentos tentem apagar a presença do sujeito; toda a linguagem se dá a partir de determinada posição com relação às diferentes pessoas gramaticais. A segunda – a circunscrição do sujeito na linguagem – elimina a pretensão de buscar uma subjetividade pré-textual (se há algo pré-textual, esse algo não deve ser compreendido como sujeito). O texto autobiográfico pode alternar em sua referencialidade e mesmo em sua posição subjetiva (por exemplo, quando há citações), mas compreende em seu todo uma enunciação de um sujeito contido na linguagem sobre si mesmo. A terceira contribuição nos revela o aspecto mais embaraçoso da problemática autobiográfica: a atualidade do sujeito na instância do discurso. O corolário da proposição constitui o nó górdio da linguagem auto-referencial: se o *eu* nada mais é do que uma indicação da instância do discurso, a escrita de si fica permeada por uma névoa densa entre o que *eu* queria dizer e o

¹² Ibid., p. 293.

¹³ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 20-21.

que seu interlocutor deve tomar por isso. Ainda mais problemática é a auto-referência no passado: fala-se de *eu* no passado, mas se *eu* só designa a posição atual da enunciação, há uma indeterminação daquilo que se deve entender por *eu*, e mesmo uma suspeita sobre a fiabilidade do testemunho de si. O tempo é, portanto, um fator a desestabilizar a própria noção de sujeito.

1.2 O problema de si no tempo: Heidegger

Na filosofia, o problema da relação entre sujeito e temporalidade suscita um debate entre uma tradição¹⁴ que identifica no ser uma unidade que sustenta o sujeito ao longo do tempo e do espaço (cujo exemplo paradigmático é o *Cogito* cartesiano), e outra, que sustenta que a existência só é “real” no aqui-agora, dado o caráter sempre-presente da experiência (entre cujos defensores encontraremos Hume e Nietzsche). Martin Heidegger se situa numa posição particular (não propriamente intermediária) no espectro desenhado acima ao propor uma concepção de ser que pretende superar o conceito metafísico de sujeito. O *Dasein* de Heidegger se caracteriza por não ter substância própria, estando necessariamente orientado ao modo de ser dos entes, e é constituído tão somente em suas relações consigo mesmo, com o mundo objetivo e com os outros entes. O conceito é pensado em oposição ao sujeito até então consagrado pela metafísica, que, desde a ontologia cartesiana, vinha sendo tido como um espectador que, dotado de uma substância, estava desgarrado – oposto ao mundo objetivo, desenraizado¹⁵. Ainda assim, *Dasein* pode ser inscrito na problemática do sujeito moderno, conforme propõe Paulo Cesar Duque Estrada, porque procura responder à mesma necessidade conceitual, qual seja, o provimento de uma fundamentação filosófica para o ser do homem¹⁶. Desta maneira, mesmo que Heidegger recuse o “sujeito” como parte de uma tradição que procura superar (a metafísica), podemos, para os propósitos desta análise, considerar *Dasein* como um conceito alternativo que procura ultrapassar o sujeito como ente dado que se opõe ao mundo, mas que, no entanto, está inserido na sua problemática. O conceito proposto por Heidegger para o ser do homem implica uma continuidade temporal, porque enraizada no tempo. Dessa maneira, tomando em tela fundamentalmente a questão do homem no tempo,

¹⁴ O emprego do termo se dá pela falta de outro melhor. Não se sugere uma afinidade ou filiação intelectuais entre os dois lados do debate, simplesmente procuramos demarcar dois lados opostos que mobilizam diversos pensadores.

¹⁵ DUQUE ESTRADA, Paulo Cesar. Heidegger, Hegel e a questão do sujeito. *O que nos faz pensar*, v.1, n, 10, out 1996, p.118.

¹⁶ *Ibid.*, p. 113-118.

Heidegger se aproxima, surpreendentemente, da primeira das tradições do debate que apresentamos acima. Ao discutir a questão da unidade do ser na temporalidade, Heidegger vê na iteração cotidiana de uma visada reflexiva base suficiente para que o ser do homem seja algo além um simples suceder de experiências e volições:

O esclarecimento da existencialidade do si-mesmo [*Selbst*] tem como ponto de partida “natural” a auto-interpretação cotidiana da presença [*Dasein*, alternativamente traduzido como ser-aí] que, ao *dizer-eu*, pronuncia-se a respeito de “si-mesma”. Isso não implica necessariamente uma verbalização. Dizendo “eu”, esse ente quer dizer si-mesmo.¹⁷

O problema dos ataques céticos à constância do ser é, segundo Heidegger, o fato de que ignoram aquilo que ele chama de “nexo” ou “coesão” da vida (*Zusammenhang des Lebens*): “Todos os esforços da analítica existencial visam à única meta de encontrar uma possibilidade de se responder à questão do *sentido de ser* em geral”. Heidegger apresenta em seguida as mesmas objeções de seus oponentes, que preparam o terreno para a compreensão dos termos do nexo em questão:

levanta-se uma dúvida sobre o sentido ontológico da cotidianidade na discussão precedente: Será que, no que diz respeito ao seu *ser-todo* em sentido próprio, toda a presença foi de fato levada à posição prévia da analítica existencial? O questionamento referente à totalidade da presença pode até possuir uma precisão ontológica genuína. A própria questão pode, inclusive, ter encontrado a sua resposta no *ser-para-o-fim*. A morte é, no entanto, apenas o “fim” da presença e, em sentido formal, apenas *um* dos fins que abrangem a totalidade da presença. O outro “fim” é o “começo”, o “nascimento”. Só o entre “entre” nascimento e morte torna presente o todo que se procura. Desta forma, ficou “unilateral” a orientação dada até aqui à analítica, apesar de tender para o ser-todo *existente* e de explicar, genuinamente, o ser-para-a-morte próprio e impróprio. A presença só se fez tema existindo, por assim dizer, “para frente”, deixando, com isso, “para trás” de si todo o ter sido. Não apenas se desconsiderou o ser para o começo mas, sobretudo, a *ex-tensão* da presença *entre* nascimento e morte. Na análise do ser-todo, passou-se por cima do nexo da vida em que a presença, constantemente e de algum modo, se mantém. Não devemos então renunciar ao ponto de partida da temporalidade enquanto sentido ontológico da totalidade da presença mesmo que permaneça ontologicamente obscuro o que se determina “nexo” entre nascimento e morte? Ou não será que, ao contrário, a *temporalidade* explicitada é que propicia o *solo* para se dar uma direção precisa à questão ontológico-existencial do chamado “nexo”?¹⁸

¹⁷ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 402 (§64). A tradutora Márcia Schuback opta por traduzir *Dasein* por presença, para assim evitar as implicações do binômio essência-existência e do imobilismo sugerido pelo estático “ser-aí”. A opção estaria autorizada porque *Dasein* já era termo corrente na filosofia alemã desde o século XVIII, tendo surgido como tradução do latim *praesentia*. Como não desejamos confundir o conceito de Heidegger com o significado vulgar da palavra, mantivemos o original em alemão. Ainda assim, evitamos desfigurar a tradução, onde presença significa sempre *Dasein*.

¹⁸ *Ibid.*, p. 463-464 (§72).

A segunda opção levantada por Heidegger aponta para a já citada importância da auto-interpretação cotidiana de *Dasein* (em seu vocabulário, de uma totalidade de *Dasein*), e é, com efeito, aquela pela qual ele termina por optar. De um lado, é possível supor que tal “nexo” (tanto mais apreensível quanto menos nos ativermos a um desenrolar “progressivo” do tempo, dado que, formalmente, nesse primeiro momento, não há distinção entre nascimento e morte enquanto “fins”) “consta de uma sequência de vivências” cada qual só pode ser, segundo certos “preconceitos ontológicos” (clara referência de Heidegger a seus oponentes céticos), propriamente “real” “em cada agora”. De outro, não se pode atribuir a *Dasein* uma qualidade extrínseca à iteração sequencial de “agoras”¹⁹ no tempo, o que significaria aderir à concepção de tempo hegeliana, por ele criticada: “Nessa constante troca de vivências, o si-mesmo mantém-se numa certa mesmidade [*Selbigkeit*]”²⁰. Logo mais, Heidegger dobra sua aposta no enraizamento de *Dasein* no tempo, não como sequência, mas como dimensão para a qual se está aberto:

A presença não existe como soma das realidades momentâneas de vivências que vêm e desaparecem uma após a outra. Esse um após o outro também não chega a preencher aos poucos uma moldura. Pois como seria possível dar-se simplesmente uma moldura, de vez que só é “real” a vivência “atual” e que estão faltando os limites da moldura, quais sejam, o nascimento e a morte, entendidos como o que passou e o que está em advento da realidade? No fundo, a concepção vulgar do “nexo da vida” também não pensa numa moldura que estando “fora” da presença, a abrangesse, mas procura, com razão, esta moldura na própria presença. Toda tentativa de se caracterizar ontologicamente o ser “entre” nascimento e morte, tomando como ponto de partida ontológico implícito a determinação desse ente como algo simplesmente dado “no tempo”, está fadada ao fracasso.²¹

¹⁹ Essa concepção da relação sujeito-tempo é característica da tradição metafísica que Heidegger quer superar, porque encerra a alienação do sujeito, tornando o tempo algo “simplesmente dado” e indiferente à experiência: “Mas por onde passa a consumação deste processo de alienação na obra de Hegel? Na concepção hegeliana de tempo que, segundo Heidegger, representa o desdobramento pleno da concepção vulgar onde o tempo é entendido como sucessão de vários ‘agora’, ‘no horizonte do antes e do depois’. (...) Numa palavra, tempo significa ‘curso do tempo’. Esta concepção vulgar, segundo a análise de Heidegger, se insinua progressivamente na história da metafísica ocidental como princípio regulador da alienação do sujeito.” DUQUE ESTRADA, op. cit., p. 119-120.

²⁰ Ibid., p. 464-465 (§72). O sentido do alemão *Selbigkeit*, diferente de *Gleichheit* (similaridade total/identidade) e *Selbstheit* (a condição que caracteriza o si) nos parece mais próximo de “ipseidade” (em inglês, *Selfness*) do que de mesmidade (também em inglês, *sameness*); contudo, *Selbigkeit* é usado por Heidegger com intenção de opor à ipseidade do sujeito que se re-conhece (que corresponderia em alemão a *Selbstheit*) uma ipseidade de *Dasein*, que se põe no mundo (uma ipseidade do próprio modo de ser, e não como construção por oposição ou identificação a outros e ao mundo). Por esse motivo, Inwood e Schuback optam respectivamente por *sameness* e mesmidade. INWOOD, Michael. *A Heidegger Dictionary*. Oxford: Blackwell, 1999, p. 32.

²¹ Ibid., p. 465.

Dasein, portanto, não pode ser reduzido a algo que se manifesta simplesmente e repetidamente ao longo do desenrolar temporal, mas contém em si como pressuposto seus dois “fins”: de um lado, no sentido da morte, que não é tão somente algo que um dia acontecerá, mas que está “pendente em advento”; e na direção do nascer, que não um passado dado, pois em seu entender nunca cessa de ocorrer: “a presença só existe nascendo e é nascendo que ela já morre”²². O nexa da vida é portanto uma condição imanente de *Dasein*, não podendo este existir como algo simples dado e destituído de qualquer solidariedade com outro existir noutra momento, vinculado ao mesmo ser humano. Sabemos que a presença ou *Dasein* heideggerianos não são análogos do sujeito ou da pessoa, mas compreendemos que a ideia de um modo de ser cuja experiência é marcada por um tal nexa, ainda complementada por uma qualidade de “sempre/a cada vez meu” (*je meines, Jemeinigkeit*)²³, nos conduz à conclusão de que o ser do homem é, ao menos em potência (e sempre que autêntico)²⁴, um ser enraizado na temporalidade, onde mantém uma mesmidade [*Selbigkeit*] consigo mesmo outrora e no futuro.

Nossa apropriação do pensamento de Heidegger se dá na medida em que o enraizamento da existência no tempo nos oferece a possibilidade de interpretar sua expressão na linguagem como algo informado pelo nexa da vida. Acreditamos, como veremos adiante, que a atitude diante da vida que opera na composição do texto autobiográfico pode ser compreendida como fundada no nexa da vida de *Dasein* – não como sentido vulgar da vida, mas como expressão genuína da existência em sua dupla finitude.

1.3 A revelação do sujeito no discurso da ação: Hannah Arendt

O nexa da vida proposto por Heidegger, contudo, não dá por resolvida a questão da expressão verbal da identidade pessoal, cuja variância no plano temporal provoca certa perplexidade a cada tentativa. A discussão de Hannah Arendt em torno da ação humana²⁵, embora não solucione no plano estritamente fenomenológico o problema da manutenção da pessoa, oferece subsídios para um melhor entendimento do estatuto da pessoa no discurso. Seu pensamento é dedicado ao universo político, de maneira que a problemática segue o

²² Ibid., p. 466.

²³ INWOOD, Michael. *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 30.

²⁴ Ibid., p. 11. Segundo Inwood, “*Dasein* não perde a si mesmo como se perde um guarda-chuva. Ele o perde ao ‘cair na ocupação’. Ele cai em e é absorvido pelo ‘mundo’, de tal forma que esquece a si mesmo como um ente autônomo e interpreta a si mesmo em função de suas preocupações correntes” (loc. cit.).

²⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 188-259.

corrimão das relações na esfera pública: compreende que a ação só adquire significado ao se inserir na “teia das relações humanas”. A ação, contudo, não se deixa dizer sem suscitar a pergunta “quem?”, que é tomada de Heidegger, para quem a ação ainda não era o problema central²⁶. A pergunta “quem é este alguém?” causa, sempre que levantada, uma potencial perplexidade, pois clama pela “manifestação da identidade impermutável de quem fala e age”²⁷ que, apesar de plenamente visível, “retém certa curiosa intangibilidade que frustra toda tentativa de expressão verbal inequívoca”. Segundo a autora de *A condição humana*, a pergunta “quem?” é frequentemente confundida com a pergunta “o quê?” e é então respondida de maneira insatisfatória com uma enumeração de qualidades, perdendo de vista aquilo que é verdadeiramente singular e específico ao “quem”. A isto se relaciona, diz Arendt, o fracasso da filosofia em fornecer uma definição do homem²⁸.

A mencionada frustração não está relacionada a uma insuficiência na expressão de atividades “sólidas e produtivas como a fabricação, a contemplação, a cognição e até mesmo o labor”, pois deriva de algo que está para além das finalidades próprias da ação. O que falta é o elemento da “revelação”, que aflora no discurso sobre a ação, interpondo entre os homens o mundo do qual procedem seus interesses – tudo aquilo que “está entre” as pessoas “e que, portanto, as relaciona e interliga”. A ação e o discurso dizem respeito em primeiro lugar à mediação do que “está entre”, “de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, *refere-se* a alguma realidade mundana e objetiva”²⁹. Tal revelação do mundo e dos interesses no intercurso humano “revela” o sujeito e é inseparável de outra mediação por palavras e atos, necessária em virtude da condição social do homem, tão intangível quanto real, que Arendt denomina “teia de relações humanas”³⁰.

Essa teia, na qual o homem já nasce inserido, condiciona a ação humana e é também aquilo sobre o que incide a ação. Esse plano mediador de matérias, pessoas e interesses constrange a realização dos objetivos de quase toda ação; contudo, é graças a ele, cuja realidade é constituída unicamente pela ação, que esta enseja a produção de histórias, “intencionalmente ou não com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis”³¹. O “quem” instado pela ação faz com que tais histórias tenham por resultado

²⁶ A pergunta já aparece em *Ser e tempo* (§25) vinculada à especulação sobre a ontologia do si-mesmo – para Heidegger, a resposta não se dá pela expressão de um “espírito” “simplesmente dado” correspondente ao sujeito da metafísica, mas na demonstração da própria existência.

²⁷ *Ibid.*, p. 194.

²⁸ *Loc. cit.*

²⁹ *Ibid.* p. 195.

³⁰ *Loc. cit.*

³¹ *Ibid.*, p. 197.

contar menos a ação propriamente dita do que de seus sujeitos ou “heróis”, conforme a terminologia épica³². A resposta adequada à pergunta “quem?”, portanto, deve se ater àquilo que verdadeiramente a suscita e narrar a ação. Para tanto, ela fará da sequência dos atos do “quem” o que o drama faz com o herói: transmite o seu sentido “imitando” seus atos:

A história real, em que nos engajamos durante toda a vida, não tem criador visível nem invisível porque não é criada. O único “alguém” que ela revela é o seu herói; ela é o único meio pelo qual a manifestação originalmente intangível de um “quem” singularmente diferente pode tornar-se tangível *ex post facto* através da ação e do discurso. Só podemos saber quem um homem foi se conhecermos a história da qual ele é o herói – em outras palavras, sua biografia; tudo o mais que sabemos a seu respeito, inclusive a obra que ele possa ter produzido e deixado atrás de si, diz-nos apenas *o que* ele é ou foi.³³

Na introdução de em *Entre o passado e o futuro*, Arendt introduz a parábola de Franz Kafka do homem (“ele”) que luta ao mesmo tempo contra dois inimigos (que são também inimigos entre si), cada qual empurrando-o para um sentido de uma mesma reta. Essas forças com que “ele” se choca representam, aqui, passado e futuro. Arendt leva a imagem um passo além, defendendo que seria mais apropriado falar num paralelogramo de forças, no qual passado e futuro se chocam um contra o outro, ambos contra o homem, resultando terceiro vetor, que é a linha sobre a qual a autora vê a possibilidade do pensamento humano³⁴. A verdade tem as melhores condições de se revelar quando se vive um intervalo entre o ter sido e o porvir³⁵. Na parábola, o passado “é visto como uma força, e não (...) como um fardo” de que se pode desfazer, e é o que “empurra” o homem para frente, ao passo que o futuro o impele para trás³⁶. O tempo não se manifesta como um contínuo, mas como algo que nos chega partido ao meio, e que só compreendemos mediante nossa batalha por um “lugar” nele; o tempo não pode ser simplesmente acompanhado, mas conquistado. A possibilidade do pensamento, por sua vez, se dá no vetor resultante, cujo percurso é “um pequeno espaço intemporal no âmago do tempo”, que possibilita momentaneamente escapar à luta e tornar-se juiz³⁷. Não se trata, como na concepção tradicional que a autora critica, de um “saltar fora do tempo”, mas de um afastamento momentâneo do ponto onde passado e presente se encontram que se dá, em sua ilustração, *ao longo* da diagonal que resulta do choque entre passado e futuro, ponto este que indica o estar no mundo. É ao longo dessa linha, ao se afastar do ponto

³² Ibid., p. 196-197.

³³ Ibid., p. 198-199.

³⁴ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva: 2014, p. 37-40.

³⁵ Ibid., p. 35-36.

³⁶ Ibid., p. 36-37.

³⁷ Ibid., p. 40.

onde as forças se encontram, que ela situa o tempo em que estamos quando pensamos, que se dá como afastamento da realidade, mas não do tempo em si³⁸. Essa faculdade que visa ao intemporal, o pensamento, provém tanto do passado como do futuro. Novamente, é preciso lembrar que não estamos tratando do “sujeito”, mas do homem, e que transitamos no terreno das metáforas. Há, porém, uma enfática afirmação da temporalidade do homem, reforçando a necessidade de uma compreensão igualmente temporal de sua identidade.

As reflexões de Arendt nos apontam os instrumentos que possibilitam dizer o sujeito que age e se movimenta no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que concebem uma relação entre temporalidade e pensamento. Se, de um lado, a narrativa se mostrou como modo de expressão do sujeito agente na linguagem, de outro, o pensamento pôde ser circunscrito à condição temporal, abandonando a noção tradicional de um plano exterior ao tempo como solo do pensar humano. Resta, porém, o problema da identidade: o sujeito pôde ser dito (antes por outros do que por si mesmo, pois é do ponto de vista a linguagem extra-referencial que a Arendt desenvolve seu argumento), mas sua identidade ainda carece de fundamentação, visto que ainda se pode suspeitar que, mesmo podendo ser “dito”, o testemunho do sujeito sobre si pode não ser fiável, menos por uma questão de sinceridade do que por sua mutabilidade no tempo.

1.4 A narrativa como identidade: Paul Ricœur

Paul Ricœur, cujo pensamento é profundamente influenciado por Arendt, Heidegger e Benveniste, elabora um conceito de identidade que procura abarcar as problemáticas que acabamos de examinar. Sua obra, segundo a interpretação de Jeanne-Marie Gagnebin, que a denomina uma “filosofia do *cogito* ferido”, é uma tentativa de elaborar uma “hermenêutica do si pelo desvio necessário dos signos da cultura”³⁹. Nosso interesse pelas reflexões de Ricœur reside na maneira com que elas apresentam a narrativa como solução para a aporia fenomenológica entre o eu pensante e o tempo. É com ele que conseguiremos finalmente articular os quatro elementos inicialmente dispersos do problema autobiográfico: sujeito, identidade, tempo e narrativa.

O conceito de identidade narrativa se encontra formulado pela primeira vez nas últimas páginas do terceiro volume de *Tempo e narrativa* e é posteriormente explorado com

³⁸ SCHITTINO, Renata Torres. *Hannah Arendt, a política e a história*. Tese (doutorado em História Social da Cultura). Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro 2009, p. 184-186.

³⁹ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 163.

maior detenção em *O si mesmo como um outro*. Nos três volumes de *Tempo e narrativa*, Ricœur dedicou-se exaustivamente ao teste da hipótese de que a narrativa é o exercício poético (no sentido de uma ação cujo fim está para além de si mesmo, em oposição à práxis)⁴⁰ que possibilita a expressão da temporalidade no discurso. Para Ricœur, toda tentativa de dizer o tempo sem intermédio da narrativa resulta em aporia: quanto mais elaborada a tentativa, mais profunda a aporia. De sorte que, conclui ele, a narrativa é identificada como o único remédio capaz de desfazer os “nós” colocados pela indizibilidade do tempo⁴¹. Segundo sua hipótese, somente a narrativa é capaz de fazer a “ponte” sobre o abismo entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico, dada a incompatibilidade entre a percepção cotidiana do tempo, enviesada pela perspectiva pessoal, e a extensão e progressão indistinta e universal do tempo cosmológico⁴². O tempo narrado resultaria então num “terceiro tempo” entre os dois últimos, equilibrado entre o tempo narrado ficcional (subjetivo) e o tempo da narração historiográfica, inscrito no tempo cosmológico⁴³. No plano pessoal, esse terceiro tempo é importante porque a aporia atravessa o sujeito: percebemos o tempo à nossa própria maneira, mas estamos igualmente situados dentro do tempo histórico. É nesse espaço, e em virtude dessas condições, que surge a identidade narrativa:

O rebento frágil proveniente da união da história e da ficção é a *atribuição* a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos denominar sua *identidade narrativa*. “Identidade” é tomado aqui no sentido de uma categoria da prática. Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à pergunta: *quem* fez tal ação? *Quem* é seu agente, seu autor? Para começar, responde-se a essa pergunta nomeando alguém, isto é, designando-o por um nome próprio. Mas qual é o suporte da permanência do nome próprio? O que justifica que o sujeito da ação, assim designado por seu nome, é o mesmo ao longo de uma vida que se estende do nascimento até a morte? A resposta tem de ser narrativa. Responder à pergunta “quem?”, como disse claramente Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história contada diz o *quem* da ação. *Portanto, a identidade do quem não é mais que uma identidade narrativa.*⁴⁴

⁴⁰ A distinção entre *poiesis* e práxis no mundo helênico é assim compreendida por Giorgio Agamben: “Enquanto no centro da práxis estava (...) a ideia de vontade que se exprime imediatamente na ação, a experiência que estava no centro da *poiesis* era a pro-dução na presença, isto é, o fato de que, nela, algo viesse do não-ser ao ser, da ocultação à plena luz da obra. O caráter essencial da *poiesis* não estava, portanto, no seu aspecto de processo prático, voluntário, mas no seu ser um modo de verdade, entendida como des-velamento”. AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 118.

⁴¹ RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa 3*. O tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 411.

⁴² *Ibid.*, p. 415.

⁴³ *Ibid.*, p. 417-418.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 418.

Voltamos, portanto, ao problema da manutenção da pessoa, sobre a qual paira o risco de extravio no tempo. A solução de Ricœur é “uma categoria da prática” que ele acredita ser universal, atribuindo-a também às comunidades humanas. O que mantém a pessoa, não obstante toda sorte de mudanças pelas quais possa passar no corpo e no espírito ao longo do tempo e do espaço, é a sua identidade narrativa, algo dependente de uma capacidade de se auto-narrar. Notemos que o termo é explicitamente distinto de *identidade pessoal*, pois trata-se de outro conceito: enquanto um se sustenta sobre a manutenção de qualidades substanciais, o outro necessita somente de uma história a se contar. Ricœur acredita com isto apaziguar as objeções da tradição cética, contornando a antinomia da identidade no tempo pela via da narrativa:

Sem o auxílio da narração, o problema da identidade pessoal está, de fato, fadado a uma antinomia sem solução: ou se supõe um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados, ou então se considera, na esteira de Hume e Nietzsche, que esse sujeito idêntico não passa de uma ilusão substancialista, cuja eliminação faz aparecer tão somente um puro diverso de cognições, emoções e volições.⁴⁵

A proposição de Ricœur lança mão da sutil distinção entre dois termos latinos que são traduzidos no português pela palavra “mesmo”: *ipse* e *idem*. *Idem*, de onde derivamos a palavra “identidade”, aproxima-se mais fielmente de “a mesma coisa”, ao passo que *ipse* se traduz por “(a) si mesmo”. O *ipse*, portanto, estaria para “quem” assim como *idem* estaria para “o quê”. Enquanto *idem* pressupõe uma coincidência numérica e substancial (no sentido em que dizemos que um objeto é idêntico a outro porque possui as mesmas qualidades), *ipse*, no entender de Ricœur, toma por necessária a continuidade temporal, mas não tanto uma congruência substancial⁴⁶: uma pessoa num dado momento não é necessariamente idêntica a si mesma no passado ou no futuro, mas é a mesma (*ipse*) pessoa. A identidade narrativa está portanto muito mais ligada a uma “ipseidade” do que a uma “mesmidade”. Isso faz com que seu conceito tenha uma maior resistência aos ataques que se levantam contra a identidade pessoal baseados na mutabilidade do sujeito ao longo de uma vida. Ricœur defende que, mesmo que aceitemos a plausibilidade dos *puzzling cases* de ficção científica envolvendo teletransporte e transplantes mentais com que Derek Parfit procura refutar a noção de identidade pessoal, a narrativa segue garantindo a manutenção de um si-mesmo. Ricœur compreende que esses casos revelam a insuficiência da mesmidade na definição da

⁴⁵ Loc. Cit.

⁴⁶ RICŒUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. XIII.

identidade, mas, com relação à ipseidade, apenas demonstram que as experiências não pertencem àqueles que as vivem⁴⁷.

Notemos que, seguindo seu argumento, a possibilidade da atribuição da ipseidade à pessoa depende sobretudo da poética da narrativa, que a conduz por meio de suas configurações próprias (não necessariamente mantendo suas características) pelo plano temporal. A operação dessa poética permite, dessa maneira, que o si-mesmo seja sucessivamente refigurado sem que eventuais mudanças pelas quais venha a passar signifiquem o seu extravio no meio do percurso. O si-mesmo passa assim a admitir a possibilidade de ter sido um “outro”, no sentido de “algo” diferente do que é agora, mas não outra pessoa: escapa ao dilema entre o Mesmo e o Outro – que permitira ao ceticismo de Hume e Nietzsche negar o sujeito em favor de “puro diverso de cognições, emoções e volições” – “na medida em que sua identidade repousa numa estrutura temporal conforme ao modelo de identidade dinâmica oriundo da composição poética de um texto narrativo”⁴⁸. Abandona-se a identidade abstrata do Mesmo (a identidade *stricto sensu* do sujeito idêntico a si mesmo a todo momento) para, com a identidade narrativa, admitir-se a mudança e a mutabilidade dentro daquilo que Heidegger denominara “nexo da vida”⁴⁹. Essa mudança de ênfase está relacionada à natureza da poética da narrativa, onde a intriga se sustenta não sobre o caráter, mas sobre a ação das personagens, conforme o comentário de Aristóteles sobre as partes que a mimese opera na composição da tragédia encontrado na *Poética*:

A mais importante dessas partes é a trama dos fatos, pois a tragédia é a mimese não de homens, mas das ações e da vida [a felicidade e a infelicidade se constituem na ação, e o objetivo visado é a ação, não uma qualidade; pois, segundo os caracteres, os homens possuem determinadas qualidades, mas, segundo as ações, eles são felizes ou o contrário].⁵⁰

A condição desse si-mesmo sustentado pela identidade narrativa é na linguagem a de um sujeito que se constitui “simultaneamente como leitor e como *scriptor* de sua própria vida”: sabe quem é a partir das narrativas que elaborou de si mesmo, e a partir delas continua a se narrar. Ricœur afirma portanto que a contínua refiguração de si por si-mesmo “faz da

⁴⁷ Ibid., p. 132-144.

⁴⁸ RICŒUR, 2010, p. 418-419.

⁴⁹ Ibid., p. 419. Ricœur traduz “Zusammenhang des Lebens” por “cohésion de la vie” em *Temps et Récit 3* (RICŒUR, Paul. *Temps et Récit*. Tome III. Paris: Seuil, 1985, p. 355). Em *Soi-même comme un autre*, o mesmo autor se refere ao mesmo conceito como “connexion de la vie” (RICŒUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1996, p. 168).

⁵⁰ ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015, p.79-81 [1450a, 15-19]. O colchete indica trecho duvidoso suprimido (*delenda*), conforme a orientação de Rudolf Kassel.

própria vida um tecido de histórias narradas”. A afirmação da narratividade não cumpre em Ricœur um papel puramente descritivo. Ele afirma ainda que o lastro narrativo da identidade faz com que a narração seja um requisito necessário à ética. Isso porque a narrativa, por mais desinteressada que se pretenda (como é o caso da historiografia), não consegue deixar de lado alguma forma de juízo ético a respeito do que está a narrar, servindo como propedêutica à ética – Ricœur vê na literatura, onde a perspectiva é, inversamente, interessada, um “laboratório” para a ética⁵¹. A boa vida, portanto, é uma vida habituada à narrativa (sobre si mesmo, sobre a história de sua comunidade e também sobre personagens e eventos ficcionais), na qual a catarse provocada pelo contato com a narrativa permite um conhecimento genuíno de si, que é também um conhecimento ético:

Essa conexão entre ipseidade e identidade narrativa confirma uma de minhas mais antigas convicções, qual seja, a de que o *si* do conhecimento de si não é o eu egoísta e narcísico do qual as hermenêuticas da suspeita denunciaram tanto a hipocrisia como a ingenuidade, tanto o caráter de superestrutura ideológica como o arcaísmo infantil e neurótico. O *si* do conhecimento de si é fruto de uma vida examinada, segundo as palavras de Sócrates na *Apologia*. Ora, uma vida examinada é, em grande medida, uma vida depurada, clarificada pelos efeitos catárticos das narrativas tanto históricas como fictícias veiculadas por nossa cultura. A ipseidade é portanto a de um *si* instruído pelas obras da cultura que ele aplicou a si mesmo.⁵²

A relação entre o “caráter” (que Ricœur define posteriormente como “o *si* com aparência de mesmidade”⁵³) de um indivíduo ou de um povo e as narrativas elaboradas a seu respeito, que, na tradição cética, dá lugar à constatação de que a identidade pessoal não passa de ilusão substancialista, funciona em Ricœur como um “círculo hermenêutico” onde, de um lado, o caráter se deixa dizer pela narrativa, e, de outro, a narrativa prévia informa o caráter, não havendo como isolar um elemento como sendo causa original do outro. O conceito de identidade narrativa funciona para Ricœur como “resolução poética” desse círculo⁵⁴. É importante salientar que a alternância de ênfases entre mesmidade e ipseidade, ou ainda, entre a constância do caráter e a expressão da vida como devir (onde a mutabilidade é precisamente o que legitima a existência) na constituição do sujeito se manifesta de maneira variada, a depender do contexto histórico-cultural. É o que ilustra a observação de Erich Auerbach sobre

⁵¹ RICŒUR, 2014, p. 114.

⁵² RICŒUR, 2010, p. 419. As implicações éticas da narrativa são tematizadas com maior fôlego ao final do sexto estudo de *O si-mesmo como outro*. RICŒUR, 2014, p. 174-181.

⁵³ RICŒUR 2014, p. 131.

⁵⁴ RICŒUR, 2010, p. 421.

o desnível qualitativo entre o estilo narrativo das escrituras hebraicas e o das epopeias homéricas:

Os próprios seres humanos dos relatos bíblicos são mais ricos em segundos planos do que os homéricos; eles têm mais profundidade quanto ao tempo, ao destino e à consciência. Ainda que estejam quase sempre envolvidos num acontecimento que os ocupa por completo, não se entregam a tal acontecimento a ponto de perderem a permanente consciência do que lhes acontecera em outro tempo e outro lugar; seus pensamentos e sentimentos têm mais camadas e são mais intrincados. O modo de agir de Abraão explica-se não só a partir daquilo que lhe acontecera momentaneamente ou do seu caráter (como o de Aquiles por sua ousadia e orgulho, o de Ulisses por sua astúcia e prudente previsão), mas a partir de sua história anterior.⁵⁵

O primado da narrativa na constituição da pessoa continua, evidentemente, suscetível a contestações, das quais expomos agora um exemplo, a título de fortalecer dialeticamente nossa visada teórica. O filósofo inglês Galen Strawson, identificando em nossa era uma “moda” da narratividade que considera prejudicial ao entendimento da vida, dedica à questão um artigo intitulado *Against Narrativity*. No seu entender, a “maioria pró-narrativa” de filósofos, entre os quais cita Ricœur, produziu duas teses acerca da relação entre narrativa e vida, ambas as quais considera incorretas. Segundo a primeira, de natureza descritiva, a narrativa seria predicado necessário da existência humana. A segunda tese é prescritiva e defende que a narrativa é um fundamento da conduta ética. Como vimos, Ricœur é um partidário de ambas. O argumento de Strawson é simples: nenhuma delas se sustenta, porque estão ambas fundadas em preconceitos que universalizam a perspectiva pessoal de seus proponentes (a narrativa descreve a condição humana porque descreve minha condição; a boa vida é a vida narrada porque minha vida é boa, bela, justa etc na medida em que atenta para narrativas que me permitem identificar o bem, o belo, a justiça etc). Strawson defende que é possível viver (e bem) sem grande preocupação com um ordenamento sistemático da vida numa narrativa, o que não significa que o ser humano não seja capaz de rememorar eventos ou que isso não tenha qualquer importância. Strawson utiliza sua própria concepção de vida como evidência empírica: ele mesmo diz que, ao se lembrar de eventos passados, experimenta a sensação de ver a história de outra pessoa. Afirma ainda que tem a mais absoluta certeza que a pessoa que esteve presente naquele acontecimento não é quem ele é agora. A narratividade seria então a condição de uma parcela da humanidade e sua universalização e normatização um engano que, tendo se incorporado ao senso comum, causa grande sofrimento àqueles que

⁵⁵ AUERBACH, Erich. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 9.

não se encaixam no modelo. O pensamento “pró-narrativa”, segundo Strawson, decorre de uma fixação narcísica com a própria pessoa (algo que associa à religiosidade) indevidamente generalizada como descrição e prescrição⁵⁶.

As objeções levantadas por Strawson não são triviais. Com relação à tese prescritiva, não nos parece que a objeção prejudica nosso trabalho, dado que uma possível dimensão ética da narrativa não é essencial à análise pretendida⁵⁷. Ela pode ser, ainda com o aval de Strawson, uma característica, ainda que viciosa, do senso comum narrativo, podendo ser atribuído a nosso objeto por tratar-se justamente de uma narrativa. A tese prescritiva torna-se, nesse caso, uma constatação descritiva a respeito de nosso objeto, sendo seu elemento prescritivo interno a ele. A refutação da tese descritiva, por outro lado, poderia enfraquecer nossa proposta. Contudo, dado que Strawson admite que há, sim, um modo de vida narrativo, não há qualquer impedimento à aplicação de um arcabouço teórico baseado na narrativa a um texto autobiográfico, precisamente a forma consagrada que a auto-narração encontra na literatura moderna.

1.5. Balanço teórico

Antes de passarmos a uma discussão em torno das dimensões práticas do indivíduo e da escrita de si, façamos uma clarificação retrospectiva daquilo que aproveitamos dos textos discutidos até o momento. Primeiramente, optamos junto a Benveniste pelo pressuposto de que o sujeito deve ser tomado como uma entidade interna à linguagem. Disso segue que não haverá em nossa análise o texto autobiográfico uma oposição entre um sujeito intratextual e

⁵⁶ STRAWSON, Galen. Against Narrativity. *Ratio*, v. 17, n. 4, dez 2004, p. 428-452.

⁵⁷ Ainda assim, é válido lembrar que os argumentos com que Strawson procura refutar a conexão entre ética e narratividade são os mais controversos de seu artigo. Sua posição, que poderia ser defendida de outro modo, é amparada pelo emprego de insinuações de que a maioria pró-narrativa seria composta, ela própria, por indivíduos com eticamente deficientes. Isto porque seriam levados a suas crenças “por um senso de sua própria importância ou significância ausente em outros seres” (STRAWSON, op. cit., p. 436) ligada à religiosidade, sumariamente considerada por ele, sem a apresentação de qualquer evidência, como “um dos veículos fundamentais do narcisismo humano” (p. 437, nota 18). Strawson atribui a popularidade da tese a uma tendência geral ao erro na composição da teoria e ao modismo intelectual (p. 439) e dá como exemplo final da capacidade de um indivíduo não-narrativo de cultivar a amizade e a lealdade o caso de Michel de Montaigne, que, nas próprias palavras, teria tido uma memória ruim, o que não o impediu de dedicar seu ensaio sobre a amizade a seu falecido amigo Étienne de la Boétie (p. 449-450). Montaigne também diz, por exemplo que o arrependimento é “apenas um desmentido de nossa vontade, uma reviravolta de nossos pensamentos” que “faz o homem renegar sua virtude passada e sua continência” (MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 351) e que pouco se arrepende (p. 348). Esta, assim como muitas outras passagens dos *Ensaio*, poderia pertencer ao campo oposto na sistematização que Strawson faz dos tipos de experiência temporal, o da vida diacrônica. A associação de Montaigne a uma família de escritores “episódicos” (entre os quais ele cita também Marcel Proust) não é justificada por mais que a suposta má memória do autor e tem, como o resto do artigo, um tom extremamente intuitivo. Essa é, porém, precisamente a força de seu argumento.

outro extratextual, ou ainda entre um sujeito na linguagem e uma “pessoa” que o precede – o que há é, em lugar disso, um cotejo com diferentes textos como ferramenta da interpretação do objeto. Haverá, portanto, comentários a respeito do que sabemos sobre a pessoa “fora” do texto, entretanto, estes também se originam no plano da linguagem (tomando como base, por exemplo, uma entrevista, uma carta, uma entrada de diário) e são tomados tão somente como subsídios ao entendimento da constituição do sujeito. Seguindo o linguista, enfatizamos a ancoragem da linguagem na subjetividade e na intersubjetividade, o que alarga a importância do sujeito na compreensão dos textos – eles não são fins em si mesmos, integrando uma trama intertextual e, portanto, intersubjetiva.

O caráter atual da enunciação (a efemeridade do *eu*, sempre enraizado na instância do discurso) nos introduz o problema da variância qualitativa do sujeito no tempo. Com ele aparecem as objeções ao conceito de identidade pessoal, que são combatidas pelas noções de “sempre meu” e “nexo da vida” propostas por em Heidegger. A compreensão que Heidegger tem da existência nos oferece, em nossa análise do texto autobiográfico, a possibilidade de pensar a sua escritura como expressão verbal do enraizamento temporal da existência: pensar introspectivamente o existir para além daquilo que nos acontece um momento após o outro, como um modo de ser que possui um nexo temporal. Mesmo escrito por alguém cuja vida não terminou, o texto autobiográfico impõe um nexo temporalmente regulado à vida sobre que se escreve e, contrariamente à biografia escrita por terceiros, implica uma autorreflexão existencial. A temporalidade inerente de *Dasein* (ou, ainda, a mesmidade/ipseidade⁵⁸ de *Dasein* com relação a si mesmo a cada momento) dá uma resposta ainda parcial e primariamente prescritiva ao problema, dado que *Dasein* pode ser “perdido” no “mundo”⁵⁹.

A análise de Hannah Arendt n’*A condição humana* sobre o conceito de ação, por outro lado, nos mostra que o sujeito é algo que se revela na linguagem como resultado da necessidade de descrever a ação e fazer com que ela não se perca no tempo, que suscita a pergunta “quem?”. O sujeito aflora, portanto, não mediante a descrição de seu caráter (correspondente a “que” e não “quem”), mas de uma série de ações por meio das quais interage na teia das relações humanas. Como esse dizer da sucessão de ações se faz em atenção ao seu desenrolar temporal, o “quem” só pode vir à luz no seio de uma narrativa. Isto não significa que o “o quê” da pessoa não importa, apenas que ele, sozinho, não dá uma resposta satisfatória ao “quem”. Em *Entre o passado e o futuro*, vimos que, para Arendt, o pensamento se dá mediante o afastamento momentâneo da realidade numa linha que resulta

⁵⁸ Ver acima nota 20.

⁵⁹ INWOOD, 2002, p. 11.

do choque do indivíduo com as forças do passado e do futuro (e é, portanto, uma atividade intrinsecamente temporal), o que novamente nos traz à questão temporalidade do ser, mas ainda não explicita a natureza de sua associação com o sujeito. A resposta, se quisermos ser fiéis a Benveniste em sua concepção do sujeito como produto da linguagem, só pode ser vislumbrada se contar com o intermédio desta.

O “círculo hermenêutico” entre caráter (ou substância do ser, ou o si-mesmo em aparente mesmidade) e narrativa se fecha com o conceito de identidade narrativa proposto por Paul Ricœur. Aquilo que já se anunciava em Arendt como o desvelamento na linguagem de algo que estava para além da ação, a poética da narrativa, funciona em Ricœur como garantidor da identidade. O conceito não é o de um “mesmo” que se mantém (portanto difere da identidade pessoal e também do *Dasein*, embora possamos admitir que a diferença é meramente terminológica, porque repousa tão somente sobre a diferença entre *ipse* e *idem*, algo que não é tematizado por Arendt ou Heidegger). O que Ricœur propõe é um si-mesmo que pode mudar ao longo do tempo, garantindo sua continuidade mediante uma visada narrativa sobre a própria vida. A identidade narrativa é ao mesmo tempo mais e menos do que a identidade pessoal, porque perde-se a mesmidade em troca de uma “ipseidade” sustentada pela narração. Aquilo que a identidade pessoal procurava manter, o caráter, ou ainda o “quê”, é em Ricœur o si em condição de aparente mesmidade. Compreendemos que esse predicado da identidade pessoal, que Ricœur deixa de lado, desempenha grande influência sobre o senso comum, como é possível ver nos textos autobiográficos nos quais o autor tenta sustentar a manutenção de um caráter ao longo da vida, não obstante eventuais suspeitas em contrário. Como nota o autor, a narrativa de uma pessoa sobre si mesma é um processo interminável que envolve uma “perlaboração” e sucessivas retificações de narrativas prévias, como é ilustrado exemplarmente pela psicanálise⁶⁰. Também notamos que, muitas vezes, a mudança qualitativa é narrativamente poetizada como devir biográfico ou devir da experiência, onde a mudança qualitativa, amiúde condensada figurativamente num evento-chave, expressa o sentido da narrativa de si. Isto clama, entretanto, por uma discussão em torno da escrita de si e sua relação com o indivíduo moderno.

2. Da escrita de si à autobiografia: história e forma

⁶⁰ RICŒUR, 2010, p. 420.

A natureza de nosso objeto de estudo faz necessário, para que executemos uma análise conscienciosa, um exame do contexto histórico e ideológico em que a autobiografia surge enquanto modalidade de escrita. Isto implica apontar a conexão histórica entre o surgimento do indivíduo como categoria do pensamento ocidental e o desenvolvimento da escrita de si nessa mesma tradição. Em seguida, elencaremos algumas características próprias da autobiografia como forma de escrita para, ao final, retomar nosso objeto.

2.1. Origens históricas da autobiografia

A autobiografia como a conhecemos hoje se insere num movimento muito mais amplo do pensamento ocidental, a saber, aquele da consagração do indivíduo pensante como condição inicial do conhecimento humano, que encontrará sua primeira exposição sofisticada no *Cogito* cartesiano. Em seu ensaio⁶¹ sobre a noção de pessoa, Marcel Mauss remonta as origens dessa “categoria do espírito humano” à atribuição de nomes a pessoas em sociedades tradicionais segundo critérios totêmicos⁶², passando pela *persona* latina, que ganha crescente importância moral – e conseqüente necessidade de constância temporal devido a sua imputabilidade – à medida que a civilização romana faz dela uma categoria de seu sistema jurídico⁶³. A vinculação da *persona* à consciência se consolida *pari passu* à incorporação do estoicismo ao pensamento romano, nos primeiros séculos da era cristã⁶⁴. Sua unidade como “substância e modo, corpo e alma, consciência e ato” é alcançada somente após a cristianização do império⁶⁵. O “eu” moderno, contudo, somente surgirá quando do assentamento da consciência individual no centro da metafísica, que, ensaiada desde Descartes, não estará segura senão depois de Kant, com Fichte. O primeiro põe a questão de se o “eu” é uma categoria metafísica; o segundo a responde fazendo do “eu” a “condição da consciência e da ciência, da Razão pura”⁶⁶.

A genealogia que Michel Foucault faz da escrita de si⁶⁷ lança uma luz sobre o momento seminal quando, na era clássica, membros da classe letrada começaram a se dedicar a uma forma de escrita que operava na própria subjetivação. Foucault nota que a prática da

⁶¹ MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “Eu”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 369-396.

⁶² *Ibid.*, p. 372-382.

⁶³ *Ibid.*, p. 385-389.

⁶⁴ *Ibid.*, p.390-391.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 392-393.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 395-396.

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992, p. 129-160.

escrita de si remonta, na tradição ocidental, aos *hypomnemata*, cadernos de notas nos quais, na antiguidade clássica, um público cultivado anotava experiências e pensamentos. Os *hypomnemata* não eram diários íntimos⁶⁸ ou “narrativas de si mesmo”; possuíam a estrutura a enumerativa e prosaica característica dos livros de contabilidade. Não se tratava de pôr no papel as profundezas do que existia de indizível em si, mas, antes, esses cadernos reuniam as experiências apreendidas pelo sujeito no dia a dia: “a memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas”⁶⁹. Eles faziam parte, contudo, de um exercício contínuo de “treinamento de si”, onde a meditação dava ensejo à escrita, a escrita à releitura, e esta, novamente, à meditação. Também nas cartas Foucault identifica a prática do “treinamento de si”. Nas cartas de Sêneca e Marco Aurélio a seus correspondentes, os conselhos, exortações e admoestações não são apenas socorros aos remetentes, mas também reforços à construção do próprio sujeito. Ali, ao contrário dos cadernos de anotações, encontra-se uma dimensão narrativa de si onde os acontecimentos do intelecto e do lazer têm precedência sobre aqueles relacionados ao mundo público, e cuja função é trazer a presença de si ao destinatário. Isso não se limitava a trazer um gozo especial à prática epistolar causado pela produção da presença do outro que está distante mediante uma coordenação signos (a caligrafia, o estilo, o relato da vida do remetente); tinha ainda o efeito de reforçar a subjetividade do remetente, que, para imprimir sua presença sobre o texto, lançava a si mesmo um olhar que desnudava e objetivava a própria alma⁷⁰. Foucault vê nesses exercícios, que integravam o conjunto mais amplo das práticas do “cuidado de si”⁷¹, precisamente a inauguração da tradição da subjetivação pela escrita. Conforme nota Diana Klinger,

Foucault mostra de que forma a escrita de si não é só um registro do eu, mas – desde a Antiguidade Clássica até hoje, passando pelo cristianismo da Idade Média – *constitui* o próprio sujeito, *performa* a noção de indivíduo. O discurso autobiográfico que se constitui na modernidade em continuidade com esse paradigma, como exacerbação do individualismo burguês, (...) que implica uma nova noção de sujeito.⁷²

⁶⁸ Os diários mantidos pelos romanos nada tinham de íntimo ou mesmo pessoal. Tratavam geralmente de assuntos coletivos (acontecimentos da vida familiar, notícias políticas e financeiras), ou então cumpriam a função de registros de contabilidade doméstica. Como a escritura não era considerada uma atividade digna das classes altas, os diários eram geralmente anotados por secretários. A forma foi abandonada na idade média e só adquire o tom pessoal pela qual a reconhecemos no século XVI. LEJEUNE, Phillipe. *On diary*. Manoa, Havaí. University of Hawaii Press, 2009, p. 52-53.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 135.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 150-151.

⁷¹ Cf. FOUCAULT, Michel. *The hermeneutics of the subject*. Lectures at the Collège de France, 1981-1982. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 1-24.

⁷² KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 22.

Aquilo que chamamos de autobiografia, contudo, só surgiria muitos séculos mais tarde, com o advento do indivíduo moderno em meio à emergência do mundo burguês, permanecendo até hoje uma especificidade da cultura ocidental⁷³. Não é, segundo Luiz Costa Lima, que a individualidade não fosse experimentada antes da modernidade, mas porque sua expressão se dava por meio de parâmetros ideológicos diferentes⁷⁴. A autobiografia moderna, nota Georges Gusdorf, é a obra de um indivíduo que crê que a história de sua vida é de interesse para outros e que sua morte deixará o mundo incompleto, portanto é necessário que ele se immortalize no texto autobiográfico⁷⁵. Essa concepção contrasta com uma visão pré-moderna da existência humana, onde o indivíduo ainda não havia perturbado a coletividade e, portanto, não havia grande oposição entre “eu” e “outros”, como já havíamos notado com Marcel Mauss. A primeira condição para o advento do gênero autobiográfico propriamente dito é uma sociedade entre cujos membros desenvolveu-se uma sofisticada consciência de si. É também essencial que a sociedade tenha deixado o domínio do mito e dos ensinamentos tradicionais para entrar numa compreensão histórica do tempo: a autobiografia faz sentido somente para aqueles que compreendem que o presente não é igual ao passado, e que este não se repetirá⁷⁶.

Gusdorf salienta que o confronto com a imagem de si mesmo é visto nas culturas tradicionais como um acontecimento agourento (a título de exemplo o autor nos lembra do mito de Narciso). A partir do final da Idade Média, entretanto, essa percepção muda graças a uma inovação tecnológica: o advento do espelho veneziano trouxe aos europeus a constante presença do próprio reflexo perfeito, tornando-o um aspecto corriqueiro da vida das camadas abastadas da sociedade. Santo Agostinho examinava sua própria imagem e se descrevia, nas suas *Confissões*, seguindo o postulado cristão da investigação dos mistérios da alma para a entrega a Deus, o que necessariamente levava a uma ênfase nas imperfeições do espírito. O espelho veneziano, que não lisonjeia nem desmerece, traz ao homem moderno a visão “real” de si, contribuindo para um movimento de secularização da cultura. É nesse contexto que “Montaigne descobre em si mesmo um novo mundo, um homem de natureza, nu e sem arte,

⁷³ GUSDORF, Georges. Conditions and Limits of Autobiography. In: Olney, James (Org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 29.

⁷⁴ LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. O controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 501.

⁷⁵ GUSDORF, op. cit., p. 29.

⁷⁶ Ibid, p. 30. O texto é anterior ao célebre ensaio de Koselleck sobre a emergência do conceito moderno de história, cf. KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae: The Dissolution of the Topos into the Perspective of a Modernized Historical Process*. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the semantics of historical time*. Nova York: Columbia University Press, 2004, p. 26-41.

cujas confissões ele nos oferece em seus *Ensaaios*, mas sem penitência”⁷⁷. É aí que o indivíduo moderno pode se expressar em seu todo, e a sinceridade torna-se uma virtude especial da narrativa: “complexidades, contradições e aberrações não causam hesitação ou repugnância, mas uma espécie de maravilhamento”⁷⁸.

A posição dos *Ensaaios vis-à-vis* o gênero autobiográfico não é, contudo, consensual. Luiz Costa Lima defende em *Limites da voz* que Montaigne ainda manobra seu “eu” em meio a um vazio, pois ainda não conta com um sistema que o legitime como fonte última do pensamento: o ensaio, apesar de se situar no “horizonte do autobiográfico” não separa o “eu como personagem” do “eu como autor”, de maneira que todo acidente destoante da expressão de um dever claramente orientado à produção de um sentido e uma forma para a vida (balizado por um sistema de pensamento que parte do “eu”) ainda tem lugar no ensaio montaigniano, mas não na autobiografia moderna. Tampouco predomina nos *Ensaaios* a forma narrativa. Costa Lima vê, sim, autobiografia no século XVI, mas em Benvenuto Cellini e Geronimo Cardano. Neles não há, porém, o autoexame radical que há em Montaigne e que haverá depois dele. Suas narrações estão orientadas para o ambiente fora do eu, sua visão de mundo é “heterodirigida” e o universo é compreendido de maneira monística – o eu ainda não tem profundidade psicológica e forças externas como o movimento dos astros são tidas como responsáveis últimas pelos acontecimentos terrenos⁷⁹. Trata-se de um realismo ostensivamente “criatural”, segundo a classificação de Auerbach, onde todo o relevo que se dá a determinado acontecimento não está a serviço da problematização de seu contexto. O que se quer desenhar ali é uma realidade mundana de horizontes estreitos, na qual a vivência humana não ultrapassa os limites do modelo fixado pela narrativa bíblica⁸⁰.

A centralização de um “eu” narrativamente orientado como fonte única de legitimação do texto só será plenamente concretizada nas *Confissões* de Jean-Jacques Rousseau⁸¹. Leonor Arfuch, juntando-se ao coro dos que identificam em Rousseau o primeiro escrito propriamente autobiográfico⁸², nota que no seu livro “começa a se delinear nitidamente a especificidade dos gêneros autobiográficos, na tensão entre a indagação do mundo privado, à luz da incipiente consciência histórica moderna, vivida como inquietude da temporalidade, e

⁷⁷ Ibid., p. 34.

⁷⁸ Loc. cit.

⁷⁹ LIMA, op. cit., p. 487-489.

⁸⁰ AUERBACH, op. cit., p. 215-216.

⁸¹ LIMA, Luiz Costa. *Limites da voz* (Montaigne, Schlegel, Kafka). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 89-99.

⁸² ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2010, p. 35.

sua relação com o novo espaço social”⁸³. O pano de fundo histórico de Rousseau é o da Europa das Luzes, onde o homem passa a se confrontar com novas exigências que partem da ordem social emergente. É o que nota Hannah Arendt, que credita a Rousseau a descoberta da intimidade, em meio a uma “rebelião contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade, (...) contra as exigências niveladoras do social, contra o que hoje chamaríamos de conformismo inerente a toda a sociedade”⁸⁴. Nasce dessa rebelião o indivíduo moderno, “com seus intermináveis conflitos, sua incapacidade de sentir-se à vontade na sociedade ou de viver fora dela, seus estados de espírito em constante mutação e o radical subjetivismo de sua vida emocional”⁸⁵. Assim, as *Confissões* serão a primeira expressão eloquente desse indivíduo, como ressalta Arfuch:

O surgimento dessa voz autorreferencial (“Eu, só”), sua “primeiridade” (“Acometo um empreendimento que jamais teve exemplo”), a promessa de fidelidade absoluta, (“Quero mostrar a meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza, e esse homem serei eu”) e a percepção de um *outro* como destinatário, cuja adesão é incerta (“Quem quer que sejais... Conjuro-vos... a não escamotear a honra de minha memória, o único momento seguro de meu caráter que não foi desfigurado por meus inimigos”), traçavam com veemência a topografia do espaço autobiográfico moderno.⁸⁶

2.2. Características e limites da autobiografia

Os estudos em torno do universo autobiográfico são perpassados por controvérsias a respeito dos limites e do caráter de seu objeto. Como observou William L. Howarth, a singularidade da autobiografia deu margem ao surgimento de um corpo crítico desconexo, de maneira que cada nova contribuição se sente compelida a uma nova definição do gênero⁸⁷. O conceito de autobiografia escapa facilmente a definições porque abarca um conjunto de objetos bastante variado em forma e conteúdo. Segundo James Olney, o escritor de uma autobiografia se depara com um projeto que não possui limites predefinidos: a autobiografia não produziu ao longo de vários séculos um modelo ou conjunto de regras necessário⁸⁸. Para Jean Starobinski, a autobiografia não é um gênero regulado, apenas requer certas condições

⁸³ Ibid., p. 35-36.

⁸⁴ ARENDT, 1987, p. 48-49.

⁸⁵ Ibid., p. 36.

⁸⁶ ARFUCH, op. cit., p. 48-49.

⁸⁷ HOWARTH, William. Some principles of autobiography. In: OLNEY, James (Org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 84.

⁸⁸ OLNEY, James. Autobiography and the cultural moment: a thematic, historical, and bibliographical introduction. In: OLNEY, James (Org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 3.

culturais ou ideológicas⁸⁹. Sua definição da autobiografia é a mais sucinta possível: trata-se da biografia de uma pessoa escrita por ela mesma⁹⁰. Adequa-se a textos que vão de uma página a vinte volumes. Philippe Lejeune, autor de diversas obras sobre o universo autobiográfico, define a autobiografia como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”⁹¹. Excluem-se, assim, as memórias, a biografia, o romance pessoal, o poema autobiográfico, o diário, o autorretrato e o ensaio, ainda que a autobiografia possa incorporar ao longo do texto essas modalidades. O que deve perpassar todo o texto para que se trate de uma autobiografia é, segundo Lejeune, uma identidade entre narrador, personagem principal e autor, o que se garante pela coincidência, em ambos, de um nome próprio, que é “a única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real que solicita que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo que é enunciado em todo o texto escrito”⁹². Para Lejeune, a autobiografia é sustentada por um “pacto” que o autor propõe ao leitor, assegurando essa identidade e a sinceridade do que é dito⁹³. Contudo, essa referencialidade não pode ser assegurada num sentido estrito, dado que, como observa Arfuch, o voto de “fidelidade” ao real implica a questão da separação entre autobiografia e ficção, o que não é trivial, dado que, “apesar do desejo de sinceridade, o ‘conteúdo’ da narração pode *escapar*, se perder na ficção, sem que nada seja capaz de deter essa transição de um domínio para o outro”⁹⁴, de forma que

mesmo quando o caráter *atual* da autobiografia, ancorada na instância de enunciação, permitir a conjunção de *história* e *discurso*, (...) fazendo dela uma entidade “mista”, não poderá escapar de um paradoxo: não somente o relato “retrospectivo” será indecível em termos de sua verdade referencial, mas, além disso, resultará de uma dupla divergência, “*uma divergência temporal e uma divergência de identidade*”⁹⁵.

É este precisamente o problema que leva Paul Ricœur a declarar ser impossível a mesmidade entre uma mesma pessoa em tempos diferentes. Retomando Arfuch, temos a autobiografia como algo que “permite ao enunciadador a confrontação rememorativa entre o que

⁸⁹ STAROBINSKI, Jean. The Style of Autobiography. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1980, p. 77.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 86.

⁹¹ LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975, p. 14.

⁹² *Ibid.*, p. 23.

⁹³ *Ibid.*, p. 26.

⁹⁴ ARFUCH, op. cit., p. 54.

⁹⁵ *Loc. cit.*

era e o que *chegou a ser*, isto é, a construção imaginária de ‘si mesmo como outro’⁹⁶. Se não há uma mudança radical, a ser transformada pela escrita num devir biográfico, dificilmente uma biografia é digna de interesse ou mesmo viável enquanto projeto⁹⁷. Starobinski observa que, na ausência desse, a autobiografia perde seu valor exemplar e poderia se tornar história, sem necessidade de narração em primeira pessoa⁹⁸. A vida autobiográfica é estruturada na forma de uma narrativa que, para despertar o interesse do leitor, necessita uma reconstrução da memória de fatos esparsos que, tomados em sua totalidade, seriam inapreensíveis. Assim, o narrador da autobiografia terá necessariamente um viés de ordem, unidade e finalidade, em prejuízo do “real” e em benefício de um sentido, a fim de apresentar sua vida “como devir da experiência, apoiado na garantia de uma existência ‘real’”⁹⁹.

O dilema autobiografia/ficção nos parece melhor solucionado pela análise de Luiz Costa Lima a seu respeito em *Sociedade e discurso ficcional*¹⁰⁰. Para ele, a autobiografia caracteriza um gênero (modalidade discursiva) próprio, distinto tanto da história como da ficção, mas que contém interseções com ambos¹⁰¹. O gênero se caracteriza por uma intenção de verdade (aproximando-se assim da história) contraditada pela impossibilidade de fazer da própria vida um objeto de análise historiográfica. A matéria-prima da empresa do autobiógrafo é o conjunto de suas próprias memórias, que, tornadas opacas com o tempo, requerem alguma dose de elaboração imaginativa (procedimento característico da ficção)¹⁰². Essa dupla apropriação de procedimentos de gêneros mutuamente opostos faz com que a autobiografia tenha um relacionamento particular com verdade e ficção, no meio do caminho entre a história e a ficção. Enquanto o horizonte do ficcionista é a “possibilidade de conhecer a existência” e o do historiador é a verdade sobre o acontecimento ou processo histórico¹⁰³,

O memorialista se põe entre os dois. Em relação ao historiador, não se pode dizer senão que apresenta um testemunho de boa fé (...). As memórias apresentam uma versão pessoal da história. Em relação ao ficcionista, não se pode declarar senão que seus direitos são outros; mais limitados por um lado, pois que não pode “inventar” o que se tenha passado; mais

⁹⁶ Ibid. p. 54-55. A autora alude aqui a ao título do livro de Ricœur (2014).

⁹⁷ STAROBINSKI, op. cit., p. 78.

⁹⁸ Loc cit.

⁹⁹ ARFUCH, op. cit., p. 71.

¹⁰⁰ LIMA, 2007, p. 455-511.

¹⁰¹ Costa Lima, embora trate do problema de uma forma diferente, dá à autobiografia a mesma posição *vis-à-vis* a história e a ficção que Ricœur dá à identidade narrativa. *Sociedade e discurso ficcional* foi terminado em fevereiro de 1985, ano da primeira edição de *Tempo e narrativa 3*.

¹⁰² Ibid., p. 508.

¹⁰³ Ibid., p. 506.

personalizados por outro, porque trata do que viveu na carne. Entre a ficção e a autobiografia, o eu se impõe como barra separadora.¹⁰⁴

Esse relacionamento próprio dá lugar, por meio da reiteração alternante de seus procedimentos de aproximação e distanciamento dos discursos do real e do imaginário, um padrão discursivo singular por sua instabilidade, tendendo ora à história, ora à ficção¹⁰⁵. Mesmo assim, nenhum leitor familiarizado com a autobiografia a confundirá com história ou ficção, não porque não haja contaminação pelos procedimentos discursivos dos dois gêneros, mas porque seu estatuto induz, pela forma mesma do discurso, a uma expectativa distinta¹⁰⁶. Resta, porém, certa assimetria entre autor e leitor com relação à “boa fé” do testemunho. A esse respeito Georges Gusdorf observa que “há um vazio considerável entre o plano declarado de uma autobiografia, que é simplesmente retratar a história de uma vida, e suas intenções mais profundas, que se dirigem a uma espécie de apologética ou teodiceia do ser individual”¹⁰⁷, de maneira que em alguns casos o abismo entre o que se sabe do destino do indivíduo e sua narração por ele mesmo traz uma visão do personagem oposta àquela que a história lhe conferiu. Um exemplo é o do Cardeal Retz, que, tendo fracassado em todas as contendas nas quais se envolveu durante sua vida, se apresenta em suas memórias como portador de um tirocínio político inigualável. A autobiografia adquire nesses casos contornos de uma última e decisiva chance de salvação, como uma vingança sobre a história¹⁰⁸. Não é o caso de falarmos necessariamente em mentiras, mas da própria diferença entre os gêneros historiográfico e autobiográfico. Este último tende incorrigivelmente, segundo Costa Lima, ao solipsismo: o universo autobiográfico não dá ao leitor, como faz a ficção, as condições de partilhar o que pretende oferecer, pois “escapa ao comércio de sentido”. Só o autor pode de fato exprimir sua vida para si mesmo, de maneira que o gênero se caracteriza pela tentativa de “*impor* ao outro a versão de si próprio”¹⁰⁹. A relação do leitor com a autobiografia não é propriamente a apreensão do sentido que foi dado pelo autor à própria vida mediante uma familiarização com o universo criado, mas, alternativamente, uma submissão a sua imposição autoritária ou seu abandono, implicando a “morte” do sentido criado pelo autor¹¹⁰.

É bastante comum nos estudos sobre o gênero autobiográfico uma ênfase sobre a relação da autobiografia com a atividade rememorativa. Reconhecendo essa relação, Barrett

¹⁰⁴ Loc. cit.

¹⁰⁵ Ibid., p. 510.

¹⁰⁶ Ibid., p. 504-506.

¹⁰⁷ GUSDORF, op. cit., p. 38.

¹⁰⁸ Ibid., p. 39.

¹⁰⁹ LIMA, 2007, p. 50-511.

¹¹⁰ Loc. cit.

Mandel rejeita a concepção corrente de que a autobiografia se resume a um conjunto de memórias, que ele afirma deixar escapar a natureza da composição do texto. Segundo Mandel, “em sentido estrito, a autobiografia não é uma recordação da vida de alguém”¹¹¹ As memórias são um fenômeno corriqueiro, espontâneo e natural, ao passo que a autobiografia é um artefato construído a partir de palavras, altamente elaborado. Memórias são experimentadas sem que necessariamente delas surja qualquer significado sobre a vida. O significado surge somente mediante um esforço autocontemplativo, que não é um produto da mente pura e simples, mas de uma “consciência autobiográfica” que trabalha as memórias de modo a produzir uma interpretação de si que abrange passado, presente e futuro¹¹². Em suas palavras, “uma coisa é guardar memórias na consciência, outra é escrever – isto é, compor a verdade de uma vida em palavras. Esse processo invariavelmente extrai sua verdade – por meio de tom, estilo, maneirismos e insights – do ser de uma pessoa”¹¹³. Na escrita autobiográfica, a verdade pode surgir em contradição com a memória: ao invocar memórias na escritura autobiográfica, pode-se chegar à conclusão de que o sentido, a “verdade” autobiográfica, pouco tem a ver com a sensação do passado que o ato rememorativo trazia¹¹⁴. As recordações estão, no empreendimento autobiográfico, “alistadas a serviço da captura da quintessência daquilo que tem a dizer agora, no presente, sobre sua própria vida”¹¹⁵.

Mesmo que a autobiografia não seja ficção (essa é também a posição de Mandel), o processo de produção de sentido pode envolver técnicas ficcionais, atribuindo a um dado acontecimento que fora experimentado de maneira casual um sentido que perpassa toda a narrativa, podendo mesmo se tornar o ponto central da obra. Ocorrem paralelamente na narrativa, de um lado, uma sucessão de eventos que, em isolamento, poderiam ser insignificantes, e, de outro, o desdobrar de um princípio organizador que molda a vida do indivíduo. Esse complexo procedimento depende de uma série de técnicas relacionadas ao processo de escritura, dedicadas diversamente à transmissão de autenticidade, à fluidez do texto e à robustez do encadeamento de sentidos que organiza a unidade da vida autobiográfica. É o que Mandel observa sobre *My father's son*, de Edmund Gosse, onde o autor “usa esses e outros recursos (técnicas ficcionais, documentação ocasional, conhecimento histórico, estilo) para atingir seus objetivos autobiográficos. Memórias são indispensáveis à

¹¹¹ MANDEL, Barrett. Full of Life Now. OLNEY, James (org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1980, p.49.

¹¹² Loc. Cit.

¹¹³ Ibid., p. 50.

¹¹⁴ Ibid., p. 51.

¹¹⁵ Ibid., p. 60.

autobiografia, mas elas não são a coisa em si¹¹⁶. Mesmo os fatos podem ser relativizados em prol de um sentido geral: o emprego de procedimentos ficcionais não é propriamente mentiroso, pois, já notara Georges Gusdorf, na autobiografia a verdade dos fatos é precedida pela verdade do homem¹¹⁷; ela é antes um conto mítico de alguém do seu registro historiográfico¹¹⁸, como já havíamos notado com Costa Lima. A verdade biográfica contida na boa autobiografia, segundo Mandel, não é necessariamente aplicável ao todo da vida do indivíduo (que pode estar em contradição consigo mesmo no passado e ainda apagar essa verdade mediante atos futuros), mas à vida como observada no momento em que foi escrita¹¹⁹. Mandel alude, no título e ao final de seu texto aqui citado, a um poema onde Walt Whitman se diz “cheio de vida, agora”, imaginando um leitor que, um século depois, lerá os versos, ele próprio “cheio de vida, agora”, quando Whitman já estiver morto. A autobiografia manifesta, para ele, o estar cheio de vida de quem a escreveu no agora de quando foi escrita. Numa chave semelhante, Georges Gusdorf afirma que a autobiografia é uma segunda leitura da experiência, mais verdadeira do que a primeira por estar consciente do próprio esforço¹²⁰.

É, porém, a nosso ver, parcialmente enganosa a ideia de que a autobiografia é o produto de um olhar instantâneo que desenha a própria vida a partir de memórias, urdindo-as com uma consciência autobiográfica que surge junto com a escrita e atribui sentido aos acontecimentos utilizando-se de recursos narrativos. Isto porque, como já havíamos observado com Paul Ricœur, a narração de si é um exercício perlaborativo, informado por narrativas previamente constituídas. O autobiógrafo, mesmo que possa num chegar, ao escrever, a conclusões conflitantes com sua visão passada sobre o sentido de sua vida, o faz em contradição com a própria narrativa que já havia produzido antes. Podemos daí, a título de conciliação com a posição de Mandel, afirmar que a consciência autobiográfica é uma faculdade exercitada ao longo da vida, quer o indivíduo esteja ou não engajado num projeto autobiográfico. É plausível, mesmo assim, supor que a visada sobre si lançada no momento da escrita autobiográfica leva a autoconsciência a um exercício diferente daquele encerrado pela consciência autobiográfica que se manifesta cotidianamente. Nem sempre há, contudo, uma distinção clara entre “estar escrevendo a autobiografia” e não fazê-lo (como no caso de anotações escritas ao sabor do momento em diários posteriormente aproveitadas na composição de uma autobiografia), além do fato de que a própria escrita do livro pode tomar

¹¹⁶ Loc. cit.

¹¹⁷ GUSDORF, op. cit., p. 43.

¹¹⁸ MANDEL, op. cit., p. 48.

¹¹⁹ Ibid., p. 70.

¹²⁰ GUSDORF, op. cit., p. 38.

algum tempo, como no caso aqui estudado¹²¹, de maneira que é preciso tomar a suposição com alguma reserva. Finalmente, como já observamos, notemos que a voz do autobiógrafo não necessariamente se mantém a mesma ao longo de todo o livro. Isto demonstra de maneira bastante peculiar nas *Reveries over childhood and youth* de William Butler Yeats: no início do livro, o narrador se lembra da infância como uma época triste devido a uma relação conturbada com o pai, contraposta por uma forte ligação com o avô. Na metade do livro, porém, o pai passa a ser visto com outros olhos e é descoberto como uma influência muito mais importante e positiva do que o autor inicialmente imaginara; mais adiante, o avô anteriormente idealizado é descrito em seu leito de morte como uma figura patética¹²². Como veremos adiante, em *Minha formação* esse elemento não se dá de maneira explícita, mas o exemplo acima serve para ilustrar os desvios não premeditados que ocorrem no curso da escrita autobiográfica – em nosso objeto, veremos, o desvio se refere sobretudo à natureza mesma do projeto.

Abordando a relação sujeito-texto, Roland Barthes vê na escrita uma ação que tem como objeto (e não sujeito) o próprio sujeito, situação cujo sintoma é a intransitividade do verbo “escrever” na prosa moderna¹²³. Se, num passado não especificado por Barthes (possivelmente pré-renascentista), o verbo “escrever” aparece sempre como transitivo, dotado de objeto, na modernidade ele aparecerá também na forma intransitiva. Na linguística moderna, diz Barthes, a diátese (voz gramatical, ou seja, a posição do sujeito em relação à ação do verbo), não é exatamente uma distinção entre atividade e passividade, mas entre atividade e mediação¹²⁴ (se algo ou alguém age sobre mim, estou mediando um determinado ato cujo fim, ainda que me diga respeito, está além do objeto como tal, no caso, eu). O “escrever” intransitivo, para Barthes, teria um aspecto de mediação, porque não seria um escrever puro e simples como um “nascer”, “acordar” ou “chegar”, mas um ato de tornar-se o centro do processo da escrita (de um livro, um texto).¹²⁵ No ato narrativo moderno, produz-se um “eu” interno ao texto, diferente do “eu” que escreve, pré-textual, de sorte que a identificação entre um e outro não passa de uma “procuração indevida”, levada ao paroxismo

¹²¹ Do ponto de vista da intencionalidade de uma autobiografia, a composição de nosso texto dura em torno de quatro anos. Daquele da “vida” de fragmentos anexados ao livro, mais de vinte anos – um capítulo de *Minha formação* (XV) consiste na seleção de trechos de diários de 1877; cartas e diários mais antigos (1873-74, no capítulo VI) são também utilizados.

¹²² HOWARTH, op. cit., p. 112.

¹²³ BARTHES, 2012, p. 21-23.

¹²⁴ “[...] o que a diátese realmente opõe não é o ativo ao passivo, mas, sim, o ativo ao médio”, Ibid., p. 22.

¹²⁵ Ibid., p. 22-23.

pelo/no narrador de *Em busca do tempo perdido*, ente que só existe na condição de produtor de um texto:

Assim, no *escrever* médio, a distância entre o escritor e a linguagem diminui assintoticamente. Poder-se-ia até dizer que as escrituras da subjetividade, como a escritura romântica, é que são ativas, pois que nelas o agente não é interior, mas anterior ao processo da escrita: quem escreve não escreve por si mesmo, mas, ao termo de uma procuração indevida, por uma pessoa exterior e antecedente (mesmo que ambos tenham o mesmo nome), ao passo que, no *escrever* médio da modernidade, o sujeito constitui-se como imediatamente contemporâneo da escritura, efetuando-se e afetando-se por ela: é o caso exemplar do narrador proustiano, que só existe escrevendo, a despeito da referência a uma pseudolembrança.¹²⁶

Não por acidente, *Minha formação*, “Massangana” em particular, já foram comparados a Proust¹²⁷ pela qualidade sensorial das rememorações de infância. A aproximação tem lá seu fundo de validade: a voz do narrador parece por vezes um ente submerso nas profundezas do texto, mais ligado a (pseudo-, diria Barthes) reminiscências do que a um passado historicamente situado, como é característico das manifestações mais prosaicas do memorialismo dos homens públicos. Isso não é acentuado, contudo, a ponto de afirmarmos que *Minha formação* não pertença à tradição que Barthes denomina “escritura da subjetividade”.

Lembremos outra vez a característica fundamental da narrativa de si apontada por Ricœur e, diversamente, pelos autores acima discutidos, qual seja, a diferença entre o eu do discurso atual e o eu-no-passado que o primeiro tenta recuperar na autobiografia, a ponto de as entidades a eles referentes não tratarem, estritamente falando, da mesma pessoa. Esse problema é central à autobiografia. Para William Howarth, há três “estratégias autobiográficas” modelares: oratória, drama e poesia. No primeiro caso, o herói da autobiografia é compreendido como um caso exemplar de cujo destino se extrai uma lição: trata-se de um modo de escrita eminentemente pedagógico. Um caráter forte se manifesta de duas maneiras: primeiro, como narrador, expondo as lições a serem extraídas; segundo, como personagem, revivendo a própria experiência do aprendizado. O narrador é simpático a seu protagonista, mas normalmente se mantém distante e condescendente¹²⁸. No segundo caso o autor trata o herói como personagem dramático, i.e., como um artifício do qual mantém

¹²⁶ Ibid., p. 23.

¹²⁷ O único livro publicado por Proust durante a vida de Nabuco foi *Os prazeres e os dias* (1896). Não há qualquer indicação de que o autor de *Minha formação* o tenha lido, além do que a redação de Massangana se deu em 1893.

¹²⁸ HOWARTH, op. cit., p. 92.

distância irônica, o qual se movimenta no “palco” da narrativa com aparente liberdade, completamente imerso em seu próprio mundo, livre, na maior parte do percurso, do escrutínio do olhar de agora que se encontra na modalidade oratória (que pode ser disfarçar na pele de interlocutores do protagonista); o herói se mantém o mesmo ao longo da narrativa e o elemento predominante é a ação¹²⁹. Na modalidade poética, a autobiografia procura produzir um sentido extrínseco ao que ela mesma comunica, derivado não do objeto retratado mas do próprio processo, tendo um caráter experimental, um temperamento imprevisível, cheio de indefinições e ambiguidades no meio do caminho¹³⁰. Analisado segundo a perspectiva de Howarth, o caso de *Minha formação* tende fortemente à autobiografia oratória, que oferece a própria vida como catálogo de lições a um leitor-aprendiz, ainda que haja afinidades substanciais com o modelo poético (as explícitas indicações da fragmentação interna da obra, a oscilação temática entre o político, o literário, bem como a oscilação formal e estilística entre o racional e o afetivo, sem resolução definitiva). Isto será retomado no último capítulo. Por ora, basta-nos ressaltar que a distinção que Howarth faz entre as “estratégias autobiográficas” não nos parece excluir algum grau de sobreposição, e que o sentido em que afirmamos haver um aspecto poético em *Minha formação* não é, talvez, exatamente o mesmo utilizado por Howarth, que o toma como um elemento precedente à composição do texto ou, se não isso, característico de uma predisposição do escritor a algum grau de heterodoxia. Ainda segundo Howarth, as autobiografias mobilizam como elemento estratégico temas centrais que são a um só tempo manifestações da particularidade do indivíduo (sua religião, suas inclinações políticas, culturais etc) e da atmosfera mental de sua época, da mesma maneira como a ficção traz à tona as ideias da época em que foi escrita – a base temática é tanto mais inclusiva quanto mais o autor deseja atrair o público¹³¹.

2.3. Minha formação e a forma autobiográfica

Cabe agora reintroduzir nosso objeto, atentando para o panorama histórico e temático que procuramos ter feito nesta seção. Quanto à situação na história do desenvolvimento da escrita de si, não temos muita dúvida de que *Minha formação* surge num horizonte intelectual posterior à consagração do indivíduo, consolidado em torno da virada do século XIX. Trata-se da obra de um autor que conhece Kant, Fichte, Hegel, Novalis e Schlegel e sabe da

¹²⁹ Ibid., p. 95-104.

¹³⁰ Ibid., p. 104-114.

¹³¹ Ibid., p. 87.

importância desses autores para o pensamento de seu tempo¹³², ainda que não os tenha necessariamente lido de maneira aprofundada. O herói do livro movimenta-se num ambiente moral onde é responsável pelas próprias decisões, e o mundo com que interage é constituído pelo jogo entre os interesses de inúmeros indivíduos, como poderemos observar nas reflexões históricas que faz sobre a Abolição. Há uma boa dose de profundidade psicológica: meditações a respeito do problema moral da escravidão trazidas à tona por um episódio particular¹³³, uma confissão de uma instabilidade entre o “sentimento” ligado ao Brasil e a “imaginação” atraída pela Europa¹³⁴, distribuem-se ao longo do livro indícios de uma relação conflitada com a política. Os capítulos são distribuídos de maneira cronológica apenas em certa medida, de maneira que a narrativa progride em blocos temáticos cuja afinidade é menos com certo período no tempo do que com uma determinada face da “formação” do autor, produzindo ao final uma unidade de sentido preparada em etapas. Se a linearidade temporal é parcialmente respeitada, é porque Nabuco associou determinadas épocas de sua vida a modos de aprendizado correspondentes¹³⁵. Não há digressão temática em prol de linearidade temporal, mas o contrário. Uma evidência é a posição das lembranças do pai e do único relato da infância no último terço do livro, quando os capítulos que circundam um e outro relato se passam depois da morte do pai e, obviamente, da infância¹³⁶. Se considerarmos a progressão temporal aproximada contida no livro, o pai é invocado por volta do momento de sua morte, sem que isso seja mencionado. O capítulo serve menos para tratar da relação com o pai propriamente dita do que para introduzir, mediante sua influência, as reflexões do autor sobre a política e a escravidão.

Não há, de maneira geral, um emprego relevante de procedimentos ficcionais¹³⁷, com as exceções parciais dos capítulos XX e XXV. Em “Massangana” (XX) a descrição da

¹³² MF, p. 102.

¹³³ MF, p. 187-196.

¹³⁴ MF, p. 65-72.

¹³⁵ O leitor de *Minha formação* notará a conspícua ausência de qualquer comentário sobre a vida amorosa do narrador. A mulher de Joaquim Nabuco, Evelina, não é mencionada uma única vez, nem mesmo indiretamente por alusão ao próprio casamento. Também não somos informados de seu longo e intermitente noivado com a fazendeira e financista Eufrásia Teixeira Leite ou de outros romances documentados. Evelina é uma presença constante nos diários, o que nos leva a supor que a vida amorosa não era, para Nabuco, tema digno de uma autobiografia intelectual.

¹³⁶ MF, p. 169-178; 187-196.

¹³⁷ Não é essa a opinião de Joana Muylaert de Araújo. Segundo ela, em *Minha formação*, “os princípios que regem a construção da imagem pessoal na autobiografia são os mesmos que orientam a construção do narrador-personagem no romance autobiográfico: a distância entre a pessoa e sua representação ocorre igualmente nas diversas formas narrativas”. Não damos nosso concurso a sua interpretação, cujo entendimento do conceito de ficção nos parece excessivamente alargado, o que implicaria abarcar muitas outras modalidades discursivas, incluindo a historiografia. A divergência fundamental é, a nosso ver, intransponível, dado que a autora não vê distinção entre romance autobiográfico e autobiografia, concepção que tampouco é autorizada pela maioria dos autores que sustentam nossa análise, como Gusdorf, Mandel, Howarth, Starobinski, Costa Lima e Ricœur.

paisagem da Zona do Cabo pernambucana e o incidente com o escravo têm uma textura psicológica e sensorial acentuada, apesar de este último ser relatado de maneira bastante breve. Já em “O barão de Tautphoeus” (XXV), sentimentos e ações explicitamente hipotéticos são atribuídos ao personagem-título do capítulo, de maneira a salientar sua coerência ao tema para o qual serve de representante, qual seja, o das tradições imperiais como ideal ético. Afora isso, a intensidade ficcional do livro só existe na medida em que a narrativa organiza tematicamente e interpreta eventos cuja experiência não continha a plenitude do sentido que transmitem no texto. Sendo o conteúdo do livro relativamente incontroverso, *Minha formação* não transpira o autoritarismo auto-apologético de um Rousseau, que insiste na própria idoneidade enquanto abandona todos os seus filhos, mas, mesmo assim, é bastante enfático em sua interpretação de si, afinal, o tom ostensivamente pedagógico já está presente no próprio título. Ao discutir as relações entre a abolição da queda do império, há uma clara intenção de se isentar de qualquer “culpa” por ter sido abolicionista, o que retomaremos adiante. Tomando o contexto do livro na trajetória de Nabuco, notamos que o mesmo é publicado após dez anos de ostracismo. Mesmo que a publicação tenha se dado num momento em que Nabuco recuperava ou, ainda, superava o prestígio que havia adquirido durante sua atuação parlamentar, é importante atentar para o fato de que o livro começa a ser escrito em 1896, quando o autor passava por dificuldades financeiras e o ambiente político ainda não oferecia perspectivas auspiciosas a monarquistas como ele. Há, sim, um certo tempero de “vingança sobre a história” à la Cardeal Retz ou Chateaubriand, mostrado na recorrente exaltação da monarquia, tanto como sistema político, como ideal ético e estético, contida no livro. Se Nabuco já recuperava seu brilho em 1900, o livro dá a impressão de ser um exemplo de história contada por um vencido. Os pontos que desenhemos rapidamente aqui a título de conclusão desta parte do trabalho serão retomados nos capítulos subsequentes.

III. A autobiografia no Brasil de 1850-1900: alguns antecedentes de *Minha formação*

Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.

C. Drummond de Andrade

Antes de proceder à análise de nosso objeto, julgamos necessário realizar um breve apanhado do desenvolvimento da autobiografia no Brasil à época da escrita de *Minha formação*. É improvável e, em alguns casos, impossível, que as obras aqui citadas tenham influenciado Nabuco na elaboração de sua autobiografia, com a possível exceção do esboço autobiográfico de José de Alencar. O que queremos demonstrar aqui é tão somente o caráter incipiente do gênero no âmbito nacional quando da escrita de *Minha formação*.

Gilberto Freyre abre sua introdução de *Minha formação* observando que “Joaquim Nabuco foi decerto o primeiro homem público brasileiro a descobrir-se com a própria mão de grande escritor”¹³⁸. Ainda que lembre logo mais que José de Alencar já houvesse escrito em 1873 uma breve autobiografia em forma de carta (*Como e por que sou romancista*)¹³⁹, Freyre parece querer apontar para certo ineditismo no livro que Joaquim Nabuco publicava em 1900. Havia algo de “escandaloso” em um “fidalgo tão autêntico” escrever sobre si mesmo todo um livro “cheio de louvor em boca própria” num Brasil cujas convenções culturais recomendavam aos homens públicos certa dose de humildade. Um livro como o de Nabuco seria considerado mais palatável, diz Freyre, por leitores franceses ou ingleses¹⁴⁰. Freyre não cita exemplos de quem teriam sido os escandalizados, embora mesmo o leitor contemporâneo possa se impressionar com a candura quase narcísica com que Nabuco se auto-examina em

¹³⁸ FREYRE, Gilberto. Introdução. In: Nabuco, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 9.

¹³⁹ Ao que parece, Freyre não sabia se tratar de uma carta sem destinatário publicada postumamente pela Tipografia Leuzinger em 1893, (“José de Alencar já contara a seus leitores como e por que se tornara romancista” Ibid., p. 10), o que apenas reforçaria sua tese de ineditismo (se utilizado o critério de publicidade das obras) que discutiremos abaixo. Seu argumento está fundado, portanto, puramente no escopo mais amplo, na profundidade qualitativa, assim como nos contornos “femininos” (p. 14), com que Joaquim Nabuco narra a si mesmo em *Minha formação*.

¹⁴⁰ Ibid., p. 9-10.

algumas passagens¹⁴¹. Escandaloso ou não, o livro é inegavelmente um marco no desenvolvimento da literatura autobiográfica no Brasil.

Não é, contudo, um desenvolvimento isolado. Homens públicos brasileiros já vinham desenvolvendo o hábito de produzir relatos de suas vidas em modalidades variadas. O pernambucano Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo (1821-1901), membro de clã político rival da família Nabuco, iniciara em março de 1863 a redação de um “caderno de assentos”¹⁴². Na sua primeira anotação, Cavalcanti diz basear parte de seus assentos em outros de seu já então falecido pai¹⁴³, apontando para uma tradição familiar na escrita de si. O último assento do livro é feito por sua filha, que registra a hora do óbito do autor, após “26 horas de sofrimento”¹⁴⁴. Trata-se, em grande medida, de uma relação árida de fatos biográficos e informações acerca de familiares e do entorno social, entremeada com alguns relatos mais aprofundados sobre acontecimentos relevantes na região onde vivia, como a Revolução Praieira (1848-1850)¹⁴⁵ e as epidemias de cólera em Pernambuco (1854, 1862)¹⁴⁶, às quais o autor e sua mulher sobreviveram, estas últimas tendo levado três de seus filhos e um irmão. Noutros momentos, Cavalcanti dá maior alcance narrativo a seus assentos, como é o caso daquele em que, ao anotar a morte de uma irmã, relata um acontecimento da juventude, traçando um breve perfil biográfico¹⁴⁷ (p. 78-81). Não se trata de um diário íntimo ou cotidiano, dado que muitos dos assentos narram eventos ocorridos muitos anos antes da redação. A “utilidade” do livro, como destaca o autor em seu primeiro assento, é conter seus “assentos particulares, especialmente os que forem relativos à minha casa e à de meus pais Francisco Casado de Albuquerque e D. Rosa Francisca da Câmara”, ou seja, preservar, na forma de assentos cronologicamente ordenados e tematicamente intitulados, a memória de sua

¹⁴¹ José Veríssimo, colega de Nabuco na Revista Brasileira e na Academia Brasileira de Letras, publicou crítica elogiosa ao livro no *Jornal do Commercio*, (VERISSIMO, José. O Sr. Joaquim Nabuco. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1º out. 1900, apud *Estudos de Literatura Brasileira*. Terceira série. Rio de Janeiro: Garnier, 1903, p. 163-181.) mas não o incluiu no rol das melhores obras do autor em sua *História da Literatura Brasileira*, preferindo *Balmaceda, A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* e *Um Estadista do Império*. Não posso me furtar a lembrar que, na elaboração desta pesquisa, encontrei na biblioteca da PUC-Rio um exemplar da primeira edição de *Minha formação* contendo a seguinte anotação, datada de 1902: “Encantador e grande Nabuco. Para mim, és o maior de todos os brasileiros ilustres.” O exemplar pertencera originalmente a um homem de nome Lino Moreira, que o teria comprado em São Paulo. Há, portanto, boa chance de tratar-se do advogado que viria a ser chefe do gabinete civil de Eurico Gaspar Dutra, que em 1902 tinha vinte anos e estudava na Faculdade de Direito daquela cidade.

¹⁴² MELLO, Felix Cavalcanti de Albuquerque Mello. *Memórias de um Cavalcanti*: Trechos do livro de assentos de Felix Cavalcanti de Albuquerque Mello (1821/1901) escolhidos e anotados por seu bisneto Diogo de Mello Menezes. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1940.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 53.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 185.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 63-67.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 70-75; 81-82.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 78-81.

família. Não chega, entretanto, ao patamar do gênero autobiográfico moderno. Por outro lado, há uma clara intenção de preservação da memória pessoal e familiar através da escrita de si. Os assentos seriam editados pelo bisneto de Cavalcanti e publicados pela Editora Nacional em 1940. Gilberto Freyre, que assina a introdução, admira-se com a conspícua ausência, nos assentos, de qualquer menção a Joaquim Nabuco¹⁴⁸.

Em 1887, o fazendeiro e jurista mineiro Francisco de Paula Ferreira de Resende (1832-1893) iniciava a redação de *Minhas recordações*, obra publicada postumamente pelos filhos do autor, em 1944. Trata-se de uma autobiografia muito mais extensa do que *Minha formação*, com grande ênfase na descrição da geografia e dos costumes da região de Campanha, cidade natal do autor. Episódios particulares (viagens, casamentos, eleições, revoluções, mudanças de domicílio) e a rotina local (ritos litúrgicos, festejos religiosos, divertimentos profanos e infantis, a instrução pública) ocupam a maior parte do livro, entremeados por reflexões sobre a sociedade, sobre os acontecimentos da política e sobre o próprio caráter. A advertência inicial ao leitor é típica da autobiografia moderna e dá à obra o aspecto de uma estrutura acabada, destinada a leitores fora do círculo social do autor, diferentemente do que ocorre com o livro de assentos:

Feito apenas de memória e um pouco às pressas, este escrito pelo lado literário, nenhum mérito encerra. Nem, encetando-o, outra foi minha intenção, do que a de deixá-lo como uma simples lembrança para meus filhos. A esta falta, porém, de mérito literário, este escrito ainda reúne outra grande desvantagem: a de parecer, a primeira vista, nada mais ser do que uma simples autobiografia que, pretensiosa talvez para muitos, há de ser para todos os que ela realmente é — insulsa e sem cor, e, ao mesmo tempo, mais ou menos desconchavada.¹⁴⁹

Encontramos também um traço quase ausente em Cavalcanti: a autodescrição psicológica, procurando dar ao leitor a ideia de seu caráter:

Dão-se em mim dois fatos, que embora não sejam incompatíveis, não é frequente que se achem juntos. E esses dois fatos são que sentindo uma grande necessidade de ordem, eu sou no fundo do meu caráter extremamente conservador; entretanto que por outro lado, ninguém talvez havendo em quem seja mais profundo o sentimento da independência, do direito, e sobretudo, da própria dignidade, também talvez ninguém se encontre, que sintasse mais

¹⁴⁸ Ibid., p. 15.

¹⁴⁹ RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1987, p.35. Sem data, a advertência provavelmente foi escrita antes da proclamação da República, pois nela o autor se refere ao Rio de Janeiro como “a Corte”.

disposto a resistir e a combater, em relação a si, todo e qualquer poder, que não se funde na própria natureza; e por consequência, no direito e na razão.¹⁵⁰

Embora não entre em grandes detalhes da vida íntima, o autor expõe candidamente a precocidade de seu despertar sexual:

Legítimo e muito genuíno neto de meu avô, eu desde a idade a mais tenra comecei a mostrar pelas pessoas do outro sexo a mais pronunciada inclinação. Esta precocidade foi em mim de uma tal natureza; que talvez seja eu o único homem que verdadeiramente não conheça qual tenha sido o seu primeiro amor.¹⁵¹

O exemplo de maior qualidade literária entre os textos seminais da autobiografia no Brasil é o *Como e por que sou romancista* de José de Alencar, que Freyre aponta como antecedente de *Minha formação*. A pequena autobiografia literária de Alencar aparece talvez um tanto injustiçada na comparação que Freyre dela faz com o livro de Nabuco, avaliando que aquela é “humilde” e “limitada” em seu escopo¹⁵². Mário de Alencar, filho do romancista e estadista cearense, tomou a iniciativa de publicar o escrito pela Tipografia Leuzinger em meados de 1893. O texto foi elaborado originalmente na forma de uma carta a destinatário desconhecido, que provavelmente nunca foi remetida, visto que inacabada. O autor d’*O Guarani* observa na primeira parte da carta, onde afirma a seu destinatário que envia o “rascunho de um capítulo” de uma autobiografia mais completa a ser escrita posteriormente¹⁵³. Apesar de breve para uma biografia, *Como e por que sou romancista* é uma narrativa de elegante elaboração, atendendo facilmente aos requisitos usualmente elencados pelos críticos da autobiografia como necessários à inclusão de uma obra no gênero, exceto, talvez, pela publicidade¹⁵⁴. Além disso, conta várias similitudes com *Minha formação*, a ponto de ser válido especular de Nabuco não teria lido o texto e o adotado como modelo ao longo da elaboração de *Minha formação*¹⁵⁵. Ambos os escritos saíram da pena de homens públicos que desempenharam no decorrer de suas vidas tanto atividades políticas como

¹⁵⁰ Ibid., p. 434.

¹⁵¹ Ibid., p. 443.

¹⁵² FREYRE, op. cit., p. 10.

¹⁵³ ALENCAR, José. *Como e por que sou romancista*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1893, p. 8.

¹⁵⁴ Ver, no capítulo precedente, a discussão em torno da escrita de si e do gênero autobiográfico. Neste momento, basta lembrar que o autor adverte explicitamente que conta a própria história e apresenta uma relação de fatos de sua vida atribuindo-lhes um sentido.

¹⁵⁵ Não há qualquer evidência nesse sentido senão a semelhança entre as obras. Em sentido contrário, basta lembrar a famosa e lamentavelmente rasteira polêmica entre Nabuco e Alencar, da qual o primeiro viria a se arrepender, fazendo um *mea culpa* nas páginas de *Minha formação* (p.102). A respeito da polêmica, cf. COSTA LIMA, Luiz. *Intervenções*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 341-357.

literárias, nascidos em clãs políticos influentes no Império – Alencar menciona as reuniões que articulavam o Golpe da Maioridade em sua casa como mero pano de fundo para o desenvolvimento de seu talento de narrador quando criança¹⁵⁶, enquanto Nabuco admite arroubos de radicalismo político na faculdade de direito e nas páginas d’*A Reforma*¹⁵⁷, à revelia de seu pai. Ambos apontam a importância do “torrão natal” na formação do espírito – em Alencar, o Ceará, em Nabuco, Massangana¹⁵⁸. Ambos declaram sua inclinação pelas letras, contrastante com um aborrecimento com a política¹⁵⁹. Em Nabuco, contudo, cada uma dessas posições é matizada por certa ambivalência, como pretendemos demonstrar adiante.

Os três exemplos acima demonstram que, apesar de já existente, o gênero autobiográfico, conforme as considerações já feitas anteriormente, ainda não havia encontrado grande desenvolvimento no Brasil oitocentista e, mesmo nos casos pioneiros, a publicação costumava se dar postumamente, com a exceção importante das memórias do Visconde Nogueira da Gama (1893). É surpreendente, por outro lado, surgimento e o sucesso de autobiografias ficcionais: as *Memórias do sobrinho de meu tio* (1867-1868) de Joaquim Manuel de Macedo e as *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880/1881) de Machado de Assis são claros exemplos. Em ambos os livros é perceptível o desnível entre a forma memorialística, que em princípio poderia servir como sugestão de autenticidade e realismo, e elementos de estranheza e fantasia, quando não de absurdo: o sobrinho-do-tio permanece sem nome por todas as suas *Memórias* (em certo momento ele é mencionado como “Sr. F.”), enquanto outros recebem alcunhas exemplares, como “Paciência”, “Mademoiselle Quelque-Chose” e o “Ministro da...”¹⁶⁰; ao passo que *Brás Cubas* é um livro todo sustentado pela premissa disparatada de um defunto que escreve. Também em *Dom casmurro* (1899) encontramos uma espécie de autobiografia, ainda que haja duas substanciais diferenças em relação aos outros dois livros: uma concernente ao modo de narrar e outra, temática. As *Memórias póstumas* são ostensivamente dedicadas à exposição do caráter de seu protagonista

¹⁵⁶ ALENCAR, op. cit., p. 16-22. Impedido de presenciar os encontros a portas fechadas do Clube Maiorista na sala de visitas de sua casa, ao menino Alencar era facultado somente observar a preparação de quitutes a serem servidos aos convidados, de maneira que, não sabendo do que tratavam os ilustres estadistas presentes e deparando-se após terminadas as *soirées* maioristas com o cenário de devastação sobre a bandeja, declarasse: “O que estes homens vêm fazer aqui é regalarem-se de chocolate” (p. 18).

¹⁵⁷ MF, p. 42, 57-64.

¹⁵⁸ ALENCAR, op. cit., p. 35-36; MF, p. 187-196.

¹⁵⁹ ALENCAR op. cit., p. 18-19, 34-35, 54; em *Minha formação* a oposição entre letras e política (a primeira sempre triunfando sobre a segunda, caracteriza grande parte do livro. A título de exemplo, ver os últimos dois parágrafos do último capítulo, p. 256-258.

¹⁶⁰ Diz Antonio Candido sobre a prosa macediana em geral: “Realidade, mas só nos dados iniciais; sonho, mas de rédea curta; verossimilhança, ocasional; linguagem, familiar e espalhada: eis a estética dos seus romances.” Observa, contudo, que Macedo “não inventa (...) condições socialmente impossíveis para os personagens: os seus impossíveis são de ordem física ou psíquica, nunca de ordem social”. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*, v.2. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 122-123.

na plenitude de sua verborrágica, cínica, diletante e medíocre personalidade, algo que também acontece com o sobrinho de Macedo, embora este seja menos complexo. Bento Santiago é menos bufo do que Brás Cubas e tem a sua parcialidade habilmente disfarçada pela maneira sutil com que guia o leitor ao longo de sua desventura. Seu objetivo é muito menos fazer-se conhecer ao leitor do que apresentá-lo ao trágico desenrolar de seu romance com Capitu. Os acontecimentos da vida antes e depois do miolo amoroso são insignificantes em si mesmos quanto ao sentido da obra; servem de alicerces à trama.

A relativa sobriedade faz do *Dom* o mais realista dos três romances, embora claramente não haja na prosa um esforço ostensivo para fazer com que o texto pareça um livro de memórias autêntico (o que não poderia ocorrer com os outros dois, mas não por razões formais), escrito por uma pessoa real, algo que se verifica, por exemplo, pela presença constante do emprego do discurso direto na narração dos diálogos, já presente nas memórias do Sobrinho e de Brás e destoante da prosa autobiográfica. Esta, por sua vez, também lança mão, ocasionalmente, do discurso direto, mas com maior parcimônia, e normalmente se atém a uma descrição distanciada e pouco atenta ao detalhe, dado o aspecto opaco que os eventos adquirem na rememoração¹⁶¹. Lembremos ainda que natureza ficcional do romance faz com que o diálogo seja disposto de maneira a aludir a seu correspondente oral e cotidiano, como nos adverte Antonio Candido: “Ora, em boa literatura, apenas na aparência a prosa é *natural* ou equivalente da prosa falada; entre ambas há um afastamento necessário, sempre que o escritor pretende algo mais que divertir um público mediano”¹⁶². Mesmo assim, há em *Dom casmurro* o mesmo traço tipicamente autobiográfico também encontrado nos outros dois romances: a auto-identificação do narrador como autor do livro que se está lendo, remetendo a uma (fictícia) realidade extratextual¹⁶³. Em termos da economia narrativa, portanto as

¹⁶¹ Há algumas exceções a essa norma, como os diários de James Boswell e os seis volumes autobiográficos de Seán O’Casey. Isto se conecta, segundo William Howarth, ao que denomina estratégia da autobiografia como drama. (HOWARTH, op. cit., p. 101). Em *Minha formação* o discurso direto só aparece brevemente no relato da audiência de Joaquim Nabuco com o papa Leão XIII a 10 de fevereiro de 1888. A relativa minúcia na transcrição das falas se explica por tratar-se da reprodução de um artigo escrito para *O País* no naquele mesmo dia. O diálogo é narrado de maneira seletiva, com o discurso direto intercalado com observações descritivas (“Acredito ter sido absolutamente leal para com os meus adversários na exposição que fiz em seguida a Sua Santidade”) e também com o discurso indireto (“O Papa começou notando que...”, “O Papa então repetiu-me que...”), terminando com uma observação que adverte para a imprecisão do relato: “Aí está mais ou menos reproduzida a longa audiência particular que Leão XIII me fez a excelsa honra de conceder-me”. *MF*, p. 228-236.

¹⁶² CANDIDO, op. cit., p. 122.

¹⁶³ Nas *Memórias do sobrinho de meu tio*: “Escreverei as minhas *Memórias* e portanto a história da minha vida, vida jeitosa e ilustre, como a de muitos outros varões ilustres da nossa terra que são o meu retrato *por dentro*, embora nenhum deles queira se parecer comigo *por fora*.” Nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*: “O que não admira, nem provavelmente consternará é se este livro não tiver os cem leitores de Stendhal, (...) Trata-se, na verdade, de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne, (...) não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo. (...) Escrevi-a com pena de galhofa e tinta de melancolia; e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio.” Em *Dom casmurro*: “Também Não achei melhor título para minha

Memórias póstumas se aproximam muito mais das *Memórias do sobrinho de meu tio*, embora partilhem com *Dom Casmurro* o alcance de sua crítica, mais modesto no romance de Macedo. Todos os três utilizam-se do artifício ficcional de um narrador (que é também um falso autor) de índole duvidosa, por vezes abertamente hostil ao leitor, com o que Roberto Schwarz denomina “intenção distanciada e inimiga”, procedimento cuja chave está na insuficiência calculada dos pontos de vista do narrador em relação aos materiais que ele mesmo apresenta”¹⁶⁴. Tratando de maneira mais geral da figura do *unreliable narrator*, David Lodge observa que sua função é mostrar ao leitor a diferença entre aparência e realidade, e como seres humanos distorcem ou escondem esta última sob o viés de sua narração, mesmo quando há intenção de honestidade¹⁶⁵. O mecanismo não chega a funcionar em toda a sua complexidade em Macedo, que faz de seu sobrinho-do-tio um niilista que se regozija em apontar para a própria canalhice, implícita e obliquamente justificada pelo caráter igualmente degenerado de seus pares, não chegando a inserir de maneira sub-reptícia, como Machado, os subsídios para a desmoralização de seu protagonista. A semelhança é no entanto suficiente para que Flora Süssekind afirme que o jogo é criado por Machado em clara interlocução com Macedo¹⁶⁶, cujo romance teria alcançado considerável sucesso.

O que se demonstra curioso nos três romances é a subversão, com fins de crítica social, da fórmula edificante das autobiografias: o sobrinho-do-tio vive para submeter os negócios do Estado aos próprios caprichos e interesses; Brás Cubas deixa o mundo sem lhe legar qualquer contribuição positiva fora o dúbio e medíocre sacrifício de não ter tido filhos; Bento Santiago arruína o destino da própria família e passa o restante da vida recluso numa cópia suburbana da casa de sua infância – mesmo que aceitemos sua versão da história, dificilmente ela nos convence de que sua vida é exemplar. Curioso, para nossa pesquisa, dada a inexistência ou insignificância de autobiografias não ficcionais – o pequeno rascunho de José de Alencar foi publicado antes de *Dom casmurro*, mas depois das duas outras falsas *Memórias*. O uso do narrador-autor ficcional parece muito mais um artifício a viabilizar uma crítica direcionada não ao exercício autobiográfico em si, mas a certa atmosfera mental

narração; se não tiver outro daqui até o fim do livro, vai este mesmo. O meu poeta do trem ficará sabendo que não lhe guardo rancor. E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua. Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto.” MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho de meu tio*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904, p. I; MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1881, p. V; MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom casmurro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1899, p. 2.

¹⁶⁴ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.54.

¹⁶⁵ LODGE, David. *The art of fiction*. Londres: Vintage, 2011, p. 155.

¹⁶⁶ SÜSSEKIND, Flora. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho de meu tio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 17.

prevalente numa sociedade onde ele ainda não se havia desenvolvido, mesmo que imaginável. Assim, sucede que a adoção da forma memorialística simula dialogar com com um extenso corpo de memórias auto-laudatórias e autocomplacentes jamais escrito¹⁶⁷. É o que sugere este trecho do prólogo das *Memórias do sobrinho de meu tio*:

Escreverei pois as minhas *Memórias*, serei o Plutarco de mim mesmo, fato mais frequentemente (sic) do que se pensa, observado no mundo industrial, artístico, científico e sobretudo político, onde muita gente boa se faz elogiar e aplaudir em brilhantes artigos biográficos tão espontâneos, como os ramalhetes e as coroas de flores que as atrizes compram para que lhos atirem na cena os comparsas comissionados.¹⁶⁸

O sobrinho alude aqui simultaneamente, de um lado, à inexistência de obras explicitamente autobiográficas na sociedade brasileira, de outro, a uma prática bastante frequente na imprensa: a fim de dar propulsão a suas carreiras, homens públicos publicavam artigos exultando os próprios feitos sob a máscara de pseudônimos. Ainda que caracterizasse uma forma particular da escrita de si na esfera pública, esse gênero demonstra um abismo qualitativo em relação ao autêntico memorialismo: o pseudônimo, ao suspender os constrangimentos vigentes à auto-referência e ao autoelogio (fazendo deles simplesmente referência e elogio), retira toda a potência ilocutória que nas formas públicas de escrita autorreferente é assegurada pela convergência entre a fiabilidade da testemunha (já diminuída pelo pseudônimo) e a sujeição do referente (a testemunha, ela mesma) ao juízo da esfera pública. De certa maneira, seja de modo consciente ou não, o emprego da figura do memorialista ficcional como encarnação de formas de ser, pensar, agir etc reais dá margem a certa assimetria mimética, dado que, na ausência de uma contraparte real ao ficcional, a crítica se ameniza por estar o leitor sempre assegurado, paradoxalmente pela qualidade autorreferencial do discurso, de que o narrador-inimigo é um outro. A hipótese é plausivelmente contestada pelo fato de que a cultura não era de modo algum insular e sofria a massiva influência europeia, de maneira que parte do público já conheceria a forma de antemão. Os próprios escritores provavelmente estavam plenamente conscientes de que a escrita de si desempenhou um papel significativo no surgimento do romance¹⁶⁹. A assimetria em âmbito

¹⁶⁷ Menos zombeteiro é o emprego da forma de “memorial” (algo semelhante ao livro de assentos) no *Memorial de Aires* de Machado. Trata-se, justamente pelo formato mais consistente com a prática existente da escrita de si, de um texto que lança mão de maneira mais ostensiva dos predicados de autenticidade da forma.

¹⁶⁸ MACEDO, op. cit., p. 10-11.

¹⁶⁹ Como nota David Lodge, “The titles of the earliest English novels were invariably the names of the central characters, *Moll Flanders*, *Tom Jones*, *Clarissa*. Fiction was modeling itself on, and sometimes disguising itself as, biography and autobiography.” LODGE, op. cit., p. 193-194.

local, mesmo assim, não deve ser ignorada, dando ao memorialismo ficcional o aspecto de uma dupla falsidade, ainda que relativa.

IV. Das “Ideias imperfeitas” a *Minha formação*: os tempos da escrita e os planos de uma autobiografia

Latim, não, diz meu Philip – copiei as palavras – *latim, não, nem inglês nem espanhol, nem italiano portarão as palavras de minha revelação*. E de fato é assim, mesmo eu que sou a sombra dele sei quando estou em meus arrebatamentos. Ele escreve ao senhor, porém, assim como eu escrevo ao senhor, que é conhecido acima de todos os homens por selecionar suas palavras e colocá-las em ordem e construir seus julgamentos como um pedreiro constrói uma parede de tijolos. Quase afogados, escrevemos nossos destinos separados. Salve-nos.

Carta de Elizabeth, Lady Chandos, a Francis Bacon (J. M. Coetzee)

Quando Georg, depois de examinar aquelas antigas cartas, botou em ordem também seus próprios papéis, encontrou esboços musicais dos tempos de garoto em uma antiga pasta verde que, não contando o fato de os ter a sua frente, haviam desaparecido de maneira tão definitiva de sua lembrança que poderiam ser apresentados a ele como se fossem anotações de outro sem o menor problema. Em relação a alguns desses esboços, ele se sentiu surpreso de forma dolorosa e agradável ao mesmo tempo, pois pareciam conter promessas que ele talvez jamais viesse a realizar.

A. Schnitzler

A literatura acadêmica em torno de *Minha formação*, conquanto tenha produzido interpretações meritórias do texto, vem tomando o processo de composição do texto apenas de maneira tangencial¹⁷⁰. Isso se deve, em boa medida, ao comentário que o autor faz no

¹⁷⁰ A biografia por Angela Alonso (ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco*. Os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007) é uma exceção parcial. A autora afirma que a primeira parte do livro, publicada em jornal, não seria propriamente uma autobiografia, mas um “desfecho intimista para *Um estadista do império*”, cujo propósito seria menos mostrar a vida de Nabuco do que narrar exemplarmente a “formação que a elite imperial dava aos seus epígonos”(p. 279). Alonso defende que a série de artigos teria sido uma maneira de evitar a hostilidade do regime republicano, ainda em fase turbulenta àquela época. A autora se refere aos fundados medos de que a redação d’*O Commercio de São Paulo* poderia ser alvo de empastelamento, o que de fato viria a acontecer após o fim da colaboração de Nabuco com o jornal (NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1928, p. 302-303). O livro, por outro lado, já perfaria uma autobiografia, tendo eliminado o tom de propaganda monárquica (subtraindo a última palavra do título da série, “A Minha Formação Monárquica”) devido à adesão pragmática de Nabuco ao novo regime (p.290). A interpretação não nos parece consistente com o texto, dada a maneira com que, veremos a seguir, Nabuco introduz seu projeto autobiográfico como alternativa a outro projeto que havia ensaiado, de aperfeiçoar suas “ideias imperfeitas”. Não nos parece que esse projeto inicial estaria mais suscetível a ataques jacobinos do que os artigos autobiográficos, afinal, mesmo estes tinham um pronunciado conteúdo monarquista. A atribuição da mudança do título a razões políticas posteriores também não nos parece adequada, dado que, como observaremos logo mais, o autor muda o título da série de artigos enquanto os publica n’*O commercio de São Paulo*, sugerindo já naquele momento que talvez fosse melhor reduzir o título a *A minha formação*.

prefácio, afirmando que o livro compreende três unidades de escrita temporalmente situadas: artigos publicados no jornal *O commercio de São Paulo* em 1895 (a informação é incorreta, os artigos foram publicados em abril-julho de 1896) e posteriormente republicados com pequenas modificações na *Revista Brasileira*, um escrito datado de 1893 retirado de um livro íntimo de 1893 (*Foi voulue*), e o capítulo final (“Os últimos dez anos [1889-1899]”), redigido em 1899¹⁷¹. O que demonstraremos a seguir, com a sustentação documental do cotejo entre as publicações originais das partes do texto e os diários de Nabuco, é que o processo é um pouco mais complexo do que o autor daria a entender ao finalizar o livro. Essa retificação se faz necessária para compreender o desenvolvimento do projeto autobiográfico de Nabuco. Tomar o livro como uma unidade produzida segundo um conjunto de objetivos e um plano de realização fixo, ligado a uma “ideia” inicial, deixa escapar a natureza progressiva e mutante de sua composição. Ao atentarmos para os detalhes do processo, em nosso caso, observamos a maneira com que um plano inicial é (auto-)proposto, vai sofrendo desvios ao longo de seu desenrolar, e termina, não com um ato de conformação a uma unidade concebida ao final do exercício, mas de um reconhecimento do valor mesmo dos desvios percorridos ao longo do caminho. Esse movimento é o fio condutor de nossa análise da obra.

A autobiografia de Joaquim Nabuco é, no sentido mais óbvio do termo, uma narrativa de si. Retomando as conclusões de Paul Ricœur sobre a centralidade da narrativa na constituição da identidade, observemos que, antes mesmo de iniciar a escritura de um relato narrativo sobre si, o si-mesmo já é um ser narrativo. O olhar lançado para o próprio passado não se lança a um objeto desconhecido, mas é mediado pelas narrativas precedentes que já vinha elaborando ao longo de toda a sua vida. Trata-se daquilo que já havíamos notado dois capítulos atrás – de um exercício perlaborativo, mais adequadamente assemelhado, se tivermos que optar por uma imagem, a uma colagem ou bordado do que a um edifício ou a uma linha ligando dois pontos.

A esse respeito é preciso destacar a dimensão intertextual que atravessa *Minha formação*. Joaquim Nabuco lança mão de seus diários na sua escrita autobiográfica e explicita seu proceder, selecionando algumas entradas a título de mostrar ao leitor como via os acontecimentos em determinado momento. Também outros escritos anteriores são utilizados na composição do texto (comentaremos o processo de edição do texto mais adiante), como um *souvenir d'enfance* que Nabuco havia escrito anos antes de se propor um empreendimento autobiográfico direcionado ao público. Se tomarmos o envio das provas ao editor Garnier em

¹⁷¹ MF, p. 37.

Paris, em 1900, como o momento em que os escritos convergem numa obra acabada, podemos notar que o texto se compõe de uma colagem de outros textos com “vidas” próprias variadas: alguns deles já haviam sido publicados num jornal e republicados numa revista literária e vinham a público pela terceira vez, tendo sofrido revisões a cada nova publicação. Outros haviam sido escritos há algum tempo e não integravam, quando da escritura, um projeto autobiográfico: diários de juventude, poemas, artigos de jornal de diferentes décadas, um memorial entregue ao papa Leão XIII em prol da causa abolicionista). Outros, ainda, sequer haviam sido escritas por ele: uma carta de Ernest Renan ao jovem Nabuco, duas de Ana Rosa de Carvalho, madrinha do autor, a sua mãe, Ana Benigna Nabuco de Araújo, uma carta de André Rebouças a um D. Pedro II exilado, um discurso parlamentar de seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo, além de outras citações diretas e paráfrases: Keats, Emerson, Bagehot, Spencer.

Toda essa variedade de fragmentos inseridos na obra está alistada no empenho duplo de produzir um sentido na autobiografia (i.e., o sentido que se dá à vida mediante a relação concatenada de acontecimentos e pensamentos do passado e expectativas de futuro) e lhe conferir um aspecto autêntico: o uso do diário tem o valor de uma prova de que o autor não está a inventar ou se enganar sobre suas memórias ou seu estado d’alma no passado. Considerando, como Benveniste havia observado, a atualidade da enunciação na instância do discurso, algo tão evidente para nós quanto para Joaquim Nabuco em 1900, notamos que o autor de *Minha formação* se aproveita da variedade de vozes e tempos, de maneira a oferecer ao leitor diferentes pontos de vista do si-mesmo em diferentes momentos, jogando com aquilo que podemos chamar de paralaxe temporal da visada de si¹⁷². Esse procedimento enfatiza, conforme a proposta de Paul Ricœur, a maneira como os si-mesmos da enunciação, separados pelo tempo, se fazem outros. Ele distribui os diversos retalhos e reescritos ao longo do texto, entremeando-os na trama tecida por sua voz retrospectiva de memorialista. No prefácio, expõe ainda a distensão temporal do próprio projeto autobiográfico. Não fala dos anexos de diários, cartas, artigos ou citações, mas do próprio desenvolvimento de sua visada narrativa ao longo da elaboração da obra:

¹⁷² Na astronomia, paralaxe se refere à diferença na posição aparente dos objetos quando se os observa de pontos distintos. Um exemplo bastante conhecido é o da bandeira brasileira. No círculo azul está representado o céu estrelado como visto do Rio de Janeiro na manhã de 15 de novembro de 1889, mas com as estrelas em disposição simetricamente oposta, pois a perspectiva partiria de fora da esfera celeste, i.e., mirando seu olhar sobre a Terra, situando-se num ponto além de nossa capacidade de observação. O que queremos dizer com o termo é que os mesmos acontecimentos e objetos adquirem ao longo do tempo aparências diferentes, com implicações para nossa concepção de mundo e de nós mesmos.

A maior parte de *Minha formação* apareceu primeiro n' *O Commercio de São Paulo*, em 1895; depois foi recolhida pela *Revista Brasileira* (...). Os capítulos que hoje acrescem são tomados a um manuscrito mais antigo. Só a conclusão é nova¹⁷³. Na revisão, entretanto, dos diversos artigos foram feitas emendas e variantes. A data do livro para a leitura deve ser assim 1893-99, havendo neles ideias, modos de ver, estados de espírito, de cada um desses anos.¹⁷⁴

Compreendemos que essa voz final (do ponto de vista do livro publicado como unidade de leitura) contida no prefácio só se constitui em sua completude, em se tratando de uma análise do livro em sua forma editada, no momento de conclusão da obra. Esse entendimento é em larga medida apenas formal, visto que a voz de cada momento é incorporada à voz final. A distinção deve ser feita ainda assim porque o ato de edição é constitutivo da voz: é nesse momento em que se faz a opção “definitiva” (antes de o texto ir ao prelo) por anexar documentos, reproduzindo e omitindo a própria voz no passado a seu gosto, alterando títulos de capítulos, fazendo retificações estilísticas aqui e acolá, em detrimento da preservação integral da voz que enunciara originalmente as partes anexadas. A maneira com que isto é feito em *Minha formação* é, contudo, menos autoritária do que poderia ser, tomando o processo de confecção da obra como tal como algo que se inicia em abril de 1896 e termina aproximadamente quatro anos depois, com a publicação, em meados de 1900. Nabuco optou por não descaracterizar as partes iniciais do livro, temática e estilisticamente diferentes do final do livro, de maneira que a perspectiva particular da instância enunciativa daquilo que chamamos de voz final não apaga por completo aquelas dos escritos anteriores – no mais das vezes, com efeito, estas são deixadas intactas. A voz final de que falamos não é o verter do texto em si, a cada momento, mas uma atitude definitiva diante dos vários componentes que formam o seu todo, que tolera, parece-nos, conscientemente, a paralaxe entre a visada de si no presente e no passado da escrita. Aqui não tratamos mais tão somente, como fazíamos algumas linhas acima, da diferença entre a voz do narrador e o enunciador de elementos reaproveitados como cartas e diários, mas daquela, nunca explicitada, entre essa voz nos diferentes momentos da redação da autobiografia.

1. O processo da escrita

¹⁷³ Os artigos n' *O Commercio de São Paulo* datam, na verdade, de 1896. Nossa pesquisa revelou ainda que é provável que a conclusão, caso Nabuco se refira aqui ao capítulo final, não é a única porção do livro, fora “Massangana”, que não havia sido publicado anteriormente. Isto será retomado adiante.

¹⁷⁴ *MF*, p. 37.

Minha formação tomou forma ao longo de sete anos que coincidem com o período mais fecundo de produção literária de Nabuco: do período 1893-1900 datam *Balmaceda* (1895), *A intervenção estrangeira na revolta da Armada* (1896) e os três volumes de *Um estadista do império* (1897-1899), além do inédito *Foi voulue* e dos rascunhos que posteriormente seriam ajuntados em *Pensées Détachées et Souvenirs*. Forçosamente afastado da política e desempregado, restava-lhe escrever¹⁷⁵. As primeiras linhas do que viria a ser o livro, excluídas as citações internas ao texto indicadas pelo próprio autor (diários, cartas, artigos), foram escritas em francês, e o desejo de Nabuco era que se destinassem a um livro sobre seu reencontro com a fé católica. Seu diário registra que ele teria começado a escrevê-lo em 18 de janeiro de 1893, dando-o por terminado em 4 de maio do mesmo ano¹⁷⁶. Desse livro, *Foi voulue*, que jamais veria publicado¹⁷⁷, Nabuco traduziu o primeiro capítulo, “Massangana – souvenir d’enfance”, que aparece em *Minha formação* sem subtítulo. O pontapé inicial da autobiografia é, no entanto, posterior. A ideia, mesmo que vaga, de um volume autobiográfico, tratando de maneira diacrônica de sua própria personalidade, não parece ter ocorrido a Nabuco antes de 1894¹⁷⁸. A leitura de seus diários da época, combinada com sua

¹⁷⁵ Nenhuma das biografias de Nabuco detalha sua situação financeira de maneira a dar a completa dimensão de suas dificuldades materiais na primeira década republicana. Os dados disponíveis são algo conflitantes. Nabuco Casou-se com Evelina Soares em 1889, o que lhe rendeu um dote considerável, que Luis Viana Filho estima em 30 mil libras esterlinas. Quase tudo isto foi perdido, no entanto, na crise argentina do Barings Bank em 1890. Duas vezes tenta se estabelecer na Europa, sem sucesso (1890-91 e 1891-92). No início da década, escreve repetidas vezes a amigos mencionando estar procurando trabalho, também em vão (NABUCO, Joaquim. *Obras completas de Joaquim Nabuco XIII: Cartas a amigos* (v. 1). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949 p. 189, 191, 211, 221). Da leitura dos diários depreende-se que Nabuco não chegava a tirar seu sustento de suas contribuições a jornais ou publicações (seu livro sobre Balmaceda, por exemplo, claramente não era destinado a atrair um grande público). Em 30 de outubro de 1893, começava a trabalhar em *Um estadista do império* (*Diários*, p. 337), tarefa à qual se dedicaria regularmente até meados de 1899. Em inícios de 1894, morria o avô de Evelina, legando-lhe algum dinheiro e uma casa em Botafogo (ALONSO, 2007, p. 265). É possível que dependesse financeiramente da família do sogro, e que tenha aceito a condição. Em meados de 1898, Nabuco ainda não conseguira trabalho: passou dois meses na fazenda dos Soares Ribeiro em Maricá, onde trabalhava em *Um estadista do império*, compunha ladainhas e traçava perfis de “tipos da fazenda” (*Diários*, p. 376-382). Ainda no final daquele ano, anotava em seu diário que não faria mal ganhar 400 a 500\$000 mensais com traduções, o que renderia anualmente, no máximo, 6:000\$000 (*Diários*, p. 384). Para efeito de comparação, dali a três anos Nabuco receberia como ministro na Grã-Bretanha um salário anual de 6:000\$000, mais gratificação de 4:000\$000, mais 14:000\$000 para despesas adicionais relacionadas à representação diplomática. MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Orçamento dos Ministerios* (1903). Ministerio do Exterior : tabellas explicativas do orçamento da despeza para o exercicio de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p. 8.

¹⁷⁶ *Diários*, p. 313-314, entradas dos respectivos dias.

¹⁷⁷ Inicialmente, não era o desejo de Nabuco tornar públicos os seus papéis íntimos, ao menos é o que ele diz em carta a André Rebouças datada de 28 de janeiro de 1893, quando acabara de começar a redação do livro: “Nestes últimos anos fez-se em mim a mais perfeita evolução católica e a estou escrevendo, ainda que não para o público”. *Cartas* (v.1), p. 221.

¹⁷⁸ É o que indica a entrada de 8 de março de 1894 do diário de Nabuco, que trata de projetos para livros sem qualquer menção a algo semelhante a uma autobiografia: “Eu quisera publicar além de *Foi Voulue*, que está escrita, um volume de *Pensées*, espécie de *deversoir* do *Foi Voulue* e mais tarde em português volumes aproveitando minhas diversas publicações anteriores (resumindo tudo em algumas páginas). Um volume aproveitando correspondências de Londres para o *Jornal do Commercio* e a *Razón*. Outro aproveitando a colaboração do *Paiz*. Outro literário aproveitando escritos, discursos, etc., esparsos. Outro aproveitando

colaboração na imprensa, leva a crer que Nabuco começou a se empenhar num relato de si em meados de abril de 1896. Naquele ano, Nabuco iniciara uma colaboração com o *Commercio de São Paulo*, diário de seu amigo Eduardo Prado, rico fazendeiro paulista, que servia de caixa de ressonância a monarquistas descontentes com o novo regime e sua administração do país. Nabuco vinha desde janeiro publicando no jornal uma série encomendada de vinte artigos sob o título “Notas Políticas”¹⁷⁹. Publicado o vigésimo artigo, Nabuco aceitou escrever nova série, também com vinte colaborações¹⁸⁰. A primeira delas foi publicada em 18 de abril e anunciava um novo tom para suas contribuições ao jornal. O Título era “Ideias imperfeitas”, e seu diário¹⁸¹, assim como o artigo, indica que não havia ainda naquele momento um propósito autobiográfico. Ainda assim, Nabuco já apresentava no primeiro artigo da série um *leitmotiv* que acompanharia os próximos – uma suposta substituição do ativismo político pelas letras e pela vida do espírito:

Está aí o começo da minha retirada da vida pública, retirada insensível em dois sentidos: – (sic) porque não a vou sentindo e os outros ainda a sentem menos. Em 1887, porém, a abolição prendia-me fortemente à política; feita a abolição, como seu legado e dívida, de honra, surgiu outro empreendimento: a fortuna abalada da causa monárquica. Caída a monarquia quando não havia quase monarquistas, era preciso que uma voz pleiteasse, em plena República, os títulos da instituição derrocada (sic). Hoje, porém, (...) parece que tenho, afinal, licença para sacudir o pó às portas da política e refugiar-me no estudo de tanta coisa que me atrai, porque as escavações de Olímpia ou de Delfos me interessam intelectualmente muito mais do que toda a política do mundo. (...) A minha aspiração hoje é conhecer o prazer, a *glória*, que cantava o poeta, do que simplesmente amou a sua terra e a sua gente¹⁸².

discursos parlamentares e campanha abolicionista. Outro, aproveitando manuscritos, viagens, etc. Outro sobre amigos, aproveitando as cartas deles. Outro de viagens. Fora trabalhos de meu Pai – e sobre ele.” *Diários*, p. 352-3.

¹⁷⁹ No ultimo artigo, Nabuco se despedia dos leitores do jornal adiantando a retirada da política para a dedicação às letras e à vida do espírito. “Com este artigo encerro a série de *Notas Políticas* que encetei em janeiro, agradecendo a generosa franqueza com que *O Commercio de São Paulo* as acolheu. Quem as tiver lido com simpatia e interesse, (sic) terá talvez reconhecido que me vou retirando insensivelmente da vida política, ou melhor, que a vida política vai insensivelmente se retirando de mim. Somente agora começo a entrever o que André Rebouças viu distintamente no próprio dia 15 de novembro. O que me parecia ser nele pessimismo humano, (sic) não era senão a equação da sua fidelidade transcendente. Em Lisboa, no Transvaal, no Cabo da Boa Esperança, na Ilha da Madeira, o seu isolamento, a sua solidão, não queria, não quer senão dizer que há épocas em que o associar-se, ainda mesmo com outros melhores do que nós, é trair o ideal próprio que cada um tem em si e que lhe cumpre a seu modo lapidar e polir ao infinito.” *O Commercio de São Paulo*, n. 925, 5 abr 1896.

¹⁸⁰ “Recebo carta de Rozo Lagoa pedindo-me continuar na colaboração”; “Escrevo a Rozo Lagoa aceitando” *Diários*, entradas de 11 e 14 de abril de 1896, p. 370.

¹⁸¹ Nabuco parece ter planejado que a série fosse publicada toda sob o mesmo título, com artigos numerados de 1 a 20, como ocorrera com *Notas Políticas*: “Segue amanhã o I de “Ideias imperfeitas.” *Diários*, 15 de abril de 1896, p. 370.

¹⁸² *O Commercio de São Paulo*, n. 936, 18 abr 1896.

E dava a entender, ao final (e também pelo título), que o tom da nova série seria de clarificação de pensamentos “imperfeitos” que poderiam ser tomados por contraditórios: “As minhas ideias têm todas agora uma notação tão imperfeita que não têm o mesmo sentido para cada dois leitores. As deste artigo, vejo bem, precisam de uma chave. Eu procurarei dar a concordância delas em outro”¹⁸³.

Em 17 de abril, dois dias depois de enviar o primeiro artigo de “Ideias Imperfeitas” para a redação e antes mesmo de sua publicação, Nabuco decidia mudar o projeto – ou ainda, concluía que arrumar as ideias só seria possível por um outro caminho – para um autoexame intelectual enfatizando sua formação política, seguindo um eixo cronológico. Iniciava ali a série de artigos que desembocaria no livro *Minha formação*. Nabuco quisera primeiramente aperfeiçoar suas ideias, arrumá-las de forma a fazer-se compreender por seus leitores. Suas colaborações n’*O Commercio* haviam sido até então comentários sobre o noticiário político. Queria agora expressar seu caráter na forma de ideias sistematizadas numa “chave” concordante. Tomado por uma perplexidade que podemos associar àquela descrita por Hannah Arendt diante da pergunta “quem”, mudou seu projeto. A solução encontrada por Nabuco foi escrever uma autobiografia: a chave da concordância das próprias ideias não poderia ser senão a sua história. O plano vagamente autobiográfico que Nabuco inicia aqui é entendido nesse estágio como um meio para atingir um fim, qual seja, o exame do próprio caráter. Contudo, à medida que o projeto evolui, vai adquirindo cada vez maior afinidade com a literatura. A ideia de um “estudo de caso” da própria geração será eliminada pela edição do livro. A ênfase na formação política é progressivamente abandonada, dando lugar a relatos carregados de afeto sobre si e seus contemporâneos. Enviou então à redação o primeiro capítulo do que então decidira chamar de “Formação monárquica”, abandonando o título “Ideias imperfeitas”, que havia anteriormente escolhido para a série. Assim abria o primeiro artigo, sem título próprio, correspondente ao capítulo I de *Minha formação* (“Colégio e Academia”):

Eu disse no último artigo que daria em outro a chave da concordância das ideias aparentemente contraditórias que ele continha e que, de fato, contém tudo quanto tenho escrito nos últimos dez anos. Essa chave não pode ser senão a história das minhas ideias, da minha formação intelectual no que respeita à política. Como ela se prende e subordina aos acontecimentos, à mutação de cenas históricas de que fui contemporâneo, e como é pelo estudo dos casos particulares que se pode melhor conhecer as tendências, afinidades e caráter moral de qualquer época, esta reconstrução da minha obscura

¹⁸³ Loc. cit.

individualidade pode ser uma contribuição para o estudo da geração a que pertencem, de sua orientação, aspirações e desfalecimentos, do que foi a sua herança e do que será, se já não é, a sua sucessão.¹⁸⁴

Nabuco enviaria até 5 de julho dezenove artigos autobiográficos, completando, com “Ideias imperfeitas”, a série de vinte. Em 10 de julho recebia carta do editor d’*O Commercio* comunicando que sua colaboração se encerraria ali em virtude das dificuldades orçamentárias pelas quais o jornal estaria passando¹⁸⁵. Os dezenove artigos correspondem, *grosso modo*, aos dezesseis primeiros capítulos, seguindo a mesma ordem da edição de 1900¹⁸⁶. Nabuco termina o artigo VI (correspondente no livro a “A atração do mundo”) observando: “Este desvio levou-me para muito longe da minha projetada primeira viagem à Europa, em 1873. Estou vendo que o título destes artigos deveria ser antes *A minha formação política*, ou melhor, somente *A minha formação*, porque tudo vai entrando neles”¹⁸⁷.

Este é o primeiro distanciamento explícito do projeto inicial de um estudo de caso da geração de Nabuco (o caso em questão era, naturalmente, ele mesmo). Apenas os cinco primeiros artigos seguiam fielmente esse plano (correspondem aos capítulos “Colégio e Academia”, “Bagehor” e “A Reforma”), tratando de assuntos políticos e de colegas de geração. Nos artigos correspondentes a “A atração do mundo” e “Primeira viagem à Europa”, a consciência e a personagem de Nabuco centralizam a narrativa, de maneira que é difícil argumentar que o que lemos ali não se trata de autobiografia, mas de um estudo histórico autocentrado. A partir do artigo IX, “A Minha Formação Monárquica” era substituída por “A Minha Formação Política”, com a seguinte nota acompanhando o novo título:

Esta série de artigos tem aparecido até aqui sob o título “A minha formação monárquica”. O novo título que adoto hoje me parece, porém, à vista do

¹⁸⁴ *O Commercio de São Paulo*, n. 939, 22 abr 1896.

¹⁸⁵ “Hoje recebi carta de Rozo Lagoa, dispensando minha colaboração para *O Commercio de São Paulo*, por causa de grandes despesas que a folha tem que fazer com a nova máquina, tipos, etc.” *Diários*, 10 de julho de 1896, p. 372.

¹⁸⁶ Há omissões, acréscimos, correções de cunho estilístico. O segundo artigo (ver adiante neste capítulo e apêndice 2), de acentuada ênfase no elemento político, foi quase completamente excluído de *Minha formação*. Outros trechos semelhantes de outros capítulos serão omitidos na edição, provavelmente com o objetivo de limpar os capítulos do sabor de conjuntura típico das colunas de jornal. Vários dos artigos (I – Colégio e academia, II – excluído da edição, V – Na *Reforma*, VI – A atração do mundo, X – Ernest Renan, XI – A crise poética e XII – Adido de Legação) aparecem sem título, apenas numerados. “Os Estados Unidos” aparecerá em 1900 como “Traços americanos”. A famosa passagem de “A atração do mundo” (VI na numeração da série, sem título) comparando a paisagem brasileira com a europeia, favorecendo a segunda, entrou como parte de “Primeira Viagem à Europa”, dando ao capítulo VI da série um tom muito mais político e menos íntimo do que seu análogo da edição final. “Bagehot” (III e IV) e “Primeira viagem à Europa” (VII e VIII) foram publicados cada um em duas partes, explicando, junto com a exclusão do artigo II, a diferença entre os dezenove artigos e os dezesseis capítulos correspondentes no livro.

¹⁸⁷ *O Commercio de São Paulo*, n. 952, 7 mai 1896.

desenvolvimento que o assunto foi insensivelmente tomando, abranger melhor o aspecto de autobiografia política que estou fazendo.¹⁸⁸

A série seguiria sob o novo título até sua interrupção após o artigo XIX (“Os Estados Unidos” cujo título na edição de 1900 é “Traços americanos”). Não está claro se Nabuco continuou escrevendo os capítulos restantes mesmo após sua saída d’*O Commercio*, ou se já os tinha preparado antes de ter a renovação recusada, ou, o que nos parece mais provável, se a redação seria retomada somente quando de uma nova encomenda por alguma publicação. Não há qualquer menção à redação ou publicação de textos autobiográficos em seus diários até março de 1899¹⁸⁹. O fato não deixa de ser curioso, porque os artigos de 1896 seriam republicados a partir agosto de 1898 pela *Revista Brasileira* de José Veríssimo, agora sob o título mais econômico de *A minha formação*. Os capítulos aparecem agora enxugados de parte do conteúdo político de algumas passagens dos artigos d’*O Commercio*, quando este parece digressivo ou repetitivo¹⁹⁰, o que é explicitado. No número de agosto de 1898, que abre a republicação dos artigos na *Revista*, o novo título *A minha formação* vem acompanhado desta nota:

Com o título *Minha Formação Política* escreveu o Sr. Joaquim Nabuco em 1896 uma série de artigos do *Commercio de São Paulo* contando a marcha e as transformações de seu espírito, não só em política como em literatura,

¹⁸⁸ *O Commercio de São Paulo*, n. 963, 21 mai 1896.

¹⁸⁹ Na entrada de 10 de março de 1899, Nabuco diz: “Estou na *Revista*”. *Diários*, p. 402. Presumimos que se trata da edição de fevereiro ou do tomo trimestral, lançado em março, da *Revista Brasileira*, onde estavam publicados cinco capítulos inéditos.

¹⁹⁰ Por exemplo, o segundo artigo da “Formação Monárquica” é quase totalmente excluído do livro, sobrando somente o gancho para o capítulo seguinte, o que comentaremos a seguir. No capítulo “1871-1873. *A Reforma*” do livro, falta este longo trecho do artigo correspondente da série de 1896, que comenta o gabinete Rio Branco (restando um comentário mais geral em meio ao qual está inserido): “A posição do ministério Rio Branco foi a de todos os ministérios que se propõem a (sic) realizar reformas liberais: o elemento emperrado, cuja máxima em política é o *quieta non movere* [não mova o que está sossegado], desconfia dele e o adversário não o guia com sinceridade: considera-o um intruso no seu território. Não se pode dizer que a lei de 28 de Setembro [Lei do Ventre Livre] não tivesse todos os requisitos de uma reforma como o partido conservador tinha o direito e o dever de iniciar, a menos que se negue a esse partido toda espécie de iniciativa em questões que afetam os grandes interesses consolidados do país, assim como certas Constituições negam a iniciativa do Senado. Pelo contrário, a lei de 28 de Setembro é em todo sentido uma lei conservadora. Se o partido conservador não podia deter a escravidão no berço, não a podia tão pouco (sic) ter interceptado no mar, como Eusébio [de Queirós] o fez em 1850. Se Eusébio foi conservador, conservador foi também Rio Branco”. No trecho do livro que comenta a reação liberal ao reformismo conservador de Rio Branco, falta ainda uma frase do artigo, provavelmente por se tratar de uma exceção ao quadro que compunha, de perplexidade dos liberais ante ao sequestro da agenda do partido: “Alguns liberais, entretanto, – (sic) lembra-me bem o entusiasmo de Couto de Magalhães na questão dos escravos e na questão religiosa – eram dos mais ardentes aplaudidores do Gabinete no Club da Reforma”. *O Commercio de São Paulo*, n. 947, 1º mai 1896. Falta também, no artigo correspondente ao capítulo “Adido de Legação” (n. 978, 7 jun 1896) uma digressão sobre como Nabuco teria defendido o Barão de Cotegipe, influente político conservador, dos ataques de Rui Barbosa, na sessão parlamentar em que ambos estreavam. A seguir, comentamos também outra omissão no artigo que corresponde à primeira parte do capítulo “Atração do mundo”. Cf. apêndices 2 e 3.

religião, vida social, etc. A ideia do autor era mais tarde fundir essas páginas em um livro, cortando largamente o que se destinava aos leitores políticos da imprensa diária e dando maior desenvolvimento à impressão literária e estética. É desse esboço de autobiografia que a *Revista* começa a publicar alguns capítulos.¹⁹¹

Os capítulos que n’*O Commercio* estavam apenas numerados aparecem na *Revista* já com os títulos da edição de 1900, à exceção de “Para a Europa” (IV) e “Os Estados Unidos” (XVI), que no livro intitulam-se respectivamente “Atração do mundo” e “Traços Americanos”. A respeito dessa retomada da escrita memorialística, Nabuco escreveu ao desembargador Domingos Alves Ribeiro, a 7 de setembro de 1898: “Vou dar na *Revista Brasileira* em forma de livro os artigos que há dois anos publiquei aí [São Paulo] no *Commercio* sobre a minha formação política. Que quer? É preciso sempre trabalhar com o pensamento, *faire l’araignée*, fazer a teia”¹⁹². Em dezembro de 1898 a *Revista* terminava de republicar os artigos d’*O Commercio*¹⁹³ e, em janeiro de 1899, aparecia um capítulo inédito, “A América no Norte”¹⁹⁴, que no livro levará o nome de “Influência dos Estados Unidos”. A edição de fevereiro traz quatro novos capítulos, que terão três correspondentes no livro: “Passagem pela política – A abolição” (XVIII), “Algumas Figuras” (XIX), “Caráter do movimento – A parte da dinastia” (XX) e “A Minha dívida” (XXI)¹⁹⁵. “Passagem pela política – A abolição” corresponde no livro a “Eleição de deputado” (XIX) e à primeira parte de “A abolição” (XXI); “Algumas figuras” compreende os perfis de abolicionistas traçados ainda no “A abolição” do livro; “Caráter do movimento – A parte da dinastia” é o homônimo do livro (XXII); e “A Minha dívida” é o “Passagem pela política” (XXIII) de *Minha formação*. Ao final dos capítulos publicados na edição de fevereiro, a revista indica que continuará a publicar *A Minha Formação*, o que não aconteceu, não está muito claro por quê. Possivelmente Nabuco estaria atarefado preparando sua partida para o serviço diplomático em 3 de maio de 1899¹⁹⁶. Não há qualquer evidência concreta disto, mas parece-nos válido supor que partir com a família para outro continente sem previsão de retorno em 1899 tomaria tempo e esforço consideráveis.

¹⁹¹ *Revista Brasileira*, v. 15, n. 80, ago. 1898, p. 160.

¹⁹² NABUCO, Joaquim, *Cartas* (v.1) op. cit., p. 290.

¹⁹³ *Revista Brasileira*, v. 16, n. 84, dez. 1898, p. 351-377.

¹⁹⁴ *Revista Brasileira*, v. 16, n. 85, jan. 1899, p. 10-20.

¹⁹⁵ *Revista Brasileira*, v. 16, n. 86, fev. 1899, p. 168-197. “Passagem pela política – A abolição” aparece no livro como “Eleição de deputado”, exceto pelos dois últimos parágrafos, que serão no livro os dois primeiros do “A abolição” do livro, do qual também faz parte o “Algumas figuras” da *Revista*. “Caráter do movimento – A parte da Dinastia” corresponde ao capítulo homônimo no livro, e “A Minha dívida” terá o título trocado e corresponderá ao capítulo “Passagem pela política” do livro.

¹⁹⁶ Entrada de 3 de maio de 1899: “Partida no Níle”. *Diários*, p. 402.

Nabuco encerrou sua colaboração com a *Revista Brasileira* após a publicação de “A Minha Dívida”. Constam do livro, portanto, quatro capítulos inéditos quando da publicação: “Meu Pai” (XVIII do livro), “Massangana” (XX) “No Vaticano” (XXIV), “O Barão de Tautphoeus (XXV) e “Os últimos dez anos (1889-1899)” (XXVI). Isto não corresponde à observação com que Nabuco introduz o livro no prefácio:

A maior parte de *Minha formação* apareceu primeiro n’*O Commercio de São Paulo*, em 1895; depois foi recolhida pela *Revista Brasileira*, cujo agasalho nunca me faltou... Os capítulos que hoje acrescem são tomados a um manuscrito mais antigo. Só a conclusão é nova.¹⁹⁷

Nabuco dá a entender que nenhum dos capítulos da *Revista* é inédito (talvez tivessem sido escritos na época na expectativa de uma nova encomenda de artigos, o que não nos parece provável) e que aqueles que não haviam sido publicados já estavam terminados muito tempo antes. Sabemos apenas que “Massangana” é a tradução para o português do primeiro capítulo de um rascunho de 1893 que Nabuco passou a limpo na segunda metade de janeiro de 1899 (ao qual ele dera o nome de *Foi voulue*)¹⁹⁸ e que “Meu Pai”, “No Vaticano” e “O Barão de Tautphoeus” não fazem parte de *Foi voulue*, o que nos leva a crer que Nabuco sonegou conscientemente a seus leitores uma explicação mais detalhada do processo de escritura do livro, talvez porque calculasse que fazê-lo causaria enfado aos leitores, pecado imperdoável sobretudo se cometido nas primeiras páginas de uma obra que se pretendia literária. É o que dá a entender este trecho de carta a Domingos Alves Ribeiro, datada de 16 de junho de 1899, notando a diferença entre o livro e aquilo que já publicara: “O meu 3º volume [de *Um estadista do império*] está todo agora corrigido e vai para o prelo. (...) Vou dar mais dois volumes. Um com a *Minha formação*, um tanto alterado; outro, reunindo o que tenho publicado avulso [*Escritos e discursos literários*, Garnier, 1900]”¹⁹⁹. Também reforça a tese de que esses três capítulos foram escritos depois da oferta da Garnier para publicar *Minha formação*, em 30 de maio de 1899²⁰⁰ a entrada do diário de Nabuco datada de 28 de dezembro de 1899, referente ao envio de um deles ao escritório parisiense da editora: “Mando ao Garnier mais um artigo para *Minha formação*: ‘Meu Pai’”²⁰¹. Outra hipótese plausível é que

¹⁹⁷ MF. P. 37.

¹⁹⁸ 31 de janeiro de 1899: “Desde o dia 18 trabalhei seguidamente em copiar meu livro sobre religião. *Diários*, p. 400.

¹⁹⁹ NABUCO, Joaquim. *Obras completas de Joaquim Nabuco XIV: Cartas a amigos* (v.2). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 31.

²⁰⁰ 30 de maio de 1899: “Vem Zerolo, da Casa Garnier, contratar comigo a publicação de *Minha formação e Discursos & Escritos*. *Diários*, p. 403.

²⁰¹ *Diários*, p. 410.

os escritos em questão, ou parte deles, constassem da leva de escritos íntimos de 1893, que se estenderia além daquilo que Claude-Henri Frèches editou em 1971 como *Foi voulue*, ou ainda de outro período. Em carta a Carlos Magalhães de Azeredo datada de 25 de novembro de 1900, Nabuco observa: “*Minha formação* não é o meu livro íntimo. Deste, só há nela os capítulos Massangana e Tautphoeus”²⁰². Isto indicaria que Nabuco havia composto outros escritos íntimos em 1893, alguns dos quais não teria aproveitado para *Foi voulue* (usualmente tomado por aquilo a que Nabuco se refere como “manuscrito mais antigo” no prefácio), do qual não consta qualquer referência ao preceptor alemão que dá título ao capítulo XXV de *Minha formação*²⁰³. Há uma breve referência a Tautphoeus em *Pensées Détachées et souvenirs*²⁰⁴, livro também elaborado a partir de rascunhos de sua temporada em Petrópolis no início de 1893, que não corresponde, *ipsis litteris*, a nenhuma passagem da autobiografia. A ideia de um “livro íntimo” esboçado não correspondente a *Foi voulue* é no entanto contestada pelo que diz Nabuco no prefácio a um livro de 1901 também publicado pela Garnier compreendendo textos em sua maioria já publicados de maneira avulsa, *Escritos e discursos literários*:

As porções ainda não publicadas deste volume são somente o discurso sobre João Caetano e um capítulo, *Influência de Renan*, do mesmo livro íntimo de que tirei para *Minha formação* o capítulo *Massangana*, e como este vertido do francês, em que primeiro o escrevi.²⁰⁵

Nabuco se refere claramente ao rascunho em questão, mas menciona apenas Massangana, e não Tautphoeus. Face a estas evidências contraditórias, resta a pergunta a respeito do que seria exatamente o “livro íntimo”. Parece-nos que, de fato, *Foi voulue* havia sido elaborado como uma unidade, e que é a isto que Nabuco chama “livro íntimo”, enquanto que Tautphoeus pode ter sido esboçado na mesma época, sem que houvesse a intenção de integrar o livro, dado que não há ali o tom de relato de conversão do restante de *Foi voulue*. De qualquer modo, ainda é seguro supor que “Meu pai” e “No Vaticano” não constavam dos papéis de 1893, e, mais ainda, que a observação do prefácio de 1900 não estava preocupada em expor ao leitor a composição do livro em seus pormenores. O processo é de tal modo complexo que elaboramos, a fim de dar uma clareza maior a sua apresentação, uma tabela

²⁰² NABUCO, op. cit., *Cartas* (v. 2), p. 93.

²⁰³ A confiar no que diz Claude-Henri Frèches em nota sobre a edição do livro. Frèches afirma que edita o livro a partir de um rascunho de 1893 e uma cópia de 1899, a que Nabuco se refere em seu diário de 31 de janeiro daquele ano (*Diários*, p. 400). NABUCO, Joaquim. *Foi voulue*. Mysterium fidei. Ed. Claude-Henri e Nicole Frèches. Marselha: Université de Provence, 1971, p. 27-28.

²⁰⁴ NABUCO, Joaquim. *Pensées Détachées et Souvenirs*. Paris: Hachette, 1906, p. 238-239.

²⁰⁵ NABUCO, Joaquim. *Escritos e discursos literários*. Paris; Rio de Janeiro: Garnier, 1901, p. VII.

(Apêndice 1) onde as três fases de publicação são esquematizadas, bem como a correspondência entre as partes do texto que foram publicadas mais de uma vez.

Em 8 de abril de 1900, durante temporada que passou no País Basco, Nabuco terminava seu prefácio²⁰⁶. Em 30 de junho, recebia os primeiros exemplares do livro, de cujo título ele decidira por fim excluir tanto o artigo quanto os adjetivos, mantendo pronome possessivo e substantivo, resultando assim mais frugal e abrangente. Sua reação, anotada no diário, foi um tanto ambígua:

Ontem à noite recebi os dois primeiros exemplares de *Minha Formação*, que esperava com certa ansiedade. Impressão geral da obra agradável; de alguns capítulos, “Massangana”, “Tautphoeus”, “Meu Pai”, talvez melhor do que nas provas. No todo, porém, a sensação de vazio, de insuficiência, de decepção, de enfado, que, estou certo, mesmo a obra mais genial, tivesse eu escrito as mais belas páginas de Chateaubriand ou de Renan, me havia de causar, pelo que agradei a Deus fervorosamente, contente, refugiando-me nele. Não só os prazeres dos sentidos que causam essa impressão de vacuidade, esse recuo da falsa elação ou transporte, são os da inteligência, da composição literária também, e disso deve-se render graças a Deus, que assim nos obriga a ter consciência o sentimento infinito, que não podemos alcançar, que destrói no círculo acessível todas as nossas antecipações de gozo e de êxtase, que é a nossa doença, a nossa neurose incurável, mas que é também o sinal, o cunho, de relações misteriosas, ocultas, impenetráveis do nosso ser com uma esfera superior a tudo que é pessoal, sensível, exprimível, fazível, desejável, ou em qualquer outro sentido acessível, seja aos nossos sentidos, seja à nossa inteligência corpórea, mundana, terrestre... Que serve fazer a pérola, quando não se pode passar de ostra?²⁰⁷

É possível interpretar a ambivalência de Nabuco como coquetismo ou falsa modéstia (ou ainda hipérbole auto-engrandecedora, afinal, ele não se furta a uma sugestão de similitude com Renan e Chateaubriand), como é bastante comum em sua prosa; entretanto, devemos notar que o autor nunca exprimiu tamanha insegurança a respeito de sua outra grande obra, *Um estadista do império*, que realizou com fervor e confiança inabaláveis, como fica evidente ao lermos leitura de seus diários de 1894 a 1899. Temperamento um tanto inclinado ao egocentrismo e ao narcisismo, Nabuco, é válido supor, ainda não estava inteiramente seguro dos méritos dessa obra que é a mais assumidamente literária entre aquelas pelas quais celebrizou-se, obra esta onde insiste repetidas vezes ser antes um beletista do que qualquer outra coisa. É, com efeito, o que indicam diversos documentos. Carolina Nabuco, biógrafa do pai, afirma que o livro preferido de Nabuco ao final da vida era *Pensées Détachées et*

²⁰⁶ *MF*, p. 39.

²⁰⁷ *Diários*, p. 433. Note-se que os capítulos com que Nabuco ficou mais satisfeito foram precisamente os inéditos.

souvenirs, chamando-o “o meu livro”. A família e parte dos contemporâneos de Nabuco parecem ser da mesma opinião. Carolina diz da autobiografia do pai que “a focalização é sempre falsa e por mais sincero que o autor procure ser, a encenação lhe tira a naturalidade. A espontaneidade fica consciente, portanto artificial. A personalidade se revela forçosamente, mas muitas vezes à revelia, e nem sempre como quer o autor”²⁰⁸. Segundo Luis Viana Filho, o também escritor Graça Aranha punha as *Pensées* acima de *Minha formação* e *Um estadista do império*. João Ribeiro, que Viana lembra-nos ter escrito que era seria capaz de fazer fel do perfume de rosas, escreveu a Nabuco dizendo: “No seu livro eu vi flocos de neve e ouvi o rouxinol”²⁰⁹. Sobre *Minha formação*, Machado de Assis contentou-se em agradecer o exemplar com que Nabuco lhe presenteara e dizer que o livro era melhor do que “memórias”, atentando para a maior concentração em temas do que em reminiscências. Já as *Pensées* mereceram do prestigiado romancista uma longa carta repleta de elogios²¹⁰. O obituário de Nabuco no *Jornal do Brasil* cita, entre suas obras destacadas, *Um estadista do Império*, *O abolicionismo* e *Balmaceda* e *Pensées Détachées*, entre outras, mas ignora *Minha formação*²¹¹. Já n’*O Paiz*, suas obras são enumeradas exaustivamente, também sem referência à autobiografia²¹². O obituário d’*O Estado de S. Paulo*, em que pese seu destaque de *Minha formação* como “livro inolvidável”, observa que ali “a sua prosa bem se percebe que não lhe saía com facilidade”, lembrando os “elogios calorosos” de Émile Faguet às *Pensées* nos *Annales littéraires* parisienses²¹³. No longo prazo, a fortuna crítica reservou melhor destino a *Minha formação*, enquanto que as *Pensées* se tornaram uma curiosidade erudita.

No prefácio, escrito ao final de sua caminhada autobiográfica, Nabuco faz um interessante comentário a respeito da composição do texto: “Foi para mim uma simples distração reunir agora estas páginas; seria, porém, mais do que isso uniformá-las e querer eliminar o que não corresponde inteiramente às modificações que sofri desde que elas foram escritas”²¹⁴. Há aqui uma renúncia à pretensão de um sobrevoos da vida a partir de uma determinada perspectiva. Em lugar disso, o autor opta pela fragmentação como elemento

²⁰⁸ NABUCO, Carolina, op. cit., p. 325.

²⁰⁹ VIANA FILHO, Luis. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Martins, 1973, p. 382.

²¹⁰ ARANHA, Graça (org.). *Machado de Assis Joaquim Nabuco*. Correspondência. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 104, 138-141.

²¹¹ *Jornal do Brasil*, 18 jan 1910.

²¹² *O Paiz*, 18 jan 1910.

²¹³ *O Estado de S. Paulo*, 18 jan 1910. O obituário do jornal paulista é curioso por não mencionar uma vez sequer que Nabuco fora abolicionista, e tampouco cita *O abolicionismo* entre suas obras. Eis o que diz sobre sua trajetória política: “Joaquim Nabuco, profundamente monarquista, parlamentarista de crenças inabaláveis, não foi nada na monarquia parlamentar, deputado apenas, como qualquer obscuro coronel da guarda nacional, influencia apenas no seu próprio distrito. Foi a República que lhe deu posição digna do nome que tanto realçara dentro e fora do Brasil”.

²¹⁴ *MF*, p. 37.

poético-narrativo: o jogo de alternância entre as diferentes situações enunciadoras conduz, ele próprio, a uma compreensão do desenvolvimento do espírito. Ao final do prefácio está anexada uma entrada de seu diário que exprime sua visão da obra em linguagem figurada:

Esta manhã, casais de borboletas brancas, douradas, azuis, passam inúmeras contra o fundo de bambus e samambaias da montanha. É um prazer para mim vê-las voar, não o seria, porém, pregá-las em quadro... Eu não quisera guardar delas senão a impressão viva, o frêmito de alegria da natureza, quando elas cruzam o ar, agitando as flores. Em uma coleção, é certo, eu as teria sempre diante da vista, mortas, porém, como uma poeira conservada junta pelas cores sem vida... O modo único para mim de guardar essas borboletas eternamente as mesmas, seria fixar o seu voo instantâneo pela minha nota íntima equivalente... Como com as borboletas, assim como com todos os outros deslumbramentos da vida... De nada nos serve recolher o despojo; o que importa é só o raio interior que nos feriu, o nosso contato com eles... e este como que eles também o levam embora consigo.²¹⁵

O tom do diário tem acentuado contraste com aquele do final das “Ideias imperfeitas”: o afeto desempenha aqui um papel precedente ao da razão. O que pretende não é estudar a fisionomia da borboleta, mas conservar o “frêmito de alegria da natureza” por meio de uma “nota íntima equivalente”, o “raio interior” com que se deixa deslumbrar ao observá-las. “Esse traço indecifrável”, diz Nabuco na última frase do prefácio, “explicará as lacunas desse livro e muitas de suas páginas”²¹⁶. É como se nos advertisse que o que segue é uma tentativa de nos mostrar (talvez mais do que contar) os “raios” que o afetaram ao longo de sua vida. Evidentemente, há na edição um esforço unificador, ainda que as correções, como ele observa, preservam a variedade dos pontos de vista. O que diz é de certa maneira uma avaliação do processo da escritura: começara com intenções de sistematização, foi mudando de tom sem o perceber e, quando isto ocorreu, fez da própria mudança o tom da obra. A mutação do sujeito que ocorre dentro das próprias páginas, trocando de ênfases entre política, literatura, razão e afeto, exige do leitor um preenchimento por ele próprio das lacunas entre cada perspectiva. Se, num sentido formal, o livro perfaz uma narrativa, ele contém, no sentido do que ora discutimos, uma pluralidade de visadas de si que manifestam as diferentes fases temporais da redação, ou tempos da escrita, costurados numa unidade final. Acreditamos encontrar aqui um modo de operação particular, acentuadamente “perlaborativo”, da poética da narrativa que Ricœur afirmou ser estruturante da identidade narrativa. Ler *Minha formação* atentamente é absorver o próprio movimento da empreitada memorialística ao longo das

²¹⁵ MF, p. 38.

²¹⁶ MF, p. 39.

páginas, tomando a impressão de cada lampejo de vida que a narração oferece, cujo resultado é a cada vez diferente: um Nabuco cambiante nos conta, em tempos diferentes, partes da sua vida, que a cada momento ele vê de um modo, e que a cada momento é, de fato, um todo que adquire nova forma. O autor de Massangana escreve um *souvenir d'enfance* altamente sentimental, poucos anos depois de seu tardio casamento, de sua conversão ao catolicismo, num momento de reclusão ao lar, escreve também em seu diário: “Minha mulher e meus filhos formam o círculo dentro do qual sou intangível. Não se pode sair dele, mas pode-se subir – para Deus”²¹⁷. O escritor que em meados de 1896 escreve sua “Formação Monárquica”, logo mais “Formação Política”, passou pela Revolta da Armada de 1893 vendo o Rio de Janeiro ser bombardeado pela esquadra e está empenhado na construção de um partido monarquista, viabilizada pelo fim do atribulado mandato presidencial de Floriano Peixoto. O Nabuco que reedita seus escritos na *Revista Brasileira* já desistiu do projeto de um partido restaurador e vê que a república, afinal, é um fato consumado, chegando mesmo a elogiar Campos Sales em seus diários. Finalmente, o autor do prefácio escrito no País Basco voltou à vida pública, vê novos horizontes de atuação na diplomacia e agora integra o quadro dos estadistas da República. A voz do narrador nessas diferentes fases não nos permite, porém, examinar em profundidade o caráter e as inclinações de cada um desses Nabucos. Podemos, contudo, perceber a variação angular entre as perspectivas que alimentam a narração autobiográfica. O que chamamos de efeito poético da perlaboração é o resultado da paralaxe entre as diferentes visadas de si, algo apreensível na medida em a voz do narrador, ao concatenar aquilo que entende por suas ações e sua personalidade, exhibe a cada nova fase da redação um quadro rearranjado da vida que se pretende desenhar na autobiografia

2. A progressão temática

Os vinte e seis capítulos de *Minha formação* podem ser divididos em quatro blocos correspondentes a temas característicos das fases da vida que Nabuco opta por destacar em sua narrativa. Afirmamos que os blocos não correspondem precisamente a fases da vida porque, por mais que haja uma congruência geral entre os temas e as fases, estes se sobressaem, tornando a ordem dos acontecimentos no tempo algo secundário. Alternativamente, poderíamos dizer que o texto se divide em fases da vida em sucessão

²¹⁷ *Diários*, entrada de 29 de janeiro de 1893. Nabuco iniciara a redação de *Foi voulue* em 18 de janeiro, dando-a por terminada em 4 de maio (p. 313-314).

temporal, às quais são atribuídos temas, cuja elaboração resulta em desvios da cronologia. O que queremos sublinhar é que o princípio organizador da narrativa é cronológico, mas que, a fim de dar sentido aos acontecimentos, a abordagem temática à interpretação da própria vida implica a ocasional relativização do princípio subjacente, tanto no sentido progressivo quanto no regressivo. A intriga não traz grandes surpresas; do início ao fim, nenhum acontecimento previamente desconhecido da trajetória política ou da vida íntima que poderia alterar a percepção pública sobre o autor vai à tona. Quanto aos blocos temáticos que identificamos em nossa análise, são os quatro seguintes: um bloco responde pelos três primeiros capítulos; o segundo, que compreende a maior parte do livro, compreende os quatorze capítulos subsequentes; o terceiro vai do capítulo XVIII ao XXIV; e o pequeno bloco que conclui o livro tem apenas dois capítulos.

O primeiro bloco começa na adolescência de Nabuco, ainda no colégio Pedro II. A narração é aberta com a declaração “Não preciso remontar ao colégio”, o que é estranho²¹⁸, já que ela vem logo abaixo do título “Colégio e Academia”²¹⁹. De fato, há em seguida um parágrafo discutindo o ambiente político de seu tempo de menino, mas distanciado do ambiente escolar. Logo mais, porém, surgem cenas da passagem de Nabuco pelo Pedro II: “lembra-me um dia que (...) o inspetor do nosso ano me chamou à mesa (...) para dizer-me com grande mistério que meu pai tinha sido chamado a São Cristóvão para organizar o gabinete”²²⁰. O narrador lembra também que Rodrigues Alves era o melhor aluno da turma, que andava de braços dados com Teófilo Otoni pela Rua do Ouvidor e que tinha prazer em ir assistir aos discursos de Quintino Bocaiuva²²¹. Tudo muito breve e superficial, o que talvez explique a frase de abertura: o colégio e a academia aparecem, mas não são tematizados enquanto experiências de valor próprio. A tônica do relato não parece ser trazer ao leitor o universo colegial, mas notar quem eram os seus colegas que mais tarde ocupariam importantes postos no Estado. Rodrigues Alves não nos aparece como menino, mas como conselheiro de Estado em formação. O laconismo se torna evidente quando o tomamos em comparação com uma única frase tirada da memória de José de Alencar de seus anos de estudante em *Como e por que sou romancista*: “Vejo o enxame dos meninos, alvoriçando na

²¹⁸ Note-se que, no artigo d’*O Commercio de São Paulo* que este texto fazia parte, essa frase abre o segundo parágrafo. O primeiro contém a supracitada explicação sobre o abandono de “Ideias imperfeitas” em favor de um estudo de caso geracional. A frase tinha, originalmente, uma continuidade com esse introito explicativo. No livro, a frase dá seguimento ao prefácio, que termina de maneira algo sentimental, resultando num súbito desnível tonal.

²¹⁹ *MF*, p. 41.

²²⁰ *MF*, p. 42.

²²¹ Loc. Cit.

loja, que servia de saguão; assisto aos manejos da cabala para a próxima eleição de monitor geral; ouço o tropel do bando que sobe as escadas, e se dispersa no vasto salão, onde cada um busca seu banco numerado”²²². Os lampejos de cotidiano que Nabuco nos oferece de seu colégio estão todos a serviço da exposição das relações que o inserem no quadro de sua geração, e não, como em Alencar, da atmosfera psicológica da juventude: braços dados na Rua do Ouvidor *com Teófilo Otoni*, proeza acadêmica *de Rodrigues Alves*, assistir aos discursos *de Quintino Bocaiúva*. Mesmo o inspetor anônimo, um ator aposentado, só ganha um mínimo relevo para espalhar um boato sobre o pai do protagonista, um notável do império. Passando à academia, certa densidade psicológica emerge, mas ainda submetida ao mesmo esquema: as volições aparecem em sua relação com o contexto restrito ao elemento político. O conselheiro Nabuco, ao saber que seu filho participava de um jornal que fazia oposição a um gabinete que apoiava, dizia que o filho se ativesse à rotina dos estudos. O jovem Joaquim teimava:

Eu, porém, prezava muito a minha independência de jornalista, a minha emancipação de espírito; queria sentir-me livre, julgava-me comprometido perante minha classe, a acadêmica, e assim iludia, sem pensar desobedecer, o desejo de meu pai, que, provavelmente, não ligava grande importância à minha oposição ao ministério amigo.²²³

As páginas restantes do capítulo têm por tema principal as leituras formativas do autor: Victor Hugo, Quinet, Mirabeau, Maistre, Renan. Ao final, breve menção a alguns contemporâneos ilustres: Castro Alves, José Bonifácio, o Moço, Rui Barbosa. O gancho para o capítulo seguinte clarifica o segundo elemento temático do bloco, que já se anunciava na profusão errática das leituras: a volubilidade intelectual, manifesta na incapacidade de efetuar uma opção definitiva por este ou aquele sistema de governo: “As minhas ideias, porém, flutuavam (...) entre a monarquia e a república”²²⁴. E assim continua nos dois capítulos subsequentes: em “Bagehot”, aparece finalmente uma referência intelectual sólida a fundamentar a orientação monarquista do autor, enquanto que em “1871-1873. *A Reforma*” observamos a evolução política de uma inclinação republicana remanescente à consolidação do monarquismo, nas páginas do jornal liberal de oposição ao gabinete Rio Branco, que dá ao capítulo seu título. Esses dois capítulos são biográficos apenas no plano político, o primeiro, “para dentro”, o segundo, “para fora”: uma apreciação de um livro de doutrina constitucional

²²² ALENCAR, *Como e porque sou romancista*, op. cit., p. 9-10.

²²³ *MF*, p. 43.

²²⁴ *MF*, p. 46.

e um resumo da atividade jornalística. Isso já acontecia no capítulo de abertura, mas não com a mesma aridez de acontecimentos, ou de relação com elementos exteriores à pessoa do protagonista. Esse bloco é o que mais fielmente executa a proposta de “Formação monárquica” com que a série de artigos d’*O Commercio de São Paulo* havia iniciado: um estudo das ideias de sua geração a partir de si mesmo. O projeto, veremos, será depois relegado a um plano secundário, de maneira que esse primeiro bloco se destaca do restante do livro pela alta intensidade política e pela pouca importância dada a todo o restante das dimensões da vida.

Note-se que Nabuco optou por manter três dos quatro primeiros artigos do *Commercio de São Paulo*, excluindo o segundo deles já na reedição que faz nas páginas da *Revista Brasileira* (Apêndice 2), o que é revelador da mudança de rumo pela qual optara. O artigo²²⁵ trata de um opúsculo que publicara em inícios de 1869 sob o pseudônimo de “Juvenal, poeta romano da decadência”, no qual desferia uma série de ataques ao “poder pessoal” exercido pelo imperador no sistema monárquico brasileiro, monarquia parlamentar *de jure*, parlamentarismo de eleitor único *de facto*. Ali, o escrito é trazido à tona a fim de demonstrar como sua visão da política ainda estava, naquela época, carente de lapidação e repleta de idealizações “quiméricas” sobre a natureza do processo. Somente o parágrafo final, onde Nabuco antecipa que mudaria de posição após a leitura da *Constituição Inglesa* de Walter Bagehot, foi aproveitado na *Revista* e no livro. As informações limitadas de que dispomos nos levam a crer que a exclusão tem dois possíveis motivos que podem ter operado em combinação: um possível desconforto ou arrependimento de Nabuco a respeito de sua confissão de radicalismo juvenil (o que se dará novamente no capítulo III, mas de maneira menos acentuada)²²⁶ ou uma sensação de que o texto estava dando atenção demasiada a fatos pouco relevantes para os novos contornos do projeto, agora abertamente autobiográfico (já na *Revista*, como notamos, o título da série seria “A minha formação”, sem os adjetivos “política” e “monárquica” anteriormente empregados). Parece-nos seguro afirmar que o artigo se encaixa perfeitamente no contexto da propaganda monarquista que Nabuco intentava com seu “Formação Monárquica” (primeiro título da série do *Commercio*, depois alterado para “Formação Política”): destacam-se arroubos juvenis à beira do republicanismo para mostrar o devir político do protagonista como um movimento vigoroso e substanciado em direção aos

²²⁵ *O Commercio de São Paulo*, n. 941, 25 abr 1896.

²²⁶ No capítulo III o narrador avalia que certo artigo de sua juventude era “quase republicano” (grifo no original). Não é a mesma intensidade, porém, dessa passagem excluída: “Nos ataques contra o governo pessoal, com que acompanhava a corrente do partido, eu não era movido por nenhum desejo de aperfeiçoar a Monarquia e não levava em conta o risco de derrubá-la; não me preocupava da sorte do trono, não queria que viesse a República; mas também não me importava que desaparecesse a Monarquia”. Cf. Abaixo, apêndice 2.

valores monárquicos. Depois, acrescentadas novas facetas da vida à narrativa (mesmo no plano da oposição monarquia/república o componente estético tomará um protagonismo que torna a parte inicial destoante), a porção inicial de capítulos vai parecendo fora de lugar.

No capítulo seguinte, contudo, o tema da volubilidade intelectual sofre um salto qualitativo, adquirindo um nível de tensão muito maior. Em “Atração do mundo” toma forma um mecanismo narrativo que tem por força propulsora uma série de pares antitéticos: primeiro, pátria/mundo, que depois se desdobrará em suas diferentes implicações: particular/universal, política/letras, estética/política, sensibilidade aristocrática/sensibilidade social, América/Europa. Não se trata mais, simplesmente, de uma questão de escolha entre uma e outra possibilidade, mas de uma efetiva cisão espiritual. A escolha se faz impossível porque não se dá mais entre totalidades mutuamente excludentes (monarquia/república), mas entre modos de ser que se configuram, cada um, como incompletos: “sentimento” brasileiro/particular e “imaginação” europeia/universal²²⁷ disputam pela dominância sobre uma mesma subjetividade na qual são forçados a coexistir, pondo em dramática evidência as inconsistências e insuficiências ideológicas da intelectualidade brasileira, ocidental por aspiração e periférica por contingência. A instabilidade se reflete na frouxidão cronológica do bloco em questão, o mais longo do livro: depois de narrar sua viagem de um ano à Europa entre “Primeira viagem à Europa” e “A crise poética”, a narração segue, respeitando a cronologia, para o período em Washington e Nova York (na verdade, tão somente para o fato da nomeação para o serviço diplomático), apenas para retornar por mais quatro capítulos a Londres e, depois disso, reservar outros quatro a sua temporada americana, estranhamente abandonada anteriormente, logo após ter sido mencionada pela primeira vez. Nabuco realmente voltou a Londres depois de seu período como adido de Legação, mas até 1900 só havia passado uma temporada (1876-77) nos Estados Unidos. A confusão, porém, está restrita ao aspecto cronológico. Perpassa os quatorze capítulos em questão um desenvolvimento temático que a compensa. “Atração do mundo” apresenta a instabilidade existencial do Jovem Nabuco, aquela que Evaldo Cabral de Mello chama de “dilema do mazombo”²²⁸. “Primeira Viagem à Europa” narra o deslumbramento de Nabuco com as maravilhas culturais do velho continente, enfatizando ainda a volubilidade que impede a absorção da substância de tudo que ali é oferecido, contudo, já anunciando certa pacificação, que se possibilita interromper o frenesi de novidades da viagem: um mês passado em Ouchy, outro em Fontainebleau, onde

²²⁷ MF, p. 70.

²²⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: História e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 235.

finalmente Nabuco tem a oportunidade de se deixar impressionar por, e não apenas vislumbrar, as paisagens, obras de arte, livros, pessoas que vem conhecendo²²⁹.

O bloco é aberto com o capítulo “Atração do mundo”, que contém a exposição paradigmática do “dilema do mazombo”. Aqui se faz necessária uma atenção especial à reedição por Nabuco de seus artigos do *Commercio de São Paulo* na *Revista Brasileira*. Isto porque há no artigo original um longo trecho omitido e uma observação no final que revela a mudança de tom. A primeira parte do artigo corresponde fielmente a sua contraparte no livro: introduz-se a ideia de uma “política com P grande”, “que é História”, uma forma de política guiada por interesses humanos universais antes que partidários. Em seguida, o autor declara ser um espectador do “século” antes que de seu país, exemplificando diversos momentos de sua vida em que sua atenção estava voltada para os desenvolvimentos da política mundial (europeia). A política partidária local não lhe despertava grande interesse, seu diletantismo humanista o tornou um “cavaleiro andante dos princípios e das reformas” desligado do “oficialismo”. Sua “metamorfose pessoal” do local ao universal, ou seja, a intensificação de sua predisposição cosmopolita, teria se dado na primeira viagem à Europa, que foi na sua vida (no artigo de 1896, e não mais nas reedições, Nabuco diz “vida política”) “a passagem da crisálida para a borboleta”. É aí que começa um longo trecho omitido (Apêndice 3), cuja leitura ajuda a clarificar a mudança de tom que se opera a partir do capítulo seguinte. Abaixo, transcrevemos a primeira parte:

Não tomo nada do que vai antes escrito sobre a minha incapacidade para a política, (sic) como mérito meu, como superioridade de minha natureza; não o domarei também como demérito; estou apenas procurando definir-me com sinceridade. Declamar contra a profissão política é desconhecer o mecanismo social; a política tem que ser uma profissão, assim como é uma vocação perfeitamente distinta das outras, e o interesse da sociedade está em que a classe política seja a de mais elevado caráter de todas. A verdade é que em muita coisa essencial levei anos, a vida inteira, para ver e compreender o que outros, o que todos, apanharam desde logo sem o menor esforço. Como não aspiro mais a nada, posso fazer essa revelação sem nenhum sacrifício sobre a natureza da minha inteligência. Alguma coisa eu vi e vejo ainda que outros passariam pelo mesmo caminho, ao lado dos mesmos fatos, sem descobrir; em compensação, muita coisa, muito mais importante, para cuja percepção bastam quase os sentidos, nunca penetrou em mim e não tardiamente, fora do tempo. Isto me fez cometer na minha vida alguns erros.²³⁰

²²⁹ MF, p. 75.

²³⁰ O *Commercio de São Paulo*, n. 952, 7 mai 1896.

Fica assim esclarecido que a política era, para o autor, uma profissão necessária e nobre, intrínseca ao “mecanismo social” mas para a qual ele não possuía talento. Segue então uma admissão de erros durante seu exercício diletante da profissão política, causados justamente pela estreiteza de sua visão, possivelmente relacionada a sua inclinação cosmopolita ao universalismo. A isso mistura-se certo espírito de derrota, com a confissão de uma suposta falta de inteligência e a declaração de não ter mais qualquer aspiração. O que segue após o trecho transcrito acima é uma reavaliação por Nabuco de seu ativismo abolicionista. Manifesta-se um arrependimento pelo radicalismo do passado, pela incompreensão de que a classe escravocrata usufruía da escravidão, mas não a tinha criado, e era, também, a classe produtiva, o motor da economia nacional, cujo concurso teria sido benéfico na execução ordeira das reformas necessárias. Os abolicionistas, segundo o articulista, alheios a esse fato, tratavam os proprietários como se fossem criadores da escravidão e nada fizessem pelo país. Nota-se que Nabuco introduz o comentário observando ter levado anos para perceber que “os homens que adiantam o progresso do país e lhe conservam o seu grau de civilização e prosperidade são homens, falando a paulistas, devo dizer, como os Prados, os Pinhais, como os desbravadores do Oeste de S. Paulo”²³¹. Logo mais, Nabuco explica que, não havendo um fundo religioso ao abolicionismo brasileiro, como era o caso do inglês e do americano, o movimento carecia de lastro moral, de maneira que se deu aqui de maneira puramente “revolucionária” e “destrutiva”, “o que não impede que a destruição tenha sido santa”. Separado de boa parte dos abolicionistas e colegas de parlamento pelo 15 de novembro, não surpreende que houvesse adotado uma leitura mais conservadora da Abolição. Em sua situação de ostracismo, que já entrava no sétimo ano, Nabuco se aproximara de Eduardo Prado, riquíssimo fazendeiro paulista, que afinal era quem havia lhe encomendado aquela série de artigos.

Ainda não ficou claro por que a passagem foi excluída do livro e da *Revista Brasileira*. Uma hipótese é o seu caráter demasiado digressivo: insere-se entre uma declaração de universalismo/cosmopolitismo e a narração da primeira viagem à Europa, e trata de uma fase posterior de sua vida. Outra razão, que está ligada ao rumo que o projeto autobiográfico viria a tomar, é o fato de que Nabuco optou por excluir quase todas as referências à sua atividade abolicionista, mais especificamente a seus mandatos de deputado geral, anteriores ao capítulo “Meu pai”, que abre o bloco referente à atividade parlamentar abolicionista. Finalmente, encontramos outro possível motivo interessante para a

²³¹ Loc. cit.

compreensão da trajetória do pensamento de Nabuco ao longo daqueles anos. Nabuco nota “o predomínio da feição política republicana sobre a feição humanitária”²³² no movimento abolicionista, também um resultado da carência de lastro religioso para a causa. Não há, no livro, qualquer menção ao caráter majoritariamente republicano do movimento abolicionista. Ao contrário, nos capítulos do terceiro bloco, que discutiremos adiante, o 15 de novembro é caracterizado como produto da reação da lavoura escravista. Nesse caso, que não exclui as outras hipóteses, Nabuco teria optado por omitir esse aspecto do movimento do qual fizera parte, de tal forma que pudesse construir uma narrativa da Abolição ligada à monarquia, enquanto tachava a República como subproduto da reação, poupando-se da autocrítica que fizera anteriormente. Se a abolição podia ser atribuída à monarquia, não haveria por que enfatizar sua conexão com o republicanismo, cujas fileiras, afinal, se haviam avolumado após o gesto emancipador da Princesa Imperial. A distinção entre a primeira avaliação e aquela que prevalece no livro pode ser encontrada nesta passagem do capítulo “A abolição”, onde o espírito revolucionário, do qual se distancia, só é associado ao republicanismo após o 13 de maio:

Se o abolicionismo no dia seguinte ao seu triunfo dispersou-se e logo depois uma parte dele aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício, é que o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces...²³³

Voltaremos a discutir as interpretações que *Minha formação* faz do abolicionismo, do 13 de maio e do 15 de novembro no próximo capítulo deste trabalho. Por ora, voltemos aos contornos temáticos desse que denominamos o segundo bloco da obra. Após a passagem descartada que acabamos de comentar, observa-se um desvio daquele projeto de estudo de caso através da própria formação monárquica/política que Nabuco se havia proposto. À medida que a narrativa acompanha a primeira viagem à Europa e o período como adido de legação nos Estados Unidos, o par monarquia/república mantém seu protagonismo, mas passa a ser elaborado em termos distintos do esquema anterior. Se, no primeiro bloco, observávamos como justificativa para a opção monárquica uma suposta evidência de que esta produz governos mais estáveis e sensíveis à opinião pública do que a República, como ocorre em “Bagehot”, neste segundo momento, a escolha não se dá mais em termos puramente práticos, mas estéticos. É o que se observa primeiramente em “A França de 1873-74”, quando

²³² Loc. cit.

²³³ *MF*, p. 211.

o narrador expõe um impasse entre o partido realista e o republicano na França, na verdade um embate entre razão republicana e imaginação monarquista:

De sentimento, de temperamento, de razão, eu era um tão exaltado partidário de Thiers como qualquer republicano francês; pela imaginação histórica e estética era porém legitimista; isto é, perante o artista imperfeito e incompleto que há em mim, a figura do conde de Chambord reduzia a de Thiers a proporções moralmente insignificantes.²³⁴

Um pouco adiante, em “A crise poética”, o raciocínio fica melhor explicado: embora a razão prática desempenhe um papel importante, as inclinações políticas do autor são fruto de apreciações estéticas de seu contexto:

eu trocara em Paris e na Itália a ambição política pela literária, crítica, isto é, com uma espessa camada europeia na imaginação, camada impermeável à política local, a ideias, preconceitos e paixões de partido, isoladora de tudo que em política não pertencesse à estética, portanto também do republicanismo — porque a minha estética política tinha começado a tornar-se exclusivamente monárquica.²³⁵

No início do capítulo seguinte, esse mesmo modo de pensar é retomado:

Durante toda a minha carreira movi-me sempre por algum magnete moral; meus erros foram desvios de idealização; eu nunca teria podido confessar uma ideia, uma crença, um princípio, que não fosse para mim um ímã estético. Sendo assim, se a minha estética fosse republicana, isto é, ateniense, romana, florentina, nunca a monarquia me teria feito despregar a sua bandeira no campo da imaginação como um cavaleiro andante.²³⁶

Ainda temos algumas palavras a dizer, no próximo capítulo, sobre as relações entre estética e política em *Minha formação*. No momento, desejamos ressaltar a novidade que isso representa em relação aos três primeiros capítulos do livro. Se o salto qualitativo se resumisse a essa nova maneira de elaborar um mesmo molde de “formação” – configurando ainda assim uma formação política ou monárquica, mas com um desvio pela estética, poderíamos dizer que há alguma fidelidade ao projeto original. Entretanto, há um progressivo desvirtuamento das balizas políticas originais: o novo esquema se deixa perder ao arrastar para o texto uma série de novos elementos, cujo peso próprio descaracteriza a própria forma. O desvio para a estética acaba se tornando um desvio da própria política para as letras, para as artes, para a

²³⁴ MF, p. 82.

²³⁵ MF, p. 99.

²³⁶ MF, p. 101.

vida social, enfim, para uma concepção mais alargada de formação do que aquela que vinha se desenhando. Parece ter sido em meio à escrita desses artigos, percebendo o extravio da proposta com que abrira a série, que lhe ocorreu pensar seus escritos como um panorama da “marcha e as transformações de seu espírito, não só em política como em literatura, religião, vida social, etc”, no dizer da nota introdutória à reedição dos artigos de 1896 na *Revista Brasileira*. Com isso, finalmente o texto se torna uma narração em sua plenitude, oferecendo não apenas uma avaliação *a posteriori* de fatos dados, mas também ocasionais imersões no universo psicológico do narrador, como se pode notar em “Primeira viagem à Europa”:

volto da Inglaterra, tendo pela primeira vez falado inglês com todo o mundo, fascinado por Londres, tocado de um começo de anglomania, que foi a doença da sociedade em França, (...) e Fontaneibleau, com o repouso dos seus jardins simétricos, a frescura de suas águas e das suas sombras, a tranquilidade do seu silêncio, era o mais admirável retiro que eu podia querer nesse mês da minha vida²³⁷

E também no capítulo seguinte, ao narrar os debates na Assembleia Nacional francesa:

Que emoção a nossa quando o duque d’Aumale, de pé, como todo o Conselho, que formava semicírculo em torno dele, a fita vermelha da Legião de Honra passada sobre o grande uniforme, o chapéu de plumas na cabeça como em um campo de batalha, na mão uma grande folha de papel sobre a qual se projetava o refletor de uma lâmpada sustentada por trás dele por um imponente vulto de *huissier*, com a solenidade de quem depois de um exílio de vinte e cinco anos representava outra vez perante a França, leu os três *Oui*, à *l’unanimité*, que sibilaram pela sala toda como as balas de um pelotão!²³⁸

Esse novo estilo, ainda compatível com uma narrativa de formação política, vem acompanhado de longas considerações sobre novos temas, como já havíamos notado. Aqui, destacam-se os capítulos “Ernest Renan” e “A crise poética”, onde Nabuco relata suas incursões juvenis em polêmicas literárias e no gênero poético, frustradas, segundo ele, pela posterior constatação da própria falta de talento lírico. Em “Adido de Legação”, contrariamente ao que o título dá a entender, o cotidiano de diplomata só é abordado de relance, ao final. O propósito maior do capítulo é reiterar o distanciamento com que Nabuco via a política em sua temporada americana, exemplificada por sua dedicação a outro projeto literário: uma tragédia em metro alexandrino francês sobre uma família dividida pela Guerra Franco-prussiana. Aqui, não obstante sua opinião de que o regime republicano era o mais adequado à França pós-Segundo Império, seu inconsciente, segundo sua própria avaliação,

²³⁷ MF, p. 75.

²³⁸ MF, p. 80.

permanecia monárquico, o que se manifestava em sua peça: “Por uma aparente anomalia, ao passo que eu era politicamente, como disse, thierista ou republicano em França, o meu drama saía todo legitimista e católico”²³⁹. Nos oito capítulos subsequentes, de “Londres” a “Influência dos Estados Unidos”, continuamos a acompanhar as opiniões de Nabuco sobre a política dos locais em que estava no período de 1873 a 1879 (Inglaterra, Estados Unidos e, em menor medida, a França, onde não residiu por longo tempo, mas cujos desenvolvimentos acompanhava atentamente através dos jornais). Contudo, isso se insere em meio a considerações mais amplas a respeito da sociedade e da cultura daqueles países, chegando a traçar esboços sócio-antropológicos, como em “Londres”:

O que dá também a Londres o seu tom de majestade e soberania é a dignidade, o silêncio que a envolve; a calma, a tranqüilidade, o repouso, a confiança que ela respira; é o ar concentrado, recolhido, severo por vezes da sua fisionomia, e, ao mesmo tempo, a urbanidade das suas maneiras; é o retiro em que se vive no seio dela, no centro das suas ruas mais populosas; o isolamento em que se está nas suas catedrais, como no British Museum, nos seus parques, como nos seus teatros ou nos seus clubes. Esse traço de seriedade e de reserva define, a meu ver, uma raça imperial, energética e responsável, cônica da sua força, viril e magnânima. Além disso, há uma feição notável, característica, expressão suprema de força e de domínio; não é uma cidade cosmopolita essa metrópole do mundo: é uma cidade inglesa.²⁴⁰

E, mais adiante, em “Influência dos Estados Unidos”:

A impressão geral que me deixou o que vi na América do Norte, é uma impressão de nitidez; tudo é nítido, de contorno perfeito e incisivo, como uma medalha antiga. O inglês fará tudo sólido; o francês elegante; o americano procura fazer nítido, *clear cut*. (...) Ao americano, ao homem, não à mulher, e ao homem que não pertence à elite do país, faltará o que se tem convencionalmente chamado maneiras, os toques ou sinais, desconhecidos dos profanos, pelos quais os iniciados nos segredos mundanos se reconhecem entre si; isto quer dizer somente que a americana é uma raça que ainda está crescendo na mais perfeita igualdade e ganhando a vida em desenfadada competição.²⁴¹

Ao comparar as sociedades inglesa, francesa e americana (condensadas em perfis de Londres, Paris e Nova York), Nabuco quer demonstrar as relações entre os traços socioculturais e as diferentes maneiras de fazer política de cada lugar que visitou. Note-se que, naquele momento, essas sociedades eram vistas como paradigmas a serem seguidos ou

²³⁹ MF, p. 102-103.

²⁴⁰ MF, p. 111.

²⁴¹ MF, p. 163.

recusados pelo Brasil, como mostra José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre as disputas ideológicas pelos referenciais simbólicos do regime republicano – jacobinos espelhavam-se na França revolucionária, federalistas, na república americana²⁴². A Nabuco, monarquista, restava o elogio do parlamentarismo de Westminster, posto como regime ideal. O pano de fundo cultural, contudo, desempenhava para ele grande influência na adaptação aos diferentes regimes. Por isso, ele era levado a crer que, na França, a república era uma solução de compromisso necessária ao funcionamento estável das instituições. Tudo isto segue coerente com o projeto inicial dos artigos. As observações sobre as sociedades, contudo, não se limitam a impressões relacionadas à política; adquirem um interesse próprio, arrastando a narrativa para outros aspectos da experiência humana, como nesta descrição da City londrina:

Aqui, nas ruas calçadas a madeira, para ainda mais amortecer o ruído, causa uma impressão singular a multidão que não perde um minuto, indiferente a si mesma, à qual nada distrairia o olhar nem arrancaria uma sílaba, e que transporta debaixo do braço, em suas carteiras, massas de capital que seriam precisos vagões para carregar em dinheiro, os cheques que vão para a Clearing House, os bilhões esterlinos, que por ela passam, transferidos de banco a banco, importados, reexportados, pelo telégrafo para os confins do mundo donde vieram.²⁴³

Ou nesta, de Nova York:

Não sei se o céu de Nova York não me pareceu o mais belo do mundo; o que sei é que ele derrama em ondas de luz a alegria, a vida, a coragem, sobra a mais admirável procissão de mocidade e de beleza humana que jamais passou diante dos meus olhos, a que flui e reflui todas as tardes e manhãs da Quinta Avenida para o Central Park.²⁴⁴

As experiências pelas quais o narrador passa extrapolam o projeto de uma formação política: o que elas nos apresentam é a formação de seu próprio caráter em suas variadas dimensões. O Nabuco desses capítulos não vive somente para se tornar político, vive ainda para o próprio momento, e também para mostrar o vir a ser do homem sensível, não apenas daquele racional. Aprendemos, por exemplo, que o espetáculo da sociedade londrina o afetou tão profundamente que ele desejou nunca mais deixar a cidade (“A curiosidade de peregrinar

²⁴² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁴³ *MF*, p. 111.

²⁴⁴ *MF*, p. 165.

estava satisfeita, trocada em desejo de parar ali para sempre”²⁴⁵) e que o périplo europeu talhou nele um temperamento aristocrático:

O leitor me perdoará a confissão, mas eu não devia calar em minha formação a influência mundana estrangeira, a influência aristocrática, artística, suntuária que descrevi. Assim como a notei em um banquete real em Grosvenor Gardens, poderia notá-la em um baile dos Astors em Nova York; é a mesma impressão de uma tarde de corso na Villa-Borghese, de uma manhã de drawing room em Londres, do grande dia de corridas em Ascot; a mesma do jubileu da rainha em Westminster e do jubileu de Leão XIII no Vaticano.²⁴⁶

Tal divergência entre o projeto original e o rumo posteriormente tomado no livro foi notado já à época da publicação por José Verissimo. Se, por um lado, entendia que “*Minha formação* é pelo seu objeto um livro político, a história da constituição de um pensamento político”, ponderava, ao final de sua crítica, que

Crendo compreender os intuitos do sr. Joaquim Nabuco referindo-nos a sua formação política, não lho desculparíamos, se não lhe conhecêssemos o seu profundo amor de escritor e de artista pelo objeto constante da sua imaginação criadora e mais se o não houvesse feito pela maneira verdadeiramente superior que o fez. A sua formação política ou monárquica de fato não nos interessa, mesmo a nós, seus admiradores e amigos. (...) Não é a formação política do sr. Joaquim Nabuco que nos interessa no seu livro: é ele mesmo, e é a mais forte beleza do livro.²⁴⁷

O último capítulo do bloco é “Influência dos Estados Unidos”, que não consta dos artigos d’*O Commercio de São Paulo*, tendo sido publicado pela primeira vez na *Revista Brasileira*. Trata-se de um apanhado das contribuições de sua experiência americana para sua visão de mundo, que já vinham sendo abordadas nos três capítulos anteriores. Há congruência temática com os capítulos anteriores e uma pronunciada diferença em relação aos subsequentes. Em virtude disso, e também da rapidez com que vinha remetendo seus artigos à redação do jornal paulista, com intervalos de poucos dias, é bem possível que sua redação tenha se dado antes da carta na qual o jornal dispensa sua colaboração. Se assim tiver sido, a abertura do terceiro bloco temático coincide com a nova etapa da redação do livro, de forma que a instância enunciativa do bloco anterior fica integralmente restrita ao período de meados de 1896.

²⁴⁵ MF, p. 107.

²⁴⁶ MF, p. 119-120.

²⁴⁷ VERISSIMO, op. cit., p. 177-178.

O terceiro bloco do livro é iniciado com “Meu pai”, capítulo onde o narrador se dedica a um perfil político do pai. O capítulo não consta da série da *Revista* e estava inédito até 1900. Não há aqui reminiscências do convívio de Joaquim com o senador, ministro e conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, que só viria a conhecer aos oito anos. Ao contrário, o filho lamenta só ter descoberto plenamente tudo que o pai lhe tinha a oferecer em sabedoria política quando se envidou na escrita de sua biografia, o que exigiu um monumental esforço de leitura e organização dos papéis que dele herdara: “É para mim hoje uma causa de arrependimento e compunção o não ter tido como principal aspiração saciar-me, saturar-me dele, fazer do meu espírito uma cópia, um borrão mesmo, do que havia impresso e gravado no dele, quando mais não fosse, das notas que um instante retive, mas deixei apagar...”²⁴⁸. O pai é aqui a bússola do filho na política; seu perfil prepara o terreno para o caminho que será trilhado nos capítulos subsequentes.

Comentemos agora, ignorando o intervalo de “Massangana”, os quatro capítulos que narram a atividade política de Nabuco entre 1879 e 1888, que perfazem o bloco que ora discutimos na *Revista Brasileira*. O início de “Eleição de deputado” (chamado de “Passagem pela política” e posto junto a “A abolição” na *Revista*) se dá em explícita ruptura com toda a parte precedente (primeiro e segundo blocos), dividindo a vida do autor em três fases:

Até 1878 foi propriamente o período da minha formação política; o que se segue, de 1879 a 1889, é o do papel que me tocou representar; o final — já agora devo esperar todo ele assim — será o do amortecimento do interesse político e de sua substituição por outros, talvez ainda mais irrealis e quiméricos, porém, que de algum modo quadram melhor com o crepúsculo da vida, quando o espírito começa a ouvir ao longe o toque de recolher.²⁴⁹

Os anos entre a formatura da Academia e a eleição de deputado são caracterizados como o período de formação entendida como absorção do mundo, tanto no sentido de experiência telúrica como no da expansão do horizonte mental para além da pátria, quando o protagonista recebe as influências da política, das letras, das artes, da vida social, que moldam sua personalidade. Com a entrada na Assembleia, dá-se um movimento reorganizador da economia narrativa: até 1879, diz o narrador, “é o período em que adquiro a ferramenta com que hei de trabalhar em política”²⁵⁰. De posse da “ferramenta”, abria-se agora um outra modalidade de formação, na qual a recepção dá lugar à ação, invertendo o sentido da operação do vetor sujeito-realidade:

²⁴⁸ *MF*, p. 176.

²⁴⁹ *MF*, p. 179.

²⁵⁰ *MF*, p. 183.

No fim desta fase de lazaronismo intelectual, quando sou pela primeira vez eleito para o Parlamento, eu tinha necessidade de outra provisão de sol interior; era-me preciso, não mais o diletantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino e na condição alheia, na sorte dos infelizes; aproveitar a minha vida em qualquer obra de misericórdia nacional; ajudar o meu país, prestar os ombros à minha época, para algum nobre empreendimento.²⁵¹

Apesar da condição de deputado liberal, a investida na política do narrador não se dá nos moldes do sistema imperial, mas naqueles nos quais fora vazado em meio a suas impressões da vida fora do Brasil, o que lhe conferia uma vocação para uma forma de política universalista, “com P grande”, como já havia antecipado em “Atração do mundo”:

Era preciso que o interesse fosse humano, universal; que a obra tivesse o caráter de finalidade, a certeza, a inerrância do absoluto, do divino, como tem as grandes redenções, as revoluções de caridade ou da justiça, as auroras da verdade e da consciência sobre o mundo.²⁵²

Esse “interesse humano”, ele diz, se manifestava no Brasil na forma da luta pela emancipação dos escravos. Isso não se aparecerá imediatamente; o primeiro mandato de deputado transcorre como uma transição do proceder errático da juventude para a maturidade política, reeditando na arena pública o que já ocorrera na íntima anos antes: “Então tudo me servia de assunto para discurso, (...) marinha e imigração, (...) a iluminação ou o imposto de renda, (...) o arrendamento do vale do Xingu ou a eleição direta...”²⁵³. À medida que o herói se adapta ao ambiente parlamentar, seu élan vai se concentrando sobre uma única questão: “as contradições se conciliam, a subordinação dos impulsos e das tendências se dá, as afinidades essenciais se pronunciam, (...) e o destino uma vez conhecido cria a vocação”²⁵⁴.

Curiosamente, a narrativa da abolição não se encaminha para os atos do próprio Nabuco as vésperas do 13 de maio. O leitor não é informado dos meandros do debate parlamentar em torno da emancipação. O que se oferece no capítulo “A abolição” é um panorama das forças e agentes sociais e políticos que estiveram em interação naquele período. Em que pese o narrador reivindicar para 1879, ano de sua entrada no parlamento, o marco inicial do abolicionismo, o processo é retratado como uma torrente irresistível a arrebatar o corpo social, arrastando a todos para seu desfecho providencial. A conjugação de impulsos e

²⁵¹ *MF*, p. 179.

²⁵² *Loc. cit.*

²⁵³ *MF*, p. 183.

²⁵⁴ *MF*, p. 183-185.

fatores que alimentaram o abolicionismo fora de tal modo formidável que é impossível definir os agentes responsáveis:

Ninguém afinal sabe quem fez mais pela abolição: se a propaganda, se a resistência: se os que queriam tudo, se os que não queriam nada... Nada há mais ilusório que as distribuições de glória... As lendas hão de sempre viver, como raios de luz na treva amontoada do passado, mas a beleza delas não está em sua verdade, que é sempre pequena; está no esforço que a humanidade faz, para assim reter alguns episódios de uma vida tão extensa que, para abrangê-la, não há memória possível.²⁵⁵

Em seguida, traçam-se alguns perfis de abolicionistas notáveis: Rebouças, Joaquim Serra, Gusmão Lobo, Patrocínio. O capítulo seguinte oferece uma interpretação distinta sobre os mesmos eventos: em “Caráter do movimento – a parte da dinastia” lamenta-se o teor revolucionário do abolicionismo, responsável pela derrocada de seu mais decisivo apoio: a ação da Princesa Imperial. Esta é tida agora como protagonista da abolição, concedendo simultaneamente, de forma sacrificial, a liberdade dos escravos e o trono. A discussão a respeito dessa peculiar contradição interna à narrativa só poderá ter o seguimento adequado no próximo capítulo, quando perscrutaremos de maneira mais detida a relação entre os temas da obra e sua contribuição na composição biográfica, não mais seguindo a linearidade do texto, como fazemos aqui, mas os sentidos que nela se insinuam.

Já notamos que o aspecto revolucionário, impulsivo da abolição causava em Nabuco sentimentos conflitantes a respeito de sua militância na causa. Desagradava-lhe, sobretudo, o fato de que ela inviabilizou a continuidade do regime monárquico, o que lhe causou profundo descontentamento. Conquanto seja colocada como causa final da queda da monarquia, a abolição não é renegada pelo narrador, nem o abolicionismo é por isso causa de arrependimento. O fato de que a abolição teria precipitado a república no Brasil fora uma necessidade histórica: “Decerto o exílio do Imperador foi triste”; mesmo assim, “Ninguém pode afirmar que desprezando a abolição ela [a monarquia] se teria mantido, ou que não teria degenerado...”; “Não devo à dinastia nenhuma reparação; não lhe armei uma cilada; na humilde parte que me coube, o que fiz foi acenar-lhe com a glória”²⁵⁶. Observa-se-se a anulação da autocrítica que se havia desenhado na passagem excluída, já comentada, que figurava ao final do sexto artigo do *Commercio*, surgindo, agora, uma nova avaliação da abolição como desfecho inevitável da questão servil. O caráter revolucionário do movimento

²⁵⁵ MF, p. 202.

²⁵⁶ MF, p. 216.

ainda é lamentado; agora, porém, ele era um fruto do prolongamento da inação do sistema face a gravidade da situação que enfrentava: “Infelizmente, o espírito revolucionário teve que executar em poucos anos uma tarefa que havia sido desprezada durante um século”²⁵⁷. O capítulo seguinte, “Passagem pela política”, faz o apanhado das impressões que Nabuco guardou de seu envolvimento na causa abolicionista, enfatizando as campanhas para deputado geral em 1884 e 1887, durante as quais, ao contrário de 1879, quando tivera sua eleição arranjada por seu pai, empenhou-se arduamente em ganhar o voto da população do Recife no contexto desfavorável do gabinete conservador do Barão de Cotegipe, ferrenhamente oposto à abolição. No balanço, agradece aos correligionários liberais e abolicionistas de Pernambuco que o ajudaram nas campanhas, relata a trágica situação do eleitorado humilde cujo voto pleiteava, que, se simpático às causas liberal e abolicionista, vivia sob a constante ameaça de represálias caso não prevalecesse nas urnas a situação – nesse sentido o episódio do eleitor Jararaca tem certa afinidade com o do jovem escravo que aparece em Massangana, pois expõe ao idealista a dura realidade do processo eleitoral, assim como este expusera à criança o horror da escravidão. Mesmo ocorrendo em cenário desolador (“o que me fica de todo esse episódio (...) é um sentimento acabrunhador de falência”²⁵⁸), a política que se desenha aqui é aquela “com P grande”, onde o sacrifício é necessário à obtenção da grandeza: “a luta pela justiça é isso mesmo, é o sacrifício de gerações inteiras pelo direito às vezes de um só, para resgatar a injustiça feita a um oprimido, talvez um estrangeiro”²⁵⁹. Ao final, a política se afigura como um processo cujas razões operam de maneira misteriosa, cuja apreensão não é inteiramente possível no plano da consciência: “posso dizer [que a política] me lembra um jardim encantado do Oriente, onde tudo eram formas enganadoras de existência, pacificadas, imobilizadas, à espera da palavra que as libertasse, (...) onde os rouxinóis que cantavam eram partes de amentes a quem era defeso procurarem-se sob a forma humana”²⁶⁰. Abordaremos no próximo capítulo essa caracterização encantada da política. Traçado o perfil dos capítulos do terceiro bloco que apareceram primeiro na *Revista Brasileira*, tornamos agora aos dois remanescentes, acrescentados na edição do volume publicado em 1900.

É preciso iniciar nosso comentário sobre o lugar que “Massangana ocupa no livro retomando a atenção ao processo de composição da obra. É sobre este penúltimo bloco de capítulos que viemos analisando que a edição de 1900 realiza a sua intervenção mais relevante. O leitor que acompanhasse a autobiografia de Nabuco na *Revista Brasileira* teria

²⁵⁷ MF, p. 213.

²⁵⁸ MF, p. 222.

²⁵⁹ Loc. cit.

²⁶⁰ MF, p. 224.

lido quatro capítulos narrando o período em que Nabuco foi deputado e expondo sua interpretação sobre o fim da escravidão e suas conexões com a proclamação da república. Os capítulos seguem a moldura cronológica dos anteriores, de maneira que, por eloquente que o texto fosse, não há um direcionamento da narração a um pivô explicativo. Há a abolição em toda a sua grandeza histórica, mas ela aparece como mais um acontecimento, ainda que o mais importante, numa progressão, e não se insinua que o que ali se diz não seja simplesmente uma relação de fatos da política, auto-contingentes em seu sentido. Se o mesmo leitor, entusiasmado, adquirisse o livro a fim de possuir os escritos editados num volume único esperando nada mais do que isso, ficaria surpreso com o que efetivamente teria encontrado. Nabuco mutila um capítulo (na revista, “A abolição”), interrompendo o fluxo que naturalmente encaminhava da eleição de deputado para a abolição, inserindo o seu *souvenir d'enfance* traduzido do francês. Os procedimentos narrativos desse capítulo, que em *Foi voulue* aparece no início a título de traçar à infância a inclinação do autor à fé católica, são inteiramente diferentes do resto do livro. Não há o olhar complacente do Nabuco autor sobre o Nabuco personagem, rindo-se de si mesmo na ingenuidade da juventude ou avalizando suas próprias escolhas, o que há é um transporte à atmosfera sensorial e psicológica da infância do autor. As reflexões que extrapolam a recriação da psique infantil não são eloquentes ou sugestivas, como quando se discute o binário monarquia-república; trazem no lugar das ênfases anteriores um pesar piedoso, confessional. O desnível faz do capítulo o ponto de fuga²⁶¹ narrativo do livro. Sem “Massangana”, *Minha formação* apenas acompanha Nabuco em seus dilemas mundanos e psicológicos. A interrupção brusca da narrativa, exatamente quando ela está prestes a transpor o limiar da abolição, nos relatando ainda outro desmoronamento, aquele do idílio de uma infância aristocrática, ocasionado por um encontro cheio de patos com o horror o real, é o que de fato nos explica toda a trajetória política do autor, que antes parecia um estranho acidente ou uma aceitação da escolha disponível para um fidalgo desapossado como ele. A escravidão, que vinha sendo tomada de um ponto de vista distanciado (Nabuco chega a fazer piada com sua atuação como advogado de escravos acusados de homicídio no capítulo III, ao lembrar que conseguiu “três galés perpétuas”, pena mínima que a justiça dava aos culpados) torna-se algo palpável pela primeira vez. Esse primeiro contato com o real, que é primeiro não somente para o narrador, mas também para o leitor, é posto como o gérmen da consciência do protagonista, nas palavras do narrador, o

²⁶¹ Devo a feliz expressão a Ítalo Moriconi. MORICONI, Ítalo. Um estadista sensível: A noção de formação e o papel literário em *Minha formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, jun 2001, p.166.

“oráculo íntimo” de toda a sua vida²⁶². A instituição servil já fora eleita como variável explicativa do quadro social brasileiro n’*O abolicionismo*²⁶³; em *Minha formação*, tão só por causa da adição final de “Massangana”, ela se tornava, para usarmos o linguajar de Nabuco, a “mola” do seu devir biográfico. Logo antes de abrir “Massangana”, aliás, Nabuco insere dois parágrafos inéditos em “Eleição de deputado”, onde o sentido formativo da militância abolicionista é explicitado (ou melhor, introduzido) como não o havia sido na versão da *Revista Brasileira*, funcionando assim como um preâmbulo ao capítulo seguinte. Ali, diferentemente do início da atividade parlamentar onde oscilava entre vários temas, o abolicionismo não é opção de causa entre causas, mas do exercício de uma política cujo fim está para além de si mesma. Depois de um “primeiro ensaio” errático, ainda que influenciado pelas ideias do liberalismo inglês, emerge a vocação política “com P grande”, que se dá mediante o apagamento do “temperamento ou sensibilidade” políticos, deixando assim aflorar um ativismo cujo fundo é o “drama humano universal”, que se oferece aqui como sentido último da vida pública do protagonista:

A feição política tornar-se-á secundária, subalterna, será substituída pela identificação humana com os escravos e esta é que ficará sendo a característica pessoal, tudo se fundirá nela e por ela. Nesse sentido é a emancipação a verdadeira ação formadora para mim, a que toma os elementos isolados ou divergentes da imaginação, os extremos da curiosidade ou da simpatia intelectual, os contrastes, os antagonismos, as variações de faculdades sensíveis à verdade, à beleza, que os sistemas mais opostos refletem uns contra os outros, e constrói o molde em que a aspiração política é vazada, e não ela somente, a inteligência, a imaginação, os próprios sonhos e quimeras do homem.²⁶⁴

O último capítulo do bloco se fecha com outro escrito que não constava na série da *Revista Brasileira*. Trata-se do relato da viagem de Nabuco a Roma no começo de 1888, quando fora pedir ao Papa que interviesse pela abolição no Brasil com uma encíclica, demandando ao governo a imediata libertação dos escravos. A tentativa redundou em fracasso, pois a diplomacia brasileira conseguiu protelar a ação papal, tendo a encíclica só sido publicada após o 13 de maio. A função do capítulo não é, porém contar mais uma etapa da luta abolicionista, mas completar o ciclo formativo do protagonista. O episódio adquire sua importância porque é ali que o narrador vê o início, à época imperceptível, de seu movimento de retorno à fé católica: “a minha ida a Roma (...) contarei aqui, porque será um elo em minha

²⁶² *MF*, p. 195.

²⁶³ Seguimos aqui a lúcida formulação de Evaldo Cabral de Mello em *Um imenso Portugal*, op. cit., p. 244.

²⁶⁴ *MF*, p. 185.

vida, um toque insensível de despertar para partes longamente adormecidas de minha consciência”²⁶⁵. Tomado pelo calor e pela urgência dos meses que antecederam a abolição, o herói não se apercebe da transformação que aquela passagem por Roma lhe causaria no espírito, o que só ocorreria quando do ostracismo a que seria imposto com a proclamação da república e o conseqüente fim de sua carreira política, impelindo-o à autorreflexão: “A lembrança (...) não podia deixar de crescer no vazio da minha tarefa acabada e da impossibilidade de assumir outra equivalente”²⁶⁶. Refletindo acerca de sua militância pregressa, via que o cristianismo havia sido o seu “estado latente de ação humanitária”²⁶⁷. Finalmente, aos quarenta anos, redescobria com a religião a vida interior, que havia inconscientemente governado seu proceder:

Muitas vezes mesmo, a religião não consegue desprender-se da tarefa ordinária da vida, e é somente quando essa tarefa acaba ou se interrompe que as perquisições interiores começam, que se quer penetrar o mistério, que se sente a necessidade de uma crença que explique a vida. Até lá basta o próprio papel que desempenhamos; o crítico não aparece sob o ator; a dúvida não distrai da ação exterior contínua. Enquanto se é um simples instrumento, por pequeno que seja o círculo traçado em torno de nós, a imaginação se encerra nele, e a vida interior não se insinua sequer à consciência... A ação é uma distração. E só acabada ela que em certa ordem de espíritos as afinidades superiores se pronunciam...²⁶⁸

O capítulo perfaz, assim, a transição narrativa do momento de maior atividade do protagonista em direção àquele de introspecção e afastamento da vida pública que será abordado no bloco final, onde a tônica estará no próprio retrospecto de avaliação da vida como um todo, num movimento de “retirada insensível”, como o autor havia observado ao lançar seu inconcluso projeto de organizar suas “ideias imperfeitas”. Concluindo nosso comentário do terceiro bloco, devemos ressaltar a contribuição das três intervenções que sofre na edição final para a eficácia da narrativa como retrato inteiriço da vida do autor, ou seja, na elaboração de uma vida autobiográfica a partir dos fragmentos da existência vivida contidos na memória. Se “Eleição de Deputado”, “A abolição”, “A parte da dinastia – caráter do movimento” e “Passagem pela política”, que figuravam na *Revista*, já abordavam o tema da atividade parlamentar e abolicionista com uma imersão na atmosfera político-partidária de 1879-1888, “Meu Pai”, “Massangana” e “No Vaticano”, acrescentados em 1900, finalmente ligam esses momentos à finalidade narrativa de atribuir-lhes um vínculo ao sentido geral da

²⁶⁵ MF, p. 225.

²⁶⁶ MF, p. 239.

²⁶⁷ MF, p. 240.

²⁶⁸ Loc. cit.

vida autobiográfica que se vinha compondo e recompondo desde 1896. O perfil do pai serve de molde à ação política; a reminiscência da infância explica a paixão pela causa dos escravos, apresentando um acontecimento que teria despertado a vocação no *kairos* de seus primeiros anos; a visita ao Vaticano fecha o círculo, recuperando com a reflexão *a posteriori* o sentimento profundo de fé que havia estado por trás de todos os seus esforços em benefício dos oprimidos.

O quarto bloco do livro, que compreende dois capítulos, apresenta o estado da vida de Nabuco no período em que se dá a escrita do livro, sua fase pós-abolição e república. Não interessam tanto os fatos narrados, a tônica da narrativa passa a ser o estado d'alma do herói no tempo presente, conduzindo a uma avaliação final, totalizante, da vida, um quadro do que vê seu olhar retrospectivo – o que não necessariamente diminui, aos olhos do leitor, o valor das interpretações que antes se haviam insinuado. O tom é de despedida e conciliação com um destino dado por realizado, o que não está em perfeito acordo com o rumo que sua vida já indicava tomar: ao escrever o prefácio e o capítulo final, Nabuco estava de volta ao serviço diplomático, no início de seu período de maior consagração pública (se não em termos populares, ao menos em termos oficiais). Vale lembrar que esse contexto, que é o da edição final do livro – que seria outro bastante diferente caso não contivesse todas as adições e intervenções que ali são feitas – não é mais o do ostracismo e do propagandismo monárquico no seio do qual o projeto da “Formação Monárquica” havia sido formulado pela primeira vez.

O bloco é aberto por “O barão de Tautphoeus”, onde o narrador retrata seu professor no colégio Pedro II, um nobre alemão radicado no Rio de Janeiro. O capítulo, não obstante ser o penúltimo, traz de volta os anos de colégio, finalmente abordados do ponto de vista da formação acadêmica, o que, já notamos, não ocorrera no início do livro. O barão, invocado ao final do livro como figura exemplar, se faz presente no plano da vida na juventude e no pós-15 de novembro, período em que frequentara a casa da recém-formada família de Nabuco em Paquetá, até sua morte, ainda em 1890. A importância exemplar de Tautphoeus na vida contada no livro rivaliza com a do pai. Após ter, alguns capítulos antes, declarado que não sofrera “influência direta e positiva”²⁶⁹ como a admiração pelo pai, do barão, o narrador diz: “Nenhuma influência singular atuou sobre mim mais do que a de meu mestre”²⁷⁰, talvez porque, perto do final do período narrado, a sorte do protagonista esteja mais próxima deste último. O perfil do mestre ilustra o estado de espírito de Nabuco no início de seus anos de ostracismo, como ele o percebia: erudito, sereno, indiferente às glórias efêmeras da fama e do

²⁶⁹ MF, p. 175.

²⁷⁰ MF, p. 241.

reconhecimento público, contemplando a natureza. A narração dos últimos dias de Tautphoeus parece, na verdade, uma alusão ao *memento mori* que o próprio Nabuco foi levado a experimentar com o súbito desmoronamento de sua até então promissora carreira política. O balanço do momento para a narrativa é, no entanto, consolador: Tautphoeus lhe ensina, por seu exemplo, que, não importando o que se pensa hoje, o juízo realmente relevante para o homem é aquele da História, que nunca será conhecido em vida.

“Os últimos dez anos (1889-1899)” encerra o livro narrando, finalmente, a retirada da política em direção às letras. O tempo narrado alcança, ou pelo menos se aproxima bastante, pela primeira vez, do tempo da enunciação: não há mais a grande distância entre Nabuco-protagonista e Nabuco-narrador que caracterizara toda a trajetória até o momento. A queda da monarquia é diretamente vinculada ao fim da carreira política, direcionando os esforços de Nabuco para as letras. Esse novo foco resulta na última modificação pela qual passa o espírito do protagonista. Estudando a vida do pai, o narrador diz ter descoberto que o envolvimento ativo com os destinos do país não se deveria submeter a orientações doutrinárias sobre o sistema de governo:

A monarquia para aquelas épocas de arquitetos, pedreiros e escultores políticos incomparáveis, era uma bela e pura forma, mas que não podia existir por si só, o amor, o zelo, o fervor patriótico deles dirigia-se à substância nacional, o país; sua vassalagem ao princípio monárquico era apenas um preito rendido à primeira das conveniências sociais.²⁷¹

A descoberta, contudo, viria tarde demais para que viesse a se manifestar em ação política, pois a retirada da vida pública seria irreversível; sua vida dali para diante seria de contemplação, não haveria mais o que formar: “O autor e o ator desaparecem; o espectador, porém, sente a sua ansiedade crescer e se tornar angustiosa”²⁷². As influências que passavam a predominar agora eram novas apenas em relação ao momento imediatamente anterior: a religião já lhe tocara na infância, as letras, na juventude. Foram essas as duas “faces” sob as quais seu espírito “cristalizou”²⁷³. Num balanço final, divide a vida em três momentos, cada qual correspondendo a “vidros” diferentes através dos quais olhara a vida:

primeiro, no ardor da mocidade, o prazer, a embriaguez de viver, a curiosidade do mundo; depois, a ambição, a popularidade, a emoção da cena, o esforço e a recompensa da luta para fazer homens livres (todos esses eram vidros de aumento)...; mais tarde, como contrastes, a nostalgia do nosso passado e a sedução crescente de

²⁷¹ MF, p. 254.

²⁷² MF, p. 257.

²⁷³ MF, p. 258.

nossa natureza, o retraimento do mundo e a doçura do lar, os túmulos dos amigos e os berços dos filhos²⁷⁴

Não há qualquer menção ao retorno ao serviço diplomático, agora no alto escalão – Nabuco fora nomeado ministro plenipotenciário pelo presidente Campos Sales, no início de 1899, para chefiar a missão brasileira ante o árbitro do litígio territorial com a Grã-Bretanha a respeito dos limites entre o Brasil e a Guiana Britânica. Há, entretanto, uma referência implícita a sua entrada nos quadros da república – em meio à “descoberta” da precedência da pátria em relação à monarquia há este sugestivo comentário: “a aspiração sintética de minha vida tinha que ser a de não me dissociar, qualquer que fosse sua forma de governo, dos destinos do meu país”²⁷⁵. A diplomacia em nada muda sua condição de afastamento da política, pois, a seu ver, é uma atividade destacada dela²⁷⁶. A passagem justifica, sem a mencionar, para os leitores da época, sua migração do campo político restaurador, que ainda insistia no boicote ao regime republicano, para uma posição de acomodação à nova realidade do país.

A proposta deste capítulo que ora se conclui foi a de analisar o processo de composição do texto em dois planos: num primeiro, temporal e anterior ao texto, tentamos demarcar as datas de redação das diferentes partes do livro; e num segundo, focado no interior do próprio texto, observamos a sucessão de rearranjos de ênfases temáticas e projetos narrativos da autobiografia. Em resumo, podemos dizer que, no momento seminal daquilo que viria a ser *Minha formação*, não havia uma proposta propriamente autobiográfica, mas uma tentativa de exposição exemplar da formação política como um estudo de caso da geração do

²⁷⁴ Loc. cit.

²⁷⁵ *MF*, p. 255.

²⁷⁶ Conquanto possa parecer escandalosa, a ideia está confortavelmente inserida no senso comum da época (que em certa medida vigora até os dias atuais) de que a diplomacia é uma política de Estado e não de governo, completamente dissociada da política doméstica (entendida vulgarmente como “a política”). O discurso inaugural do Barão do Rio Branco no cargo de ministro das Relações Exteriores é sintomático: “Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças a minha fraqueza pessoal. (...)A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência [O presidente Rodrigues Alves, quando do convite para a pasta], não é e não deve ser uma pasta de política interna. (...)Não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado”. RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. IX – Discursos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 108.

autor. Por mais que vários dos capítulos do livro estejam plenos de resquícios dessa primeira proposta, que é obedecida à risca somente nos três primeiros, ela já está em boa medida descaracterizada ao final do segundo bloco da narrativa, onde a formação em questão já adquiriu tons extrínsecos à política e está carregada da singularidade do “caso” estudado. Os capítulos referentes à abolição publicados na *Revista Brasileira* trazem à tona o contexto da abolição, traçando perfis de colegas e fazendo avaliações sobre o significado histórico do movimento e seu desfecho; contudo, em meio a essa avaliação, o narrador se dedica à justificativa das próprias ações, reforçando o caráter pessoal da obra. As adições posteriores a esse bloco, “Meu pai”, “Massangana” e “No Vaticano” lhe traçam novos contornos, e são as intervenções cruciais que, junto com o bloco final, ligam as pontas soltas dos estágios anteriores da escrita, propondo um sentido final à vida narrada no livro. Entretanto, como não há uma completa reescrita da parte anterior, as diferentes partes do livro insinuam cada uma, em grande medida, a maneira com que a obra era concebida a cada momento, como se pode observar nesta nota que introduz “Massangana”, inserida por Nabuco na edição de 1900:

A razão que me fez não começar pelos anos da infância foi que estas páginas tiveram, ao serem primeiro publicadas, feição política que foram gradualmente perdendo, porque já ao escrevê-las diminuía para mim o interesse, a sedução política. A primeira ideia fora contar minha formação monárquica; depois, alargando o assunto, minha formação politico-literária ou literário-política; por último, desenvolvendo-se sempre, minha formação humana, de modo que o livro confinasse com outro, que eu havia escrito antes sobre minha reversão religiosa. É deste livro²⁷⁷, de caráter mais íntimo, composto em francês há sete anos, que traduzo este capítulo para explicar a referência feita às minhas primeiras relações com os escravos.²⁷⁸

Por esse motivo, o livro não expõe somente a formação do protagonista, mas a sua própria: as várias direções buscadas pelo autor ao longo da composição do texto. Se é válido crer que a visão final é aquela que fica sugerida com maior ênfase, é também natural que o sentido da obra, em última análise, seja um produto dessa mesma condução do momento inicial da escrita até o final, incluindo o rastro das intenções anteriores. O que esses meandros que vimos até aqui deixam surpreender é, de um lado, o caráter intensamente perlaborativo, para usar a expressão de Paul Ricœur²⁷⁹, da operação autobiográfica, e, de outro, o seu desenrolar forçosamente poético, segundo o conceito de William Howarth²⁸⁰, onde a instabilidade do esquema do texto é ela própria uma qualidade particular. É importante

²⁷⁷ O autor se refere a *Foi voulue*, publicado postumamente.

²⁷⁸ *MF*, p. 187.

²⁷⁹ RICŒUR, 2010, p. 420.

²⁸⁰ HOWARTH, op. cit., p. 104-114.

ressaltar nossa posição, já tomada no capítulo anterior, de que a “estratégia” autobiográfica empregada em *Minha formação* é, tomando o livro por um todo, aquela que Howarth chama de “oratória” – parece-nos que Nabuco quer ali fazer de sua vida privada um monumento público²⁸¹, dedicado à educação de seus leitores. O que defendemos aqui é que o caráter poético não é “estratégico”, seja no sentido de uma intenção ou de uma predisposição do autor a um certo modo de escrita que invariavelmente conduziria a esse resultado (parece ser esta a concepção que Howarth tem da “autobiografia como poesia”²⁸²), mas acidental, resultante daquilo que anteriormente denominamos paralaxe temporal da visada de si, e que isso é notado e aceito pelo próprio autor ao final da escrita, como um aspecto ao mesmo tempo contingente e venturoso da obra. Por mais conservador que fosse o gosto estético de Nabuco, a infidelidade de seu livro a uma construção definida não era vista por ele como uma fraqueza. É o contrário disso que acreditamos dar ele a entender ao final do prefácio, ao falar do esvoçar das borboletas: de nada serve pregá-las, mortas, num quadro; a impressão melhor se guarda numa nota íntima, cujo traço é indefinível.

²⁸¹ Ibid., p.. 92.

²⁸² É possível afirmar que Howarth autorizaria nosso uso do termo, pois afirma que os autobiógrafos poéticos mudam de curso frequentemente, não compreendendo inteiramente seu próprio propósito, apresentando uma série de imagens da vida, cabendo ao leitor vinculá-las e interpretá-las. Mesmo assim, isto estaria ligado a uma “falta de convicção” e uma inclinação à autocrítica típica de “homens difíceis” que não nos parece estar presente em *Minha formação* (HOWARTH, op. cit., p. 109-110). Fiel ou não ao pensamento de Howarth, nosso intento é sublinhar o aspecto acidental do que chamamos de poética.

V. Traços e rasuras: motivos e dualidades na narrativa

Mal consigo lembrar-me de um mandamento, nada me aparece sob a forma de uma lei; é um impulso o que me guia e que sempre me conduz para o bem; obedeco livremente a meus sentimentos e entendo tão pouco de limitação quanto de arrependimento. Graças a Deus, reconheço a quem devo esta felicidade e que não posso pensar nesses privilégios senão com humildade. Pois jamais correrei o risco de me orgulhar de meu próprio poder e de minha capacidade, já que tenho reconhecido claramente que monstro pode nascer em cada coração humano, se uma força superior não nos protegesse.

Narradora anônima, *Confissões de uma bela alma* (J. W. von Goethe)

Nas páginas anteriores, examinamos a composição da obra sob o ponto de vista das etapas temporais da escrita e da progressiva elaboração de temas. No presente capítulo realizamos um estudo da obra mais detido em passagens particulares, a fim de apreender o sentido presente na narrativa. Como veremos, essa abordagem abrirá o texto a novas janelas interpretativas. A discussão que ora iniciamos retomará os temas que já haviam sido discutidos no capítulo precedente, procurando encontrar neles sua contribuição para o sentido da obra, tanto no que se refere à situação particular do tema na obra quanto no plano geral da vida autobiográfica. Nosso objetivo agora é identificar certos motivos proeminentes na narrativa, procurando interpretar sua elaboração em concerto com a perspectiva contextual do último capítulo, questionando em que medida a forma com que aparecem pode ser atribuída à paralaxe temporal da visada de si e às diferenças entre projetos e como poderiam contribuir para um hipotético sentido geral da obra. Começamos por um panorama sucinto de algumas apreciações críticas da obra que introduzem alguns dos problemas que este capítulo aborda.

O artigo de Beatriz Jaguaribe sobre *Minha formação e The education of Henry Adams* foi, com a exceção parcial da introdução de Gilberto Freyre à edição de 1963, o primeiro estudo sobre o livro a dar maior atenção à problemática da autobiografia. Jaguaribe sustenta, a partir do já aqui citado ensaio de Georges Gusdorf sobre o gênero autobiográfico, que as memórias aqui analisadas são um exercício de “negociação com as nuances do fracasso”²⁸³, nomeadamente, o de Nabuco “não ter sido o homem emblemático de seu tempo” como o fora seu pai. A análise que empreendemos aqui converge com a proposição de uma negociação com o fracasso – mais precisamente entendemos que a negociação se dá mais com um sentimento de desencanto do que com a ideia totalizante e irremediável de fracasso – , mas

²⁸³ JAGUARIBE, Beatriz. *Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco*. In: Giucci, Guillermo; David, Maurício Dias (orgs). *Brasil-EUA: Antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994, p 122.

diverge do entendimento que a autora tem de *Minha formação* como uma obra crepuscular²⁸⁴. Compreendendo o capítulo final como epílogo, observamos que *Minha formação* foi escrito entre os 43 e os 50 anos de Nabuco e narra sobretudo uma existência de 39 anos – uma juventude estendida, ao longo da qual o protagonista se forma ou se educa – Jaguaribe salienta o caráter “pedagógico e exemplar”²⁸⁵ da obra, introspectiva à maneira de Santo Agostinho²⁸⁶. Nabuco viveria ainda dez anos depois de publicar *Minha formação*, e sua publicação se dá logo após o reingresso no serviço diplomático. A suposição de que o autor imaginava sua trajetória na vida terminada possivelmente advém de um entendimento de que, em 1900, cinquenta anos seria uma idade avançada em que os homens públicos estariam em reclusão. Sua interpretação está de acordo com o tom que o livro adquire ao final, dando a formação do protagonista como terminada. Entretanto, como já observamos, mesmo ali há alguma indicação de que novas experiências estão abertas ao herói, no futuro; apenas elas não figuram mais como formativas, porque todos os componentes de seu caráter já teriam sido delineados por experiências pregressas.

Outra contribuição de Jaguaribe é a associação do livro a um projeto de nação. O empreendimento pedagógico não teria o fim único de cristalizar na memória pública uma imagem de Nabuco, mas também o modo de fazer política, aquele do Brasil imperial:

A convicção monarquista de Nabuco, portanto, está também fortemente associada à noção de um consenso social construído por meio de uma simbolização da superioridade inquestionável do monarca, que paira acima das mutações da história e sobretudo cancela, na luz de sua potência, reivindicações desestabilizadoras.²⁸⁷

De maneira geral, a análise aqui empreendida adere à ideia da ligação do livro a um projeto de nação. Procuramos demonstrar, entretanto, que a caracterização do sistema imperial será nuançada por alguns traços pessoais desenhados ao longo da obra, singularizando a relação entre o protagonista e as instituições políticas de seu país. Como notávamos no capítulo anterior, o movimento de distanciamento da política e aproximação das artes, das letras e da religião faz surgir certo grau de ambiguidade nas considerações a respeito da política. Isto chega a afetar a própria interpretação do sentido dos acontecimentos históricos, como no caso da bifurcação interpretativa que se dará entre as observações a respeito da abolição avançadas, respectivamente, nos capítulos XXI (A abolição) e XXII

²⁸⁴ Ibid., p. 133.

²⁸⁵ Ibid., p. 110.

²⁸⁶ Ibid., p. 114.

²⁸⁷ Ibid., p. 118.

(Caráter do movimento – A parte da dinastia), analisada mais à frente, levando-nos a crer que a dualidade é um recurso fulcral na economia discursiva de *Minha formação*. Isto não pode ser atribuído simplesmente ao que chamamos de paralaxe temporal da visada de si, mas, também, e em alguns momentos exclusivamente, a uma tensão manifesta no presente da enunciação.

Outro texto que se destaca entre os comentários acadêmicos a respeito do livro é o de Maria Alice Rezende de Carvalho, que caracteriza *Minha formação* como uma “coletânea autobiográfica”²⁸⁸ ressaltando acertadamente a não-linearidade e a distância cronológica que separa a redação dos diferentes capítulos, que intentamos precisar no capítulo anterior. Sua resenha dá ao livro (embora ela não use o termo) um status de postulante ao análogo brasileiro de um *great american novel*²⁸⁹ do império. Outro mérito importante da coletânea seria um esboço de “sociologia dos intelectuais periféricos, construída a partir dos dilemas vivenciados pelo próprio autor”²⁹⁰. Nabuco, para a autora, empenha-se em fazer de si uma encarnação da elite letrada brasileira; seu retrato é o encontro do país consigo mesmo para religar-se ao passado, encontro que procura reavivar as tradições da virtude imperial numa república incerta²⁹¹.

Ricardo Salles²⁹² defende que *Minha formação* compõe, ao lado de *Um Estadista do Império*, um esforço de narrar o império como a “época clássica” da história brasileira. A clacissização da era imperial nesses escritos reabilitava o autor à participação na vida pública do país, agora sob novo regime, pois ali o passado era visto não mais como arena de disputas políticas, mas com o distanciamento de uma visada estetizante²⁹³. Entendendo que sua tese reflete corretamente a inserção da obra em seu contexto político, acreditamos que a orientação classicista da obra é acompanhada por outra de importância ao menos igual, que orienta a vida do autor e a história do país segundo referenciais narrativos das escrituras bíblicas, como veremos ainda neste capítulo. A principal associação com a antiguidade clássica em *Minha*

²⁸⁸ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco: Minha formação. In: Mota, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 222.

²⁸⁹ O conceito foi cunhado por John William DeForest como um ideal de romance que conseguiria condensar a experiência nacional em suas várias dimensões, incluindo a perspectiva do homem comum. Sendo o Brasil de 1900 um país cujo público leitor correspondia aproximadamente à intelectualidade, é compreensível que os melhores romances – sem mencionar autobiografias, gênero ainda incipiente – fossem contados do ponto de vista da elite (como se verifica em Machado de Assis). O exemplo que DeForest acreditava chegar mais próximo desse ideal é a *Cabana do pai Tomás*, que o narrador de *Minha Formação* diz ter lido “mil vezes” (p. 190). DeForest elenca entre as falhas do romance da abolicionista americana Harriet Beecher-Stowe o fato de o personagem-título ser um negro “mais branco que os anjos”. DEFOREST, John William. The Great American Novel. *The Nation*, Nova York, 9 jan 1868.

²⁹⁰ CARVALHO, op. cit., p. 228.

²⁹¹ Ibid., p. 223.

²⁹² SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 204-14

²⁹³ Ibid., p. 206-208.

Formação, como nota Ricardo Benzaquen de Araújo²⁹⁴, está no retrato que o narrador faz da capital inglesa e, de maneira mais geral, da Europa. A evocação do clássico no Brasil aparecerá também, veremos ainda, na caracterização do barão de Tautphoeus, que, se por um lado personifica as virtudes do Império, também é, por outro, um contraponto à “instabilidade” subjetiva do narrador partido entre duas margens do Atlântico.

Numa análise que procura se estender à intelectualidade brasileira do oitocentos e, em certa medida, à dos nossos dias, Luiz Costa Lima verá nos vários dilemas de Nabuco o efeito do “trauma” moral produzido pela escravidão. A onipresença da instituição, oposto simétrico do que apregoavam o liberalismo e o romantismo, para não falar do cristianismo – referenciais de pensamento que informavam a imaginação dessa elite – produzia na subjetividade da classe uma aporia que obstou o desenvolvimento do juízo crítico, daí a persistência do sentimentalismo e da idealização no pensamento de Nabuco e de seu tempo²⁹⁵.

Assim como não será frutífero procurar em *Minha formação* coerência com o resto da obra do autor, também dentro do livro haverá, se não incoerências, contradições: uma relação com o império que mistura admiração e estranhamento, uma subjetividade dual que se espria entre as duas margens do oceano Atlântico, e, marcadamente, a proposição de duas narrativas não opostas, mas incongruentes, para a abolição. A palavra “dilema” perpassa os trabalhos aqui usados como referência, assim como este. É válido supor, entendemos, que essas contradições, incoerências ou ambiguidades perfazem não apenas uma tática mais ou menos explícita de conciliação do passado com o presente, mas também um indício de sua volátil relação com a sociedade em que se formara. Também o caráter temporalmente espaçado da escritura das diferentes partes do texto, perscrutado no capítulo anterior, tem seu papel no fenômeno. Esses dilemas não aparecem, porém, como nós a serem desatados pelo desenvolvimento ulterior da narrativa, que assim faria de sua resolução um elemento-chave no devir autobiográfico. Em vez disso, eles dão o tom do texto e constituem traços do caráter do narrador. Isto não é o mesmo que afirmar que Nabuco ficará passivo diante de seus dilemas: ele tenta elaborá-los de diversas formas, extraindo-lhes um sentido, uma pedagogia, tomando emprestada a expressão de Jaguaribe. Dessa forma, o exame de alguns aspectos da obra pode esclarecer de que modo seu autor procurava se posicionar politicamente *vis-à-vis* o “sistema” dentro do qual trilhava sua jornada. À sombra da sucessão de imagens de infância e juventude, de declarações de admiração e arrebatamento por pessoas e lugares está, se não a

²⁹⁴ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Através do espelho: subjetividade em *Minha formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 19, n. 56, out. 2004, p. 10.

²⁹⁵ LIMA, Luiz Costa. *Intervenções*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 341-57.

resolução, ao menos uma tentativa de fazer conviver traços conflitantes de sua personalidade. Também encontramos alguns traços persistentes na prosa de Nabuco que permitem melhor compreender atos e enunciados posteriores.

Para que e para quem teria Nabuco escrito *Minha formação*? Trata-se de livro de memórias com ares de *bildungsroman*, de forma que a primeira e mais óbvia resposta seria: para dos apreciadores de literatura. Assim encontramos um primeira e genérica tentativa de se firmar como beletrista, e ela parece ser corroborada por passagens da própria obra onde o autor esmera-se em ornar a prosa com um estilo cuidadosamente lapidado. Um segundo leitor que Nabuco desejaria, e ainda chegaremos a este ponto, é menos genérico: trata-se do participante do debate político brasileiro ao momento da publicação. A este são endereçadas as apreciações doutrinárias dos diferentes sistemas políticos – brasileiro imperial, brasileiro republicano, francês, inglês, americano. Também a esse leitor “do momento” se dedica parte de suas considerações sobre a abolição e suas personagens, especialmente aquela que o próprio Nabuco faz de si mesmo²⁹⁶. Finalmente, um terceiro leitor é o próprio autor: *Minha formação*, para Nabuco, não é apenas um empreendimento público, trata-se de uma “passagem a limpo” de sua própria vida. É nos afastamentos e entrecruzamentos desses três vetores, mediados por uma conjuntura política em que Nabuco ocupava uma posição desconfortável, que estarão as tensões e ambiguidades narrativas da obra.

1. As margens subjetivas do Atlântico

O narrador de *Minha formação* é, admitidamente, um ser constantemente confrontado com o dilema entre “a pátria”, “fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer”²⁹⁷ e a “atração do mundo”²⁹⁸. Examinemos as demonstrações mais marcantes desse dilema. Em “Atração do mundo, o narrador apresenta exemplarmente o dilema entre nacionalismo e universalismo (sendo o “universal” coincidente com a Europa). Citemos a mais famosa das passagens do capítulo:

²⁹⁶ Segundo Izabel Marson, esta seria a única finalidade do texto, por meio do qual Nabuco, ao fazer de sua vida literatura, estaria tentando se esquivar do juízo da História, ao mesmo tempo reescrevendo sua própria história de maneira distorcida por motivos circunstanciais de expediência política. Sua interpretação é, entendemos, extremamente reducionista, e não nos parece merecer refutação mais elaborada do que a complexidade do texto ao qual dispensa tão simplório tratamento. Excluída a sua negação do componente literário da obra, o artigo tem o mérito de ter sido, parece-nos, o primeiro a salientar e compreender o componente político do livro. MARSON, Izabel Andrade. *Minha formação: Autobiografia, política e história*. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 33, 1997, p. 70-97.

²⁹⁷ *MF*, p. 70.

²⁹⁸ *MF*, p. 65.

Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades, e é isto o que explica o fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa... (...) A instabilidade a que me refiro, provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia. As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Ápia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do Cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem.²⁹⁹

Para o narrador, não há escândalo em afirmar que a paisagem tropical, tão invocada em manifestações ufanistas, não se compara, em se tratando de um ambiente propício a grandes realizações humanas, a meros vislumbres da velha Europa, cuja paisagem contém, por contraste, espessas camadas daquilo que Nabuco chamará de “fundo histórico”. Assim se explica o reduzido apreço do narrador pelos grandes panoramas da natureza americana ante a profundidade que a História confere a certos cantos de Paris, a certas curvas de uma estrada da Itália meridional:

Eu sei bem, para não sair do Rio de Janeiro, que não há nada mais encantador à vista do que, ao acaso, a escolha seria impossível, os parques de S. Clemente, o caminho que margeia o aqueduto de Paineiras na direção da Tijuca, a ponta de S. João, com o Pão de Açúcar, vista do Flamengo ao cair do sol. Mas tudo isto é ainda, por assim dizer, um trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse; é como um Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem, uma espécie de jardim infantil.³⁰⁰

O comentário se dá em acentuado contraste com a tradição nativista da literatura brasileira. Compare-se a passagem acima com o que diz José de Alencar sobre o seu “pátrio Ceará” no esboço autobiográfico *Como e por que sou romancista*:

Eram agora os seus tabuleiros gentis; logo após as várzeas amenas e graciosas; e por fim as matas seculares que vestiam as serras como a ararroia verde do guerreiro tabajara.

E através destas também esfumavam-se outros painéis, que me representavam o sertão em todas as suas galas de inverno, as selvas gigantes que se prolongam até os Andes, os raios caudalosos que avassalam o deserto, e o

²⁹⁹ MF, p. 70.

³⁰⁰ MF, p. 70-71.

majestoso São Francisco transformado em um oceano, sobre o qual eu navegara um dia.³⁰¹

Já para Nabuco, o Novo Mundo pode ser “encantador à vista”, mas trata-se de encantamento simplório, agrado momentâneo aos olhos. O Velho Mundo oferece seus encantos para além do olho iletrado, encantos que se oferecem ao intelecto daqueles que, educados na tradição ocidental (europeia), reconhecem na paisagem as marcas deixadas pelo desenvolvimento da humanidade. Se, ao contemplar a Praia do Flamengo, Joaquim Nabuco via o Pão de Açúcar e algumas opulentas residências construídas havia não muito tempo, no Cais do Sena, uma caminhada de alguns minutos lhe permitiria contemplar a catedral de Notre Dame de Paris, exemplar paradigmático da arquitetura gótica do baixo medievo, cenário da coroação de Napoleão e do famoso romance de Victor Hugo e a Conciergerie, prisão onde Maria Antonieta aguardara o julgamento que lhe resultaria fatal, além, evidentemente, do Louvre, palácio onde muitos reis franceses viveram e reinaram, convertido posteriormente em museu de visita obrigatória aos admiradores da grande arte. Por comparação, a paisagem carioca, ainda que bela, para o observador cômico do potencial humano, se apresentava como uma grandiosa ausência.

O pensamento europeu que formava a “imaginação” de Joaquim Nabuco vinha passando, em sua fase moderna, por aquilo que Hannah Arendt denominou “alienação do mundo”. A tradição filosófica clássica, que remontava a Aristóteles, compreendia que a verdade do mundo se revelava pela observação. Com o advento da Reforma, a invenção do telescópio e o descobrimento da América, inaugurou-se um abalo estrutural nesse sistema de pensamento: se o mundo sobre cujos limites, sujeitos a vagas especulações, era comprovadamente finito, sendo possível conhecê-lo por completo, se a Igreja, que se dissera guardiã do rebanho dos homens à espera do Juízo Final, pôde ser contestada e reduzida à esfera privada, e sobretudo se, com o uso de um instrumento feito pelo homem (o telescópio) fora possível provar que, ao contrário das aparências, é a Terra que orbita o Sol, o homem não poderia mais pretender “encontrar” a verdade através da observação da natureza. A verdade auto-evidente do mundo não passara de ilusão, cujo desmascaramento lança o homem no movimento que o afasta desse mundo: a introspecção. Encontramos o conhecimento (não a verdade) ao mergulharmos dentro de nós mesmos, formulação que aparece articulada pela primeira vez com o *Cogito* de Descartes³⁰². Como consequência, “a época moderna, com sua crescente alienação do mundo, conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá,

³⁰¹ ALENCAR, José, *Como e por que sou romancista*, op. cit., p. 36.

³⁰² ARENDT, Hannah. *A condição humana*, op. cit., p. 260-292.

encontra apenas a si mesmo”³⁰³. Não há dúvida de que a alienação do mundo não foi um movimento suave na história intelectual europeia. Para aqueles que se educaram segundo a tradição moderna, fora do ambiente que a propiciou, por outro lado, essa alienação teria ainda outros efeitos desestabilizantes. É esse o caso das elites crioulas da América, especialmente nos países onde os descendentes de europeus conviviam cotidianamente com populações de outras procedências, que não se inseriam na mesma medida na tradição intelectual do Ocidente.

Um jovem brasileiro como o Joaquim Nabuco de vinte e poucos anos de sua primeira viagem à Europa, pertencente à elite letrada, educado segundo referenciais importados da outra margem do oceano, sentia em sua terra natal uma angustiante falta: olha ao seu redor à procura de “vistas” que dialoguem com sua “imaginação europeia” (trata-se, em certa medida, como sugere a ideia de alienação do mundo, de uma procura por signos de si mesmo), mas só encontra uma natureza exuberante cuja beleza “inculta” denuncia, para seu desespero, que ele está num “trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse”, um “jardim infantil”. Traz a bagagem cultural do homem alienado da natureza, procura os rastros de seus ancestrais, encontra somente um éden anacrônico. Sente-se como um Adão que viajou no tempo (“é como um Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem”), cujo destino é pior do que aquele do Adão do Gênesis: a queda aconteceu há milênios, ele sabe de outros homens que vivem, a um oceano de distância, num mundo que ergueram por sua engenhosidade (possível somente como consequência do pecado original). É por saber disso que ele não pode ser, verdadeiramente, o primeiro homem, e usufruir dos prazeres do éden. O sentimento resultante é de um estranho e solitário exílio mental:

o Novo Mundo para tudo o que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão, em que aquele espírito se sente tão longe das suas reminiscências, das suas associações de ideias, como se o passado todo da raça humana se lhe tivesse apagado da lembrança e ele devesse balbuciar de novo, soletrar outra vez, como criança, tudo o que aprendeu sob o céu da Ática...³⁰⁴

O paraíso é sua danação. O éden que o navegador europeu descobrira na América séculos antes torna-se uma colônia penal para seu sucessor, que é muito mais Sísifo que Adão: a história no Novo Mundo é a repetição do que já fora iniciado havia milênios do outro lado do oceano. O brasileiro terá de refazer, sob o sol tropical, tudo que já vinha sendo feito

³⁰³ Id., *Entre o passado e o futuro*, op. cit., p. 125.

³⁰⁴ MF, p. 71.

há milênios sob o céu da Ática, do Lácio, da Île-de-France. Seria um grave engano supor que esse vazio se preenche simplesmente pela imersão no ambiente do qual sente falta. Chegando à Europa com a qual sonha acordado ao contemplar as praias cariocas, ocorre ao jovem brasileiro uma estranha inversão entre realidade e expectativa: aquela paisagem que atizava a imaginação, plena de sedimento histórico, já há muito ansiosamente antecipada, é de uma novidade tal que não se deixa oferecer aos sentidos em sua completude. O jovem, que imaginara sua chegada ao Velho Mundo como um retorno às origens, depara-se novamente com a sensação de estar fora de lugar. A imagem empregada por Nabuco é especialmente feliz, pois a reversão se afigura de maneira que o “retorno” à Europa é um retorno àquela mesma condição do homem cercado por um desconhecido exuberante: “No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem”³⁰⁵. Paris, onde o narrador esperava sanar a “solidão” do paraíso tropical de onde viera para encontrar a capital do século, é também uma selva. Percebemos aqui que sua angústia é inescapável, pois não se deve ao meio em si, mas à sua própria constituição espiritual. Não se trata tanto de um dilema no sentido de escolha entre alternativas totais: cada uma só se pode experimentar como incompletude, pois a cisão entre uma e outra implica uma cisão da própria personalidade (entre “imaginação” e “sentimento”).

É tentador atribuir as alusões edênicas na descrição da natureza americana a algum rastro remanescente do imaginário dos primeiros exploradores europeus no continente. Como já notou Sérgio Buarque de Holanda em seu canônico *Visão do paraíso*, os motivos edênicos são um aspecto persistente das crônicas dos descobrimentos e dos estágios iniciais da colonização, tanto entre portugueses quanto entre franceses, ingleses e espanhóis. É bem verdade que, no caso lusitano, se o edenismo não deixou de seduzir o colonizador, ele foi temperado por uma “atenuação plausível”, de maneira que o cronista português não é dado, como o espanhol, a arroubos especulativos a respeito de terras onde o fantasioso sobrepuja o real. O paraíso que aquele encontra aqui é apreensível de imediato, no litoral, não o impele à busca, no interior, de terras ainda mais maravilhosas³⁰⁶. Dado o seu aspecto quase melancólico, há alguma razão para supor que o edenismo de Nabuco é influenciado por aquela constatação, emotiva antes que especulativa, dos portugueses, de que aqui se encontrava um paraíso terreal. Se, certamente, a comparação entre o novo mundo e o éden

³⁰⁵ Loc. Cit.

³⁰⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 130-148.

está filiada a essa tradição, não é, entretanto, nosso entendimento que isso seja o elemento determinante da maneira com que o motivo aparece em *Minha formação*.

O retrato do Brasil natural como “Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem”³⁰⁷ nos parece proceder, alternativamente, de duas influências principais sobre o pensamento do Nabuco de 1896-1900. De um lado, há o impacto da conversão ao cristianismo, movimento discutido no livro *Foi voulue*. Ainda retomaremos essa obra numa passagem posterior, porque acreditamos que ela merece um comentário adicional, voltado a outro motivo da obra. Nabuco era um leitor entusiasmado do filósofo americano Ralph Waldo Emerson. Trata-se de um aspecto ignorado pelos comentadores do pensamento de Nabuco³⁰⁸, talvez porque este afirmasse enfática e repetidamente que suas referências intelectuais vinham da Europa (embora mencione um ensaio de Emerson e o romance *A cabana do pai Tomás*, de Harriet Beecher-Stowe, em “Massangana”³⁰⁹). Não há documentação que precise o momento em que Nabuco teria entrado em contato com a obra do filósofo americano, mas é bem possível que tenha ocorrido durante o período como adido de legação de Washington e Nova York em 1876-77. Sabemos que, posteriormente, ele se arrependeria de, “em vez de me interessar pelas bonitas raparigas americanas”, não ter “procurado os velhos, que me dessem o melhor sentimento do passado, e os homens notáveis das gerações anteriores, que logo tinham que desaparecer”³¹⁰, entre os quais nomeia Emerson, Longfellow e Walt Whitman. O conteúdo das passagens que viemos comentando, bem como o que se dirá adiante dos Estados Unidos, nos sugere que a leitura de Emerson foi fundamental na compreensão que Nabuco teria da América, tanto ao Norte quanto ao Sul. Como nota Luiza Larangeira da Silva Mello, o filósofo de Massachusetts foi um dos mais proeminentes difusores do mito da América como terra anterior à Queda, ou, nas palavras de Nabuco, às primeiras lágrimas do homem:

³⁰⁷ *MF*, p. 71.

³⁰⁸ Com a curiosa exceção de Oliveira Viana, que escreve sobre Nabuco: “Realmente, no fundo do caráter de Nabuco vamos encontrar, em estratificações hereditárias, esse sentimento de dignidade pessoal, tão fundamental para Emerson nos triunfos da vida pública, e que era um dos característicos dominantes dos estadistas do período imperial. Mesmo nas suas predileções mundanas, esse sentimento de dignidade como que o moderava, impedindo-o de cair nos exageros ridículos das vaidades elegantes. O amor das exterioridades galantes em Nabuco nunca chegou a amesquinhar no seu caráter esse nobre culto da própria personalidade, tão vivaz e difuso entre os nossos homens do passado. Havia na sua elegância esse toque indefinível de respeitabilidade, que é, entre os ingleses, o sinal mais indicativo dos aristocratas genuínos.” VIANA, Francisco José de Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 223-224. Parece-nos que isso tem a ver com o relativo esquecimento da obra de Emerson, que, à medida que o país se modernizava, afastando-se do modelo edênico proposto pelo filósofo, não exercia mais a mesma atração sobre a intelectualidade.

³⁰⁹ *MF*, p. 188, 190.

³¹⁰ *Diários*, 3 de março de 1908, p. 668.

O mito, forjado no debate que envolveu os mais eminentes homens de letras norte-americanos, desde a década de 1820, tem como personagem central, como herói nacional, o indivíduo representado pelo primeiro de nossos ancestrais, segundo a etiologia judaico-cristã, antes de sua expulsão do paraíso. O Adão antes da Queda, o ser jovem, viril e inocente, movido pela “vontade de crescer”, pronto a conquistar o mundo, a submetê-lo à sua vontade, torna-se o herói épico dos poemas de Walt Whitman; a alegoria do homem de gênio, o filósofo e o artista, nos ensaios de Ralph Waldo Emerson. Emerson se refere a esse personagem como “o bom e velho Adão contra todo o mundo”. Pois sua inocência, sua ignorância do mal, o coloca em uma posição de externalidade e de superioridade em relação aos fundamentos sociais da moralidade, às regras de conduta, à codificação do comportamento. O “Adão antes da queda” é, em sua pureza e inocência, um ser amoral e não socializado. É também um ser sem passado e sem futuro, o primeiro dos homens vivendo na estática temporalidade edênica.³¹¹

Note-se que, como já havia afirmado Sérgio Buarque, o “Adão antes da queda” é um homem industrioso, pois, no imaginário dos puritanos da Nova Inglaterra, o éden do Novo Mundo é antes um jardim a cultivar do que uma dádiva da qual se pode tão somente desfrutar³¹². A versão portuguesa do edenismo na América, ligada a essa segunda visão, faz com que os colonizadores sejam aqui “mais hóspedes que exploradores”³¹³. Ao afirmar que na América o homem branco é acabrunhado pelo fardo de ter de “balbuciar de novo” “tudo o que aprendeu sob o céu da Ática”, Nabuco parece se ligar ao mito norte-americano do paraíso terreal, antes que ao luso-brasileiro, mesmo que lhe dê certo tom de pessimismo. Apesar de aderir à compreensão do Novo Mundo como Éden, Nabuco não acreditava que essa condição, inversa à alienação do mundo, fosse benéfica à cultura e à moral das nações americanas com isso se aproximando de autores norte-americanos mais cétricos do mito fundador sua própria sociedade, como Henry James e Henry Adams, ligados, como Nabuco, ao outro lado do Atlântico por sua anglofilia³¹⁴.

A língua francesa era ainda outra influência da Europa, tão intensa que fazia o mesmo problema se manifestar na própria escrita:

agora, vinha a necessidade de produzir, de criar, e dava-se um fato singular, resultado desses anos de leituras francesas: eu lia muito pouco o português, ainda não começara a ler o inglês e desaprendera o alemão (...). O resultado

³¹¹ MELLO, Luiza Larangeira da Silva. *Depois da Queda: a representação da cultura nacional norte-americana na obra tardia de Henry James*. Tese (doutorado em História Social da Cultura). Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro 2010, p. 17.

³¹² HOLANDA, op. cit., p. XV-XVI.

³¹³ HOLANDA, op. cit., p. 334.

³¹⁴ Cf. JAGUARIBE, op. cit.; MELLO, Luiza Larangeira da Silva. A sensibilidade cosmopolita: sentimento histórico e anglofilia nas obras de Joaquim Nabuco e Henry James. *Escritos*, a. 6, n. 6, Rio de Janeiro, 2012, p. 73-99; Id., O bom filho à casa torna: formação humanista europeia e sentimento pátrio em Joaquim Nabuco e Henry James. *Sociologia e Antropologia*, v. 3, n. 5, jun 2013, p. 271-293.

foi que me senti solicitado, coagido pela espontaneidade própria do pensamento, a escrever em francês.³¹⁵

Nabuco refere-se aqui a suas primeiras incursões na escrita literária, que foram feitas em língua francesa: escreveu *Le droit au meurtre*, um panfleto para impressionar Ernest Renan, *Amour et Dieu*, livro de poemas que ele próprio admitiria depois ser medíocre³¹⁶, e *L'Option*, drama em cinco atos sobre uma família dividida pela guerra franco-prussiana³¹⁷. Mais tarde, escreveria *Foi Voulu*, volume autobiográfico redigido em 1893 sobre sua conversão tardia ao catolicismo, e *Pensées Détachées et Souvenirs*, livro de aforismos que se aventura, na metafísica relegado pela fortuna crítica a um status secundário entre suas obras. Logo após a citação acima, Nabuco diz:

Um brilhante frequentador da Revista Brasileira, que possui entre outras qualidades talvez a mais preciosa de todas, uma boa quantidade do fluido simpático, admira-se dessa minha afinidade francesa; com efeito, não revelou nenhum segredo, dizendo que insensivelmente a minha frase é uma tradução livre, e que nada seria mais fácil do que vertê-la outra vez para o francês do qual ela procede.³¹⁸

Nabuco nos indica acima que cada linha que escreve em português é uma tradução livre de um “original” francês, o que certamente causaria escândalo a nativistas e modernistas. Não se deve desprezar, contudo, seus escritos em língua francesa como mera manifestação de uma recusa recalcada da língua portuguesa, nem presumir que superestimava seu domínio do francês e, portanto, sua prosa só alcançaria brilho no português. A afinidade com a língua francesa parece ter contribuído para a qualidade de seu texto em português: a prosa de Nabuco é muitas vezes mais fluida do que aquela de alguns de seus contemporâneos, adeptos de uma sintaxe rebuscada, cheia de inversões. É o que nota José Guilherme Merquior, afirmando que o estilo de Nabuco é “moderno”, “leve e solto”, “muito mais próximo da corrediá sintaxe francesa do que das complexas construções lógicas do português clássico” e que “essa relativa francização da língua escrita pela frase nabuquiana é o *pendant brasileiro*

³¹⁵ MF, p. 88.

³¹⁶ Cf. MF, p. 93-100.

³¹⁷ É revelador que Nabuco, que escreveu a peça durante o período em que foi adido de legação nos Estados Unidos, teça um drama sobre um dilema entre duas pátrias: Clotilde, a heroína, tem de escolher entre um pretendente francês e um prussiano.

³¹⁸ MF, p. 88.

do que se consumava, em Portugal, na mesma época, na obra de Eça de Queirós: as inflexões galicistas eram, na verdade, táticas de *modernização* do idioma culto³¹⁹.

Por todas essas confissões, Nabuco mereceu o descrédito do modernismo brasileiro, cujo expoente maior, Mário de Andrade, chegou a alcunhar a euromania da elite brasileira de “a moléstia de Nabuco”³²⁰. Ricardo Benzaquen de Araújo propõe uma compreensão dessa dualidade sob uma perspectiva de amadurecimento subjetivo, ressaltando que sua exposição inicial como “a mais terrível das instabilidades”³²¹ está ligada à melancolia juvenil e à errância do “homem das multidões” de Edgar Allan Poe³²² vivenciada na primeira viagem à Europa, durante a qual o narrador tem uma subjetividade “horizontal”³²³ incapaz da plena fruição das realizações estéticas do Ocidente, que se lhe afiguram como uma “infernai sucessão de impactos”³²⁴. Esta instabilidade obsta igualmente o desenvolvimento do juízo político – que, para Nabuco, tentar-se-á demonstrar adiante, é em boa medida tributário do juízo estético. A estada prolongada em Londres, por contraste, oferece ao narrador o desenvolvimento “vertical”³²⁵ por meio da tranquilidade idílica de uma “Arcádia moderna”³²⁶, menos espetacular do que Paris, mas acolhedora em sua “solidez eterna, egípcia”³²⁷. Paris é comparada a um grande teatro, onde a exigência de maneiras refinadas e de causar impressão no agitado meio social é um “cativeiro”, enquanto o silêncio de Londres, fruto da fleuma inglesa, torna a opulência da cidade menos exuberante, porém mais confortável: “o que há em Londres como prazer da vida não é a arte, é o conforto; não é a regra, a medida, o tom das maneiras, é a liberdade, a individualidade; não é a decoração, é o espaço, a solidez”³²⁸. Araújo, surpreendentemente, deixa fora de sua análise o momento no livro em que a quietude sólida permite a fixação do espírito, que se dará, curiosamente, na França. Trata-se da passagem sobre sua estada em Fontainebleau, onde

não é o castelo e a floresta só por si o que me prende; é que volto da Inglaterra, tendo pela primeira vez falado inglês com todo o mundo, fascinado por Londres, tocado de um começo de anglomania, que foi a doença da sociedade em França, e, portanto, até isso, acusa a construção francesa do

³¹⁹ MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: Breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 188.

³²⁰ Apud ARAÚJO, op. cit., p. 6.

³²¹ *MF*, p. 70.

³²² ARAÚJO, op. cit., p. 8.

³²³ *Ibid.*, p. 7.

³²⁴ *Loc. Cit.*

³²⁵ *Ibid.*, p. 12.

³²⁶ *Ibid.*, p. 10.

³²⁷ *Loc. cit.*

³²⁸ *MF*, p. 112.

meu espírito, e Fontainebleau, com o repouso dos seus jardins simétricos, a frescura de suas águas e das suas sombras, a tranquilidade do seu silêncio, era o mais admirável retiro que eu podia querer nesse mês da minha vida, que posso chamar do mês de Thackeray.³²⁹

O trecho acima mais corrobora do que contradiz Araújo, visto que as leituras de Fontainebleau são inglesas e a estada é sobretudo uma pausa do frenesi da viagem, incluindo a passagem por Londres; contudo, é em meio às recordações recentes de lá que a paz é encontrada. Fontainebleau é o cenário da mutação do Nabuco das multidões para uma maturidade incipiente, gestada em meio à leitura de Thackeray e outros ingleses. A “anglomania” aparece como tributária da “construção francesa do espírito”: tratava-se de uma moda francesa. Entendemos a passagem não como uma contradição, mas como evidência de um traço subjetivo do narrador, cuja análise é aprofundada adiante: o primado do estético como eixo principal de compreensão da vida.

A erudita análise de Araújo, contudo, não desautoriza a persistência da dualidade transatlântica na maturidade de Nabuco, na forma daquilo que Carvalho, citamos novamente, denomina um “esboço de sociologia da intelectualidade periférica”³³⁰ e Evaldo Cabral de Mello, em constatação semelhante, chama de articulação do “dilema do mazombo”, o descendente de europeus na América com um pé de cada lado do oceano³³¹. A oposição entre um Novo Mundo inculto pela civilização e uma Europa plena de monumentos do espírito humano é aspecto recorrente das memórias, e manifesta-se ainda num segundo vetor – Estados Unidos-Inglaterra. Carvalho nota que “parte considerável da coletânea autobiográfica dedica-se à confirmação dos efeitos que o legado civilizacional do Ocidente produziu sobre ele [Nabuco]”³³².

Luiza Larangeira da Silva Mello compreende a produção de uma “sensibilidade cosmopolita” a partir da ligação a valores europeus à luz da emergente individualização da vida que acompanhou o advento da modernidade industrial. Se, na Europa, a busca pela singularização resultaria na busca de uma experiência do “autêntico” mediante a incorporação de culturas “antigas” ou “tradicionais” fora de uma Europa onde tal experiência era reprimida pelo apagamento da subjetividade em meio à multidão, na América, a busca pela autenticidade se daria na “mesma direção”, mas no “sentido contrário”: o autêntico se encontraria na Europa, na medida em que ali a civilização havia logrado progredir

³²⁹ MF, p. 75

³³⁰ CARVALHO, op. cit., p. 228.

³³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: História e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 235.

³³² CARVALHO, op. cit., p. 227.

conservando virtudes do passado, harmonizando modernidade e tradição. Esse progresso orientado por valores tradicionais revelava, na visão de intelectuais americanos que desenvolveram uma sensibilidade cosmopolita ao atravessar o Atlântico, como Joaquim Nabuco e Henry James, a universalidade de certos traços europeus. Para o primeiro, a Europa atraía por sua contraposição ao caráter incivil, patrimonial e escravocrata do Brasil; ao passo que, para o segundo, ela representava um local onde a modernidade tinha um lastro histórico, humanista, ao contrário de sua manifestação nos Estados Unidos, que, nas palavras de Georges Clemenceau, pareciam ter passado da barbárie à decadência sem experimentar o estágio intermediário da civilização³³³.

Os Estados Unidos de *Minha Formação*, em evidente contraste com o que se dirá do mesmo país nos escritos do Nabuco embaixador (acentuadamente favoráveis aos Estados Unidos), não são retratados com a mesma simpatia que a Inglaterra, a Arcádia anglo-saxã. Aqui, os anos de adido de legação oferecem um aprendizado das falhas do presidencialismo americano, evidenciadas pela corrupção generalizada e pela polarização partidária, ilustradas pelo caótico cenário pós-eleitoral de 1877³³⁴. A “atmosfera moral” do país era “viciada”³³⁵, a “lei de Lynch”³³⁶ (...) lhe está no sangue” e, aqui o narrador vê o pecado maior, há “uma população de 7 milhões, toda a raça de cor, para a qual a igualdade civil, a proteção da lei, os direitos constitucionais são contínuas e perigosas ciladas”³³⁷. Não tão distante é o retrato da França, marcada pela instabilidade institucional, representada como a “casa de Ulisses” com vários “pretendentes”³³⁸, “um país e um país livre, mas sem espírito de liberdade arraigado, sujeito sempre às crises das revoluções e da glória”³³⁹. A ojeriza à política americana é sobretudo uma ojeriza à política exaltada, contraposta à serenidade e parcimônia com que são conduzidos os negócios públicos na Inglaterra. Vale notar que o entendimento dos Estados Unidos como um sucedâneo abrutalhado da Inglaterra parece advir sobretudo de uma certa teleologia da história, de cunho racalista, tomada emprestada de Herbert Spencer, que é citado apresentando a sociedade americana como função da raça anglo-saxã no Novo Mundo, com grande potencial ainda não desenvolvido³⁴⁰, a ser confirmado ou não pelo passar do tempo.

³³³ MELLO, op. cit., 2012, p. 74-75. A alusão a Clemenceau não está no artigo, mas me pareceu ilustrativa.

³³⁴ MF, p. 150.

³³⁵ MF, p. 152.

³³⁶ No português dos nossos dias, linchamento.

³³⁷ MF, p. 122.

³³⁸ MF, p. 141.

³³⁹ MF, p. 122.

³⁴⁰ MF, p. 166.

O já exposto estranhamento da política em moldes não-ingleses será ainda manifestado, veremos adiante, com relação ao Brasil. O narrador de *Minha formação*, cuja “imaginação europeia” é contraposta a um “sentimento brasileiro”, será marcado por uma sensação de não-pertencimento à maneira de fazer política do Brasil bragantino, ilustrado sinteticamente neste trecho:

Com efeito, quando entro para a Câmara, estou tão inteiramente sob a influência do liberalismo inglês, como se militasse às ordens de Gladstone; esse é em substância o resultado de minha educação política: sou um liberal inglês — com afinidades radicais, mas com aderências whigs — no Parlamento brasileiro³⁴¹

O narrador é um “liberal inglês” – e não brasileiro, mantendo distância do próprio partido – “com afinidades radicais e aderências *whigs*” – e prefere usar o vocabulário político inglês a encontrar um análogo brasileiro. Essa alteridade, que é dupla, se remetermos a sua caracterização dos homens do novo mundo na Europa como “*squatters*” “derribando a mata virgem”³⁴² reafirma o dilema do mazombo. A excentricidade, a dualidade, a constante confrontação entre um estado d’alma e o real e imediato é a marca da construção do sujeito em *Minha Formação* – e aqui parece haver uma persistente correspondência com a vida de Joaquim Nabuco. Conciliando esta proposição com o trabalho de Araújo³⁴³, chega-se a uma solução que mantém a dupla alteridade: a instabilidade juvenil é pacificada no espírito através da construção assertiva, vertical, de uma subjetividade transatlântica. Nabuco trilha um caminho próprio: seguirá no, parlamento brasileiro, um liberal inglês e um *squatter* na Europa.

Há, entretanto, uma sutil ressalva ao europeísmo do narrador. Em dois momentos de *Minha formação* ocorre um curioso e pouco notado fenômeno: uma atração pelo Brasil, inversa àquela sentida pela Europa. A hipérbole com que Nabuco compara a paisagem brasileira desfavoravelmente à europeia, além dos muitos capítulos em que exalta as tradições francesas (culturais) e inglesas (políticas), parece ofuscar as passagens que citamos a seguir. A primeira é inserida em meio a descrições entusiasmadas dos encantos da alta culinária, dos quais que teve a oportunidade de usufruir durante suas estadas na França e na Inglaterra:

Há, entretanto, poesia real, verdadeira, no alimento são, natural, pátrio; há sentimento, tradição, culto de família, religião, no prato doméstico, na fruta ou no vinho do país. A

³⁴¹ MF, p. 185.

³⁴² MF, p. 70.

³⁴³ ARAÚJO, 2006, op. cit.

nós, do norte do Brasil, criados em engenhos de cana, o aroma que rescende das grandes caldeiras de mel nos embriaga toda a vida com a atmosfera da infância.³⁴⁴

A inserção da memória da infância em Pernambuco na em meio a recordações do período em que frequentou opulentos jantares londrinos (a passagem pertence a “32, Grosvenor Gardens”) dá a impressão de evocar algum momento em que, durante uma refeição cheia de pompa e circunstância, o cheiro de mel de algum prato o conduzisse inadvertidamente à atmosfera do engenho de sua meninice. Adiante, em “Massangana”, a memória involuntária trazida à tona por um acidente sensorial reaparece:

Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das grandes tachas em que cozia o mel. (...) Os filhos de pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar a espessa camada de canas que cercava o engenho e escuto o rangido longínquo dos grandes carros de bois...³⁴⁵

A referência que vem à mente com essas passagens é o célebre trecho de *Em busca do tempo perdido* no qual o narrador rememora acidentalmente todo o universo de sua infância, com uma riqueza de detalhes que de outra maneira lhe seriam inacessíveis, atizado pelo inalar do aroma de *madeleines* mergulhadas numa infusão de ervas. É muito improvável que Nabuco tenha lido qualquer obra de Marcel Proust. O único volume de ficção publicado pelo escritor durante a vida de nosso autobiógrafo foi *Os prazeres e os dias* (1895), livro que não obteve sucesso editorial na época de seu lançamento e que é posterior à redação de “Massangana” (1893), normalmente identificado como o momento proustiano de *Minha formação*. A passagem da *Madeleine*, em particular, só chegaria ao público com a publicação de *No caminho de Swann*, o que se deu em 1912/1913, após a morte de Nabuco. Apesar de anacrônica, a comparação entre Nabuco e Proust já foi feita algumas vezes por comentaristas brasileiros³⁴⁶. Mesmo que não tenha lido Proust, Nabuco se aproxima dele ao invocar a memória involuntária como uma sensação vertiginosa e cativante. É essa aquela que efetua o movimento análogo e oposto à “atração do mundo” e à saudade do cais do Sena. Mesmo

³⁴⁴ MF, p. 119.

³⁴⁵ MF, p. 188.

³⁴⁶ Angela Alonso (2007, p.290-1) diz que “o engenho de fogo morto, o Massangano do Quimquim [apelido infantil de Nabuco] ressurgiu da rememoração com contornos proustianos e femininos. Jaguaribe (op. cit., p.29) nota que a paisagem da infância ressurgiu em Massangana “mediante a rememoração ao estilo proustiano”. Em seu verbete sobre Nabuco no *Dicionário histórico-biográfico* do CPDOC-FGV, Rubens Ricupero caracteriza o próprio Nabuco como dotado de “finura proustiana” ao compreender que a monarquia, depois da Revolta da Armada, era uma causa perdida. ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* (1889-1930). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NABUCO,%20Joaquim.pdf>>. Acessado em 10/07/2015.

imerso numa atmosfera de pompa e requinte, o cheiro de mel e os ecos dos carros de boi jamais permitirão que Nabuco esqueça do engenho onde foi criado, corroborando sua formulação anterior da pátria como “sentimento” em oposição ao mundo (Europa) como “imaginação”.

O penúltimo capítulo de *Minha formação*, já citado anteriormente, é dedicado ao Barão de Tautphoeus, preceptor e professor do Colégio Pedro II. Seu retrato, carregado do afeto do narrador, parece oferecer um contraponto ao dilema transatlântico, ou ainda sua reafirmação no sentido contrário. Tautphoeus aparece primeiro como uma encarnação da tradição clássica:

Certamente ele realizava para mim o tipo de Sócrates. Se não trazia a máscara de Sileno emprestada ao grande ateniense, mesmo fisicamente, sobretudo para a velhice, ele tinha muitos dos traços socráticos: a coragem fria, a calma imperturbável, a resistência à fadiga, o gosto da palestra, da conversação intelectual, da companhia dos moços, a completa abstração de si, a modéstia, a alegria de viver como espectador do universo, cedendo sempre todavia aos outros o melhor lugar, o forte espiritualismo, a indiferença pelo ridículo, o respeito da ordem social, quem quer que a encarnasse.³⁴⁷

Tautphoeus é o mazombo espelhado, “alheio ao mundo exterior”³⁴⁸, dotado de inesgotável erudição, “falava de um modo uniforme, sem ênfase, sem colorido, sem expressão mesmo, mas era um jorrar sem fim de ciência”³⁴⁹, “Esse respeitador por sistema da ordem hierárquica e da pragmática social, que nunca levou a mal que os poderes de um dia se considerassem seus superiores, que os afidalgados da véspera olhassem com desdém para o seu título hereditário”³⁵⁰. O velho alemão é um nobre anônimo, que não ostenta a fidalguia, é um tesouro inacessível ao esnobismo provinciano da nobreza tropical sem berço, figurando como que um anti-rastaquera. Sua dignidade advém sobretudo de sua indiferença à adulação, sua erudição é um fim em si mesma, seus ensinamentos são estritamente pedagógicos. “Bebeu a água do Carioca com o mesmo espírito de conformação com que teria bebido a água de Letes...”³⁵¹.

Por mais fora de lugar que Tautphoeus pareça num primeiro momento, uma leitura atenta revela ele cumpre um papel central na função de *Minha formação* como elogio das tradições imperiais: personifica o Brasil monárquico, com suas instituições sustentadas em

³⁴⁷ MF, p. 241.

³⁴⁸ Loc. cit.

³⁴⁹ MF, p. 242.

³⁵⁰ Loc. cit.

³⁵¹ MF, p. 243.

sabedoria imemorial transplantada nos trópicos, nas palavras de Nabuco, a “planta exótica”³⁵².

O ocaso do Império será o seu:

Desse simples funcionário do Estado, que não tinha de seu senão seu modesto ordenado de cada dia, e além disso, estrangeiro de origem, partiu talvez o único grito de: Viva a Constituição do Império! Que se ouviu — tão fraca era já a voz — em 15 de novembro ao desfilar das tropas do general Deodoro pela rua do Ouvidor.³⁵³

A tragédia de Tautphoeus, que é a de ter sobrevivido ao seu tempo, é também a do Nabuco pós-15 de novembro – embora para este isso tenha acontecido num ponto anterior da existência – , e este creditará àquele a capacidade de juízo histórico que é exercitada ao longo das páginas de *Minha formação* e de *Um Estadista do Império*: “diante dele, pensando nele, me habituei a considerar o juízo do historiador como o juízo definitivo, o que importa, final, e por isso aquele que se deve *desde logo* visar”, “O juízo da multidão que hoje nos eleva ou nos deprime, esse representa apenas a poeira da estrada”³⁵⁴. A serenidade de Tautphoeus dá ao narrador a certeza de que a história o absolverá³⁵⁵. Seus últimos dias contrastam com a juventude errática do narrador, que não trocaria as belezas do Novo mundo por “um pedaço do cais do Sena”³⁵⁶; o velho se contenta na fruição estética da natureza inculta, desprovida do sedimento histórico:

A nossa vivenda de Paquetá agradava-lhe por lhe dar, com o silêncio e isolamento que cercava a biblioteca, a escolha, à vontade, do mar, do campo e da montanha: as praias extensas, a floresta acessível, a planície atapetada, se lhe agradava passear; a água serena, o mar fechado à vista, como um lago suíço, se queria tomar o nosso barco e mandar o Mudo, o nosso saudoso

³⁵² NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 71. A expressão, empregada entre aspas, parece tratar-se de citação. Antes de redigir *Um Estadista do Império*, Nabuco já utilizara a expressão na *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré*. NABUCO, Joaquim. *Essencial Joaquim Nabuco*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 249.

³⁵³ MF, p. 244.

³⁵⁴ MF, p. 245.

³⁵⁵ Gusdorf (op. cit., p. 36) oferece uma boa ilustração dessa dimensão como um aspecto típico do gênero autobiográfico: “The autobiography that is thus devoted exclusively to the defence and glorification of a man, a career, a political cause, or a skillful strategy presents no problems: it is limited almost entirely to the public sector of existence. It provides an interesting and interested testimony that the historian must gather together and criticize along with other testimonies. It is official facts that carry weight here, and intentions are judged by their performance. One should not take the narrator’s word for it, but should consider his version of the facts as one contribution to his own biography. Private motives, the obverse of history, balance and complete their opposite, the objective course of events. But for public men it is the exterior aspect that dominates: they tell their stories from the perspective of their time, so that their methodological problems are no different from those of the ordinary writing of history. The historian is well aware that memoirs are always, to a certain degree, a revenge on history.”

³⁵⁶ MF, p. 70.

remador, abrir a vala para os pequenos ilhotes de onde se avistam de um extremo os Órgãos de Teresópolis, e no outro a serra da cidade...³⁵⁷

Sua perspectiva era a inversa daquela do jovem Nabuco, que sentia na paisagem pátria um angustiante vazio. Tendo renunciado a uma Europa na qual se havia formado, ele, como nenhum brasileiro, era capaz de apreender o sublime que se descortinava diante de seus olhos:

Era um eterno encantado da nossa terra. Ela lhe dizia o que a nós não diz, e que talvez seja preciso ter tido e renunciado por ela uma primeira encarnação, um outro mundo, para se poder sentir. Se nós brasileiros pudéssemos ter aquele amor! Esse perene envelhecimento de Tautphoeus foi uma das influências que desenvolveram em mim o gosto, o encanto, ainda que de minha parte puramente sentimental e ingênuo, que o contato de nosso país tem hoje para mim... Em Tautphoeus aquele amor era diferente: era fino, espiritual, intelectual, estético... em mim será uma simples afinidade do coração, uma ternura, uma saudade da vida, mas esta afinidade deverá muito ao espetáculo do carinhoso devaneio daquele sábio, daquele grego antigo, daquele filósofo nascido e formado em outros climas, perante a amenidade, a doçura dos trópicos, o pitoresco da nossa moldura agreste, os toques de mutação de nossa cenografia natural, a modulação, o colorido, a solidão íntima de nossa paisagem.³⁵⁸

A visão aqui encontrada da natureza brasileira não se articula muito confortavelmente com aquela que verificamos em “Atração do mundo”, mesmo que suponhamos que Nabuco pretendesse afirmar que, para um europeu cuja formação não fora perpassada pelo dilema

³⁵⁷ MF, p. 247-8.

³⁵⁸ MF, p. 230. Ao que parece, em seus anos finais, Nabuco desenvolveu um ponto de vista diferente daquele exposto em “Atração do Mundo”. Após ser enviado à Europa em 1899, Nabuco voltaria pela última vez ao Brasil, em 1906, para presidir o III Congresso Panamericano, sediado no Rio, passando ainda por São Paulo, Minas Gerais e pelo Recife. Uma carta ao Barão do Rio Branco datada de 17 de agosto de 1907 oferece um curioso contraponto à infame passagem em que diz que não troca as belezas todas do novo mundo por um ou outro lugarejo da Europa. Nabuco, em licença médica na Alemanha, diz, bastante nostálgico: “Meu querido amigo, Estes dias de Reno me têm dado a antiga vibração. Nada faz tanto bem como uma viagem quando o espírito se sente inerte, e eu me estava sentindo assim desde que me proibiram o trabalho intensivo. Sem as antigas ilusões pessoais e sem muito trabalho vêm naturalmente as preocupações, as saudades, a longa contemplação inútil do declínio, e finalmente se produz não a melancolia, mas a apatia, que é preciso combater até o fim quando se é um otimista como eu. Para isso não há como o contato com fontes de inspiração, uma das quais é a história e a lenda, na falta de outras que o Sr. tem aí ao seu lado, entre as quais conto a companhia de espíritos possuidores, como o de alguns que o cercam, do dom de agitar-nos e de tornar a vida para nós uma festa. Estou agora às voltas com as lendas dos castelos e com a história do Reno. Ele é a verdadeira Via Sacra Alemã. Mas mesmo sem a história a paisagem já bastaria. A vista que tive ontem do terraço de Drachenfels é somente comparável pela impressão que causa à de Taormina. São dessas vistas das quais o mais belo tipo é a nossa Vista Chinesa, ou a do Corcovado.” Mesmo ressaltando o elemento histórico da paisagem do Reno, que é o que justifica em *Minha formação* a superioridade da paisagem europeia, um Nabuco adoentado, saudoso do Brasil, vê a Vista Chinesa e o Corcovado mais belos do que Drachenfels ou Taormina. A “moléstia de Nabuco”, ao que parece, tinha dois sentidos. É curioso ainda que a Vista Chinesa não era uma lembrança da infância ou da adolescência de Nabuco. O mirante, cujo coreto alude a um pagode chinês, foi inaugurado em 1903, de forma que Nabuco só poderia tê-lo visitado durante sua estada no Rio em 1906. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo do barão do Rio Branco, cartas recebidas de Joaquim Nabuco (Lata 832, maço 1).

transatlântico, a paisagem do novo mundo não provocasse a mesma angústia. Isso por causa da ausência do motivo edênico: aqui, muito pelo contrário, se a paisagem ainda é uma “solidão”, ela antes remete a um “lago suíço”. Podemos então atribuir seguramente a diferença à paralaxe temporal da escrita, dado que a redação do capítulo se dá muito provavelmente em 1899 ou, talvez, em 1893, mas não em 1896, de quando datam os artigos d’*O Commercio de São Paulo*³⁵⁹.

Em seus dias finais, o barão, sabendo não ter muito pela frente, adota uma atitude contemplativa – aquela que, já notávamos no capítulo anterior, é a tônica dos dois últimos capítulos do livro: “via-se o cansaço de ter pensado tanto e o involuntário tributo à dúvida: se teria bem aproveitado o tempo, ou se teria vivido em vão”³⁶⁰. O retrato das meditações crepusculares do mestre, colocado ao final do livro, decerto não é mero acidente. O fim de Tautphoeus figurado como tragédia do império pode também ser interpretado como a aceitação por Nabuco daquilo que já no início deste capítulo denominávamos uma necessidade de “negociação com o fracasso”. O dilema do mazombo, contraposto pela tragédia do velho que entendera o império melhor do que seus cidadãos *de jure*, apresenta a possibilidade de seguir em frente guardando a tradição imperial como um norte moral e afetivo, aceitando estoicamente as decepções que lhe fogem ao controle. Apesar de terminar a vida cercado pelo espectro da derrota, Tautphoeus, graças à riqueza de sua formação intelectual, sabe que o que o sentido de sua vida não é dado pelas circunstâncias adversas de seu fim, mas pelo inatingível juízo da História. Percebe-se aqui que a lição tardia do mestre guia a conduta do narrador, também acometido da mesma adversidade, o que é mais grave do que no caso do alemão, pois o Nabuco de 1889 ainda está entrando na quinta década de sua vida, de sorte que suas dificuldades ainda poderiam ser em muito prolongadas.

2. Política e estética

A relação entre o narrador de *Minha formação* e as instituições políticas do império é atravessada, ao longo de todo o livro, por algum grau de tensão. Sua sensibilidade aristocrática é contrabalançada pela sensibilidade ao “social”. Outro ponto de vista que se desenha da mesma tensão é a interação “prática”, em contraposição à estético-ideacional. Esta última é, provavelmente, como fica demonstrado pelo movimento que identificamos no

³⁵⁹ Ver acima, p. 59-60.

³⁶⁰ *MF*, p. 248.

capítulo anterior entre os projetos de autobiografia, aquela que a obra procura sublinhar. O narrador se diz um adepto da “política com P grande”, a quem “nunca o oficialismo” “tentou”³⁶¹. O relato de sua entrada no serviço diplomático como adido de legação nos EUA trai uma relação um pouco mais nuançada com a oficialidade:

Nunca mais teria eu podido aceitar outro; com efeito, pouco depois entrava para a Câmara, e dava-se a minha incompatibilidade de abolicionista militante com o sistema político da escravidão, e, acabada esta, logo em seguida, surgia para mim outra abstenção forçada: a da defesa da monarquia contra os partidos. O signatário daquele decreto foi o barão de Cotegipe. A nomeação não era de certo escandalosa; em qualquer Ministério de Estrangeiros onde não existisse patronato, eu tiraria o meu lugar de adido em concurso³⁶²

O narrador se sente na obrigação de prestar uma explicação por ter entrado no serviço diplomático através do patronato e escusa-se alegando que, fosse o Brasil um país onde o serviço público estivesse livre do parasitismo de parcelas decadentes da elite³⁶³ (parcela à qual ele, como filho de ilustre família de políticos, mas sem posses, serviria quase como um tipo ideal), teria logrado ser admitido por mérito. Sua integridade é ainda confirmada por sua distância da política amesquinhada dos partidos – fosse ele um aderente desta, não teria se entregado à causa abolicionista. No meio dessa desconfortável exposição, ressoa a caracterização do “sistema” com que é incompatível como sendo o “da escravidão”. O “sistema”, na caracterização que dele é feita, parece não ter muito a ver com a monarquia – ou, ainda que tivesse, ela estaria imune à torpeza do escravismo; embora, mais adiante, fique implícito que esta se sustentava sobre aquele. O não-pertencimento e a oposição ao “sistema” já aparecera como resultado das impressões da Europa:

Foi a viagem à Europa a grande deslocação que consolidou a tendência antissistemática em que eu já estava, amortecendo em mim o predomínio da força política até 1879, quando pela primeira vez entro para o Parlamento; mesmo no Parlamento, porém, depois do ano de estreia, em que as emoções da tribuna me fizeram tomar calor e interesse pela luta dos partidos, desde 1880 até 1889, quando se fechou definitivamente para mim aquela carreira, posso dizer que o efeito da minha deslocação, de 1873, da política partidária, porque todo o tempo que estive na Câmara me acolhi sob uma bandeira mais larga e me coloquei em um terreno politicamente neutro, como era o da emancipação dos escravos.³⁶⁴

³⁶¹ *MF*, p. 65-66.

³⁶² *MF*, p. 105.

³⁶³ Esse aspecto do funcionalismo público brasileiro é bastante comentado n’*O Abolicionismo*. Cf. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Editora UnB, 2003, p. 179, 185, 201-203, 242.

³⁶⁴ *MF*, p. 74.

Nota-se aqui que, apesar de uma “tendência antissistemática”, houve um flerte com a luta dos partidos, e utiliza-se o termo “carreira” para designar aquilo que foi interrompido “definitivamente” em 15 de novembro de 1889. A trajetória interrompida, numa interpretação que o texto não desautoriza, poderia tê-lo levado a transpor o “véu jacinto e púrpura” de páginas atrás³⁶⁵. A tendência antissistemática não descarta de maneira alguma a participação no regime monárquico, visto que seu reformismo, e isso é reforçado ao longo do livro, é dirigido ao conteúdo escravista e oligárquico do sistema, como fica evidenciado na abertura do capítulo “Passagem pela política”:

Oh! O que não recebi nesses anos de luta pelos escravos! Como os sacrifícios que por vezes inspirei eram maiores que os meus! Eu tinha a fama, a palavra, a carreira política... É certo que não tive outras recompensas, mas essas eram as mais belas para um moço, nesse tempo ávido de nomeada e das sensações do triunfo.³⁶⁶

Aqui encontramos a ideia de que o narrador, um autoproclamado aristocrata nascido no seio da quarta geração de políticos da família Nabuco de Araújo, teria renunciado a “outras recompensas” para dar prioridade à “Política com P grande”. Contudo, há a reiterada admissão de ter feito da política uma “carreira”. Note-se, entretanto, que ela não é interrompida pela abolição, como seria esperado de alguém cuja carreira se sustentou nas causas e não nos partidos e nas necessidades de ocasião. É bastante plausível, e aqui claramente estamos em contradição com o texto, que Nabuco esperasse em algum tempo tais “recompensas”, que lhe foram vedadas – ou postergadas – pelo 15 de Novembro. O texto não deixa de fornecer uma pista fugaz: as recompensas que teve, (fama, palavra e “carreira política”, aqui empregada no sentido de uma militância abnegada em prol dos oprimidos)

³⁶⁵ O descontentamento de Nabuco com a proclamação da república é notório. Menos conhecidos são os vitupérios que ele dirigia ao regime em privado, acintosos mesmo aos olhos de hoje. A carta que citamos aqui não está, talvez devido a considerações “estéticas”, por assim dizer, entre as incluídas na edição de sua filha, publicadas em 1949 nas *Obras Completas*. Nabuco escreve a seu colega monarquista, empregando de forma cômica a hipérbole, que é um aspecto recorrente de sua prosa: “Meu caro Paranhos, Mando-lhe uns números do *Brasil*, o único jornal decente do Rio hoje. Vão cheios de porcaria republicana. O papel de um jornal *decente* hoje é esse, encher-se como um W.C. de quanta imunda secreção o canal patotivo (sic) do governo atira ao público. No Tibete é uma honra guardar os excrementos do Dalai Lama, secá-los e distribuí-los aos príncipes em caixas de ouro (sic). Os excrementos do nosso Lama são mais proveitosos do que esses para os que vivem deles. O Deodoro é um caga-ouro interminável, desses bonecos que V. Terá visto nos fogos de artifício. Quando acabará ele de cagar patotas?” Presume-se que o jornal em questão é o recém-fundado *Jornal do Brasil*, do qual Nabuco era um importante colaborador. Desconhecemos o significado da expressão “canal patotivo”, pode tanto referir-se ao reto quanto de um duto que expele patotas, (negociatas). Provavelmente trata-se do segundo caso como figuração cômica do primeiro. A carta não é datada e uma anotação a lápis indica o ano de 1893. O conteúdo da carta não condiz com a datação, que parece apócrifa. Uma entrada do diário de Nabuco contendo um resumo da missiva indica que ele a teria escrito em 9 de março de 1891. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo do Barão do Rio Branco, cartas recebidas de Joaquim Nabuco (Lata 832, maço 1); *Diários*, p. 293-294.

³⁶⁶ *MF*, p. 219.

eram certamente as mais belas para um “moço”. Se, declaradamente, o Nabuco dos 38 anos em maio de 1888 era esse moço, é de se perguntar se aquele de alguns meses depois ainda o seria.

À medida que as impressões do narrador sobre a política se aproximam da monarquia, nota-se o aparecimento de um traço muito particular de sua maneira de compreender o mundo. Vários são os momentos em que o narrador de *Minha formação* declara-se firmemente monarquista e justifica-se com argumentos tomados emprestados de literatura política (com destaque para *A Constituição Inglesa*, de Walter Bagehot, ao qual dedica-se todo um capítulo do livro). Na origem desse monarquismo, entretanto, está, em seu fundamento, o juízo estético:

Há também pontos, ideias, modo de sentir que o escritor desejaria expressar por um outro *Usted me entiende?* levantando apenas a ponta do véu a seu pensamento, sem nada precisar, de fato, sem nada dizer. Cada um de nós é só o raio estético que há no interior do seu pensamento, e, enquanto não se conhece a natureza desse raio, não se tem ideia do que o homem realmente é. Nesta confissão da minha formação política, devo, para não deixar ver somente a máscara, o personagem, dar uma espécie de fotografia dos símbolos que se imprimiram e reproduziram mais profundamente no meu cérebro. Assim se reconhecerá que a política não foi senão uma refração daquele filete luminoso que todos temos no espírito.³⁶⁷

O trecho acima não é somente uma “confissão” de que a “formação política” do narrador se dá através de uma apreciação estética do mundo, mas revela, numa confiança menos explícita de sua visão sobre o procedimento autobiográfico, que o mosaico de imagens contido em *Minha formação* não é uma exposição extensiva do seu pensamento, mas uma série de instantes em que levanta a ponta do véu que o cobre – aqui há uma quase celebração da ambiguidade, ou melhor, da indizibilidade do sentimento íntimo. Nota-se grande afinidade com a passagem de seu diário evocada no prefácio, quando fala da impossibilidade de apreender o esplendor sensorial do revoar de borboletas em Petrópolis³⁶⁸. A alusão à revelação fotográfica é especialmente feliz: a política é a impressão resultante do “raio estético” sobre o papel em branco e os grãos de prata de uma personalidade em formação. A escolha da beleza como dimensão central da experiência humana certamente não é uma idiosincrasia de Nabuco. Ideia bastante similar aparece no ensaio intitulado *Beauty* da coletânea de ensaios *The Conduct of Life*, de Ralph Waldo Emerson:

³⁶⁷ MF, p. 72

³⁶⁸ MF, p. 38.

Beauty is the form under which the intellect prefers to study the world. All privilege is that of beauty; for there are many beauties; as, of general nature, of the human face and form, of manners, of brain, or method, moral beauty, or beauty of the soul.³⁶⁹

Lembremos outra vez que Nabuco foi um leitor entusiasmado de Emerson³⁷⁰: um ensaio publicado posteriormente, *Education*, é citado no começo de *Massangana*³⁷¹. A similitude entre esta proposição de Emerson e a redução de “cada um de nós” a um “raio estético”, combinada com os trechos ainda por citar, sugere que essa leitura teria contribuído para enraizar sua crença na supremacia da estética sobre todas as dimensões da experiência. Outra referência, esta explícita, a esse modo de pensar, será a Keats: “Keats não disse tudo com seu verso: *A thing of beauty is a joy for ever?*”³⁷², embora a citação esteja num contexto diretamente ligado à experiência das obras de arte. Mais adiante, depois de suas primeiras impressões da Europa, onde teria se distanciado de um radicalismo de juventude,

bem pouco do político militante restava depois dessa primeira viagem à Europa; eu trocara em Paris e na Itália a ambição política pela literária, crítica, isto é, com uma espessa camada *européia* na imaginação, camada impermeável à política local, a ideias, preconceitos e paixões de partido, isoladora de tudo que em política não pertencesse à estética, portanto também do republicanismo — porque a minha estética política tinha começado a tornar-se exclusivamente monárquica.³⁷³

A oposição ao republicanismo como esteticamente repelente é aqui explicitada, e será complementada por uma defesa um tanto heterodoxa da monarquia em termos análogos:

Muitos argumentos me foram apresentados na mocidade em favor da monarquia; nenhum, porém, teve para mim a força persuasiva, a evidência, destes dois, um que me foi formulado no Píncio, outro que me foi formulado no Hyde Park: a princesa Margarida de Saboia e a princesa de Gales. A republicanos de boa-fé estética — ponhamos tanto os bárbaros como os anacoretas de parte — eu não quisera apresentar outros. A monarquia moderna faria bem para sustentar-se em promulgar a lei sálica em sentido

³⁶⁹ EMERSON, Ralph Waldo. *Essays and Lectures*. Nova York: The Library of America, 1983. *The Conduct of Life* foi originalmente publicado em 1860 e revisado em 1876. Modo de pensar semelhante pode ser encontrado no capítulo de mesmo nome do ensaio *Nature* (op. cit., p-14-19), originalmente publicado em 1836.

³⁷⁰ Não deixa de ser curioso que o narrador, que diz em famosa passagem que o “Novo Mundo para tudo o que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão”, tem Emerson (de onde parece tirar sua crença na primazia do juízo estético sobre todos os outros) e Harriet Beecher-Stowe entre suas principais referências, além de uma profunda admiração por Lincoln, Frederick Douglass e Walt Whitman.

³⁷¹ *MF*, p. 188.

³⁷² *MF*, p. 76.

³⁷³ *MF*, p. 99.

contrário, isto é, em neutralizar ainda mais o poder neutro, estabelecendo a realeza exclusiva das mulheres.³⁷⁴

Aqui, o argumento parece pouco desenvolvido e eivado do que podemos algo anacronicamente condenar como machismo³⁷⁵; o capítulo do qual extraímos a passagem é “32, Grosvenor Gardens”, endereço da Legação brasileira em Londres, onde o Barão de Penedo, amigo e mentor do jovem Nabuco, dava suntuosos banquetes, e a narrativa enfatiza a aderência do narrador ao modo de vida aristocrático, com suas cortesias, seu esmero diário na arte do bem-viver, com a simbiose resultante entre os indivíduos e a parafernália simbólica da vida cortesã. E isso se dá em tom de “confissão”, não sem algum ar de desculpa:

O fato, entretanto, é este: se eu fosse somente capaz da impressão política, social, a escravidão, a oligarquia dos partidos, e minha falsa compreensão do papel do imperador e da função monárquica, ter-me-iam talvez, depois da morte de meu pai, feito queimar o meu Bagehot e alistar-me sob a bandeira norte-americana.³⁷⁶

Aqui encontramos uma clara oposição entre o mundo cru da política (ligado aos elementos “escravidão”, “oligarquia”) e o modo de vida aristocrático. Luiz Costa Lima identifica no pensamento de Nabuco uma oposição entre a política e o refinamento, manifesta em sua vida na forma de um distanciamento da política e uma aproximação ao mundo das letras: “Esse gosto pelo refinado partilhava da reação contra a política, onde poderia praticá-la: no Brasil, em que, sem conseguir dele se afastar, tampouco conseguia se integrar”³⁷⁷. Adiante, Lima comenta uma interessante passagem de *Minha formação*, em que o narrador declara que a escravidão, na qualidade de objeto central de suas preocupações, “ao mesmo tempo” o “atraía para a política e em certo sentido era uma espécie de amuleto contra ela”³⁷⁸:

Embora Nabuco não pretendesse descrever senão a sua experiência, podemos pensar que seu dilema entre o refinado, tendo por espaço uma certa Europa, e a política, a ser exercida em sua própria terra, em vez de lhe ser exclusivo, continha o dilema do jovem latino americano, sobretudo se pertencente a família mais de prestígio do que de posses.³⁷⁹

³⁷⁴ MF, p. 117-8.

³⁷⁵ A lei sálica no sentido contrário privilegiaria as mulheres na sucessão dinástica. O narrador associa a monarquia à ideia de poder neutro que paira sobre a política, supondo, por identificar o feminino com um valor neutro, que uma monarquia preferencialmente feminina seria ainda mais neutra e, portanto, um aprimoramento em relação à monarquia vigente no ocidente europeu oitocentista.

³⁷⁶ MF, p. 120.

³⁷⁷ LIMA, 2002, p. 342.

³⁷⁸ MF, p. 57.

³⁷⁹ LIMA, 2002, p. 343.

Surge aqui mais uma manifestação do dilema transatlântico: a frustração com um sistema político local que não se equipara ao europeu (mais especificamente, o inglês) porque viciado por sua sustentação escravista e oligárquica. Se levarmos em conta que a virtude da política inglesa é sobretudo o desinteresse e a moderação, temos, em última análise, um repúdio à própria ideia de política como administração corriqueira dos negócios do Estado, em oposição à “política com P grande”³⁸⁰ cujas realizações não são contribuições à nação, mas à humanidade. A luta contra a escravidão oferecia uma janela para que Nabuco atuasse nessa dimensão universal, mesmo que idealizada, da política:

Lutar para eliminar a escravidão seria o pressuposto para que o Estado que já existia fosse respaldado pela nação que continuava a faltar. A idealização formava uma espécie de defesa de seu proponente contra o país real contaminado pelo escravismo. Era como se dissesse: só teremos condições de viver aqui, depois que se desmanche a mancha inqualificável. A mancha, a lembrança do que identificara desde menino, criara seu dilema; o dilema o impedia de fazer da política sua profissão. Enquanto idealizada, a política não poderia ser considerada sua vocação, pois seu *chamado* perturbava a realidade a que então se poria a serviço.³⁸¹

Essa visão pretensamente idiossincrática da política vem emoldurada por um motivo que, se não percorre o livro como um todo, aparece de maneira sugestiva. Suas duas primeiras ocorrências estão inseridas no segundo dos blocos a que aludíamos no capítulo anterior, enquanto que as duas últimas se encontram ambas no último capítulo. O curioso é que se, num primeiro momento, o motivo aparece com conotações positivas, ao final, ele é tomado com certo distanciamento crítico. Falamos aqui do tema da cavalaria. Eis a sua primeira aparição, que se dá em “Atração do mundo”, logo após o narrador se declarar um espectador de seu século antes que de seu país:

A abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos de que fui contemporâneo; a expulsão do imperador me abalou mais profundamente do que todas as quedas de tronos ou catástrofes nacionais que acompanhei de longe; por último, não experimentei nenhuma sensação tão cheia, tão prolongada, tão viva, durante meses interrompidos, como a última revolta, quando se ouvia o canhão da guerra civil no mar e o silêncio ainda pior do terror em terra. Em tudo isto, porém, há muito pouca política; nesses três quadros, por exemplo, a política suspende-se; o que há é o drama humano universal de que falei, transportado para nossa terra. Não se poderia dizer isto da luta dos partidos, nem do que, exclusivamente, é considerado política pelos profissionais. Esta é uma absorção como a de qualquer hábito, circunscreve a curiosidade a um campo visual restrito: é uma espécie de oclusão das

³⁸⁰ MF, p. 65.

³⁸¹ LIMA, 2002, p. 346.

pálpebras. Esse gozo especial do político na luta dos partidos não o conheci; procurei na política o lado moral, imaginei-a uma espécie de cavalaria moderna, a cavalaria andante dos princípios e das reformas; tive nela emoções de tribuna, por vezes de popularidade, mas não passei daí: do limiar³⁸²

Onde outros políticos se inclinariam a diferentes posições de acordo com seus interesses e com a ordem do dia da opinião pública, o narrador vê a oportunidade de defender princípios e reformas de inspiração universal. Daí a comparação de sua conduta à de um cavaleiro andante. Mesmo que se preste a uma crítica de idealismo quixotesco, míope às contingências do real, a imagem procura lustrar o narrador com uma certa nobreza de espírito que o destaca do quadro amesquinhado com que é retratado o sistema político nacional. Isso se associa, evidentemente, a uma visão da monarquia como fonte simbólica da qual emana o ideal cavaleiresco – lembremos que, neste capítulo, ainda estamos em plena “Formação Monárquica”, primeiro título da série d’*O Commercio de São Paulo*. A cavalaria aqui parece representar não tanto um código de maneiras antiquado, mas o próprio ideal civilizatório encarnado pela monarquia tropical dos Braganças, afiliada a suas contrapartes europeias. Algumas páginas adiante, em “Adido de Legação”, a procedência estética desse ideal fica explicitada – por mais que haja certa afinidade com o republicanismo, o “signo monárquico” permanece como matriz do desenvolvimento espiritual do herói, desenhada como resultado da união entre a arte e a história:

Durante toda a minha carreira movi-me sempre por algum magnete moral; meus erros foram desvios de idealização; eu nunca teria podido confessar uma ideia, uma crença, um princípio, que não fosse para mim um ímã estético. Sendo assim, se a minha estética fosse republicana, isto é, ateniense, romana, florentina, nunca a monarquia me teria feito despregar a sua bandeira no campo da imaginação como um cavaleiro andante. Para sentir, sempre que a hasteei, a minha dignidade, a minha altivez, o meu espírito expandir-se, era preciso que o signo monárquico atuasse em mim, como uma parceria da arte que está misturada com a história e que de algum modo a diviniza.³⁸³

Ao final do livro, o motivo da cavalaria é retomado, mas numa chave oposta. O capítulo é “Os últimos dez anos (1889-1899)”, o último do livro, e a menção se dá em meio à justificativa que o narrador nos oferece sobre seu novo posicionamento, qual seja, o da recusa ao dilema monarquia/república como empecilho ao reingresso no serviço público. O narrador diz aqui admirar a honradez com que se comportavam os monarquistas que permaneciam ativos na política francesa, mas esclarece que sua conduta não é a deles:

³⁸² MF, p. 65-66.

³⁸³ MF, p. 101.

Compreendo a carta de Berryer moribundo a Henrique V, como compreendo a carta de Chambord sobre a bandeira branca; a monarquia francesa gerara uma cavalaria, um ponto de honra aristocrático, um espírito de classe à parte, e mesmo assim era como o próprio Berryer, como Chateaubriand, como o duque de Aumale (...).Eu, porém, não tinha uma parcela de legitimismo, de direito divino; minha caracterização, o acento tônico, era outra: liberal, não no sentido passageiro, político, da expressão, mas no seu sentido humano, eterno, e como liberal a aspiração sintética de minha vida tinha que ser a de não me dissociar, qualquer que fosse sua forma de governo, nos destinos do meu país.³⁸⁴

O que notamos agora é que se, por um lado, há uma atração estética pelo legitimismo francês, por outro, o “acento tônico” do temperamento político do narrador o dissocia de um projeto político restaurador. Com efeito, o suposto afastamento da política faz com que o herói se veja agora distanciado também daquela cavalaria andante que havia sido o mote do ativismo de sua juventude:

Lutas de partidos, *meetings* populares, sessões agitadas da Câmara, tiradas de oratória, tudo isso me parecia pertencer à idade da cavalaria... Agora o menor problema político causava-me uma timidez invencível, tornava-se nacional, internacional, e todos convertiam-se em casos de consciência.³⁸⁵

O que acreditamos ver aqui é não apenas uma mudança em relação ao Nabuco abolicionista no parlamento, mas também ao Nabuco de 1896 que escrevera as primeiras linhas sobre o mesmo tema, ainda há pouco envolvido na criação de um partido monarquista³⁸⁶. O “tempo da cavalaria” adquire uma conotação claramente negativa, como se dissesse que não havia mais apetite para ilusões de uma restauração monárquica no país, que passava a finalmente gozar de certa estabilidade sob Campos Sales³⁸⁷. Se a cavalaria andante aparecera num primeiro momento como uma forma de “vingança” (moral) sobre a história de que fala Georges Gusdorf,³⁸⁸ no capítulo final, a História acaba por se impor e fixar aquele modelo de conduta no passado. O cavaleiro dos princípios e das reformas parece ter grande afinidade com o narrador dos capítulos iniciais; aqui, ele é um “outro”, uma face do passado da identidade narrativa ali manifesta. É possivelmente essa dissonância entre as duas perspectivas encontradas no interior do texto que leva José Veríssimo a ver no Nabuco de *Minha formação* “o bizarro cavaleiro andante”³⁸⁹ da monarquia em seus últimos dias. Bizarro,

³⁸⁴ MF, p. 255.

³⁸⁵ MF, p. 256.

³⁸⁶ ALONSO, 2007, op. cit., p. 272.

³⁸⁷ Sobre o desfecho da crise dos anos 1890 e a estabilização da Primeira República sob a fórmula de um condomínio oligárquico, ver LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

³⁸⁸ GUSDORF, op. cit., p. 39.

³⁸⁹ VERISSIMO, op. cit., p. 164.

talvez porque se na própria vida Nabuco atuara de maneira um tanto excêntrica no que se refere à política, sua autobiografia não oferece uma explicação consistente de sua postura – ou, se oferece, ela se choca com o que fora dito anteriormente, e aqui, diferentemente do que vínhamos observando nesta seção, acreditamos ver uma manifestação da paralaxe temporal entre a primeira e a última fase da escritura do livro. Não é a cavalaria, contudo, o motivo mais elaborado e sugestivo na explicação da conduta do herói do livro, nem pode ela, como código de conduta predeterminado, movimentar por si só as engrenagens do devir biográfico. Esse papel, acreditamos, é desempenhado pela compreensão da vida a partir do ato de conversão ao catolicismo.

3. A vida, a História e as sagradas escrituras

Retomemos momentaneamente a já notada dissonância cognitiva que provocava no narrador uma visão idiossincrática, cavaleiresca da política. Não devemos nos ater a simplesmente assinalar que a circunscrição da política ao plano estético lhe dá contornos idealizados. Como exatamente se manifesta essa idealização? O que vimos até o momento é uma instância de segundo grau do fenômeno, que não produz um sistema abrangente de compreensão do processo político. Trata-se ainda da reafirmação do distanciamento da política e da aproximação das letras, das artes e da religião. Acreditamos que é o terceiro desses elementos que se converte numa chave explicativa para as impressões sobre a política contidas em *Minha formação*. Se o refinamento aristocrático ao qual o narrador dissera aderir instintivamente, intrinsecamente ligado à estética, se opõe à política de ocasião, só haveria a possibilidade de engajamento político quando este revelasse alguma relação transcendente ao seu caráter usual de abjeção. Nem todas as instituições políticas, contudo, são tratadas como inestéticas. A monarquia, que é em *Minha formação* mesmo tempo o âmago da política e algo dela dissociado, parece cumprir esse papel de transcendência. Assim, a monarquia que *Minha formação* apresenta não é simplesmente o regime político ideal. Ela o é e também nesses termos é defendida, mas em associação com sua capacidade de mediação da política com o sagrado. O trecho abaixo pode nos ajudar a compreender como isso se dá:

(...) só vi de muito longe o véu jacinto e púrpura do *Sanctum Sanctorum* — tão de longe, que me pareceu um velho reposteiro verde e amarelo —, por trás do qual o presidente do Conselho contemplava sozinho face a face a majestade do Poder Moderador.³⁹⁰

³⁹⁰ MF, p. 66.

O narrador cita aqui o capítulo 26 do Êxodo, comparando os Presidentes de Conselho aos altos sacerdotes e o Imperador (personificação do Poder que a Carta de 1824 lhe conferia) às relíquias que serviam de mediação simbólica entre aquele e Deus. Contudo, ele só pudera ver o “véu jacinto e púrpura” que o separava do sacrário de tão longe que teria confundido suas cores. Se, por um lado, a imagem é potente, principalmente quando enunciada por um Nabuco que havia se voltado para a religiosidade, ela se coloca à distância do polo de transcendência do mundo imperial. O véu jacinto e púrpura lhe parecia “um velho reposteiro verde e amarelo”. O mundo encantado do império brasileiro é também um mundo em relação ao qual o narrador se vê marginal, e aqui se revela, em meio a certa ambivalência, uma janela para o entendimento que queremos extrair do texto.

Ao final do capítulo “Eleição de deputado”, o “sistema” anteriormente criticado aparece metamorfoseado e é descrito por uma sucessão de analogias que elaboram sua imagem como representação idealizada de uma realidade cruel, uma forma de simulacro cuja beleza compensa o horror do real:

Tudo ali estava suspenso, transportado a outra escala do ser, a outra ordem de sensibilidade e de afetos... Era o mesmo fato, mas com diferente aspiração, diferente consciência, diferente vontade, e para o qual por isso mesmo o tempo não corria, como no sonho... A cena política foi também para mim um puro encantamento... Sob a aparência de partidos, Ministérios, Câmaras, de todo o sistema a que presidia com as suas longas barbas níveas o velho de S. Cristóvão, o gênio brasileiro tinha encarnado e disfarçado o drama de lágrimas e esperanças que se estava representando no inconsciente nacional, e à geração do meu tempo coube penetrar no vasto simulacro no momento em que o sinal, o toque redentor, ia ser dado, e todo ele desabar para aparecer em seu lugar a realidade humana, de repente chamada à vida, restituída à liberdade e ao movimento...³⁹¹

Representação virtuosa e ocultadora de um mal sempre à espreita. A “realidade humana” substitui o encantamento que tem sua apoteose na Abolição, e aqui o texto se presta plausivelmente à interpretação de que ela (ou talvez algo que entre ela e a República) é análoga ao pecado original. Transitamos aqui numa narrativa de estreita correspondência com o primeiro livro do Antigo Testamento, o que já aparecera anteriormente no sentimento de vazio diante da paisagem. Desta vez, contudo, a narrativa se movimenta para além do momento edênico inicial: depois que a geração de Nabuco penetrou (em claro desafio ao *status quo*) no “vasto simulacro” do sistema político (que era o da escravidão), este “desabou”

³⁹¹ MF, p. 224

diante de seus olhos. A ideia de encantamento, já empregada de maneira recorrente ao tratar da monarquia, é também uma figura central do capítulo que é a pedra angular do livro, “Massangana”. A posição do relato da infância no livro, por volta do início do último terço, não é casual, como observou Roberto Ventura:

Na sequência de *Minha formação*, o relato das recordações do engenho se encontra cuidadosamente deslocado de uma possível linearidade temporal, situado entre a narração de sua campanha de deputado e a discussão do movimento abolicionista. Massangana é o elo afetivo que dá sentido à sua trajetória política: a irrupção da consciência abolicionista e o engajamento no movimento se dão a partir da ruptura com a imagem benevolente do cativo, desencadeada pelo infortúnio que se abateu sobre os escravos.³⁹²

A associação em “Massangana” da infância a um paraíso perdido já foi observada pelo imortal Alfredo Bosi em conferência na Academia Brasileira de Letras que serve de introdução à edição aqui utilizada de *Minha formação*³⁹³. Também Ricardo Benzaquen viu ali uma “figura de prefiguração do paraíso”³⁹⁴. O que notamos, porém, não é apenas isso, mas uma reedição da história da queda no plano íntimo. O evento-chave é relatado com parcimônia:

Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha, para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição, com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava.³⁹⁵

Note-se que aqui estamos em território ficcional – a cena, apesar de laconicamente descrita, parece ser desenhada a partir de critérios miméticos. Insinua-se que o protagonista está sozinho, entregue a uma tarde de ócio típica daquele cenário rural onde vinha sendo criado por uma madrinha piedosa, sem os rigores da educação aristocrática aos quais estaria submetido se vivesse na cidade. Somos então levados a imaginar que é sentado na escadaria frontal da casa grande que o menino é surpreendido pelas súplicas do fugitivo, e que todo o

³⁹² VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 125.

³⁹³ Bosi, Alfredo. Joaquim Nabuco memorialista. In: Nabuco, Joaquim, *Minha formação*. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 9-33.

³⁹⁴ ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen de. O linho e a seda. Notas sobre o catolicismo e a tradição inglesa em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista USP*, n. 38, set/nov 2009, p. 12.

³⁹⁵ MF, p. 190.

episódio se dá sem qualquer intervenção de algum serviçal ou responsável apto a tomar o controle da tensa situação. É como se ele tivesse que ali, naquele momento, com os rudimentos morais de que dispunha, responder ao que acontece diante de seus olhos e dos de mais ninguém. O local onde isso se dá é, apropriadamente, o limiar físico do ambiente protegido da casa³⁹⁶. O ato de sentar-se no patamar da escada, especificamente, sugere que a linha para o mundo exterior já está parcialmente transposta. Tudo aponta ali para uma refiguração da queda: o confronto com uma realidade destruidora do idílio infantil, a julgar por sua cuidadosa *mise-en-scène*, é uma consequência inevitável da curiosidade de conhecer o que há para além do pequeno mundo onde o menino é confinado por seus protetores.

Alfredo Bosi entende que o caráter edênico de “Massangana” é espacial, e que Nabuco vê a benevolência de sua madrinha para com os escravos do engenho como exceção à brutalidade general do regime servil: “É significativa essa oposição recorrente entre “Massangana” e os demais lugares onde vigorava o mesmo regime escravista”³⁹⁷. Logo mais, trata de perdoar Nabuco por eventual complacência com uma “escravidão benigna”. O que se defende aqui é que a dimensão que separa “Massangana” da ruína moral da escravatura não é tanto o espaço, como quer Bosi, mas, sobretudo, o tempo. O éden de “Massangana” seria, para Bosi, uma “ilha”³⁹⁸. Preferimos aqui a ideia de que ele seja um momento ou, ainda, que seja um cruzamento dos dois que produz uma narrativa edênica do Brasil imperial escravista³⁹⁹: o momento-lugar de inocência, onde-quando a doçura insciente do escravo encontra o egoísmo insciente do nhozinho, protegidos do real pelos constrangimentos ideológicos daquela sociedade⁴⁰⁰.

³⁹⁶ O uso de espaços limítrofes do domicílio como metáfora para o desejo infantil de escapar à proteção parental e entrar em contato com um mundo exterior ao mesmo tempo ameaçador e sedutor é encontrado também em Walter Benjamin, onde o cenário não é a casa grande, mas o apartamento da infância pequeno-burguesa do filósofo alemão. Mesmo assim, os efeitos miméticos são bastante similares. Cf. GAGNEBIN, Jeanne-Marie. A criança no limiar do labirinto. In: *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 82-105.

³⁹⁷ BOSI, op. cit., p. 15.

³⁹⁸ BOSI, op. cit. p. 14.

³⁹⁹ Aqui aparece outra correspondência com o pensamento de Emerson.

⁴⁰⁰ Utilizo aqui uma acepção de ideologia inspirada em Marx. O intenso e extenso debate em torno do significado preciso do conceito obviamente não cabe aqui. O que procuramos apreender dele aqui é que Marx propõe uma relação entre as dinâmicas produtivas do mundo material e o pensamento, e que daí parte sua crítica aos jovens hegelianos, que teriam empreendido uma crítica “religiosa” de Hegel, a qual não passaria de uma batalha imaginária contra conceitos-representação sem atentar para seu enraizamento no mundo material. O que propomos aqui com ideologia não passa da ideia de que os modos de pensar difundidos num dado momento e num dado local mantêm certa correspondência (em que grau e por quais mecanismos é algo que não tento precisar) com a realidade material subjacente, e que eles oferecem constrangimentos (mas não impedimentos) à formulação de um juízo crítico dessa realidade. Cf. MARX, Karl H.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 7-55. O curioso, como veremos, é que há em *Minha formação* algo próximo de uma articulação desse ponto de vista. A observação limita-se a constatar a riqueza do texto, não havendo qualquer sugestão (completamente descabida, entendemos) de um marxismo acidental em Nabuco.

As linhas mais preciosas de “Massangana” sucedem uma declaração surpreendente: vendo acabar a escravidão, o narrador diz sentir uma “singular nostalgia”, a “saúde do escravo”⁴⁰¹. O original, escrito em francês, é ainda mais cruel com nossas sensibilidades estético-políticas de um século depois: “*la nostalgie de l’esclavage*”⁴⁰² – nostalgia da instituição servil como tal, não apenas do escravo como ser humano. A expressão, que acompanha uma caracterização idealizada da relação senhor-escravo no mesmo capítulo, provocou “engulhos”⁴⁰³ na intelectualidade brasileira *fin de (vingtième) siècle*⁴⁰⁴. Célia Azevedo⁴⁰⁵ empenhou-se em desfazer a imagem de “São Nabuco” enfatizando o óbvio racismo das linhas de *Minha formação* e mesmo d’*O Abolicionismo*. Ítalo Moriconi vê na expressão e na caracterização idílica da escravidão em “Massangana” uma manifestação da persistente falta capacidade autocrítica da elite brasileira: a salvação moral do narrador se daria pela benevolência senhorial e não na superação dos efeitos ideológicos do escravismo – faltaria a Nabuco o “semacol”⁴⁰⁶ de rejeitar a idealização do mundo servil, convertendo-o em recurso estilístico. Divergimos frontalmente desta última interpretação porque entendemos que ela ignora por completo a passagem-chave do capítulo.

É evidente que não é o caso de “perdoar” Nabuco, membro, ainda que envergonhado (aqui se explica em parte sua ênfase na benevolência da senhora de do engenho com seus negros), da elite escravista. Não há como nem por que negar o racismo de Nabuco como uma aspecto que atravessa sua obra. Roberto Ventura está correto em observar que o sentimentalismo ali contido é tipicamente patriarcal e autocomplacente, mascarando o cativo como “jugo suave”⁴⁰⁷. O racismo, contudo, como salientou Ricardo Salles⁴⁰⁸, não se aproxima de ser o elemento-chave de sua interpretação do Brasil. Para entender melhor a “saúde do escravo” ou da escravidão, é necessário ler detidamente as linhas que sucedem a confissão, que são possivelmente as mais impactantes de todo o livro:

É que tanto a parte do senhor era inscientemente egoísta, tanto a do escravo era inscientemente generosa. A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu

⁴⁰¹ MF, p. 190

⁴⁰² MF, p. 264

⁴⁰³ MORICONI, op. cit., p. 171.

⁴⁰⁴ Curiosamente, os engulhos da geração de 22 advêm exclusivamente do eurocentrismo.

⁴⁰⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco? *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, jan-jun 2001, p. 85-97.

⁴⁰⁶ MORICONI, op. cit., p. 170.

⁴⁰⁷ VENTURA, op. cit., p. 124.

⁴⁰⁸ SALLES, 2002, p. 313.

a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ele povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte.⁴⁰⁹

Eis aí, encapsulado nessas poucas e líricas linhas, o Brasil escravista, domínio sobre o qual reina o trono do “velho de São Cristóvão”, eis o paraíso perdido. A escravidão espalha “uma grande suavidade”, é a forma que o país “guardou”, sua “religião natural e viva”, plena de “mitos” e “encantamentos”. “Massangana” é antes de tudo o tempo da inocência, o tempo do egoísmo “insciente” do senhorzinho protegido pela também insciente e doce generosidade do escravo, mas sobretudo pelos encantamentos da escravidão. Essa idealização, por estar confinada ao momento pré-lapsariano, não pode ser tomada como a interpretação definitiva do escravismo em *Minha formação*, porque ainda no mesmo capítulo esse momento é ultrapassado. A Massangana onde a escravidão é um “jugo suave” é a infância do narrador, mas também a infância do Brasil, algo não inteiramente terminado, ao menos para o Nabuco de 1893-1900. Persiste, mesmo após a abolição, a “alma infantil” do país, que é dotado de emoções associadas à alienação autocentrada (egoísmo insciente) das crianças: “tristezas sem pesar”, “lágrimas sem amargor”, “felicidade sem dia seguinte”. “Massangana” é o éden, mas o é sobretudo no sentido de um momento-lugar de ignorância, encapsulando o pano de fundo ideológico (os mitos, lendas e encantamentos) do Brasil escravista. O conteúdo crítico da passagem parece escapar à maioria dos comentadores da obra, que insistem sobretudo na perspectiva patriarcal da qual parte o relato (o uso de expressões como “saudade do escravo” e “jugo suave” autoriza plenamente a ênfase), ignorando contudo o tom de censura, mesmo que sentimental, que é o outro lado da moeda (“A escravidão” como “característica nacional do Brasil”, cuja “alma” é “infantil” e ludibriada por “mitos” etc). O paralelismo com a passagem em que é descrito o “simulacro” do império é saliente: sucedem-se três momentos: paraíso/encantamento-conhecimento-queda. É a abolição, e não a República, o pecado original do Brasil.

Compreendemos melhor agora a contraparte real da figuração com que Nabuco descreve o desabamento da ordem imperial. O sistema parlamentar de inspiração liberal presidido por D. Pedro II pairava como um teatro, representando apenas em segundo grau, o “drama de lágrimas e esperanças que se estava representando no *inconsciente* nacional” (grifo nosso). O drama, não obstante passar-se no inconsciente (pois a consciência estava encantada

⁴⁰⁹ MF, p. 190-1.

ou ainda entorpecida pelo teatro), era justamente a agonia moral de uma sociedade pretensamente civilizada cuja base de sustentação era o escravismo. A geração de Nabuco, ao abolir a escravatura, desfigurava irremediavelmente as condições que possibilitavam o simulacro ao inserir numa arena política dominada por um jogo que manejava uma substância não correspondida adequadamente pelas justificativas ideológicas que mobilizava uma súbita coerência: o liberalismo invocado como princípio perdia, no movimento abolicionista, a qualidade “fora do lugar” que tinham as ideias europeias no Brasil, no dizer de Roberto Schwarz⁴¹⁰, que fazia da ideologia uma forma “oca”, de qualquer dado argumento empregado para justificar tal ou qual posição uma “mania entre manias”. De tal maneira que a Abolição desnudava o fundamento escravista do parlamentarismo de eleitor único bragantino precisamente no momento em que uma classe proprietária já bastante enfraquecida era o último obstáculo à República.

Voltemos a Massangana, atentando para o que ocorre depois do encantamento inicial, ou para o caminho trilhado dentro da moldura bíblica. A expulsão do éden escravista se concretiza, de maneira a reforçar o paralelismo com a queda da monarquia e com a abolição, através da deposição do rei-menino daquele simulacro de paraíso. A madrinha do protagonista morre, legando o engenho a um parente desconhecido: “Ainda hoje vejo chegar, quase no dia seguinte à morte, os carros de bois do novo proprietário... Era a minha deposição... Eu tinha oito anos.”⁴¹¹ A versão original de “Massangana”, em francês, contém um longo parágrafo omitido na tradução. Nele, Nabuco desenha um entendimento teológico da origem da escravidão que ajuda a entender as nuances de sua idealização do escravo:

S’il est une vérité morale visible dans la nature, c’est bien que le Créateur n’a pas voulu l’esclavage dans son œuvre. La liberté se confond avec le souffle même qu’il a tiré du néant, elle est un principe qui doit s’étendre dans la création aussi long que l’éther, partout, où va la lumière. De ce principe, de ce sentiment, la religion chrétienne est en effet l’affirmation suprême, puisque l’idée essentielle en est que Dieu, après avoir créé la liberté, aime mieux mourir lui-même que l’effacer de son plan ou en ébaucher un autre sans elle. Ce fut la chute qui amena l’esclavage. Pourtant, c’est la domesticité de l’homme qui sera la source renouvelée de toute bonté dans le monde, et l’esclavage deviendra un fleuve de tendresse, le plus large qui ait traversé l’histoire, si grand que tous les autres, le christianisme même compris, en paraissent des déversoirs... Le christianisme aurait certes pris une toute autre direction, si quelques-unes de ses sources ne dérivait pas de l’esclavage, car ce fut un grand flot de renoncement et d’amour que l’esclavage répandit au sein du christianisme naissant. Celui-ci a été une religion d’esclaves et d’affranchis longtemps avant de devenir la religion des empereurs, et dans le

⁴¹⁰ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, n. 3, jan 1973, p. 150-161.

⁴¹¹ *MF*, p. 194

mélange de ces origines lointaines il aura emprunté beaucoup de son essence à l'âme congénère de l'esclavage, car, tous deux, ils devaient être l'avènement des humbles et des opprimés. A la religion du rachat humain on dirait qu'il fallait des esclaves pour premiers clients. Aussi c'est dans le service désintéressé, dans l'absolue obéissance, dans la reconnaissance dévouée des esclaves, que les premières églises ont trouvé le type des rapports du fidèle avec le Christ, de même que l'humilité de l'esclave servira depuis de modèle à la plus haute dignité de l'Église – *servus servorum Dei*. Le bonheur d'être esclave a été le premier apport chrétien à l'âme antique. Un tel bonheur ne devint possible que le jour où une religion nouvelle se mit à escompter les grandeurs ambitionnées par tous en une monnaie imaginaire qui n'aura cours que dans une autre vie. Le sentiment d'égalité à venir est le vrai mur de soutènement de la cité de Dieu ; c'est lui qui relève la condition servile au sein de communautés chrétiennes jusqu'au niveau des premiers rangs. C'est du contact intime avec l'esclavage que résulta l'ambition suprême du saint, d'être l'esclave de Dieu. Cette aspiration à la perte entière de la liberté signifie que l'amour de l'esclavage a été jugé l'amour par excellence. L'esclave est un symbole comme l'agneau. Par ce moyen, le christianisme a fait porter à la plus grossière des plantes la plus superbe fleur d'humanité qui ait jamais parfumé la terre. C'est dans l'enclos des esclaves que saint Paul aura semé les premières graines de la charité. Partout ailleurs elles seraient tombées en terrain stérile.⁴¹²

A primeira tradução de *Foi voulue* (cujo original foi publicado pelo Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Provence, em 1971) também não inclui este trecho, lançando mão da tradução do próprio Nabuco⁴¹³. O que observamos aqui, que já

⁴¹² NABUCO, 2012, p. 265-266 (apêndice). “Se existe uma verdade moral visível na natureza, é que o Criador não quis a escravidão em sua obra. A liberdade se confunde com o próprio sopro que a tirou do nada; ela é um princípio que se deve estender, na criação, até onde vai o éter, por tudo aonde a luz vai. Desse princípio, desse sentimento, a religião cristã é de fato a afirmação suprema, pois a ideia essencial é que Deus, após ter criado a liberdade, preferiu ele mesmo morrer a suprimi-la de seu plano, ou traçar outro sem ela. Foi a queda que trouxe a escravidão. Não obstante, a domesticidade do homem será a fonte renovada de toda a bondade no mundo, e a escravidão se tornará um rio de ternura, o mais largo que atravessou a história, tão grande que todos os outros, inclusive o cristianismo, parecem afluentes... O cristianismo teria, com certeza, tomado direção totalmente diferente, se algumas de suas fontes não derivassem da escravidão, pois ela derramou uma torrente de abnegação e de amor no seio do cristianismo nascente. Ele foi uma religião de escravos e de alforriados muito antes de se tornar a religião dos imperadores e, na mistura de suas origens longínquas, foi-lhe emprestado da alma congênere do escravo muito de sua essência, pois ambos deviam ser a ascensão dos humildes e dos oprimidos. Dir-se-ia que, para a religião da redenção humana, eram necessários escravos como primeiros clientes. Foi também no serviço desinteressado, na obediência absoluta, no reconhecimento devotado dos escravos que as primeiras igrejas encontraram o tipo de relacionamento do fiel com o Cristo, assim como a humildade do escravo servirá posteriormente de modelo à mais alta dignidade da Igreja – *servus servorum Dei*. A felicidade de ser escravo foi a primeira contribuição cristã à alma antiga. Tal felicidade só se torna possível no dia em que uma religião nova se dispõe a descontar as grandezas ambicionadas por todos numa moeda imaginária, que não poderá circular senão em outra vida. O futuro sentimento de igualdade é o verdadeiro muro de sustentação da cidade de Deus; é ele que, dentro das comunidades cristãs, ergue a condição servil ao nível dos primeiros lugares. É do contato ínfimo com a escravidão que resultou a ambição suprema do santo: ser escravo de Deus. Essa aspiração da perda total da liberdade significa que o amor do escravo foi julgado como sendo o amor por excelência. O escravo é um símbolo como o cordeiro. Dessa maneira, o cristianismo fez com que nascesse, da mais tosca das plantas, a mais sublime flor da humanidade que jamais perfumou a terra. Foi no círculo dos escravos que São Paulo semeou os primeiros grãos da caridade. Noutra lugar qualquer eles teriam caído em solo estéril”. NABUCO, Joaquim. *A desejada fé* – *Mysterium Fidei*. Tradução: Ruth Sylvia de Miranda Salles. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010, p. 9-10.

⁴¹³ NABUCO, Joaquim. *Minha fé*: *Mysterium Fidei*. Recife: Editora Massangana, 1985, p. 26, 32.

se insinuava anteriormente, é uma analogia entre o ato de se doar à causa abolicionista e a salvação como compreendida no cristianismo. Isso será melhor compreendido ao analisarmos outra passagem do texto de onde “Massangana” foi extraído. O narrador, em “Massangana”, é muito mais um “eu” íntimo e beato do que o “eu” público e oratório de *Minha formação*, de forma que pode ter parecido ao autor que o trecho não refletia o espírito do livro em português. Contudo, há mesmo assim um desnível tonal entre “Massangana” e o restante do livro. Isto porque “Massangana” funciona em *Foi voulue* como instante seminal de um movimento que só se concretizará na maturidade. O que *Foi vouule* nos ajuda a compreender aqui é a presença constante das escrituras bíblicas no pensamento do Nabuco pós-conversão católica. Ao se tornar católico, Nabuco passou a ver sua vida pregressa como uma vida cristã, na qual a concupiscência e a queda são vivenciadas por cada um, mas para a qual a salvação se oferece, na forma do sacrifício em nome do próximo:

Nós devemos tudo, absolutamente tudo, a Deus que nos criou, mas ele, pelo seu lado, é considerado como o devedor de sua criatura, quando pagou por ela sua dívida infinita. Uma tal imolação tem dois efeitos consideráveis: primeiro, cria uma obrigação maior do homem para com Deus, depois, impõe o sacrifício total do homem pelo homem. A morte de Deus faz da humanidade um só corpo. Se Deus morre por ela, qual seria a vida preciosa o bastante para lhe ser recusada daí por diante? São Paulo descobre a mola principal do Cristianismo quando diz que ninguém chegará ao Cristo a não ser por seu próximo e que só fazendo o que Cristo fez seremos membros de sua Igreja.⁴¹⁴

Retornemos, agora, ao parágrafo omitido da tradução de “Massangana” que aparece em *Minha formação*. É esse mesmo movimento de imitação da vida de Cristo que ali se desenha. O instituto da escravidão é perverso em sua origem: trata-se de uma consequência da queda. O exercício indevido da liberdade – plano inicial de Deus para a humanidade – por Adão e Eva dará origem ao cativo, já fora do éden. A domesticação do homem, contudo, produz a devoção do escravo, cujo amor abnegado ao senhor – o amor por excelência – será, em tempos romanos, o terreno onde primeiro germinarão as sementes do Cristianismo, pois somente a alma pura do escravo, naquele momento, é capaz de se sujeitar à salvação. A escravidão, fruto da maldade humana a ser extirpado, é também o germen da salvação, daí o seu caráter dual. O escravo é o que sobrou da bondade humana, um transbordamento da queda, por isso a escravidão da infância (alienada) se afigura ao narrador menino como edênica. A salvação da humanidade só será possível, portanto, quando terminar o cativo. A plena realização disto se dá quando, mais velho, o narrador volta ao engenho:

⁴¹⁴ NABUCO, Joaquim, *A desejada fé*, op. cit., p. 97.

O engenho apresentava do lado do “porto” o aspecto de uma colônia; da casa velha não ficara vestígio... O sacrifício dos pobres negros que haviam incorporado as suas vidas ao futuro daquela propriedade, não existia mais talvez senão na minha lembrança... Debaixo dos meus pés estava tudo o que restava deles, defronte dos *columbaria* onde dormiam na estreita capela aqueles que eles haviam amado e livremente servido, ali, invoquei todas as minhas reminiscências, chamei-os a muitos pelos nomes, aspirei no ar carregado de aromas agrestes, que entretém a vegetação sobre suas covas, o sopro que lhes dilatava o coração e lhes inspirava a sua alegria perpétua. Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória. Não só esses escravos não se tinham queixado de sua senhora, como a tinham até o fim abençoado...⁴¹⁵

“Da casa velha não ficara vestígio”: o paraíso não é mais, resta dele apenas a lembrança e a constatação do sacrifício análogo ao de Cristo a que se submeteram os escravos de sua infância. A frustração ao reencontrar o cenário da infância destruído resulta em catarse. O narrador conclui que o caminho de sua salvação é entregar-se à compensação pelo sacrifício dos “Santos pretos”⁴¹⁶: a luta abolicionista. Já ao final do livro, o tema bíblico é retomado. Em “Os últimos dez anos (1889-1899), a conversão católica é comparada à aparição da pomba após o dilúvio, sinalizando a possibilidade de regeneração moral após o desmoronamento do mundo imperial: “De 1892 a 1893 (...) a religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa indefinível da fé, para mim verdadeira pomba do dilúvio universal, trazendo o ramo da vida renascente...”⁴¹⁷

A caracterização encantada do império brasileiro e sua instituição principal, a escravidão, como éden alienado da realidade podre – da podridão da política oligárquica, da crueldade cativoiro – é a ambiguidade central do autorretrato que Nabuco elabora em *Minha formação*⁴¹⁸. Não se pretende aqui levar adiante uma tese anacrônica segundo a qual Nabuco seria “na verdade”, “no fundo” um defensor enrustido da escravidão, ou ainda, alternativamente, um republicano incapaz de se assumir como tal devido aos limites ideológicos do Brasil escravista – a afirmação do poder dos “encantamentos” da escravidão demonstra que o autor pôde ele próprio ultrapassá-los e denunciá-los com grande articulação – muito ao contrário do que sugerem Moriconi e Azevedo⁴¹⁹. A nostalgia da escravidão é

⁴¹⁵ MF, p. 195.

⁴¹⁶ MF, p. 196.

⁴¹⁷ MF, p. 253.

⁴¹⁸ Em *Nostalgia Imperial*, Ricardo Salles estenderá essa ambiguidade à nostalgia que segmentos da sociedade brasileira sentem, nos dias de hoje, do tempo do império.

⁴¹⁹ É essencial ressaltar que não se sugere que Nabuco fosse dotado de uma clarividência providencial. A descrição de um escravismo benévolo (que o é sobretudo da parte do escravo) é de fato uma evidência do

também a nostalgia do império e da infância: da inocência, do idílio produzido por um egoísmo insciente, e se insere na figuração cristã da própria vida. Notamos aqui, contudo, que não só a vida individual é inserida nesse esquema de salvação cristã, mas também toda a história da humanidade⁴²⁰. É o que observamos nas considerações que o narrador tece em torno da abolição da escravatura no Brasil.

Ressaltemos aqui que o fenômeno que viemos descrevendo, que acreditamos ser característico sobretudo daquele que identificamos como o terceiro bloco temático do livro não está, a nosso ver, estreitamente conectado, na qualidade de elemento constitutivo do projeto autobiográfico, ao edenismo que marca a descrição da paisagem brasileira em “Atração do Mundo”. Isto porque lá, como vimos, o éden é tido como um dado intransponível, enquanto que, nas passagens comentadas nesta seção, ele é apenas o ponto de partida de um trajeto que se conclui com a salvação – para Nabuco, o ativismo abolicionista seguido de conversão religiosa; para o Brasil, a Abolição é ao mesmo tempo queda e começo de um trajeto inconcluso de redenção nacional. Enquanto que o paraíso do início do livro antecede as “primeiras lágrimas do homem” e é “terrestre”, em “Massangana”, ele já está “perdido”. A tese nos parece ser reforçada pelo fato de que, como vimos, o edenismo com que se descreve a natureza em “Atração do Mundo” está ausente de “O Barão de Tautphoeus”, onde, fosse aquele um motivo que houvesse perpassado o projeto de Nabuco do início ao fim, teria sido ali resgatado. Também não há edenismo desse mesmo tipo em “Massangana”, o que fundamenta ainda melhor nossa tese: ali a natureza é um elemento-chave na recriação da atmosfera sensorial-psicológica da infância, mas não é ela que faz daquele lugar um “paraíso perdido”, mas a experiência da queda, inteiramente estranha à figuração da paisagem americana como Éden. A inspiração bíblica do terceiro bloco, por outro lado, traz esse motivo já nos capítulos da *Revista Brasileira* e é em muito reforçado por “Massangana”, o que levanta a possibilidade de que aqueles capítulos já haviam sido escritos em preparação para a

contrário; contudo, o que tentamos demonstrar é que ela se insere num vértice narrativo que dá origem ao abolicionismo de Nabuco, mediado estilisticamente pela ideia de queda. As leituras às quais nos opomos deixam escapar que “Massangana” não é uma negação do abolicionismo, mas sua justificação simbólica. O trecho seguinte ao do “suspiro indefinível que exalam as nossas noites do Norte”, onde há a caracterização que tanto nos incomoda (como nos incomodará também a sensualidade romanesca da escravidão de *Casa grande & senzala*), é também um reconhecimento deliberado do efeito dos encantamentos da escravidão sobre o narrador: “Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a na dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte... (...) Nessa escravidão da infância não posso pensar sem um pesar involuntário.” *MF*, p. 191. Observe-se o nítido contraste entre as “tristezas sem pesar” da “alma infantil” da nação e o “pesar involuntário” do Nabuco maduro, sabedor da ingenuidade infantil da escravidão doce de “Massangana”.

⁴²⁰ Num curioso movimento inverso, há em “Atração do mundo” a submissão da própria vida à história das religiões: “Nesse tempo, porém, na minha era antes de Cristo, em pleno politeísmo da mocidade, o mundo inteiro me atraía por igual; cada nova fascinação da arte, da natureza, da literatura e, também, da política, era a mais forte; eu quisera conhecer as celebridades de todos os partidos” (*MF*, p. 69).

adição posterior desse capítulo. Parece-nos que, se não foi esse o caso, certamente uma releitura de “Massangana” influenciou a redação desses capítulos, pois, lembremos, todos eles constam da edição de fevereiro de 1899 da *Revista*, cuja data exata de publicação desconhecemos, mas não terá sido anterior a 31 de janeiro daquele mesmo ano, de quando data a entrada do diário na qual Nabuco diz ter terminado de copiar seu livro sobre religião⁴²¹. É válido supor, portanto, que o esquema narrativo de inspiração bíblica, que se insinua como sentido geral da obra, é uma inovação da penúltima fase da escrita do texto, pois, mesmo que haja figurações bíblicas em passagens anteriores (como na comparação entre o presidente do conselho e o alto sacerdote), isto só passa a fundamentar a narrativa a partir de “Eleição de deputado”, segundo capítulo do terceiro bloco (e o primeiro a ser publicado na *Revista*).

4. A abolição e suas leituras

O capítulo “A abolição” apresenta uma narrativa do evento-título dotada de excepcional sobriedade analítica, demonstrando uma preocupação em expor as forças sociopolíticas subjacentes ao movimento abolicionista e sua realização na institucionalidade. Nabuco escreve aqui com ares de cientista social:

A causa abolicionista exercia sua sedução sobre a mocidade, a imprensa, a democracia; era um *imperativo categórico* para os magistrados e os padres; tinha afinidades profundas com o mundo operário e com o exército, recrutado de preferência entre os homens de cor; operava como um dissolvente sobre a massa dos partidos políticos, cujas rivalidades incitava com a honra que podia conferir aos estadistas que a empreendessem, e à própria dinastia inspirava de modo espontâneo o sacrifício indispensável para o sucesso.⁴²²

Enumeram-se cinco “concursos” que “cooperaram” para a Abolição. O ponto de vista, ainda que aristocrático, de sobrevoos, dando crédito aos senhores que por iniciativa própria teriam libertado seus escravos, não deixa de destacar também aos agitadores que “se propunham a (sic) destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores”. Por fim cita, como se esperaria de um abolicionista do parlamento, lembra o papel dos estadistas, dos legisladores, da dinastia⁴²³. Passa-se em revista o conjunto dos abolicionistas, incluindo exaltados e moderados, citam-se os focos regionais de atividade abolicionista. Contrapondo-se ao que vê como uma narrativa então corrente que

⁴²¹ *Diários*, p. 400.

⁴²² P. 197.

⁴²³ *MF*, p. 197-8.

cristalizou o papel dos atores excluídos do círculo imperial, fazendo do Parlamento mero eco da pressão das ruas, o narrador pondera:

Mais tarde é que entram Rebouças, Patrocínio, Gusmão Lobo, Menezes, Joaquim Serra... Isto não é apurar a data dos primeiros escritos abolicionistas de cada um; os meus, por exemplo, datavam da Academia... É reivindicar para a Câmara, para o Parlamento, a iniciativa que se lhe tem querido tirar nesta questão, dando-se-a ao elemento popular, republicano...⁴²⁴

O balanço final unirá os “cinco concursos” socialmente sustentados a um concurso de três “espíritos”: o liberal, o governamental e o revolucionário, este último personificado em José do Patrocínio, e que teria acabado por dominar os dois primeiros⁴²⁵. Seu breve retrato, de tom negativo mas não exatamente ressentido, representa a fase final da crise do império. Lido atualmente, poderá soar quase como elogio:

Patrocínio é a própria revolução. Se o abolicionismo no dia seguinte ao seu triunfo dispersou-se e logo depois uma parte dele aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício, é que o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces... Patrocínio foi a expressão da sua época; em certo sentido, a figura representativa dela...⁴²⁶

A narrativa da Abolição em seu capítulo-título, não obstante negar qualquer subjetividade histórica ao escravo, ou qualquer efetividade de suas formas de resistência (elas são citadas como atizadas por agitadores livres)⁴²⁷, surpreende pela compreensão e exposição esquemática do processo político como interação entre agentes socialmente situados, assim como ocorre n’*O Abolicionismo*. Também surpreendente é a subsequente apresentação de uma para-narrativa, no capítulo seguinte (“A parte da dinastia”). Ali, o narrador parece tomado por um desejo de conferir à dinastia a responsabilidade última pela abolição. A para-narrativa se despe do cunho proto-sociológico da narrativa e deposita toda a agência na Princesa Imperial. A abolição aqui será um sacrifício – voluntário – da dinastia reinante. Tamanha é a generosidade e a fatalidade trágica com que ele se dá que o narrador supõe que a antiga escravaria abriria mão da emancipação coletivamente para evitá-lo:

⁴²⁴ MF, p. 200.

⁴²⁵ MF, p. 211.

⁴²⁶ Loc. cit.

⁴²⁷ Para uma visão mais recente do debate em torno desta questão, ver os três primeiros capítulos de GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991. Por razões outras que as de Nabuco, Gorender (cap. 3) está entre aqueles que entendem que a alienação do escravo no Brasil agroexportador era tal que ele não era capaz senão das formas mais rudimentares de resistência.

Tenho convicção de que a raça negra por um plebiscito sincero e verdadeiro teria desistido de sua liberdade para poupar o menor desgosto aos que se interessavam por ela, e que no fundo, quando ela pensa na madrugada de 15 de novembro, lamenta ainda um pouco o seu 13 de maio. Não se poderia estar em contato com tanta generosidade e dedicação sem lhe ter um pouco adquirido a marca. Desde a dinastia, que tinha um trono a oferecer, ninguém que tenha tomado parte em sua libertação, o lastimará nunca.⁴²⁸

O sacrifício é iniciativa própria da princesa, que “se decidiu ao seu grande golpe de humanidade”, sabendo “tudo o que arriscava”. Fazia “um bem universal”, sem dar ouvido a “presságios”, entregou-se “inteiramente nas mãos de Deus”. Completava assim a missão dos Bragança nos trópicos. O primeiro monarca fizera a independência, o segundo, “a unidade nacional”, “por último, sua filha renunciava virtualmente ao trono para apressar a libertação dos últimos escravos”. “O 15 de novembro não é uma queda, é uma assunção”⁴²⁹.

A aparente contradição (este termo parece mais apropriado aqui do que ambiguidade) entre narrativa e para-narrativa aponta, certamente, na direção do efeito moral-psicológico da proclamação da República sobre Joaquim Nabuco. A frustração foi tamanha que a comemoração do triunfo de sua causa teria que ser compensada com um réquiem (talvez um *Te Deum*, ou ainda um *miserere mei Deus*) para sua vítima colateral – não apenas a monarquia, mas o ambiente moral propiciado por sua parafernália simbólica, que revestia com a dignidade de um véu encantado a mesquinhez da política oligárquica. Se Nabuco sentiu remorso, como o teriam sentido os libertos pela redentora a quem ele toma a liberdade de atribuir o desejo de voltar ao cativeiro, tenta escondê-lo. O narrador de *Minha formação* não se arrepende nem um pouco, tudo que de ruim aconteceu foi uma fatalidade: “Ah! Decerto o trono caiu e muita coisa seguiu-se que me podia fazer pensar hoje com algum travo nesses anos de perfeita ilusão... mas não, devia ser assim mesmo...”⁴³⁰. O capítulo se conclui com um *mea culpa* ao avesso:

Que seria feito na história da lenda monárquica brasileira se no mesmo dia se tivesse proclamado a República e a Abolição? Gratidão infinita pelo 13 de maio, isso, sim, lhe devo e deverei sempre; nunca, porém, reparação de um dano que não causei.⁴³¹

⁴²⁸ MF, p. 214.

⁴²⁹ MF, p. 216.

⁴³⁰ MF, p. 214.

⁴³¹ MF, p. 217.

O interlocutor desses trechos é a princípio (mas não somente) um leitor situado na conjuntura de 1900, quando o livro foi publicado, talvez mais precisamente um colega monarquista que visse no ativismo abolicionista de Nabuco um “concurso” que teria “cooperado” para o 15 de Novembro – certamente ele conheceu quem pensasse assim⁴³², e a ênfase no ressentimento escravista como causa da deposição dos Bragança é outra reação a essa interpretação. O realce simultâneo do papel da dinastia e das instituições entre os concursos que catalisaram a Abolição – o “espírito de governo” e a iniciativa do parlamento – serve ainda de contraponto a potenciais objeções dos republicanos e radicais que viram na abolição a simples capitulação da esfera institucional à pressão da sociedade civil (o próprio narrador apresenta o ponto de vista e o contesta).

A distância entre a narrativa da abolição como triunfo e a sua para-narrativa como sacrifício pode ser com alguma segurança atribuído aos sentimentos conflitantes do autor quanto ao significado dos acontecimentos. Contudo, ela cumpre um papel conciliador entre essas duas visões aparentemente contrárias – ele parece nos dar oferecer duas leituras, correspondentes a diferentes necessidades do narrador, conflitantes por causa da natureza aporética de seus sentimentos a respeito daquele processo histórico no qual se envolvia com tamanha paixão e que a seu ver resultara, pouco depois, naquilo que significaria a *débâcle* de sua carreira política⁴³³. A tentativa de reivindicar o protagonismo do parlamento, seguida de uma narrativa de sacrifício da dinastia, terminando com sua “assunção”, justificando assim a interpretação da República como “dano que não causou”, transborda ainda uma tonalidade política, neste caso, talvez, uma política “com p pequeno” travada entre o autor e alguns de seus leitores. Nabuco quer para si os louros do triunfo da abolição; contudo, reclamá-los sem prestar conta das consequências políticas que ela ensejou significaria uma adesão implícita à República. A para-narrativa tenta compensar o problema ao tender para o outro polo da tensão. Ela não desdiz a narrativa anteriormente exposta, o que ela faz é compor o segundo

⁴³² É claramente em resposta a uma percepção de estar sendo atacado tanto na frente monarquista quanto na republicana que Nabuco dirá em entrevista ao *Jornal do Brasil* de 11 e 12 de dezembro de 1899, quando já estava em Paris: “A minha vida pública é o reflexo da minha própria inspiração e cultura e não da pressão ou compreensão alheia. Apud NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928, p. 349.

⁴³³ Georges Gusdorf aponta para a desestabilização moral-psicológica que resulta da inevitável auto-confrontação do indivíduo no processo autobiográfico: “The subject who seizes on himself for object inverts the natural direction of attention; it appears that in acting thus he violates certain secret taboos of human nature. Sociology, depth psychology, psychoanalysis have revealed the complex and agonizing sense that the encounter of a man with his image carries. The image is another ‘myself’, a double of my being but more fragile and vulnerable, invested with a sacred character that makes it at once fascinating and frightening. Narcissus, contemplating his face in the fountain's depth, is so fascinated with the apparition that he would die bending toward himself. According to most folklore and myth, the apparition of the double is a death sign.” GUSDORF, op. cit., p. 32.

ato de uma exposição barroca, dialética, com o intuito de acomodar as contradições de seu posicionamento político. Se a operação for bem-sucedida, e aqui a pergunta se sujeita a um interessante debate do qual este trabalho não dará conta, Nabuco (o autor) retém os louros da abolição e ao mesmo tempo afasta de si o estigma de “causa” da República; concilia a amizade de monarquistas com a admiração de republicanos. Produz uma verdade do real imediato e outra que o transcende⁴³⁴, cada qual servindo a um propósito. No plano político material, memória do abolicionismo; no plano simbólico, memória do sacrifício redentor da dinastia. Esta divergência não pode ser atribuída à paralaxe temporal da visada de si, dado que os capítulos em questão constam ambos de uma mesma fase da escrita, como ficou demonstrado no capítulo anterior. Estamos transitando aqui, é evidente, na dimensão característica da autobiografia que Georges Gusdorf chamou de “apologética ou teodiceia” do narrador⁴³⁵. Em que pese a eloquência com que Nabuco descreve os esforços coletivos e sua participação individual no abolicionismo, parece-nos que a narrativa de sacrifício e assunção da monarquia é a que se insinua como interpretação definitiva, já que ela vê a ação monárquica como o elemento principal na inserção do evento no esquema etiológico de interpretação da História em analogia com as etapas da vida de Cristo. A ação “terrena” dos movimentos políticos e sociais seria, então, apenas o plano inferior, ainda que relevante, do desenrolar da História, enquanto a ação divina da coroa estaria dotada dos predicados simbólicos que validam o esquema. Como notou Ricardo Salles, Nabuco busca aqui resgatar a centralidade da narrativa cívica imperial, tanto no âmbito local como no da história universal⁴³⁶. Aí, então, não se trataria tanto de uma conciliação de proposições opostas quanto de dois elementos co-dependentes, ainda que desiguais, de um mesmo processo.

O conflito entre os princípios monarquistas e o desejo ou necessidade de reingresso na vida pública se manifestará e será passado a limpo (ou assim se tentou), como já havíamos ressaltado anteriormente, no capítulo final, o último a ser escrito – talvez por isso Maria Alice Rezende de Carvalho⁴³⁷ observe que ele foi “redigido ao sabor da conjuntura”. É importante

⁴³⁴ A coexistência de um mundo material com um mundo simbólico, sendo ambos igualmente constitutivos da subjetividade, em Nabuco, é exemplarmente exposta em carta a Graça Aranha quando de sua nomeação por Rio Branco à embaixada de Washington. Em 5 de janeiro de 1905, Nabuco escrevia ao amigo: “Para nós 1905 começa por uma desapropriação por utilidade pública, mas em consciência não sinto o despejo. Ninguém sabe o que lhe convém mais; os maiores destinos, em diversos casos das maiores obras (veja *Os Lusíadas*), resultaram muitas vezes de remoções forçadas. Possa ser este também um caso, pelo menos nacional do *fata viam inveniunt* [‘os destinos encontram um/o caminho’, citação da *Eneida* de, Virgílio]. Quando digo remoção forçada não quero dizer que o Paranhos [Rio Branco] não me tivesse deixado a opção material, não me deixou, porém, a moral ou patriótica.” NABUCO, Joaquim. *Cartas* (v. 2), p. 202.

⁴³⁵ GUSDORF, op. cit., p. 38.

⁴³⁶ SALLES, 2002, p. 180.

⁴³⁷ CARVALHO, op. cit., p. 222.

relembrar, a esse respeito, que os capítulos que tratam da abolição (XIX, XXI, XXII e XXIII) foram todos publicados pela primeira vez em fevereiro de 1899 na *Revista Brasileira*⁴³⁸, ou seja, quando Nabuco ainda não aceitara, mas possivelmente já considerava retornar à diplomacia⁴³⁹. É possível, portanto, eles tenham sido escritos por um Nabuco simultaneamente preocupado em manter seus princípios monarquistas e demonstrar uma abertura à república, elaborando uma narrativa que possibilitaria, como propõe Ricardo Salles, seu reingresso na vida pública⁴⁴⁰. Vale notar, ainda, que o capítulo sobre seu preceptor, Tautphoeus, inédito até a publicação do livro em 1900, guarda um monarquismo retoricamente muito mais afetivo e nostálgico e menos combativo do que os trechos anteriores onde encontram-se as apreciações doutrinárias a respeito dos regimes de governo (especialmente em “Bagehot”, “A influência inglesa”, “Nova York”, “O meu diário de 1877” e “Traços Americanos”). Há, portanto, algum “sabor de conjuntura” na porção do livro que trata da abolição. Em menor grau, ele se estende à totalidade de *Minha formação*, dando-lhe uma dimensão de instrumento político de conciliação entre um monarquismo de princípios, embora não “legitimista” (lembramos que que, não por acaso, o legitimismo francês já é caracterizado negativamente nos comentários dedicados especificamente à conjuntura política da França), e uma aceitação do chamamento da nação, agora tida como irreversivelmente republicana.

Seria-nos possível, depois de termos percorrido o livro identificando alguns motivos que ali aparecem à procura dos sentidos para os quais sua elaboração poderia apontar, ensaiar uma balanço geral da obra, não obstante a multiplicidade dos pontos de vista, às vezes contraditória ou ambíguos, ali presentes? Considerando o desenvolvimento prévio de nossa análise, não seria honesto afirmar que encaramos essa hipótese sem uma boa dose de ceticismo. Acreditamos ter demonstrado no capítulo anterior que, ao longo do trajeto narrativo da autobiografia, a concepção que Nabuco tinha do que estava a fazer sofreu algumas alterações significativas. Isso se manifesta, quando tomamos o texto como um todo, na forma de uma certa rarefação do eixo da narrativa, que não parece obedecer a um esquema claramente orientado de um ponto inicial a outro, final. Neste capítulo, pudemos observar

⁴³⁸ *Revista Brasileira*, v. 17, n. 86, fev. 1899, p. 168-197.,

⁴³⁹ Em 2 de janeiro, Tobias Barreto oferecia a Legação de Roma a Nabuco (*Diários*, p. 400). Dali a um mês, a 3 de março, Nabuco aceitava o convite do ministro das Relações Exteriores Olinto de Magalhães para a chefia da missão especial do arbitramento da Guiana (p.401).

⁴⁴⁰ SALLES, 2002, p. 180.

como, em diversos momentos, a voz enunciativa transpira dualidade, às vezes, contradição. Algumas dessas, como aquela entre a política e as letras, podem ser ao menos parcialmente atribuídas a essa instabilidade do projeto autobiográfico. Outras, porém, perpassam a própria instância da enunciação e são constitutivas da identidade narrativa que ali se põe. É esse, proeminentemente, o caso daquela entre “sentimento” brasileiro e “imaginação” europeia. Também é no presente da escrita que se manifesta a instabilidade que caracteriza a leitura que Nabuco faz da Abolição perto do final livro, a qual podemos afirmar ser dilacerada pelas contingências ideológicas do narrador, na qual este recorre a uma solução bifurcada em virtude da impossibilidade de expor seus sentimentos e sua visão de um acontecimento do qual participara numa só chave. Ainda assim, a persistência de certos motivos na narrativa sugere que há ao menos tentativas de submeter o todo da vida a algum esquema produtor de sentido.

Parece-nos, entretanto, que isso só pode ser compreendido se relativizarmos a ideia de intenção, renunciando à procura de um eixo único a orientar a narrativa, optando alternativamente por vetores de construção de sentido paralelos que perpassam desigualmente os capítulos o livro. É bem verdade que, ao final, há a tentativa de concluir, retomando a ideia, já anunciada nos primeiros capítulos, de um movimento da política em direção às letras, mas isso não reflete adequadamente todas as dimensões formativas que aparecem ao longo do livro. Um esquema mais abrangente parece-nos aparecer somente com a introdução de “Massangana”, onde toda a conduta ética do protagonista passa a se explicar por uma moldura teológica. É o que Nabuco parece propor ao dizer que Massangana é seu “oráculo íntimo”, ao qual recorre para guiar-se ao longo de sua vida; e, também, ao introduzir o capítulo afirmando que “o traço todo da vida é para muitos um desenho de criança esquecido pelo homem, mas ao qual ele terá sempre que se cingir sem o saber”⁴⁴¹. Nabuco o sabe, pois “Massangana” é precisamente esse desenho. Isso seria suficiente como sentido geral da obra, porque pode ser aplicado retrospectivamente (no plano da obra, progressivamente no plano cronológico) à porção anterior do livro. Como observa Ricardo Benzaquen de Araújo, ali se desenha uma “base fixa e sólida” para a personalidade, enquanto que no decorrer da vida pode haver alterações numa “extremidade flexível e relativamente flutuante”⁴⁴², ou, nas palavras de Luiza Lorangeira da Silva Mello, “plástica”⁴⁴³, numa solução compatível com a ideia do “círculo

⁴⁴¹ MF, p. 187.

⁴⁴² ARAÚJO, 2009, op. cit., p. 13.

⁴⁴³ MELLO, 2013, op. cit., p. 283.

hermenêutico”⁴⁴⁴ entre caráter e narrativa, do qual fala Ricœur. Porquanto possa essa sistematização satisfazer à pergunta inicial, ela não se reflete ao longo de todo o texto. Já poderíamos ter observado essa mesma “base fixa” em “Bagehot”, ou em “Londres” e “32, Grosvenor Gardens”. Nabuco parece, nos anos após sua conversão católica, entender que é a ideia de Deus que constitui essa base, a “primeira natureza” a partir da qual os diversos impulsos vitais conduziram o desenrolar da vida, como se pode notar nesta entrada de seu diário, datada de 3 de janeiro de 1900, quando *Minha formação* estava quase terminado:

Carolina, minha filha, parece dever ser a quintessência da ternura. “Ah, papai, se eu pudesse passar a minha vida toda abraçando e beijando papai, como eu seria feliz!” Pobrezinha! “Mas tu tens muito que aprender na vida. Deus quer que saibas muitas coisas, para te aperfeiçoares”. “E então eu não aprendia *tudo* ficando assim ao lado de meu papai?!” E parece-me nesses instantes que eu passo para ela (por intermédio de Deus, que é a fonte de tudo), como impulso, ação espontânea, necessidade natural de expandir-se, a bondade, a ternura, que em mim é hoje a *ideia* final, resultante da suprema experiência e da vida, inútil talvez para mim se não tivesse, como confio de Deus, a utilidade (tão grande que esse pensamento, essa possibilidade é quase um êxtase) de poder eu transmiti-la a *elas* como *primeira natureza*.⁴⁴⁵

Há, porém, certa volubilidade na eleição das influências formativas (o que reflete o caráter de impulso acima mencionado); como podemos perceber quando, após mais de vinte capítulos citando diversas figuras importantes, chega-se, com alguma surpresa, à declaração de que o barão de Tautphoeus foi a mais decisiva “influência singular”. O frequente uso de superlativos e hipérboles, característico da prosa de Nabuco, acaba por turvar nossa apreensão de sua ideia de si mesmo. A base de sua personalidade ou identidade narrativa, parece-nos, possui um núcleo primário, mas não é tão fixa assim. A procura por ela, entretanto, ao perpassar diferentes momentos do texto, parece ser, ela própria, um elemento-chave na concepção nabuquiana da vida autobiográfica. Não havendo uma fixidez absoluta nos locais onde ela é encontrada, o círculo hermenêutico, cujo diâmetro opõe caráter e narrativa⁴⁴⁶, adquire um movimento ascensional e se transforma, se assim pudermos adaptar a expressão de Ricœur, numa espiral hermenêutica⁴⁴⁷, na qual a narrativa, ela própria, faz emendas ao que estabelecera anteriormente como a base do caráter. A vida interpretada e narrada ao longo do

⁴⁴⁴ RICŒUR, 2010, p. 421.

⁴⁴⁵ *Diários*, p. 412.

⁴⁴⁶ RICŒUR, 2010, p. 421.

⁴⁴⁷ Não propomos aqui qualquer espécie de inovação em relação à concepção que o autor tem do referido círculo; ressaltamos apenas que, ao dotarmos a imagem de uma terceira dimensão, esclarecemos o efeito transformador da poética da narrativa sobre a dinâmica ali ilustrada, que se dá de maneira tal que o percurso iterado do círculo no exercício auto-narrativo não conduz a um retorno ao ponto inicial, mas a uma posição a ele justaposta, num patamar diferente.

livro por Nabuco é uma só. Ocorre que, em virtude das mutações transcorridas na identidade narrativa do autor durante período da escrita do livro, os mesmos fatos e afetos são observados de diferentes pontos de vista, numa variedade determinada por isto que nos pareceu adequado denominar, no início do capítulo anterior, uma paralaxe temporal da visada de si, interna ao texto. Num primeiro momento, estávamos concentrados sobretudo na diferença explícita entre a voz do narrador e os excertos de diários e cartas. Aqui, como já fizéramos pouco depois de propor a ideia, queremos ressaltar que essa paralaxe se dá no movimento da própria narração, não sendo necessariamente intencional. Resulta, assim, uma “poética da poética”: tenta-se dizer o “quem” da vida narrando suas ações poeticamente, num narrar que, ao se transformar no seu decurso, diz algo para além do que é se pode depreender tomando isoladamente a instância enunciativa, algo apreensível somente quando atentamos para o movimento da voz enunciativa ao longo do texto. É evidente que não se deve presumir que todo leitor de *Minha formação* terá plena consciência desse fenômeno. Acreditamos, ainda assim, que ele imprime sua marca sobre a leitura, que, quando atenta, não poderá deixar de reter algo do rastro deixado pelo percurso temporal da voz do narrador em sua identidade, mesmo que isto se manifeste tão somente como uma sensação de que o narrador, tendo feito ao longo de seu relato uma série de promessas de que traria alguma verdade final a seu respeito, acabou por abandonar o leitor à própria sorte, ou que só logrou cumprir a última delas.

VI. Considerações finais

Este trabalho procurou dar a *Minha formação* um tratamento metodológico que tivesse por eixo principal a problemática autobiográfica. No primeiro capítulo, havíamos optado por operar com um conceito de identidade atrelado à ideia de narrativa. A proposta perpassou nossa análise, apesar de ter permanecido em boa medida implícita. Por isso a retomamos neste breve balanço final de nossa pesquisa. O leitor de *Minha formação* que tenha iniciado sua leitura desejoso de conhecer melhor a figura de Joaquim Nabuco pode terminar o livro um tanto decepcionado com a parcialidade ou lacunaridade da narrativa, como foi o caso de Gilberto Freyre, que repreende o caráter apolíneo do livro, que teria deixado escondido todo o lado dionisíaco que marcara a juventude do autobiógrafo, marcada por momentos de radicalismo político e um bom número de aventuras amorosas⁴⁴⁸.

De fato, o que encontramos no livro não parece ser Joaquim Nabuco em sua totalidade, mas uma personagem, ainda que não exatamente fictícia. Esse Nabuco que *Minha formação* nos apresenta não é, contudo, ele próprio, uma unidade de contornos precisos. Isto porque, como tentamos demonstrar, particularmente no capítulo referente à composição da obra, que o projeto autobiográfico que resultou no livro sofreu alterações ao longo da redação do texto. A identidade desse sujeito que o livro contém, a qual adjetivamos como narrativa por não se sustentar a partir de um critério de mesmidade, mas de ipseidade, é uma que não tem sequer a pretensão de apresentar um retrato completo de si. Apesar disso, *Minha formação* não deixa de ser uma autobiografia um tanto convencional. A sugestão, feita pelo próprio Nabuco, no prefácio, de que não há uma tentativa de fixar ou “uniformar” seu espírito, é um indicativo de que ele tomava esse aspecto de seu texto como algo natural, o que nos é bastante surpreendente, visto que toda a empreitada havia iniciado com a intenção de clarificar suas “ideias imperfeitas”.

A identidade narrativa de Nabuco, conquanto procure dar alguma forma e sentido a sua vida, como é característico da autobiografia, o faz sempre sob uma determinada perspectiva, que se vai movendo e transformando ao longo do processo da escrita, admitindo não apenas a mutabilidade da história de sua vida, mas as diferenças entre as posições a partir das quais observa o passado ao longo de sua caminhada autobiográfica. No livro como um todo, a forma e o sentido que se insinuam com maior vigor são aqueles delineados pela conversão religiosa. Isso, contudo, só chega ao livro em seu estágio final, tanto no que se

⁴⁴⁸ FREYRE, op. cit., p. 10-11.

refere à disposição dos capítulos, quanto no plano da vida, quanto no plano cronológico de elaboração do texto, já que o esquema aparece pela primeira vez nos capítulos da *Revista Brasileira* e só ganha a sua dimensão final de eixo da narrativa com “Massangana”, que só veio a ser adicionado a *Minha formação* na terceira e última etapa de escritura. Em toda a parte anterior do livro, o “desenho de criança” que encontraremos em “Massangana” não aparece, nem mesmo de maneira implícita. Antes de “Massangana”, o livro é outro, conta outra história. Nem por isso devemos entender que o sentido que ali pode haver está submisso ao que emerge depois. O que notamos, portanto, é um trajeto poético, ao longo do qual acompanhamos o aflorar de diferentes formas e sentidos para a vida. Isto porque, afinal o livro seria menos do que é se procurasse dizer o todo da vida sob uma única perspectiva. Poderíamos aí identificar uma frouxidão, uma incoerência, uma deformidade. Não é assim, porém, que o próprio autor parece ler seu livro, ou, se lê, esse aspecto não é tomado como evidência de um fracasso. Se não logrou ali exprimir completamente sua vida, é porque isso não seria mesmo possível, como parece sugerir a já citada entrada do diário de Nabuco no dia em que recebeu os exemplares recém-impresos:

Não só os prazeres dos sentidos que causam essa impressão de vacuidade, esse recuo da falsa elação ou transporte, são os da inteligência, da composição literária também, e disso deve-se render graças a Deus, que assim nos obriga a ter consciência o sentimento infinito, que não podemos alcançar, que destrói no círculo acessível todas as nossas antecipações de gozo e de êxtase, que é a nossa doença, a nossa neurose incurável, mas que é também o sinal, o cunho, de relações misteriosas, ocultas, impenetráveis do nosso ser com uma esfera superior a tudo que é pessoal, sensível, exprimível, fazível, desejável, ou em qualquer outro sentido acessível, seja aos nossos sentidos, seja à nossa inteligência corpórea, mundana, terrestre...⁴⁴⁹

O desassombro com que essa condição é proclamada no prefácio, aludindo às borboletas que vira em Petrópolis, parece advir da aceitação, também presente no trecho reproduzido acima, de que o empreendimento autobiográfico é necessariamente lacunar e, se pudermos fazer uma analogia com a história da arte, impressionista. Compreender a vida não seria, então, vê-la como unidade tangível de contornos precisos, mas através do prisma da impressão, que permitiria guardar aquilo que há de verdadeiramente sublime na experiência humana. Da mesma maneira, o valor do retrato da vida não está na precisão dos traços, mas na potência da impressão. Talvez por isso tão facilmente a prosa de Nabuco se entrega ao superlativo como expressão de cada momento intenso. Sua impressão é volúvel, tornando por

⁴⁴⁹ *Diários*, entrada de 30 de junho de 1900, p. 433.

vezes indistinta a apreensão dos vários deslumbramentos do mundo. Ele próprio parece admiti-lo ocasionalmente, como nesta entrada de seu diário de 13 de fevereiro de 1900

Em Biarritz, a praia do Flamengo ou de Copacabana, com o termômetro a 24. Pôr-do-sol esplêndido, *o mais belo do mundo*. Não há, porém, um pôr-do-sol mais belo que outro, nem um mar mais bonito que outro, há *o* pôr-do-sol, há *o* mar. Sempre que tornamos a ver o mar, seja de ano em ano, seja de dia em dia, ou um pôr-do-sol, parece-nos mais belo que todas as outras vezes, mas é que a impressão nova, fresca, viva, é mais forte, mais criadora de felicidade, do que a mesma impressão apagada, remota, esquecida. (...) É provável que tenhamos ainda muita chuva, mas ao menos dorme-se todas as noites com a esperança de acordar, olhando para o nosso mar do Brasil, para a nossa praia de Copacabana. À beira-mar tem-se certeza de que um bonito dia será sempre um grande espetáculo, e essa esperança ajudará a suportar o resto do inverno.⁴⁵⁰

As diferentes manifestações da perfeição da natureza adentravam todas no espírito pelo mesmo sentimento torrencial do arrebatamento de uma ideia que podemos remontar, em última análise, à criação do mundo por Deus. Talvez por ter, em seus últimos anos, chegado a essa conclusão, a paisagem já não lhe trazia a mesma angústia que lhe acometia em seus anos de juventude. Não há mais aqui a volubilidade juvenil que antes motivara conflitos existenciais. Em seu lugar, surge uma compreensão do mundo que elege a impressão como a matéria-prima que, auxiliada pela memória, possibilita a concatenação dos fragmentos da experiência no exame da vida. As praias do Flamengo, de Copacabana, a Vista Chinesa, eram fontes de conforto e nostalgia em seus anos crepusculares de emigrado. Ao ver o sol se pôr no litoral brasileiro pela última vez, não ocorreu a Nabuco comparar o que via ao traço minucioso das marinhas de um Carpaccio, de um Claude Lorrain, ou de um Canaletto, mas ao pincel vivo e insolente de J. M. W. Turner:

Acompanhamos a costa, ao longe Maceió, depois de horas ao cabo de Santo Agostinho, toda a paisagem familiar da costa pernambucana, a orla branca da praia, os coqueirais, as colinas verdes. Não desembarco. Depois que se vão os amigos, os moços da Academia, fico a olhar o ocaso que flameja como um Turner sobre Olinda. À noite, a lua forma um navio, uma caravela de ouro, sobre uma nuvem negra. E assim me despeço do Recife, talvez para sempre.⁴⁵¹

A ausência de um sentido único e claro a se impor autoritariamente sobre o todo da vida, que apontávamos ao final do capítulo anterior, parece-nos derivar desse impressionismo

⁴⁵⁰ *Diários*, p. 417.

⁴⁵¹ *Diários*, entrada de 21 de outubro de 1906, p. 614.

que caracteriza a maturidade de Nabuco, que se manifestará nas últimas linhas de *Minha formação*. Notemos que, no capítulo final, a metáfora da vida como caminho do paraíso à salvação aparece na referência à pomba após o dilúvio, mas é marginal. Tão sugestivo é o concerto com que os capítulos do terceiro bloco temático propõem a analogia da vida e da História com as sagradas escrituras que a tônica do bloco final pode passar inteiramente despercebida. Esta é, surpreendentemente bastante diversa do que se lia logo antes. O balanço final de Nabuco, ao terminar seu livro, retoma aquilo que já víamos no prefácio (que, lembremos, também faz parte da fase final da redação) com a imagem das borboletas, encarando estoicamente a vida como sucessão de impressões, sem qualquer hierarquização valorativa. A visão se coaduna com nossa proposta de uma paralaxe. A metáfora ali empregada é a de vidros e lentes através dos quais se olha a vida, produzindo diferentes resultados. Se não é a mesma imagem, a ideia subjacente nos parece bastante semelhante. Nabuco, porém, não fala da visada de si, mas do mundo (essa distinção pode ser, ao fim e ao cabo, meramente formal). Evidentemente, não se poderá afirmar que esse ponto final anula toda a riqueza dos sentidos anteriormente ensaiados, mesmo porque, apesar de concluir o livro, ele não possui o mesmo vigor propositivo de passagens anteriores. Parece-nos ainda assim adequado permitir ao leitor ler o trecho que nos leva a esta última anotação e decidir por conta própria se ela é ou não pertinente. É, portanto, com os dois últimos períodos de *Minha formação* que encerramos este trabalho:

Foi a necessidade de cultivar interiormente a benevolência o que, talvez, me dispôs a trocar definitivamente a política pelas letras, a dar a minha vida ativa por encerrada, reservando, como vocação intelectual — a política não fora outra coisa para mim — o saldo de dias que me restasse para polir imagens, sentimentos, lembranças que eu quisera levar na alma... Olhei a vida nas diversas épocas através de vidros diferentes: primeiro, no ardor da mocidade, o prazer, a embriaguez de viver, a curiosidade do mundo; depois, a ambição, a popularidade, a emoção da cena, o esforço e a recompensa da luta para fazer homens livres (todos esses eram vidros de aumento)...; mais tarde, como contraste, a nostalgia do nosso passado e a sedução crescente de nossa natureza, o retraimento do mundo e a doçura do lar, os túmulos dos amigos e os berços dos filhos (todos esses são ainda prismas); mas em despedida ao Criador, espero ainda olhá-la através dos vidros de Epicteto, do puro cristal sem refração: a admiração e o reconhecimento...⁴⁵²

⁴⁵² MF, p. 258.

VII. Bibliografia e fontes

Obras de Joaquim Nabuco

NABUCO, Joaquim. *A desejada fé – Mysterium Fidei*. Tradução: Ruth Sylvia de Miranda Salles. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

_____. *Diários (1873-1910)*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2006.

_____. *Esriptos e discursos literários*. Paris; Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

_____. *Foi voulue. Mysterium fidei*. Ed. Claude-Henri e Nicole Frèches. Marselha: Université de Provence, 1971.

_____. *Minha fé: Mysterium Fidei*. Recife: Editora Massangana, 1985.

_____. *Minha Formação*. São Paulo: Editora 34, 2012 [1900].

_____. *O Abolicionismo*. Brasília: Editora UnB, 2003 [1883].

_____. *Obras completas de Joaquim Nabuco XIII: Cartas a amigos (v. 1)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. *Obras completas de Joaquim Nabuco XIV: Cartas a amigos (v.2)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. *Pensées Détachées et Souvenirs*. Paris: Hachette, 1906.

_____. Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré. In: NABUCO, Joaquim *Essencial Joaquim Nabuco*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 243-264.

_____. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975

Arquivos

Arquivo Histórico do Itamaraty

Arquivo Múcio Leão (ABL)

Periódicos:

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

O Commercio de São Paulo

O Estado de S. Paulo

O Paiz

Revista Brasileira

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de et al. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NABUCO,%20Joaquim.pdf>>. Acessado em 10/07/2015.

AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

ALENCAR, José Almino de. *Uns e outros*. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1893

ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: Os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A paixão medida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ARAÚJO, Joana Luiza Muylaert de. “*Minha formação*”: Memória e discurso. *Organon*, v. 15, n. 30-31, 2001, p. 311-332.

ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen de. Através do espelho: subjetividade em *Minha formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 19, n. 56, out 2004, p. 5-13.

_____. O linho e a seda. Notas sobre o catolicismo e a tradição inglesa em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista USP*, n. 38, set/nov 2009, p. 8-13.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2010.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva: 2014.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco? *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, jan-jun 2001, p. 85-97.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Roland Barthes par Roland Barthes*. Paris: Seuil, 1975

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

BOSI, Alfredo. Joaquim Nabuco memorialista. In: Nabuco, Joaquim, *Minha formação*. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 9-33.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*, v.2. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco: Minha formação. In: Mota, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 167-191.

COETZEE, John Maxwell. *Elizabeth Costello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DEFOREST, John William. The Great American Novel. *The Nation*, Nova York, 9 jan 1868.

DUQUE ESTRADA, Paulo Cesar. Heidegger, Hegel e a questão do sujeito. *O que nos faz pensar*, v.1, n, 10, out 1996, p. 113-125.

EMERSON, Ralph Waldo. *Essays and Lectures*. Nova York: The Library of America, 1983.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992, p. 129-160.

_____. *The hermeneutics of the subject*. Lectures at the Collège de France, 1981-1982. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

FREYRE, Gilberto. Introdução. In: Nabuco, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 9-23.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991

GUSDORF, Georges. Conditions and limits of autobiography. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1980, p. 28-48.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HOWARTH, William. Some principles of autobiography. In: OLNEY, James (Org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 84-114.

INWOOD, Michael. *A Heidegger Dictionary*. Oxford; Maiden: Blackwell, 1999.

_____. *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

JAGUARIBE, Beatriz. Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco. In: GIUCCI, Guillermo; DAVID, Maurício Dias (orgs.). *Brasil-EUA: Antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994, p. 109-141.

KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: O retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: on the semantics of historical time*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

_____. *On diary*. Manoa, Havaí: University of Hawaii Press, 2009.

LIMA, Luiz Costa. *Intervenções*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Limites da voz* (Montaigne, Schlegel, Kafka). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005

_____. *Trilogia do controle*. O controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LODGE, David. *The art of fiction*. Londres: Vintage, 2011.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho de meu tio*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom casmurro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1881

MANDEL, Barrett John. Full of Life Now. OLNEY, James (org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1980, p. 49-72.

MARX, Karl H.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “Eu”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 369-397.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: História e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MELLO, Felix Cavalcanti de Albuquerque. *Memórias de um Cavalcanti*: Trechos do livro de assentos de Felix Cavalcanti de Albuquerque Mello (1821/1901) escolhidos e anotados por seu bisneto Diogo de Mello Menezes. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1940.

MELLO, Luiza Larangeira da Silva. A sensibilidade cosmopolita: sentimento histórico e anglofilia nas obras de Joaquim Nabuco e Henry James. *Escritos*, a. 6, n. 6, Rio de Janeiro, 2012, p. 73-99.

_____. *Depois da Queda*: a representação da cultura nacional norte-americana na obra tardia de Henry James. Tese (doutorado em História Social da Cultura). Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro 2010.

_____. O bom filho à casa torna: formação humanista europeia e sentimento pátrio em Joaquim Nabuco e Henry James. *Sociologia e Antropologia*, v. 3, n. 5, jun 2013, p. 271-293.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*: Breve história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Orçamento dos Ministerios* (1903). Ministerio do Exterior : tabellas explicativas do orçamento da despeza para o exercicio de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*s. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MORICONI, Ítalo. Um estadista sensitivo: A noção de formação e o papel literário em *Minha formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, jun 2001, p. 161-172.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

OLNEY, James. Autobiography and the cultural moment: a thematic, historical, and bibliographical introduction. In: OLNEY, James (Org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 3-27.

PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1987.

RICŒUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. *Tempo e narrativa 3. O tempo narrado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Temps et Récit*. Tome III. Paris: Seuil, 1985.

_____. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1996.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. IX – Discursos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

_____. *Nostalgia imperial: Escravidão e construção da identidade nacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SCHITTINO, Renata Torres. *Hannah Arendt, a política e a história*. Tese (doutorado em História Social da Cultura). Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, Rio de Janeiro 2009.

SCHNITZLER, Arthur. *O caminho para a liberdade*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, n. 3, jan 1973, p. 150-161.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Editora 34, 2000

STAROBINSKI, Jean. The Style of Autobiography. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1980, p. 73-82.

STRAWSON, Galen. Against Narrativity. *Ratio*, v. 17, n. 4, dez 2004, p. 428-452.

SÜSSEKIND, Flora. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho de meu tio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 12-17.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

VERISSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Terceira série. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Martins, 1973.

Apêndice 1. relação dos capítulos segundo as etapas de publicação

<i>O Commercio de São Paulo</i> (abril-julho de 1896)	<i>Revista Brasileira</i> (agosto de 1898-fevereiro de 1899)	<i>Minha Formação</i> (1900)
-----	-----	Prefácio
I (sem título)	I. Colégio e Academia	I. Colégio e Academia
II (s.t.)	-----	-----
III. Bagehot	II. Bagehot	II. Bagehot
IV. Bagehot (Continuação)		
V. 1871-73	III. 1871-1873 Na <i>Reforma</i>	III. 1871-1873. <i>A reforma</i>
VI (s.t.) ⁴⁵³	IV. Para a Europa	IV. Atração do mundo
VII. Primeira viagem à Europa		
VIII. Primeira viagem à Europa (Continuação)	V. Primeira viagem à Europa	V. Primeira viagem à Europa
IX. A França de 1873-74	VI. A França de 1873-74	VI. A França de 1873-74
X (s.t.)	VII. Ernest Renan	VII. Esnest Renan
XI (s.t.)	VIII. A crise poética	VIII. A crise poética
XII (s.t.)	IX. Adido de Legação	IX. Adido de Legação
XIII. Londres	X. Londres	X. Londres
XIV. 32, Grosvenor Gardens	XI. 32, Grosvenor Gardens	XI. 32, Grosvenor Gardens
XV. Influência inglesa	XII. A influência inglesa	XII. A influência inglesa
XVI. O espírito inglês	XIII. O espírito inglês	XIII. O espírito inglês
XVII (?) ⁴⁵⁴	XIV. Nova York (1876-77)	XIV. Nova York (1876-77)
XVIII. O meu diário de 1877	XV. O meu diário de 1877	XV. O meu diário de 1877
XIX. Os Estados Unidos	XVI. Os Estados Unidos	XVI. Traços americanos
-----	XVII. A América do Norte	XVII. Influência dos Estados Unidos
-----	-----	XVIII. Meu Pai
-----	XVIII. Passagem pela política – A abolição	XIX. Eleição de deputado
-----	-----	XX. Massangana
-----	XVIII(cont.)+XIX. Algumas figuras ⁴⁵⁵	XXI. A abolição
-----	XXI. Caráter do movimento – A parte da dinastia	XXII. Caráter do movimento – A parte da dinastia
-----	XXII. A minha dívida	XXIII. Passagem pela política
-----	-----	XXIV. No Vaticano
-----	-----	XXV. O barão de Tautphoeus
-----	-----	XXVI. Os últimos dez anos (1889-1899)

⁴⁵³ Este artigo é um pouco mais curto do que os capítulos da *Revista* e do livro; que aproveitaram a parte inicial do artigo seguinte.

⁴⁵⁴ Não encontramos esta edição. Muito provavelmente trata-se do artigo correspondente a Nova York.

⁴⁵⁵ Como foi notado anteriormente, Massangana é inserido no meio do capítulo XVIII da *Revista*, cuja primeira metade fica conhecida no livro como “Eleição de deputado” e a segunda é fundida com “Algumas figuras” (XIX da *Revista*), resultando no “A abolição” do livro. O “Eleição de deputado” do livro conta dois parágrafos a mais que o da *Revista*.

Apêndice 2. Artigo da série de 1896 quase inteiramente excluído do livro

O Commercio de São Paulo, 941, 25 de abril de 1896

A minha formação monárquica - II

II

Rio, 18 de abril

Eu disse no último artigo que as minhas preferências e simpatias tinham flutuado sempre entre a monarquia parlamentar da Inglaterra e a República americana, até que Bagehot me fez sentir e compreender a delicadeza e a perfeição do governo de gabinete. Foi isto em 1869. No princípio desse ano, eu tinha publicado um opúsculo intitulado *O povo e o trono*, assinado “Juvenal, Romano da decadência”. O pseudônimo mostra bem que se estava na época dos pastiches romanos e se fazia grande consumo de estoicismo; era a generalização, por todo o mundo latino, do gênero de oposição histórica criado em França por Beulé contra Napoleão III. Ao passo que Beulé fazia ao 3º (sic) Império esse gênero arqueológico de oposição, atacando-o nas pessoas do doze Césares, faziam-na, por sua vez, Prévost-Paradol, a golpes de reticências literárias e *sous-entendus* acadêmicos; Lanfrey, procurando desmoralizar, peça por peça, batalha por batalha, a legenda napoleônica; por último, Laboulaye, descrevendo e popularizando as instituições democráticas dos Estados Unidos. Tudo isto se espalhava entre nós, entre a mocidade, porque nos alimentamos sempre das ideias francesas, e a vibração de Paris percorre toda a raça latina. O panfleto era uma pura declamação, uma ênfase sem sentido, um rolar de frases ocas que me pareciam cadenciadas, um chacoalhar de vocábulos tomados ao acaso, pelo seu volume, – (sic) eu tomava ainda ainda a violência como sendo a força, – (sic) tudo tão vazio de pensamento como o tam-tam africano. O opúsculo, em que havia a preocupação de rivalizar com o *Timandro*⁴⁵⁶, foi recebido na imprensa liberal com todas as honras: “Mais um panfleto, dizia Tavares Bastos no *Diário do Povo*, devíamos escrever mais um poema”. Eu naturalmente acreditava tudo isso, que talvez fosse sincero.

Os grandes talentos, como o de Tavares Bastos, em que não há a mais ligeira estria de gênio poético, têm um receio sagrado, um medo instintivo de julgar as produções que, segundo eles, não havendo mais nada só pode haver poesia. Aprígio Guimarães na sua

⁴⁵⁶ Pseudônimo usado por Sales Torres Homem em uma série de panfletos em que atacava duramente a dinastia de Bragança.

Opinião Liberal também saudou o novo opúsculo contra “o despotismo imperial”. Aprígio, porém, era naturalmente propenso a reconhecer talento em qualquer arengador musical que atirasse contra o trono uma enfiada de palavras retumbantes.

De 1868 em diante, por muitos anos, o poder pessoal será o tema obrigado de discursos e escritos meus, assim como o foi de toda a imprensa liberal. Na redação da *Província*, no Recife, onde eu ia todos os dias, o que eu via era um fabricar constante de explosivos, inofensivos, aliás, para o jornal do dia seguinte. Sob a direção de Vila Bela⁴⁵⁷, todo ele *ancien régime*, Epaminondas de Melo, o Dr. Figueiredo, Soares Brandão, Ulisses Viana (sic) empregavam-se diariamente no preparo dessa dinamite contra o governo pessoal, dinamite eleitoral, destinada a derribar a situação conservadora sem ofender a pessoa inviolável [o imperador]. No *Jornal do Recife*, A. De Siqueira manipulava, de mangas arregaçadas, um detonante mais sério, um como que picrato⁴⁵⁸ científico, de sais socialistas, se não estou enganado.

A atitude dos chefes liberais denunciando o Poder Pessoal punha a opinião do partido em ação, dava o santo e a senha às suas sentinelas e aos seus escaramuçadores da imprensa, de maneira que, durante dez anos, toda a mocidade liberal não falará de outra coisa, não terá outra ideia, não ferirá outra tecla, senão essa do Poder Pessoal. O meio prático apontado de destruir o “poder pessoal” era a eleição direta. Como tudo isso uma ilusão, uma quimera! A eleição direta, depois de uma curta experiência, de um pudor passageiro dos partidos e da magistratura, devia dar uma Câmara unânime, como foi a última Câmara eleita no Império, o que quer dizer que em pouco tempo devia se tornar um *instrumentum regni* tão perfeito e tão maleável como a eleição indireta nos seus piores tempos. *Instrumentum regni* está por instrumento de governo, porque o Imperador era pela pureza do voto. A ação dos chefes liberais no Senado e, depois, dos deputados liberais na Câmara contra o Poder Pessoal era um impulso que entre as novas gerações do partido desenvolvia um calor e um movimento quase anti-monárquico.

No pensamento daqueles estadistas do que se tratava era exatamente de salvar a coroa das consequências do uso e abuso do poder acumulado em suas mãos. O Sr. Saraiva⁴⁵⁹ resumiu uma vez em poucas palavras, mas de modo completo, esse modo de sentir com a lucidez da sua intuição política e a sua hombridade costumada. “O poder ditatorial da coroa, disse ele, é uma verdade que só é hoje desconhecida pelos néscios ou pelos subservientes aos

⁴⁵⁷ Chefe liberal em Pernambuco, que posteriormente ajudaria Nabuco a se eleger deputado.

⁴⁵⁸ Tipo de sal empregado na confecção de explosivos.

⁴⁵⁹ José Antônio Saraiva, político baiano, presidente do conselho de ministros quando da reforma eleitoral que instituiu as eleições diretas em 1881 (Lei Saraiva).

interesses ilegítimos da Monarquia. Que o Sr. D. Pedro II tem de fato um poder igual ao de Napoleão III, é outra verdade de que estou profundamente convencido. A Constituição Francesa, porém, é a base do poder daquele monarca, ao passo que o falseamento do voto é a origem do excessivo poder do Imperador do Brasil. Que esse excesso de poder é fatal à Monarquia; que raras vezes há de servir ao Imperador para a realização de seus patrióticos desejos, e, muitas outras, se converterá em flagelo dos brasileiros, é ainda uma verdade que os fatos estão diariamente demonstrando. Uma Câmara legitimamente eleita dará um fim a essa ditadura tão funesta ao rei como ao povo e estabelecerá o equilíbrio entre os diversos poderes constitucionais.”

Isto escrevia Saraiva em 1868, em carta publicada ao senador Nabuco. Tinha sido ele mesmo quem, em outra bela carta ao *Correio Mercantil*, em 1858, absolvera o Imperador da increpação de governo pessoal, no sentido em que é vulgarmente tomada a acusação: “Como homem de honra, escrevia ele, logo depois de deixar o Ministério, teria o maior pejo de confessar que alguém, por maior que seja no meu país em relação a todos e especialmente à minha insignificante posição, tem o poder de obrigar-me a tomar a responsabilidade, não direi de uma nomeação escandalosa, porém de atos que não encontrem apoio em minha consciência. Felizmente para mim e para o meu país, não tenho receio de encontrar em posição alguma esse poder magnético, capaz de entorpecer brios e dignidade. Felizmente para o meu país, os ministros encontrarão sempre acima de si uma influência salutar, sempre inclinada ao bem, sempre desejosa de evitar o mal, porém bastante ilustrada para aceitar todas as observações justas, respeitar todas as convicções sinceras. Felizmente para o meu país, se os ministros atuais nada fizerem, se não fizerem tanto quanto desejarem e se pode esperar, devem só queixar-se de si, das circunstâncias, de tudo, menos de não terem liberdade de ação, que resulta sempre, para os que governam, da pureza de consciência, da grandeza e fortaleza de caráter. [”]

Essa bela página de moral política faz tanta honra ao ministro que deixava o poder como ao Imperador. Intercalei-a nesta narrativa somente porque a linguagem de Saraiva em 1868, os *patrióticos desejos* que ele reconhecia ao Imperador, completa-se e explica-se, pela sua linguagem de 1858 e porque fica assim fora de dúvida que o ataque contra o poder pessoal, que foi o *mot d'ordre* do partido liberal no decênio de 1868 a 1878, não era um ataque pessoal ao monarca, não continha nenhum fermento antimonárquico, não visava o (sic) Imperador, mas era um movimento inspirado pelo desejo de aperfeiçoar o regime. Hoje eu vejo bem quanto era quimérico, prematuro, pouco prático esse processo e que o Imperador, o poder monárquico independente, independentemente arbitral, ativamente neutro, se posso

dizer assim, era a base necessária para todo e qualquer progresso do sistema representativo entre nós.

A mocidade liberal não podia, porém discernir discriminar, no ataque dos chefes do Senado contra o governo pessoal, a sua intenção e ressalva monárquica, o seu respeito, apreço e veneração pelo Imperador, e tomava-o como um movimento puramente democrático, como uma onda que se ia quebrar contra o próprio trono. Era preciso que eu tivesse uma madureza de espírito extraordinariamente antecipada para pensar então como penso hoje, para ver no Poder Moderador o principal baluarte, a grande muralha exterior de toda a nossa liberdade política. Nos ataques contra o governo pessoal, com que acompanhava a corrente do partido, eu não era movido por nenhum desejo de aperfeiçoar a Monarquia e não levava em conta o risco de derribá-la; não me preocupava da sorte do trono, não queria que viesse a República; mas também não me importava que desaparecesse a Monarquia.

Um livro sedutor e interessante, – (sic) é a minha impressão da época, – (sic) *O 19 de Janeiro*, de Emile Olivier, tinha-me deixado nesse estado de flutuação e de indiferença entre as duas formas de governo, e a *France Nouvelle*, de Prévost-Paradol, que eu li com verdadeiro encanto, não conseguiu, apesar de todo o seu arrastamento, fixar a minha preferência ao lado da monarquia parlamentar. O que me fez intelectualmente monarquista foi, como já disse, a *Constituição Inglesa*, de Bagehot. Devo a esse pequeno volume, que hoje não será talvez lido por ninguém em nosso país, a minha fixação monárquica inalterável; tirei dele, transformando-a a meu modo, a ferramenta toda com que trabalhei em política, – (sic) excluindo, está visto, a obra da Abolição, cujo material, cujo *stock* de ideias teve para mim outra procedência. Será, porém, melhor que eu analise em outro artigo a influência que exerceu sobre a minha imaginação a *Constituição Inglesa*, de Bagehot. Às vezes, o raio exterior que nos ilumina o pensamento pode vir de um livro secundário, até insignificante, pode até ser um raio escuro como os novos raios. Aquele, porém, é um livro fortemente pensado.

Joaquim Nabuco

Apêndice 3. Trecho de artigo da série de 1896 excluído do livro

O Commercio de São Paulo, n. 952, 7 de maio de 1896

A minha formação monárquica – VI (apenas o trecho omitido)

Não tomo nada do que vai antes escrito sobre a minha incapacidade para a política, (sic) como mérito meu, como superioridade de minha natureza; não o domarei também como demérito; estou apenas procurando definir-me com sinceridade. Declamar contra a profissão política é desconhecer o mecanismo social; a política tem que ser uma profissão, assim como é uma vocação perfeitamente distinta das outras, e o interesse da sociedade está em que a classe política seja a de mais elevado caráter de todas.

A verdade é que em muita coisa essencial levei anos, a vida inteira, para ver e compreender o que outros, o que todos, apanharam desde logo sem o menor esforço. Como não aspiro mais a nada, posso fazer essa revelação sem nenhum sacrifício sobre a natureza da minha inteligência. Alguma coisa eu vi e vejo ainda que outros passariam pelo mesmo caminho, ao lado dos mesmos fatos, sem descobrir; em compensação, muita coisa, muito mais importante, para cuja percepção bastam quase os sentidos, nunca penetrou em mim e não tardiamente, fora do tempo. Isto me fez cometer na minha vida alguns erros.

Com relação à questão dos escravos, por exemplo, levei anos para perceber que os homens que adiantam o progresso do país e lhe conservam o seu grau de civilização e prosperidade são homens, falando a paulistas, devo dizer, como os Prados, os Pinhais, como os desbravadores do Oeste de S. Paulo, os criadores e conservadores da riqueza territorial. Eu tomei os que *se serviam* da escravidão como se fossem eles os *Criadores* da escravidão. De certo, opondo-se à emancipação mesmo gradual, os fazendeiros opunham-se ao progresso e ao desenvolvimento do país; mas enquanto fazendeiros, trabalhando nas suas terras, mesmo com escravos, eles eram os primeiros servidores do país, os alimentadores da população, a classe útil por excelência. Não duvido que a pequena propriedade valha a muitos respeitos mais que a grande; não tenho dúvida de que o antigo sistema territorial, baseado sobre a escravidão, degenerara em puro mercantilismo e tinha muito pouco fundo moral e religioso, o que quer dizer que a propriedade não dava a Deus a sua parte e, por isso, não podia durar, mais cedo ou mais tarde viria, como veio, a bancarrota daquele sistema; mas isto não tem nada com a utilidade, a necessidade, a benemerência social dos homens que trabalhavam e lutavam sob o regime defeituoso que encontraram organizado. A escolha estivera para eles entre não fazer nada, ficarem ociosos, gozar de sua riqueza, sem nada darem ao país, e

trabalhar com a ferramenta imperfeita que tinham à mão; e não há dúvida que (sic) eles, escolhendo o trabalho, seguiam o melhor partido, o partido do ponto de vista coletivo, mais útil.

Isto, só depois de acabar a escravidão, foi que o compreendi, e dessa compreensão tardia resultou o não ter eu, a despeito de tudo, quaisquer que fossem as repulsas, envidado todos os meus esforços para que a emancipação fosse sustentada e efetuada, não com o pensamento só de justiça para os escravos, mas também com simpatia e interesse real, com atenção e respeito à complicada situação herdada dos proprietários. Já uma vez o disse, ao contrário do que aconteceu em outros países, a abolição entre nós foi uma poderosa corrente de entusiasmo e de humanidade, – (sic) um sopro violento do direito e da justiça, se quiserem, – (sic) mas teve pouca profundidade moral; os abolicionistas não era, nenhum deles, vazados em antigos moldes religiosos, como os abolicionistas *quakers* ou unitários, da Inglaterra e dos Estados do Norte; daí o caráter puramente destrutivo e revolucionário do movimento entre nós, – o que não impede que a destruição tenha sido santa, – e o predomínio da feição política republicana sobre a feição humanitária, desde a hora mesma do seu triunfo. Desconfio que a grande propriedade não me teria ouvido, mas, se eu visse então o que vejo hoje, ter-me-ia obstinado em bater à sua porta, ou às suas porteiras, em bater em vão, quando fosse, e empregar todos os recursos da boa vontade, toda a solicitude do interesse sincero, para fazê-la tomar a frente do movimento, acompanhar e dirigir a sua própria Reforma. Seria uma utopia em qualquer outro país; podia não sê-lo no Brasil.

Este desvio levou-me para muito longe da minha projetada primeira viagem à Europa, em 1873. Estou vendo que o título destes artigos deveria ser antes *A minha formação política*, ou, melhor, somente *A minha formação*, porque tudo vai entrando neles.

Joaquim Nabuco